



FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GESTÃO SOCIAL

**LAVRAS – MG
2011**

AIRTON CARDOSO CANÇADO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GESTÃO SOCIAL

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

Orientador

Dr. José Roberto Pereira

Co-orientador

Dr. Fernando Guilherme Tenório

**LAVRAS – MG
2011**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Cançado, Airton Cardoso.

Fundamentos teóricos da gestão social / Airton Cardoso
Cançado. – Lavras : UFLA, 2011.

313 p. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, 2011.

Orientador: José Roberto Pereira.

Bibliografia.

1. Esfera pública. 2. Interesse público. 3. Cientificidade. 4.
Emancipação. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 361.25

AIRTON CARDOSO CANÇADO

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA GESTÃO SOCIAL

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para a obtenção do título de Doutor.

APROVADA em 11 de novembro de 2011

Dra. Ana Alice Vilas Boas	UFLA
Dr. Edgard Alencar	UFLA
Dr. Fernando de Souza Coelho	USP
Dr. Genauto Carvalho de França Filho	UFBA
Dr. Fernando Guilherme Tenório	EBAPE/FGV

Dr. José Roberto Pereira UFLA
Orientador

LAVRAS – MG
2011

*Dedico este trabalho ao meu pai Airton Lopes Cançado (in memoriam)
e à minha mãe Ivone Maria Cardoso,
cada um, à sua maneira,
foi importante para a realização deste trabalho.
Dedico este trabalho também ao saudoso colega
Luiz Fernando de Carvalho (in memoriam)
com quem tive o prazer de conviver em 2009.*

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus pela saúde e força de vontade para realizar este trabalho. Gostaria de agradecer também, de forma bastante especial, à paciência e compreensão da minha esposa, Anne Caroline, no decorrer deste trabalho.

Ao meu orientador, Prof. José Roberto, que vem acompanhando minha carreira acadêmica desde a graduação com bastante paciência e competência. Agradeço também aos professores que ajudaram na minha formação. Aos colegas de doutorado e alunos do mestrado com quem tive a possibilidade de conviver em Lavras e Salvador.

Ao Professor Fernando Tenório por aceitar o convite para a co-orientação, que foi muito importante para a realização deste trabalho, e pelos conselhos que tem me dado no decorrer destes últimos anos.

Aos professores Edgard Alencar (Ousar Metodológico), Ana Alice Vilas Boas, Genauto Carvalho de França Filho e Fernando Coelho por aceitar participar da banca e pelas contribuições sobre o trabalho.

Aos amigos Ariádne, Jeová, Paula, Pedro, Vânia, Edmilson, Mário, Hébert, Rodrigo, Deila, Naldeir, Daniela, pelo apoio e pela ajuda. Ao amigo João Batista pela força em todos os aspectos durante a doença do meu pai.

A partir daqui não me arriscarei a citar nomes sob pena de me esquecer de alguém. Agradeço às pessoas que participaram da minha formação acadêmica e pessoal na UFV e UFBA (viva o 1,39). Agradeço aos amigos em Palmas/TO pelo apoio, em especial aos membros do Colegiado de Administração da UFT que me apoiaram de diversas formas na realização do doutorado. Não posso me esquecer dos amigos espalhados pelo Brasil, que, por e-mail e presencialmente, me ajudaram bastante tanto no trabalho, quanto me ouvindo e me aconselhando. Espero não ter me esquecido de ninguém, mas, se esqueci, ainda em tempo...

Obrigado!

RESUMO

O objetivo geral desta tese é apresentar uma primeira aproximação dos fundamentos teóricos de delimitação do campo de conhecimento científico da Gestão Social, enquanto campo do conhecimento científico dentro do campo da administração. Os objetivos específicos foram 1) identificar e analisar a produção acadêmica em Gestão Social; 2) identificar e analisar as correntes de pensamento em Gestão Social e as categorias teóricas que a sustentam como área do conhecimento científico; 3) demarcar o campo científico da Gestão Social com base em critérios teóricos e de cientificidade. Este trabalho é eminentemente teórico, uma tese do tipo monográfico, a metodologia é de caráter interpretativo e se utilizou do método da Análise de Conteúdo. Foram identificados 225 trabalhos (40 teses/dissertações, 55 artigos em periódicos e 130 artigos em eventos), classificados em oito campos de estudo: Gestão Social (GS), Gestão Emancipatória (GE), Gestão Participativa (GP), Gestão do Desenvolvimento Social (GDS), Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos (GOSFL), Gestão da Responsabilidade Social Empresarial (GRSE), Formação em Gestão Social (FGS) e Outras Formas de Gestão Relacionadas (OFGR). A maior concentração de trabalhos publicados foi nos campos de GP e GOSFL com quase a metade dos trabalhos. Notou-se, também, uma tendência de crescimento do número de trabalhos no campo da GE, a mais recente delas. A análise qualitativa buscou identificar as Categorias Teóricas da Gestão Social: Interesse Bem Compreendido, Sustentabilidade, Solidariedade, Esfera Pública, Democracia Deliberativa, Ação Racional Substantiva, Comunidades de Prática, Dialogicidade, Intersubjetividade, Interorganizações e Emancipação. A partir destas categorias foram construídos os fundamentos teóricos que podem delimitar o campo de conhecimento científico da Gestão Social, considerando que: a Gestão Social parte do interesse público bem compreendido em uma esfera pública, na dinâmica de comunidades de prática, onde prevalecem interações de solidariedade e de sustentabilidade, em que a tomada de decisão coletiva ocorre por meio da democracia deliberativa sem coerção, norteadas pela ação racional substantiva permeadas por dialogicidade e intersubjetividade, considerando as possibilidades das interorganizações, fundada na transparência e inteligibilidade do processo visando à emancipação como fim último. Esta perspectiva teórica foi apresentada na concepção da dialética negativa. A partir desta proposta foram realizados testes de cientificidade para a Gestão Social a partir dos critérios de demarcação dos autores: Chalmers (1993, 1994), Demo (2007), Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999), Popper (2007) e Santos (2003). A perspectiva teórica só não atendeu aos critérios de Kuhn (1978) e Lakatos (1999), por ainda não se constituir enquanto paradigma/programa de investigação científica na comunidade científica da

Gestão Social. Cabe ressaltar que este trabalho é um passo importante para isso e a sua aceitação nessa comunidade pode ser um fator para que esta primeira aproximação teórica da Gestão Social possa atender, também, a esses dois critérios. O pressuposto foi confirmado: a Gestão Social constitui um campo de conhecimento científico com fundamentos teóricos específicos.

Palavras-chave: Gestão social. Cientificidade. Interesse Público. Emancipação. Esfera Pública.

ABSTRACT

The principal objective of this thesis is to present a first approximation of the theoretical and methodological foundations of delimiting the field of Social Management scientific knowledge as a field of scientific knowledge within the field of Administration. The specific objectives were to 1) identify and analyze the academic in Social Management, 2) identify and analyze the currents of thought in Social Management and the categories that support it as an area of scientific knowledge, 3) demarcate the scientific field of Social Management on the basis of theoretical and scientific. This work is highly theoretical thesis of a monographic type, the methodology is interpretive in nature and used the method of Content Analysis. There were identified 225 papers (40 theses / dissertations, 55 periodical articles and 130 articles on events), classified into eight fields of study: Social Management (GS), Emancipatory Management (GE), Participatory Management (GP), Management of Social Development (GDS), Management in Nonprofit Organizations (GOSFL), Management of Corporate Social Responsibility (GRSE), Social Management Training (FGS) and Other Related Management (OFGR). The largest concentration of work was published in the fields of GP and GOSFL with almost half the work. It was noted also a trend of growth in the number of jobs in the field of GE, the most recent areas. The qualitative analysis sought to identify the theoretical categories of the Social Management: Interest Well Understood, Sustainability, Solidarity, Public Sphere, Deliberative Democracy, Rational Substantive Action, Communities of Practice, Dialogue, Intersubjectivity, Inter-Organisation and Emancipation. From these categories were constructed theoretical foundations that can define the field of scientific knowledge of Social Management, considering that: a Social Management part of the public interest well understood in a public sphere, the dynamics of communities of practice, in which prevail interactions of solidarity and sustainability. In these cases, collective decision-making occurs through deliberative democracy without coercion, guided by rational action permeated by substantive dialogism and intersubjectivity, considering the possibilities of the Inter-Organisation, founded on transparency and intelligibility of the process leading to ultimate emancipation. This theoretical perspective was presented at the prospect of negative dialectics. Based on this proposal were carried out scientific tests for Social Management from the authors' criteria of demarcation, Chalmers (1993, 1994), Demo (2007), Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999), Popper (2007) and Santos (2003). The theoretical perspective did not meet only the criteria of Kuhn (1978) and Lakatos (1999), for not constitute as a paradigm / research program in the scientific community of the Social Management. It should be noted that this work is an important step in this community and its acceptance may be a factor in this first conceptual approach

of the social management can respond also to these two criteria. The presupposition was confirmed: the Social Management is an area of scientific knowledge with specific theoretical foundations.

Key-words: Social Management. Scientific. Public Interest. Emancipation.
Public Sphere.

LISTA FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1	Proposta inicial de uma aproximação teórica para a Gestão Social, baseado em Categorias Teóricas da Gestão Social e suas interações.....	254
Gráfico 1	Publicações sobre Gestão Social em periódicos no período de 1999 a 2010.	180
Gráfico 2	Distribuição relativa dos artigos identificados nos eventos: CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).	183
Gráfico 3	Artigos identificados sobre Gestão Social nos eventos: CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).	184
Gráfico 4	Total de teses e dissertações sobre Gestão Social divididas em Administração/Gestão Social e Outras Áreas por ano de 2000 a 2009 de acordo com Banco de Teses da CAPES.	196
Gráfico 5	Total acumulado de teses e dissertações sobre Gestão Social separadas em Administração/Gestão Social e Outras Áreas por ano de 2000 a 2009 de acordo com Banco de Teses da CAPES.	197
Gráfico 6	Síntese da quantidade de trabalhos sobre Gestão Social identificados na pesquisa divididos por tipo (tese/dissertação, Periódicos e Eventos) por ano, de 1999 a 2010.	199
Gráfico 7	Distribuição da frequência das categorias por evento.	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Síntese da proposta de Popper (2007)	43
Quadro 2	Síntese da estrutura das revoluções científicas de Kuhn	47
Quadro 3	Síntese da proposta de Kuhn (1978).....	51
Quadro 4	Síntese da proposta dos programas de investigação científica de Lakatos	57
Quadro 5	Síntese da proposta de Feyerabend (2007).....	62
Quadro 6	Síntese da proposta de Chalmers (1993, 1994).....	66
Quadro 7	Contextos de produção de conhecimento, segundo Santos (2003).....	69
Quadro 8	Aplicação do conhecimento científico na perspectiva da 1ª e 2ª Ruptura Epistemológica, segundo Santos (2003).....	73
Quadro 9	Síntese da proposta de Santos (2003).....	78
Quadro 10	Síntese da proposta de Demo (2007).....	84
Quadro 11	Síntese da ontologia, epistemologia e metodologia dos paradigmas estruturais (consenso e conflito) e do paradigma interpretativo	89
Quadro 12	Esquema para analisar afirmações sobre a natureza da ciência social na perspectiva da dimensão objetivo-subjetiva.....	95
Quadro 13	Dimensões regulação e mudança radical de Burrell e Morgan (1979).....	97
Quadro 14	Quatro paradigmas das ciências sociais	97
Quadro 15	Comparação entre paradigmas	101
Quadro 16	Categorias teóricas para a Gestão Social.....	132
Quadro 17	Dimensões da Gestão Social relacionadas aos pressupostos sobre a natureza da ciência social de Burrell e Morgan (1979). .	136

Quadro 18	Relação da quantidade de artigos identificados por periódico durante a pesquisa, método de busca e observações	144
Quadro 19	Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições 1999, 2003, 2006 e 2009 do CIPL.	154
Quadro 20	Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições 2007, 2008, 2009 e 2010 do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social.....	156
Quadro 21	Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições de 2000 a 2010 do EnANPAD.....	158
Quadro 22	Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições entre 2000 e 2010 dos eventos: EnEO, EnAPG, EnEPQ e EnGPR.	159
Quadro 23	Categorias para Análise de Conteúdo dos textos sobre Gestão Social identificados em eventos, periódicos e teses/dissertações.....	168
Quadro 24	Critérios de Demarcação de ciência	175
Quadro 25	Artigos identificados por periódico, por ano.....	178
Quadro 26	Relação das referências dos artigos de periódicos identificados na pesquisa.	181
Quadro 27	Síntese da quantidade de artigos identificados nos eventos: CIPL (1999,.....	182
Quadro 28	Referências dos artigos identificados sobre Gestão Social nos eventos: CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).	185

Quadro 29	Teses e dissertações identificadas na busca por Gestão Social no Banco de Teses da Capes de 2000 a 2009, por curso, instituição e nível, exceto as dos cursos de Administração e Gestão Social.....	189
Quadro 30	Teses e dissertações dos cursos de Administração/Gestão Social identificados no Banco de Teses da CAPES de 2000 a 2009, por curso e instituição.	192
Quadro 31	Referências das teses e dissertações dos cursos de Administração/Gestão Social identificados no Banco de Teses da CAPES de 2000 a 2009, por curso e instituição.	194
Quadro 32	Quadro síntese das teses e dissertações identificadas no Banco de Teses da CAPES entre os anos de 2000 e 2009 sobre Gestão Social da área de Administração/Gestão Social e outras áreas.....	195
Quadro 33	Síntese da quantidade de trabalhos sobre gestão identificados na pesquisa divididos por tipo (tese/dissertação, Periódicos e Eventos) por ano, de 1999 a 2010.....	198
Quadro 34	Síntese da categorização da Análise de Conteúdo dos artigos publicados em eventos	201
Quadro 35	Distribuição da frequências das categorias para Análise de Conteúdo em artigos de eventos entre 1999 e 2010.....	205
Quadro 36	Síntese da categorização da análise de conteúdo dos textos publicados em periódicos.....	206
Quadro 37	Síntese da quantidade de artigos publicados por periódico, distribuídos por categoria	208
Quadro 38	Distribuição das publicações sobre Gestão Social em periódicos por categoria por ano de publicação	210

Quadro 39	Síntese da categorização da Análise de Conteúdo das teses e dissertações identificadas entre 2000 e 2009 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.....	212
Quadro 40	Distribuição das teses e dissertações por categoria entre 2000 e 2009	213
Quadro 41	Síntese geral da frequência das categorias para Análise de Conteúdo distribuídas de 1999 a 2010	214
Quadro 42	Categorias teóricas para a Gestão Social identificadas nos textos da Categoria de Análise GS e textos base para o Referencial Teórico do Capítulo 2 (CARRION, 2007; FISCHER, 2002b; FISCHER; MELO, 2006; GONDIM; FISCHER; MELO, 2006b; MAIA, 2005; PIMENTEL et al., 2011; TENÓRIO, 2008a, 2008b, 2011; TENÓRIO; SARAIVA, 2006).....	219
Quadro 43	Síntese dos Resultados Relativos aos Critérios de Demarcação e à Proposta de Delimitação do Campo da Gestão Social.....	271

LISTA DE SIGLAS

ADM.MADE	Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial
ANPAD	Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração
APGS	Revista Administração Pública e Gestão Social
APUB	Associação de Professores Universitários da Bahia
BA	Bahia
BAR	Brazilian Administration Review
BBR	Brazilian Business Review
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Compact Disc
CE	Ceará
CEAPG	Centro de Administração Pública e Governo da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
CEATS/USP	Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da Universidade de São Paulo
CIAGS/UFBA	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia
CIPL	Colóquio Internacional sobre Poder Local
CLAD	Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EMAPEGS	Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social
EnANPAD	Encontro da ANPAD
ENAPEGS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social
EnAPG	Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD
EnEO	Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD

EnEPQ	Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade
EnGPR	Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho
EUA	Estados Unidos da América
FGS	Formação em Gestão Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV/RJ	Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro
FGV/SP	Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
GDS	Gestão do Desenvolvimento Social
GE	Gestão Emancipatória
Gestão.org	Revista Eletrônica de Gestão Organizacional
GOSFL	Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos
GP	Gestão Participativa
GRSE	Gestão da Responsabilidade Social Empresarial
GS	Gestão Social
INCUBACOOOP/UFLA	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras
INDES	Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social
LIEGS/UFC-Cariri	Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri
MG	Minas Gerais
NAU	Revista Eletrônica da Residência Social
NEAPEGS/UFLA	Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal de Lavras
NEATS/PUC-SP	Núcleo de Estudos de Administração do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
NEPOL	Núcleo de Estudos sobre Poder Local
NESol/UFT	Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins
NIGS/UNIVASF	Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Tecnologias em Gestão Social da Universidade Federal do Vale do São Francisco
NIPETS/UFRGS	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Sobre o Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
OFGR	Outras Formas de Gestão Relacionadas
O&S	Revista Organizações & Sociedade

ONG	Organização Não Governamental
PE	Pernambuco
PEGS	Programa de Estudos em Gestão Social
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RAC	Revista de Administração Contemporânea
RAC-e	Revista de Administração Contemporânea Eletrônica
RAD	Revista Administração em Diálogo
RAE	Revista de Administração de Empresas
RAE-e	Revista de Administração de Empresas Eletrônica
RAI	Revista de Administração e Inovação
RAM	Revista de Administração Mackenzie
RAP	Revista de Administração Pública
RAUSP	Revista de Administração da Universidade de São Paulo
RCA	Revista de Ciências da Administração
ReA – UFSM	Revista de Administração da UFSM
ReAD	Revista Eletrônica de Administração
RGS	Rede de Pesquisadores em Gestão Social
RGSA	Revista de Gestão Social e Ambiental
RJ	Rio de Janeiro
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SP	São Paulo
UCB	Universidade Católica de Brasília
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UCM	Universidade Cândido Mendes
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC-Cariri	Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP-Franca	Universidade do Estado de São Paulo - Campus Franca
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIJUÍ	Universidade Regional do Nordeste do Rio Grande do Sul
UNINOVE	Universidade Nove de Julho
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	22
2 MUDANÇA ESTRUTURAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO	33
2.1 Popper: falsificacionismo metodológico.....	40
2.2 Thomas Kuhn: paradigmas, ciência normal e revoluções científicas	44
2.3 Lakatos e os programas de investigação científica: do falsificacionismo metodológico ao falsificacionismo sofisticado	54
2.4 Feyerabend: anarquismo ou liberdade?	58
2.5 Chalmers: o que é ciência afinal?	63
2.6 Boaventura de Souza Santos: a dupla ruptura epistemológica	67
2.7 Pedro Demo: a discutibilidade como critério de demarcação.....	79
3 PARADIGMAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	85
3.1 Paradigmas da administração.....	90
4.1 Perspectivas conceituais sobre gestão social no Brasil.....	110
4.2 Críticas ao conceito de gestão social	119
4.3 Primeiras aproximações em relação à delimitação do campo da gestão social	131
5 METODOLOGIA	138
5.1 Características gerais da tese	138
5.2 Método de Sistematização de Trabalhos Publicados sobre Gestão Social .	140
5.2.1 Sistematização dos trabalhos publicados em periódicos.....	141
5.2.2 Sistematização dos trabalhos publicados em eventos	152
5.2.3 Sistematização dos trabalhos em teses e dissertações.....	160
5.3 Análise de conteúdo.....	162
5.3.1 O método da análise de conteúdo	162
5.3.2 Delimitando a análise de conteúdo para este trabalho	166
5.4 Gestão social como campo do conhecimento científico	174

6 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA GESTÃO SOCIAL	177
6.1 O estado da arte da produção científica nacional em gestão social	177
6.1.1 Resultado da busca em trabalhos publicados em periódicos	177
6.1.2 Resultado da busca em trabalhos publicados em eventos.....	182
6.1.3 Resultado da busca em trabalhos em teses e dissertações	188
6.1.4 Análise geral dos textos identificados.....	197
6.2 Análise de Conteúdo dos trabalhos sobre gestão social.....	200
6.2.1 Análise quantitativa dos artigos publicados em eventos.....	200
6.2.2 Análise Quantitativa de artigos publicados em periódicos	206
6.2.3 Análise Quantitativa de teses e dissertações	211
6.2.4 Análise Quantitativa de todos os trabalhos.....	214
6.3 Identificação das categorias teóricas para a gestão social.....	219
6.3.1 Interesse bem compreendido: ponto de partida da gestão social	221
6.3.2 Esfera pública: o espaço de desenvolvimento da gestão social	226
6.3.2.1 Democracia deliberativa: a tomada de decisão na gestão social.....	234
6.3.2.2 Racionalidade: a ação racional substantiva.....	240
6.3.2.3 Comunidades de prática: interorganizações, dialogicidade e intersubjetividade na redefinição da esfera pública	245
6.3.3 Emancipação.....	250
6.3.4 Proposta inicial da perspectiva teórica para a gestão social.....	253
6.4 Gestão social como campo do conhecimento científico	256
6.4.1 Popper.....	257
6.4.2 Kuhn	259
6.4.3 Lakatos.....	262
6.4.4 Feyerabend.....	264
6.4.5 Chalmers	265
6.4.6 Boaventura de Souza Santos.....	267
6.4.7 Demo.....	268

6.4.8 Síntese dos resultados relativos aos critérios de demarcação e à proposta de delimitação do campo da gestão social.....	271
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
REFERÊNCIAS	278

1 INTRODUÇÃO

A ideia de escrever uma tese relacionada à Gestão Social foi construída em minha¹ carreira acadêmica, pode-se dizer, inclusive, que é resultado dela. A graduação em Administração de Cooperativas na Universidade Federal de Viçosa, onde tive a liberdade de cursar 760 horas de disciplinas optativas, além da possibilidade de participar da iniciação científica sobre cooperativismo, foi o primeiro passo. O mestrado em Administração na Universidade Federal da Bahia, com um perfil bastante humanístico foi a continuação necessária dos meus estudos, lá conheci a economia solidária e tive o primeiro contato com o termo Gestão Social. Posteriormente, meus trabalhos de pesquisa e extensão, já no Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins, me levaram a participar de duas redes, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs) e a Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS). Recentemente, em setembro de 2010, passei a integrar também a Rede Brasileira de Pesquisadores em Cooperativismo.

O envolvimento com a organização dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) foi um direcionamento para meus interesses de pesquisa, consolidado com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão Social no Tocantins. O doutorado, também em Administração, na Universidade Federal de Lavras, abre um novo ciclo com esta tese que tem a intenção de discutir os fundamentos teóricos e metodológicos da Gestão Social.

¹ Peço licença aos leitores para usar a primeira pessoa do singular neste início do texto, por estar descrevendo minha carreira acadêmica, no decorrer do texto voltar-se-á ao texto impessoal.

Nas pesquisas realizadas ao longo da minha carreira acadêmica o termo Gestão Social foi ganhando destaque, justamente por ser uma referência mais global aos assuntos que vinha pesquisando (cooperativismo e economia solidária). Porém, ao me aproximar da temática da Gestão Social, notei uma diversidade de aplicações e significados atribuídos ao termo e a necessidade latente de uma organização do seu significado e fundamentos teóricos. Esta é a intenção deste trabalho.

Para tanto, fez-se necessário, então, entender a Gestão Social como um campo do conhecimento científico e pesquisar quais são seus fundamentos teóricos. Desta forma, além dos aportes teóricos da área de Administração e do material produzido sobre Gestão Social, a filosofia da ciência entra neste trabalho para compreender o que é ciência e quais os critérios de demarcação científica contemplam o constructo da Gestão Social.

A origem da ciência, como é conhecida hoje, teve grande influência do pensamento de Descartes, ainda no século XVIII. Ao propor a negação de todo o conhecimento tradicional, baseado na crença e na experiência dos antepassados, Descartes busca a verdade por meio da dúvida (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006). O que antes poderia ser explicado pela vontade de Deus, passou a ser objeto de pesquisa (DESCARTES, 2006). A influência do trabalho de Descartes nas ciências sociais foi muito grande: “no século XVIII o racionalismo atinge seu apogeu para ser, no século seguinte aplicado às ciências naturais e finalmente às ciências sociais” (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006, p. 24).

O trabalho de Comte (século XIX), de certa forma, operacionaliza as ideias de Descartes para as ciências sociais, com a criação da escola positiva, ou o positivismo (MIORANZA, [19--]), no qual a razão é o cerne das decisões. Neste contexto, conhecimento científico é entendido como conhecimento certo, comprovado.

O mundo do trabalho, entretanto, ainda não havia sido afetado por este racionalismo, como observam Motta e Vasconcellos (2006, p. 24) “o advento das máquinas tornou o trabalho evidentemente mais eficiente, porém ainda não havia provocado a racionalização da organização e execução do trabalho”. A obra de Frederick Winslow Taylor e Henry Fayol, principais pioneiros da racionalização do trabalho, foi a conexão que catalisou esforços antes pulverizados, por expor de maneira bastante clara e cartesiana os princípios da Administração científica (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006). Naquele momento a Administração assume o *status* (ou pelo menos pretendeu assumir) de ciência.

Taylor, no início do século XX, apresenta seus princípios para a racionalização do trabalho, mostrando que há uma única e melhor maneira de realizar o trabalho, que deve ser sistematizada pelo administrador (cientista) e ensinada ao trabalhador. Para sustentar esta máxima, Taylor desenvolve seu trabalho, afirmando que os homens sempre fazem suas escolhas baseados no conhecimento pleno de todas as possibilidades (racionalidade ilimitada), buscando sempre o máximo de resultados (TAYLOR, 1960). Esses princípios ainda influenciam largamente as organizações empresariais, cujo objetivo é o lucro e influenciam também a sociedade humana como um todo. March e Simon (1979) e Simon (1971), com o conceito de racionalidade limitada², de certa forma, relativizaram esta consideração. Mesmo na racionalidade limitada é clara a exclusão de variáveis importantes como política, cultura, moral e história (REED, 2007). O racionalismo elevou a teoria e prática da Administração “[...] de uma arte intuitiva para um corpo de conhecimentos codificados e analisáveis,

² Ao contrário do que se pensava March e Simon (1979), Simon (1971) e Taylor (1960), apresentam a racionalidade como limitada, ou seja, não se tem acesso a todos os cursos de ação possíveis e não temos certeza de seus desdobramentos, o máximo que se consegue são aproximações probabilísticas.

tornando possível, inclusive, transações com o poderosíssimo capital cultural e com o simbolismo da ‘ciência’” (REED, 2007, p. 68).

Paralelamente, começam a surgir constructos de Administração Pública. Segundo Farah (2010, p. 1), a Administração Pública “[...] como área de formação e como campo de estudos, constitui-se tendo como objetivo a preparação de servidores públicos para a Administração Pública moderna há mais de um século nos EUA”.

Por sua origem vinculada às ciências exatas (engenharia³), a Administração assume os pressupostos das ciências naturais como legitimadores de seu caráter científico. Por isso os métodos de pesquisa das ciências naturais foram por muito tempo a norma em teoria e comportamento organizacional (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Enquanto os seres humanos se tornavam matéria-prima, membros produtivos e bem comportados da sociedade, “as organizações modernas anunciam o triunfo do conhecimento racional e da técnica sobre a emoção e o preconceito humano, aparentemente intratáveis” (REED, 2007, p. 67).

No caso da Administração Pública, o caminho é o mesmo, pois era vista como uma ciência “livre de valores”, com uma separação clara entre Administração e Política, valorizando a técnica baseada na burocracia (FARAH, 2010).

Durante os anos 50 e 60 [do século XX] a ciência tornou-se juíza da verdade do conhecimento e o positivismo tornou-se o juiz da ciência. Quanto mais científico é o conhecimento, mais verdadeiro ele deve ser, e quanto mais verdadeiro, mais útil e proveitoso (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p. 38).

³ Taylor e Fayol eram engenheiros.

Com o passar do tempo e o avanço tanto da ciência em si quanto a sua aplicação, a tecnologia, começa-se a perceber que o conhecimento é inerentemente temporário e não há como garantir que a certeza científica de hoje seja eterna, em outras palavras, o conhecimento é sempre passível de ser substituído por outro conhecimento que explique ainda mais a realidade, formando um ciclo onde a certeza e a verdade, em termos de ciência, se tornam relativa ao seu estágio de desenvolvimento (CHALMERS, 1993; DEMO, 2007; FEYERABEND, 2007; KUHN, 1978; LAKATOS, 1999; POPPER, 2007; SANTOS, 2003).

Outra mudança importante é a percepção que o conhecimento não avança de maneira contínua e incremental, como se pensava anteriormente. Seu desenvolvimento está mais relacionado a revoluções (KUHN, 1978), falsificações (POPPER, 2007), degenerescência de programas de investigação científica (LAKATOS, 1999) ou mesmo ao acaso (FEYERABEND, 2007).

Neste contexto, o positivismo perde um pouco da sua força e deixa de ser hegemônico na década de 1960 (ALENCAR, 1999; MARSDEN; TOWNLEY, 2001), porém, ainda é bastante influente nas ciências sociais e, principalmente, no campo da Administração e, sobretudo, nos Estados Unidos. Segundo Marsden e Townley (2001, p. 6) “a racionalização aumenta a eficiência, mas também desumaniza, e a tensão entre a racionalidade formal e substantiva é uma causa importante de problemas sociais”.

A teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua. Assume este caráter porque se baseia na racionalidade instrumental, inerente à ciência social dominante no Ocidente. Na realidade, até agora essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso prático. Todavia cumpre reconhecer agora que este sucesso tem sido unidimensional e [...] exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada (RAMOS, 1981, p. 1).

A ciência contranormal⁴ começa a ser desenvolvida na década de 1970, estes estudos desenvolveram uma ontologia e uma epistemologia que minaram a concepção positivista. Diversas teorias surgiram, desde então, trazendo de volta as “[...] características humanas que escapam aos cálculos – a afetividade humana” (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p. 43). Porém,

A ciência organizacional contranormal não é uma força poderosa porque os críticos da ciência organizacional falharam ao desenvolver uma alternativa viável ao positivismo que eles têm criticado severamente. Eles parecem ter se refugiado na teoria e adotado um relativismo desesperado de paradigmas incomensuráveis (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p. 49).

No atual momento tem-se um contexto onde a ortodoxia da Administração, principalmente norte-americana, não abre mão de seus pressupostos, mas pode-se dizer que o positivismo já perdeu parte de sua força (REED, 2007), e, por outro lado, não existe uma alternativa concreta (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). No campo da Administração Pública, ao incorporar a temática das políticas públicas ao campo, aproximando Administração e política, a Administração Pública realiza também avanços teóricos importantes. Paes-de-Paula (2005a, 2005c) propõe uma aproximação da Gestão Social com a gestão pública no sentido da construção de uma Administração pública societal, porém, a própria autora reconhece que ainda há um longo caminho para edificar uma proposta concreta. Neste contexto de mudança, a Gestão Social desponta como uma “possibilidade objetiva” de

⁴ Contranormal neste contexto se refere à ciência organizacional que é crítica à ortodoxia dos estudos em Administração, esta terminologia é derivada do trabalho de Kuhn (1978) que será apresentado adiante.

constituir um campo de conhecimento científico, não no intuito de ser a única forma de gestão, porém mais uma possibilidade teórica e prática.

Neste contexto de mudança e incerteza na filosofia da ciência, o critério de demarcação de um campo do conhecimento também não é consenso. Neste trabalho serão apresentadas propostas de critério de demarcação da ciência dos seguintes autores: Chalmers (1993, 1994), Demo (2007), Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999), Popper (2007) e Santos (2003). As propostas destes autores foram escolhidas por serem recorrentes entre si, de forma que organizam um grande debate, como será apresentado. Além disso, apresenta, cada um deles, uma proposta clara de critério de demarcação. Estas propostas serão usadas para discutir se a Gestão Social se constitui enquanto campo do conhecimento científico.

Tal questão se torna importante quando se percebe que, no país, não são poucos os trabalhos sobre o tema em programas *stricto sensu*, além dos artigos publicados em eventos e periódicos, como será apresentado à frente.

Segundo Fischer (2002b) e Fischer e Melo (2006), é necessária a construção de um “mapa” que dê significado à Gestão Social, um marco teórico que permita melhorar a gestão das organizações e interorganizações. França Filho (2003, 2008) aponta para a necessidade de referenciais teóricos e metodológicos mais consistentes para a Gestão Social, sob pena da banalização do termo. Bouldosa (2009) e Bouldosa e Schommer (2008, 2009), por outro lado, mostram uma preocupação com a rápida institucionalização da Gestão Social, argumentando que ela pode deixar de ser um processo inovador, uma oportunidade para inovação em políticas públicas e se transformar em um produto modelizado, limitando seu desenvolvimento. Nota-se, então, uma lacuna que urge ser preenchida e este trabalho pretende contribuir neste sentido, levantando a seguinte questão: a Gestão Social constitui um campo de conhecimento científico? Se sim, quais os fundamentos teóricos e metodológicos

da Gestão Social? Assim, procura-se analisar, nesta tese, a Gestão Social como área do conhecimento científico. Ao procurar delimitar o campo científico da Gestão Social pretende-se contribuir com o desenvolvimento de uma área do conhecimento em Administração e de práticas de gestão que podem ser encontradas em várias sociedades.

Parte-se do pressuposto de que a Gestão Social constitui um campo de conhecimento científico com fundamentos teóricos específicos. Defende-se que, apesar de ser um campo ainda em desenvolvimento, a Gestão Social já apresenta avanços em relação à construção destes fundamentos.

O objetivo geral é apresentar uma primeira aproximação de construção dos fundamentos teórico-metodológicos da Gestão Social e de uma primeira delimitação dessa área enquanto campo do conhecimento científico. Dessa forma, a tese se configura como um ponto de partida para o debate e a reflexão da comunidade científica brasileira e internacional em torno da Gestão Social, buscando contribuições críticas para a consolidação desse campo. Para tanto, os objetivos específicos foram os de: a) identificar e analisar a produção acadêmica em Gestão Social; b) identificar e analisar as correntes de pensamento em Gestão Social e as categorias teóricas que a sustentam como área do conhecimento científico; c) demarcar o campo científico da Gestão Social com base em critérios teóricos e de cientificidade.

No levantamento bibliográfico o foco foi no termo “Gestão Social”, não se buscou termos correlatos ou de significados semelhantes, pois o intuito é de entender como o termo vem sendo usado e como o campo está sendo construído.

Dadas estas orientações gerais ao trabalho, a sua justificativa parte de uma tentativa de evitar a vulgarização da terminologia Gestão Social. A pesquisa exploratória realizada para a construção da tese mostrou a grande diversidade de entendimentos acerca do termo e sua utilização, muitas vezes sem critério. Este trabalho segue na direção de Tenório (2008a, 2008b) na tentativa de delimitar o

campo, porém, considerando as ressalvas de Bouldosa (2009) e Bouldosa e Schommer (2008, 2009) de modo a não “engessar” o termo de modo a tirar-lhe as possibilidades de desenvolvimento, tão caras a um termo em construção (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009; FISCHER; MELO, 2006; FRANÇA FILHO, 2003, 2008; GIANELLA, 2008; OLIVEIRA et al., 2009; PINHO, 2010); e ainda as ressalvas de Tenório (2011) quanto à especificidade da realidade não republicana brasileira, a uma utopia relacionada ao termo (dada à hegemonia da gestão estratégica) e suas possibilidades como um não-conceito, intermediando a consciência e a realidade.

França Filho (2003, 2008), em especial, discorre sobre a necessidade de construção destes referenciais não só para evitar a vulgarização, mas também, sua operacionalização no sentido do desenvolvimento de empreendimentos baseados no fato associativo.

O aparecimento recente de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* em Gestão Social⁵ no país (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009), além dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS, realizados anualmente desde 2007) e da existência da própria Rede de Pesquisadores em Gestão Social (RGS) mostram o interesse da academia e da sociedade pela temática, o que torna mais latente ainda a necessidade de estudos teóricos para sua fundamentação.

Em 2008, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) lançou o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Administração - Pró-Administração (Edital Pró-Administração Nº 09 /2008) com o objetivo de estimular a realização de projetos conjuntos entre Programa de pós-graduação em Administração e, entre as áreas

⁵ No caso da Universidade Federal da Bahia (<http://www.adm.ufba.br/contents.php?opc=CRSO&nCrsoId=4>) e Centro Universitário Una em Belo Horizonte (<http://www.mestradoemgsedl.com.br/>) ambos em nível de mestrado profissional.

prioritárias, constava a Gestão Social (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, 2011a).

Por outro lado, a Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD) não contempla mais as áreas de Gestão Social e gestão ambiental como áreas para a submissão de trabalhos em seu evento científico anual por considerá-las como área de aplicação e não de conhecimento, apesar do protesto dos pesquisadores das áreas, relegando-as a temas transversais diluídos nas demais áreas do evento (NASCIMENTO, 2010). Desta forma, este trabalho também tem a função de discutir e ajudar no esclarecimento desta situação, pois se a Gestão Social se configurar como área de conhecimento, de acordo com o pressuposto deste trabalho, tem-se mais argumentos para rever esta decisão.

Esta tese está organizada da seguinte forma. No Capítulo 1 é apresentada a mudança estrutural do conhecimento científico (filosofia da ciência), de modo a discutir os critérios de demarcação da ciência. Discutem-se Popper, Thomas Khun, Lakatos, Feyerabend, Chalmers, Boaventura de Souza Santos e Pedro Demo.

O Capítulo 2 trata dos paradigmas das Ciências Sociais que refletem a construção do conhecimento científico e que sustentam as Ciências Sociais aplicadas, como é o caso da Administração e da Gestão Social.

No Capítulo 3 é apresentada a produção do conhecimento científico a respeito da Gestão Social já considerada como “clássica” no Brasil. Discutem-se as primeiras concepções sobre a Gestão Social no Brasil, expõem-se as críticas ao conceito da Gestão Social e demonstram-se as categorias teóricas do entendimento da Gestão Social como área de conhecimento.

A metodologia é contemplada em seguida, no Capítulo 4, no qual se expõe as características gerais da tese, bem como se apresenta o método de

sistematização de trabalhos publicados sobre Gestão Social. A Análise de Conteúdo é também exposta neste Capítulo, com as delimitações para este trabalho. Por fim, levantam-se questões sobre a Gestão Social como campo de conhecimento científico.

No Capítulo 5 são apresentados os resultados e sua discussão. No Capítulo 6 apresentam-se as considerações finais desta tese.

2 MUDANÇA ESTRUTURAL DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Este capítulo apresenta os critérios de demarcação da ciência, em outras palavras, quais os critérios que determinado campo do conhecimento deve atender para ser caracterizado enquanto ciência.

Dentro da atual discussão sobre teoria do conhecimento (ou filosofia da ciência) não foi encontrado consenso, porém, foram encontrados critérios de demarcação que auxiliaram na construção deste trabalho.

A ciência como é conhecida hoje tem raízes no trabalho de Descartes (1596-1650). Este autor francês, já no início de sua obra mais importante, ‘O discurso do método’, aponta o bom senso como uma característica presente em todos os seres humanos, porém, “[...] a diversidade de opiniões não se origina do fato de que alguns são mais racionais que outros, mas somente pelo fato de dirigirmos nossos pensamentos por caminhos diferentes e não considerarmos as mesmas coisas” (DESCARTES, 2006, p. 10).

O autor expõe, assim, o que hoje pode se considerar como a base da ciência moderna, a dúvida sistemática. Descartes (2006, p. 11) esperava, modestamente, que seu trabalho fosse “[...] útil a alguns, sem ser nocivo a ninguém [...]”. O método de Descartes, denominado de racionalismo, obteve grande sucesso, tendo seu apogeu no século XVIII, no século XIX passa a ser aplicado às ciências naturais para depois chegar às ciências sociais (MOTTA; VASCONCELLOS, 2006).

Segundo o racionalista clássico, os verdadeiros fundamentos do conhecimento são acessíveis à mente pensante. As proposições que constituem aquele fundamento são reveladas como claras, distintas e indiscutivelmente verdadeiras pela contemplação e raciocínio cuidadosos. [...] O primeiro racionalista clássico moderno, do tipo que esbocei aqui, foi René Descartes (CHALMERS, 1993, p. 152).

Por outro lado, contrariando os racionalistas, os relativistas acreditam que não existe uma categoria única: a ciência, que seria intrinsecamente superior às demais formas de conhecimento.

O relativismo nega que haja um padrão de racionalidade universal não histórico, em relação ao qual possa se julgar que uma teoria é melhor que outra. Aquilo que é considerado melhor ou pior em relação às teorias científicas variará de indivíduo para indivíduo e de comunidade para comunidade. O objetivo da busca do conhecimento dependerá do que é importante ou daquilo que é valorizado pelo indivíduo ou comunidade em questão (CHALMERS, 1993, p. 137-138).

O trabalho de Auguste Comte (1798-1857) pode ser considerado uma continuação do de Descartes, segundo ele “cabe ao homem estabelecer leis e relações entre os diversos fenômenos observados” (MIORANZA, [19--], p. 10). Comte é o responsável pela estruturação da chamada escola positiva de pensamento, que consiste “[...] em aplicar às ciências sociais os métodos da matemática para deduzir leis que devem reger o desenvolvimento e o destino da humanidade” (COMTE, [19--], p. 11).

O positivismo seria o estágio teórico final das especulações do homem, precedido pelos estágios teológico e metafísico. O estado teórico teológico é dividido em três fases. Na primeira, o homem atribui vida semelhante à sua a todas as coisas, como, por exemplo, a adoração dos astros; a segunda é constituída pelo politeísmo; e a terceira pelo monoteísmo. Além do seu caráter eminentemente provisório, outra característica comum às três fases do estado teológico é a busca pelo conhecimento absoluto. O estado teórico metafísico, por sua vez, também tenta, a exemplo do estágio anterior, “[...] explicar sobretudo a natureza íntima dos seres, a origem e o destino de todas as coisas, o modo essencial de produção de todos os fenômenos [...]”, a diferença entre os estágios

é que a metafísica “[...] em vez de empregar para isso os agentes sobrenaturais propriamente ditos, ela os substitui cada vez mais por *entidades* ou abstrações personificadas [...]” (COMTE, [19--], p. 21, grifo nosso).

O positivismo, segundo Comte ([19--], p. 16) seria “[...] o regime definitivo da razão”. Para Comte ([19--], p. 24) estes preâmbulos (estágios teológico e metafísico) eram necessários, porém, apenas o sistema positivo emancipa a mente humana, pois a lógica especulativa segue princípios confusos que não traziam provas suficientes e “[...] suscitavam debates sem resultado”.

Segundo Alencar (1999), desde os anos 1930 o positivismo tem dominado as ciências sociais e só a partir dos anos 1960 as abordagens interpretativas começam a ganhar espaço no meio acadêmico. O positivismo, segundo Alencar (1999), estaria baseado em três ideias: o objetivo geral é a identificação de leis universais, a geração do conhecimento se restringe à experimentação e toda pesquisa científica tem os mesmos princípios metodológicos. Para Demo (2007), este é um dos problemas centrais das ciências sociais, a opção por ciências sociais imitativas das ciências naturais, ou ciências sociais com horizonte próprio. Ainda segundo o autor, a abordagem imitativa ou o positivismo ainda é predominante.

Até o período da renascença (inclusive), não havia uma diferença muito marcante entre arte e ciência, Leonardo da Vinci, dentre outros, é um exemplo claro disso (KHUN, 1978). Desde a revolução científica no século XVII, a concepção popular de ciência a considera como um conhecimento provado, derivado de rigorosas observações e experimentos. Nesta perspectiva, a ciência não permite suposições especulativas, pois ela é objetiva, por isso é um conhecimento confiável. Esta posição é classificada como indutivismo ingênuo e ainda é uma posição que tem grande apelo popular (CHALMERS, 1993).

Para Chalmers (1993) o ‘indutivismo ingênuo’, no intuito de formalizar a concepção popular de ciência, acredita que ela parte da observação e da

utilização dos sentidos para descrever fielmente as observações. Para os indutivistas, “[...] desde que certas condições sejam satisfeitas, é legítimo *generalizar* a partir de uma lista finita de proposições de observações singulares para uma lei universal” (CHALMERS, 1993, p. 25, grifo nosso).

Segundo Chalmers (1993) o indutivismo traz diversos problemas na sua concepção e não se sustenta, pois, para realizar generalizações a partir de um grande número de observações sob uma ampla variedade de circunstâncias, pode-se perguntar: quantas observações são necessárias e sob quais circunstâncias? Segundo Chalmers (1993) essas perguntas são suficientes para mostrar as deficiências do indutivismo. Uma saída tentada pelos indutivistas foi a utilização da probabilidade, porém, esta alternativa não corrige as deficiências anteriores, pois

[...] a probabilidade de a generalização universal ser verdadeira é, desta forma, um número finito dividido por um número infinito, que permanece zero por mais que o número finito de proposições de observação, que constituem a evidência, tenha crescido (CHALMERS, 1993, p. 38).

A alternativa tentada é dirigir a probabilidade para um evento único, por exemplo, qual a probabilidade de o sol nascer amanhã? O autor também critica esta segunda alternativa probabilística, pois relacionar a ciência,

[...] com a produção de um conjunto de previsões individuais em vez de produção de *conhecimento* na forma de um complexo de afirmações gerais é, para dizer o mínimo, antiintuitiva, [e ainda] mesmo quando a atenção é restrita a previsões individuais, pode-se argumentar que as teorias científicas e, portanto, as afirmações universais, estão inevitavelmente envolvidas na estimativa da probabilidade de uma previsão ser bem sucedida (CHALMERS, 1993, p. 41, grifo nosso).

Lakatos (1999, p. 9)⁶ concorda que “durante séculos conhecimento significou conhecimento certo – comprovado tanto pelo poder do intelecto quanto pela evidência dos sentidos”. Porém, “o poder de comprovação do intelecto foi posto em dúvida pelos cépticos há mais de dois mil anos [...]”. As descobertas de Newton intimidaram os cépticos, porém, com Einstein retoma-se a discussão e “atualmente, poucos filósofos ou cientistas consideram que o conhecimento científico é, ou pode ser, conhecimento comprovado”.

Essa mudança traz profundas implicações para a estrutura clássica de valores intelectuais e traz algumas reações como a posição de alguns empiristas que trazem o conceito de verdade provável, ou sociólogos do conhecimento com a ideia de verdade por consenso mutável (LAKATOS, 1999).

O conhecimento não pode ser comprovado com total certeza, pois os sentidos humanos são falhos e o olhar do homem está baseado em teorias que podem ser superadas por outras descobertas. Mas, não se está fadado ao ceticismo ou ao relativismo radical em relação à ciência. A ciência existe e existem provas claras que obteve sucesso (o progresso tecnológico é um exemplo), o que muda é a percepção da ciência não como verdade absoluta, mas como verdade provisória em constante desenvolvimento (CHALMERS, 1993; DEMO, 2007; FEYERABEND, 2007; KUHN, 1978; LAKATOS, 1999; POPPER, 2007; SANTOS, 2003). Talvez seja o único consenso encontrado entre os autores.

Mesmo com esta ‘limitação’, a ciência goza de uma inestimável credibilidade junto à sociedade. Ser classificado como científica, é, sem dúvida (pelo menos no senso comum) um elogio para qualquer afirmação, o mais próximo possível que se chega da ‘verdade’, para alguns a própria verdade em si. Mesmo que os cientistas já tenham se dado conta desta limitação, a busca

⁶ Lakatos (1999) é uma edição portuguesa escrita antes do acordo ortográfico, no caso das citações diretas foi mantido o formato original português.

pelo reconhecimento acadêmico e social ainda mantém a aura intocável da ciência, como um local onde não são permitidas especulações sem fundamento. Autores como Chalmers (1993, 1994) e Feyerabend (2007) fazem severas críticas a esta condição e acreditam que deve haver controle social sobre a ciência, posição assumida também por Santos (2003), pois a sociedade deve ter o direito de decidir seu destino, principalmente se a pesquisa a afeta diretamente, como a pesquisa que leva ao desenvolvimento e construção de armas, por exemplo.

Mas o que é ciência, afinal? (Como perguntaria Chalmers). Nas seções seguintes apresenta-se a visão de importantes autores que discutem os limites do que pode ser considerado como ciência e as suas possibilidades de desenvolvimento.

São apresentadas as perspectivas de Chalmers (1993, 1994), Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999) e Popper (2007), que partem das ciências naturais, particularmente da física, para definir a ciência como um todo; posteriormente os trabalhos de Demo (2007) e Santos (2003) que partem das ciências sociais para entender a ciência. Também são apresentados. Pode-se questionar se devem ser consideradas propostas que partem das ciências naturais para avaliar se um campo do conhecimento que estaria inserido nas ciências sociais, mais especificamente nas ciências sociais aplicadas, a Administração. Ao longo deste capítulo, as propostas (tanto as que partem das ciências naturais, quanto as que partem das ciências sociais) têm a intenção de definir ciência como um todo, desta forma, as ciências sociais estariam circunscritas a todas as propostas. Ademais, os autores que são apresentados trazem as propostas que mais tiveram repercussão na filosofia da ciência (teoria do conhecimento) contemporânea.

Para cada uma destas perspectivas é elaborado um quadro sintético com três categorias: critério de demarcação, características da ciência e hipóteses *ad*

hoc. O critério de demarcação é aquele que separa a ciência de outras formas de conhecimento, principalmente do senso comum; as características da ciência apresentam a visão de cada um dos autores em relação à estrutura interna do conhecimento científico; as hipóteses *ad hoc* são alterações na teoria no intuito de responder a alguma observação que as contraria (mais usadas pelos autores que partem das ciências naturais). A organização nestas três categorias tem dois objetivos, o primeiro é poder compará-las e o segundo é, após a apresentação e discussão do estado da arte da Gestão Social, construir parte da resposta ao objetivo geral do estudo, ou seja, testar se a Gestão Social pode ser considerada ciência em cada uma destas perspectivas.

2.1 Popper: falsificacionismo metodológico

O pensamento de Popper está centrado na ideia de falsificação de teorias para a evolução da ciência. Como não há conhecimento certo e comprovado, o autor acredita que as teorias devem ser colocadas à prova, por meio de testes rigorosos. Para isto, as teorias devem ser falsificáveis, ou seja, ao enunciar uma teoria devem-se apresentar os meios para refutá-la. Caso a teoria resista aos testes, ou seja, os testes não a refutem, eles a corroboram de maneira temporária, até que outros testes venham a ser feitos. Segundo Lakatos (1999, p. 151) “as ideias de Popper representam o mais importante desenvolvimento para a filosofia do século XX [...]”.

Para haver falsificação é necessário partir de algum lugar, Popper (2007) chama esta base teórica de enunciados básicos, que também podem ser falseados, desta forma, não há enunciados básicos definitivos.

Dizemos que uma teoria está falseada somente quando dispomos de enunciados básicos aceitos que a contradigam [...] Só a diremos falseada se descobrirmos um *efeito suscetível de reprodução* que refute a teoria. Em outras palavras, somente aceitaremos o falseamento se uma hipótese empírica de baixo nível, que descreva este efeito, for proposta e corroborada. A essa espécie de hipótese cabe chamar de *hipótese falseadora* (POPPER, 2007, p. 91, grifo nosso).

Popper é, então, um crítico do método indutivista. Para o autor, não existe indução, nem mesmo probabilística, a hipótese vem sempre primeiro, este é o “[...] *método dedutivo de prova*, ou de concepção segundo a qual uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente – *após* haver sido formulada” (POPPER, 2007, p. 30, grifo nosso).

O critério de demarcação da ciência de Popper é a falseabilidade,

[...] só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação não a *verificabilidade*, mas a *falseabilidade* de um sistema (POPPER, 2007, p. 42, grifo nosso).

Popper (2007) apresenta, desta forma, uma ‘seleção natural’ de teorias que devem sempre ser testadas no sentido de serem refutadas e substituídas por novas teorias. Escolhe-se uma teoria em detrimento de outras quando ela se torna a melhor em confronto com as demais, “ela não será apenas a que já foi submetida a severíssimas provas, mas a que também é suscetível de ser submetida a provas de maneira mais rigorosa” (POPPER, 2007, p. 116).

Isto nos leva à visão do autor de evolução da ciência. O avanço da ciência não é cumulativo, como pensavam os indutivistas e justificacionistas. A liberdade dos pesquisadores é a chave do processo. A Ciência se desenvolve por meio de “ideias arriscadas, antecipações injustificadas, pensamento especulativos, [estes] são os únicos meios de que podemos lançar mão para interpretar a natureza [...]” (POPPER, 2007, p. 307). Dentro desta perspectiva Popper (2007) apresenta o conceito de sistemas axiomatizados, que são sistemas de teorias logicamente bem construídos de forma que qualquer nova proposição seja entendida como o que realmente é, uma modificação no sistema e não um complemento. Os sistemas axiomatizados devem satisfazer a quatro condições:

[...] (a) o sistema de axiomas deve estar *livre de contradições* (seja a autocontradição, seja a mútua contradição). Isso equivale a exigir que não seja possível deduzir, dos axiomas, todos os enunciados arbitrariamente escolhidos; (b) o sistema deve ser *independente*, isto é, não deve conter qualquer axioma dedutível dos demais axiomas. (Em outras palavras, um enunciado só será denominado axioma se não for dedutível, junto com o resto do sistema.). Essas duas condições dizem respeito ao sistema

axiomático como tais; no que concerne à relação do sistema axiomática para com o todo da teoria, os axiomas devem ser (c) *suficientes* para a dedução de todos os enunciados pertencentes à teoria a ser axiomatizada e (d) *necessários*, para o mesmo propósito; o que significa que eles não devem incluir pressupostos supérfluos (POPPER, 2007, p. 75, grifo nosso).

A tendência da evolução das teorias, segundo Popper (2007), é sair de baixos graus de universalidade para altos graus de universalidade, como os sistemas axiomatizados. Se o início da teoria já estivesse em um alto grau de universalidade, poderia ser considerado, naquele momento, como metafísico e não como ciência empírica, pois a comunidade científica poderia ainda não estar pronta para esta teoria. A única alternativa apontada pelo autor seria a realização de um experimento crucial⁷, baseado em uma situação problema, que corroborasse a teoria.

Outra posição de Popper (2007) a ser considerada está relacionada à questão das hipóteses auxiliares ou hipóteses *ad hoc*. Essas hipóteses são arranjos incrementais na teoria que são usadas para reforçar sua consistência e fazer frente a resultados adversos obtidos em testes, evitando, no caso das proposições de Popper (2007), a refutação da teoria. Para o autor, o uso das hipóteses auxiliares só é admitido se estas aumentarem a falseabilidade da teoria em teste, caso contrário, essas hipóteses são inaceitáveis.

Em síntese, a proposta de Popper (2007) está no Quadro 1.

⁷ Experimento crucial é aquele que não deixa dúvidas quanto à refutação ou corroboração de uma teoria. Lakatos (1999) argumenta que não existem experimentos cruciais, ou eles podem apenas ser verificados *a posteriori*, pois no momento em que são realizados não é possível prever completamente os desdobramentos de seus resultados. Para Lakatos (1999) o título de experimento crucial se aproxima mais de um título honorífico posterior dado ao experimento.

Quadro 1 Síntese da proposta de Popper (2007)

Crítérios	Proposta de Popper (2007)	Descrição
Critério de Demarcação	Falseabilidade	As teorias devem ser passíveis de serem testadas e refutadas ou corroboradas
Características da ciência	Sistemas axiomatizados	Enunciados que satisfaçam às condições: a) livre de contradições (internas ao enunciado e entre enunciados); b) cada enunciado deve ser independente dos demais; c) suficientes para a dedução dos enunciados básicos; d) não incluir enunciados supérfluos
Hipóteses <i>ad hoc</i>	Aceitas apenas as que aumentem o grau de falseabilidade	As hipóteses <i>ad hoc</i> modificam a teoria e a deixam mais falseável

As propostas de Popper tiveram grande influência na teoria do conhecimento, porém, ele recebeu algumas críticas. Lakatos (1999), que pode ser considerado um ‘continuador de sua obra’ tem algumas restrições a Popper. A principal crítica está relacionada à falsificação imediata de teorias refutadas. Lakatos argumenta que os testes são passíveis de erro, tanto de percepção, como de instrumentos. Lakatos concorda com o teste (implacável) da teoria, mas a refutação está relacionada com a substituição de uma teoria (ou sistemas de teorias) por outra melhor. Outra crítica de Lakatos em relação à Popper está centrada no próprio critério de demarcação de Popper, pois

O critério de demarcação de Popper pode de facto ser facilmente ‘falsificado’ [...], mostrando que à sua luz, as melhores realizações científicas não foram científicas e que os melhores cientistas, nos seus melhores momentos, quebraram as regras do jogo da ciência de Popper (LAKATOS, 1999, p. 159).

Feyerabend (2007) argumenta que o método de Popper (2007) não se sustenta. Se as teorias refutadas fossem realmente descartadas tanto a mecânica newtoniana, quanto a relatividade einsteiniana já teriam sido postas de lado, sem dar os frutos que deram. As teorias refutadas devem ser tomadas como teorias “alternativas” que contribuem para fortalecer as teorias “vitoriosas”.

Os metodólogos podem ressaltar a importância dos falseamentos – mas empregam alegremente teorias falseadas; podem fazer sermões a respeito do quão importante é considerar toda a evidência relevante, mas jamais mencionam aqueles fatos importantes e drásticos que mostram que as teorias que admiram e aceitam talvez estejam em tão má situação quanto as teorias mais velhas que rejeitam (FEYERABEND, 2007, p. 85).

Outro autor que se opõe ao descarte de teorias é Chalmers (1993, 1994).

[...] por mais seguramente baseada na observação uma afirmação possa parecer estar, a possibilidade de que novos avanços teóricos revelarão inadequações nessa afirmação não pode ser descartada. Consequentemente, falsificações conclusivas, diretas, de teorias, não são realizáveis (CHALMERS, 1993, p. 90).

Segue-se para a discussão do modelo de Kuhn (1978), baseado na ideia de revolução científica.

2.2 Thomas Kuhn: paradigmas, ciência normal e revoluções científicas

Kuhn (1978) apresenta os conceitos de paradigma, ciência normal, anomalia, crise e revolução científica; bases para entender o desenvolvimento da

ciência. A seguir, discutem-se cada um dos conceitos para apresentar a proposta do autor.

Segundo Khun (1978), os cientistas que compartilham dos mesmos paradigmas estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica, assim, “um paradigma governa, em primeiro lugar, não um objeto de estudo, mas um grupo de praticantes da ciência” (KHUN, 1978, p. 224). Os paradigmas têm duas características essenciais:

[...] suas realizações foram suficientemente sem precedentes para atrair um grupo duradouro de partidários, afastando-os de outras formas de atividade científica dissimilares. Simultaneamente, suas realizações eram suficientemente abertas para deixar toda espécie de problemas para serem resolvidos pelo grupo redefinido de praticantes da ciência (KUNH, 1978, p. 30).

Paradigma é usado com dois sentidos diferentes no texto de Kuhn (1978):

De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas, etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro denota um tipo de elemento nessa constelação: a solução concreta de quebra-cabeças, que empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KHUN, 1978, p. 218).

Em outras palavras, o paradigma pode ser considerado como o corpo de conhecimentos aceito e usado por uma comunidade científica. A prática do paradigma dentro desses padrões é o que identifica uma ciência normal.

[...] 'ciência normal' significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações passadas. Estas realizações são reconhecidas durante algum tempo pela comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior (KUHN, 1978, p. 29).

A ciência normal é a atualização da promessa do paradigma. Quando a pesquisa evolui dentro de um paradigma, as comunicações tendem a ser em forma de artigos mais breves, acessíveis apenas aos que partilham do paradigma (KUHN, 1978). A ciência normal é onde a ciência progride de maneira mais notável, o que é permitido pela própria comunidade científica que aceita o paradigma.

É somente por meio da ciência normal que a comunidade profissional de cientistas obtém sucesso; primeiro explorando o alcance potencial e a precisão do velho paradigma e então isolando a dificuldade cujo estudo permite a emergência de um novo paradigma (KUHN, 1978, p. 192).

Kuhn (1978, p. 92) chama de anomalias os problemas não solucionados que a teoria vai apresentando na medida em que é usada, "as anomalias aparecem somente contra o pano de fundo proporcionado pelo paradigma". Ao contrário de Popper (2007) que prevê o descarte da teoria, no caso da ciência normal, as anomalias são vistas como normais e com possibilidade de resolução com o avanço da própria ciência normal. Quando as anomalias se acumulam, podem formar novas escolas (ou novas teorias) que passam a competir com a ciência normal. Pode haver dois resultados: a ciência normal triunfa e continua seu caminho de desenvolvimento, ou as teorias alternativas conseguem vencer a teoria original, neste caso se tem uma revolução científica em curso (KUNH, 1978).

Revoluções científicas são “[...] episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior” (KHUN, 1978, p. 125). Estabelecido o novo paradigma, volta-se, então, ao produtivo período de ciência normal. Segundo Chalmers (1993, p. 123, grifo nosso), “o quadro de Kuhn da maneira como progride a ciência pode ser resumido no seguinte esquema aberto: *pré-ciência – ciência normal – crise-revolução – nova ciência normal – nova crise*”. No Quadro 2 apresenta-se uma síntese desta estrutura:

Quadro 2 Síntese da estrutura das revoluções científicas de Kuhn

Ciência Pré-paradigmática	Paradigma (ou paradigmas estreitamente relacionados)	Revoluções Científicas
<ul style="list-style-type: none"> - Grande profundidade nas discussões - Liberdade nas pesquisas - Multiplicidade de escolas em competição 	<ul style="list-style-type: none"> - Ciência normal: Estabelecimento de padrões sobre o que é científico e sobre o olhar dos cientistas sobre o mundo - Ceticismo dos cientistas sobre outras abordagens fora do paradigma - Elaboração de manuais e vocabulário próprio (ambiente esotérico – conhecimento restrito a um pequeno número de iniciados) - Grande desenvolvimento do conhecimento da área em um escopo relativamente restrito (resolução de quebra-cabeças), não precisa reelaborar seus fundamentos - Produção de conhecimento para o próprio grupo e avaliada por ele mesmo 	<ul style="list-style-type: none"> - Crises na ciência normal: descobertas de anomalias não explicadas pelo paradigma - Novas propostas, grandes debates com aprofundamentos das discussões e incerteza – Ciência anormal - Termina com a vitória total de um dos campos rivais - Condições para aceitar o novo paradigma: capacidade de resolver problemas de maneira nova e garantir a preservação de grande parte da capacidade de resolver problemas conquistada pelo(s) paradigma(s) anterior(es) - Reelaboração dos manuais

Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999) e Popper (2007), acreditam que o avanço da ciência não é cumulativo. Kuhn (1978) aproxima-se

ainda de Feyerabend (2007) no sentido da incomensurabilidade dos paradigmas (CHALMERS, 1993).

O critério de demarcação de ciência de Kuhn (1978) é a aquisição de um primeiro paradigma para o campo, pois “a aquisição de um paradigma e do tipo de pesquisa mais esotérico⁸ que ele permite é um sinal de maturidade no desenvolvimento de qualquer campo científico que se queira considerar” (KHUN, 1978, p. 31). Segundo Chalmers (1993, p. 146) “a característica mais importante de um campo de indagação quanto à distinção entre ciência e não ciência, afirma Kuhn, é a extensão em que o campo é capaz de sustentar uma tradição científica normal”.

O período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito dos métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora estes debates sirvam mais para definir escolas que para produzir um acordo (KHUN, 1978, p. 73).

Durante este período é difícil encontrar provas de progresso do conhecimento, a não ser dentro das próprias escolas competidoras. Esses debates não se extinguem imediatamente com o surgimento do paradigma, porém, com o passar do tempo e estabelecimento da ciência normal, são praticamente extintos, voltando apenas pouco antes das revoluções científicas (KHUN, 1978).

Um paradigma, em sua primeira aparição pode parecer muito limitado tanto em seu âmbito quanto em sua precisão, porém, se foi reconhecido como tal significa que pareceu ser melhor que as outras teorias, apesar de não explicar todos os fatos (e de fato isto nunca acontece). Um dos fatos que caracteriza a emergência do primeiro paradigma é a confiança crescente nos manuais ou seus

⁸ O adjetivo esotérico é muito usado no texto de Kuhn (1978). O sentido atribuído aqui está relacionado a ser acessível apenas aos iniciados, ou seja, à comunidade científica que compartilha do paradigma.

equivalentes produzidos pela comunidade científica para treinar os próximos cientistas (KHUN, 1978).

Outro conceito relevante em Kuhn (1978) é o de comunidade científica. Uma comunidade científica é um grupo formado por praticantes de uma mesma especialidade científica, com iniciação profissional e educação similar, baseada em uma mesma literatura-padrão e que trabalham com o mesmo objeto de estudo científico (KHUN, 1978). As comunidades científicas são, então, formadas nas escolas de nível superior, onde os futuros cientistas são treinados dentro da ciência normal vigente à época, o que, de certa forma, pode fazer com que ideias novas sejam consideradas *a priori* como não científicas dentro de um campo de conhecimento já consolidado. Neste sentido, Feyerabend (2007) faz uma descrição minuciosa da exposição de John Stuart Mill sobre o caminho que seguem as novas teorias.

John Stuart Mill apresentou uma fascinante descrição da transformação gradual de ideias revolucionárias em obstáculos para o pensamento. Quando uma nova concepção é proposta, defronta-se com um público hostil, e são necessárias excelentes razões para obter-lhe mesmo uma audiência moderadamente justa. As razões são apresentadas, mas são amiúde desconsideradas ou ridicularizadas, e infelicidade é a sina dos inventores audazes. Mas gerações novas, estando interessadas em coisas novas, ficam curiosas; consideram as razões, levam-nas adiante, e grupos de pesquisadores iniciam estudos detalhados. Estes estudos talvez conduzam a êxitos surpreendentes (também suscitam grande porção de dificuldades). Ora, nada é tão bem sucedido como o sucesso, mesmo que seja sucesso rodeado de dificuldades. A teoria passa a ser um tópico de discussão aceitável; é apresentada em simpósios e grandes congressos. Os membros intransigentes do *status quo* sentem-se obrigados a estudar um ou outro artigo, a resmungar alguns comentários e, talvez, a tomar parte em sua exploração. Chega a um momento que a teoria não é mais um tópico esotérico de discussão para seminários e conferências avançados, mas ingressa

no domínio público. Há textos introdutórios e popularizações; questões de exames começam a lidar com problemas a serem resolvidos nos termos da teoria. Cientistas pertencentes a campos distantes e filósofos, tentando exhibir-se, fazem alusões aqui e ali, e este desejo frequentemente mal-informado de estar do lado certo é tomado como mais um sinal de importância da teoria.

Infelizmente este aumento de importância não é acompanhado por melhor compreensão – ocorre justamente o oposto. Aspectos problemáticos que haviam sido originalmente introduzidos com o auxílio de argumentos cuidadosamente construídos tornam-se agora princípios básicos; pontos duvidosos transformam-se em *slogans*; debates com oponentes passam a ser padronizados e também bastante irrealistas, pois os oponentes, tendo de se expressar em termos que pressupõem o que contestam, parecem usar de subterfúgios, ou empregar mal as palavras. Alternativas são empregadas, mas já não contêm contrapropostas realísticas; servem apenas como pano de fundo para o esplendor da nova teoria. Assim, temos de fato êxito – mas é o êxito de uma manobra executada no vazio, superando dificuldades que foram de antemão estabelecidas de modo que tivesse solução fácil. Uma teoria empírica como a mecânica quântica ou uma prática pseudo-empírica como a medicina científica moderna com seus antecedentes materialistas podem, é claro indicar numerosas conquistas, mas *qualquer* concepção, *qualquer* prática que tenha existido por algum tempo tem conquistas. A questão é de quem são as melhores ou mais importantes conquistas, e *essa* questão não pode ser respondida, pois não há alternativas realísticas que possam fornecer um ponto de comparação. Uma invenção maravilhosa transformou-se num fóssil (FEYERABEND, 2007, p. 58-59, grifo nosso).

Ao invés de utilizar o termo teoria, Khun (1978) prefere matriz disciplinar. Matriz porque é composta por elementos ordinários de várias espécies e disciplinar porque se refere à posse comum de uma disciplina particular. A matriz disciplinar é constituída por objetos de compromisso

(paradigmas ou partes deles), os seus principais componentes são: a) Generalizações Simbólicas: expressões utilizadas sem discussão ou dissensão pelos membros do grupo que podem ser expressas de maneira lógica e são pontos de apoio para a resolução dos quebra-cabeças, b) Crenças em Determinados Modelos: fornece ao grupo analogias e metáforas preferidas ou permissíveis, ajudando a determinar o que será aceito como resposta de um quebra-cabeça e ainda quais são os quebra-cabeças mais importantes, c) Valores: faz com que os pesquisadores se sintam parte de uma comunidade, porém, os valores podem ser compartilhados por pessoas que divergem quanto à sua aplicação, o que pode ser saudável para a ciência e é uma maneira de uma comunidade científica diminuir os riscos e assegurar o sucesso no longo prazo e d) Exemplares: soluções concretas para problemas, indicando por meio de exemplos como o cientista deve realizar seu trabalho.

Com estas considerações já se pode fazer uma síntese da proposta de Kuhn (1978).

Quadro 3 Síntese da proposta de Kuhn (1978)

Crítérios	Proposta de Kuhn (1978)	Descrição
Crítério de Demarcação	Aquisição do 1º paradigma	Um campo só pode ser considerado ciência se sustentar uma tradição de ciência normal
Características da ciência	Matriz disciplinar	Constituída por objetos de compromisso dentro da ciência normal: a) generalizações simbólicas (premissas da ciência usadas na resolução de quebra-cabeças); b) crenças em determinados modelos, que mostram as respostas possíveis para os quebra-cabeças; c) valores (da comunidade científica); e d) exemplos de respostas dentro da ciência normal
Hipóteses <i>ad hoc</i>	Não são necessárias	A ciência normal coloca as anomalias de lado como casos ainda não resolvidos, não há necessidade de hipóteses <i>ad hoc</i> para ‘complementar a teoria’

Lakatos (1999) critica Kuhn (1978) por este acreditar que a continuidade da ciência (ciência normal) tem bases sócio-psicológicas, que tendem para o irracionalismo. Para Lakatos (1999) a continuidade da ciência se dá em bases racionais.

A história da ciência tem sido e deveria ser uma história de competição entre programas de investigação (ou se preferir, 'paradigmas'), mas não tem sido e não se deve transformar numa sucessão de períodos de 'ciência normal': quanto mais cedo se inicia a competição, melhor para o progresso. O 'pluralismo teórico' é melhor que o 'monismo teórico': neste ponto Popper e Feyerabend têm razão e Kuhn está enganado (LAKATOS, 1999, p. 79-80, grifo nosso).

Segundo Chalmers (1993, p. 123), “a diferença entre Kuhn de um lado e Popper e Lakatos de outro, é a ênfase do primeiro nos fatores sociológicos”, esta diferença também “deu ocasião a um debate quanto às duas posições contrastantes associadas com os termos ‘racionalismo’ e ‘relativismo’ respectivamente” (CHALMERS, 1993, p. 137). Santos (2003), por outro lado, amplia ainda mais a perspectiva sociológica de Kuhn (1978), sugerindo que a mudança de paradigma não estaria restrita a provas científicas e à comunidade científica, dependendo também do ambiente social.

Segundo Lakatos (1999) existe uma diferença importante entre Kuhn e Popper em relação ao desenvolvimento da ciência. Para Popper a ciência estaria em permanente revolução e a crítica seria a alma do empreendimento científico, enquanto que para Kuhn a revolução é excepcional e a crítica em tempos normais (ciência normal) é estranha ao processo. Porém, Kuhn (1978) prevê a existência de anomalias durante o período de ciência normal, que poderiam ser consideradas críticas ao paradigma dominante e, por outro lado, o próprio

Lakatos (1999) ao propor sua hermenêutica positiva⁹, que “blinda” seu núcleo firme, estaria defendendo o programa de investigação científica (ou o paradigma para Kuhn) das críticas.

As críticas de Lakatos (1999), como se pode observar, estão centradas na perspectiva de comunidade científica de Kuhn (1978) que de certa forma é entendida como uma entidade que muda (de paradigma, via revolução científica) apenas por motivos psicológicos (ou até religiosos). No entanto, Kuhn (1978) deixa claro que as anomalias, mesmo postas de lado pela ciência normal, quando não solucionadas se acumulam e tornam insustentável o paradigma dominante. Desta forma, discorda-se das críticas de Lakatos (1999) em relação a este tema. Principalmente porque sua proposta de hermenêutica positiva e negativa se aproxima consideravelmente da posição de Kuhn (1978).

Santos (2003) faz, ainda, duas críticas a Kuhn (1978), a primeira se relaciona à classificação kuhniana onde as ciências sociais estariam na fase pré-paradigmáticas. O autor argumenta que dentro da perspectiva de degenerescência da ciência moderna a relação entre ciências sociais e ciências naturais estaria mudando e esta constatação não se aplica em um contexto de pluralidade metodológica. A segunda crítica se relaciona à importância do papel da sociedade nas comunidades científicas, que segundo Santos (2003) é muito importante e se reflete nos próprios resultados da comunidade científica. Estas críticas implicam em outra crítica em relação às revoluções científicas kuhnianas, pois a escolha de um novo paradigma por uma comunidade científica, além de abrir caminho para novas descobertas (quebra-cabeças), também sofre influência da sociedade como um todo e não apenas internamente à comunidade científica.

A seguir, apresenta-se a proposta de Lakatos (1999) com os programas de investigação científica.

⁹ Apresentaremos a proposta de Lakatos (1999) com detalhes na seção seguinte.

2.3 Lakatos e os programas de investigação científica: do falsificacionismo metodológico ao falsificacionismo sofisticado

A proposta de Lakatos (1999) é, segundo o próprio autor, uma evolução das ideias de Popper (2007). A diferença básica está relacionada ao não descarte imediato de teorias refutadas. Outra diferença se refere ao carácter histórico do processo, para Lakatos (1999) não se refuta uma teoria, mas uma série de teorias (ou um programa de investigação científica) que evoluíram no tempo. Além disso, um programa só pode ser refutado se houver um substituto melhor. Os conceitos centrais, para entender a proposta de Lakatos (1999), são programa de investigação científica, heurística positiva e heurística negativa.

Lakatos (1999) classifica sua proposta de falsificacionismo sofisticado, em oposição ao falsificacionismo ingênuo.

Para o falsificacionista ingênuo, qualquer teoria susceptível de ser interpretada como experimentalmente falsificável é 'aceitável' ou 'científica'. Para o falsificacionista sofisticado, uma teoria só é 'aceitável' ou 'científica' se, comparativamente à sua antecessora (ou rival), apresenta um conteúdo empírico corroborado adicional, ou seja, apenas se conduzir à descoberta de novos factos (LAKATOS, 1999, p. 36).

O falsificacionismo sofisticado, ao substituir o conceito de teoria pelo de série de teorias, passa a avaliar como científico ou não científico (critério de demarcação científica) uma série de teorias e não uma dada teoria em separado. Essas séries de teorias estão ligadas por uma continuidade que as unifica em um programa de investigação científica (que lembram, segundo o autor, a ciência normal kuhniana) (LAKATOS, 1999).

O programa é constituído por regras metodológicas: algumas indicam-nos os caminhos da investigação a

evitar (*heurística negativa*), outras os caminhos a seguir (*heurística positiva*). Até a ciência como um todo se pode ver como um gigantesco programa de investigação [...] (LAKATOS, 1999, p. 54, grifo nosso).

A heurística negativa define o núcleo firme¹⁰ do programa, que é irrefutável por decisão metodológica dos participantes do programa de investigação científica. A heurística negativa cria um cinturão protetor de hipóteses *ad hoc* para onde são dirigidas as críticas ao programa. O cinturão protetor deve ser ajustado e reajustado de forma a suportar o embate com as anomalias que surgirem. Estas hipóteses *ad hoc* têm também a função de serem produtoras de aumento de conteúdo, fortalecendo ainda mais o núcleo firme.

Nesse caso, podemos dizer que devemos exigir que cada passo de um programa de investigação seja portador, consistentemente, de um aumento do conteúdo: que cada passo constitua uma *alteração de problemática teórica consistentemente progressiva*. Além disso, só necessitamos que, pelo menos de vez em quando, o acréscimo de conteúdo seja retrospectivamente corroborado; o programa como um todo deveria também revelar uma *alteração empírica intensamente progressiva*. Não exigimos que cada passo produza *imediatamente* um facto novo *observado*. O termo 'intermitentemente' oferece um campo de acção *racional* suficiente para permitir a adesão dogmática a um programa, face a 'refutações' *prima facie* (LAKATOS, 1999, p. 56-57, grifo nosso).

Por outro lado, a heurística positiva está centrada em desenvolver as variantes refutáveis do programa e também tornar mais sofisticado o cinturão protetor do programa de investigação. A heurística positiva delimita os tipos de problemas a serem escolhidos pelos pesquisadores dentro do programa.

¹⁰ Chalmers (1993) denomina o núcleo firme de núcleo irredutível.

As anomalias são identificadas e colocadas de lado, na esperança que se tornem, no futuro, fonte de corroboração ao próprio programa. As anomalias se tornam importantes e alvo de pesquisa quando um programa entra em uma fase degenerativa, quando a heurística positiva perdeu o seu vigor e não antes disso (LAKATOS, 1999).

Lakatos (1999) defende a competição entre programas rivais, de modo a que se possam compará-los para escolher o melhor. Neste ponto, ele se distingue de Kuhn (1978) que utiliza o conceito de ciência normal no singular. Lakatos (1999) acredita na pluralidade dos programas de investigação científica e, defende ainda, que um programa iniciante, mesmo incipiente, não deve ser abandonado, e, sim, protegido até que consiga apresentar resultados¹¹. Porém, para se abandonar um núcleo firme de um programa de investigação científica, o novo programa deve explicar o que o outro já explicava e apresentar um ‘poder heurístico’ maior (LAKATOS, 1999). Este processo de substituição não é imediato, a disputa entre os programas envolve novas hipóteses *ad hoc* de cada lado de modo a reforçar sua posição na disputa.

No Quadro 4 expõe-se uma síntese da proposta dos programas de investigação científica de Lakatos (1999).

Segundo Chalmers (1993) a proposta de Lakatos (1999) apresenta alguns problemas. O primeiro está relacionado à competição entre os programas. O critério de Lakatos (1999), segundo Chalmers (1993), é que os méritos relativos aos programas devem ser julgados à medida que eles estejam progredindo ou degenerando, o programa que está degenerando cede espaço ao programa que se desenvolve. A crítica de Chalmers (1993) está centrada no fator tempo. Quanto tempo deve-se passar até decidir se um programa se degenerou e seu núcleo firme deve ser abandonado. Segundo Chalmers (1993), Lakatos

¹¹ Alguns programas de investigação novos podem ainda trazer ‘enxertos’ de programas anteriores ou atuais.

(1999) não traz a resposta em seu texto e ainda reconhece “[...] que os méritos relativos de dois programas somente podem ser decididos ‘olhando-se para trás’” (CHALMERS, 1993, p. 120). Desta forma, qual é a utilidade de uma metodologia se ela não pode fazer previsões? Simplesmente mostrar que as mudanças ocorreram conforme a metodologia é não explicar como isso aconteceu (CHALMERS, 1993).

Quadro 4 Síntese da proposta dos programas de investigação científica de Lakatos

Crítérios	Proposta de Lakatos (1999)	Descrição
Crítério de Demarcação	Constituir um Programa de Investigação científica	Deve existir uma série de teorias com um núcleo irrefutável
Características da ciência	Heurística Negativa e Heurística Positiva	Devem-se desenvolver formas de manter e ampliar o núcleo firme do programa, além de transformar anomalias em corroborações
Hipóteses <i>ad hoc</i>	Reforçam o Núcleo Firme	As hipóteses <i>ad hoc</i> são um cinturão protetor para o núcleo firme

O segundo problema apresentado por Chalmers (1993) está relacionado ao papel das decisões conscientes dos cientistas para a mudança de uma teoria. Ou seja, Lakatos (1999) não considera o fator psicológico da comunidade científica na hora de refutar um programa de investigação científica, o autor apresenta apenas critérios objetivos, baseados no seu desenvolvimento ou degenerescência. Feyerabend (2007) apóia esta crítica, afirmando que

[...] o material que um cientista *realmente* tem à sua disposição, suas leis, seus resultados experimentais, suas técnicas matemáticas, seus preconceitos epistemológicos, sua atitude em relação às consequências absurdas das teorias que aceita, são, em muitas maneiras, indeterminados, ambíguos, e *nunca estão inteiramente separados do pano de fundo histórico* (FEYERABEND, 2007, p. 86, grifo nosso).

Chalmers (1993) apresenta ainda uma possibilidade de avanço na metodologia dos programas de investigação científica, propondo a ideia de grau de fertilidade, que seria o conjunto de oportunidades que o programa apresenta em um dos seus estágios de desenvolvimento. O grau de fertilidade seria inerente ao programa, podendo ou não ser percebido e/ou desenvolvido pelos cientistas do programa. Além disso, a noção de grau de fertilidade poderia ser usada para fazer comparações qualitativas entre programas rivais.

Na próxima seção é apresentada a proposta de Feyerabend (2007), classificada como anarquista por Chalmers (1993), autor que apóia muitas de suas afirmações, e de relativista por Lakatos (1999) que discorda de suas posições.

2.4 Feyerabend: anarquismo ou liberdade?

A proposta de Feyerabend (2007), por sua vez, é a mais aberta de todas as já apresentadas. O autor discorda que exista um padrão para o desenvolvimento da Ciência, pois “*os eventos, os procedimentos e os resultados que constituem as ciências não têm uma estrutura comum*; não há elementos que ocorram em toda investigação científica e não estejam em outros lugares” (FEYERABEND, 2007, p. 19, grifo nosso).

Segundo Feyerabend (2007, p. 31, grifo nosso) “[...] o *anarquismo*, ainda que talvez não seja a mais atraente filosofia *política*, é, com certeza um excelente remédio para a *epistemologia* e para a *filosofia da ciência*”, assim, “o *único princípio que não inibe o progresso é: tudo vale*”.

Por não haver padrões no seu desenvolvimento (como os expostos anteriormente por Popper, Kuhn e Lakatos), pode-se considerar que “a *ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais apto a estimular o progresso do que suas alternativas que*

apregoam a lei e a ordem” (FEYERABEND, 2007, p. 31, grifo nosso). Ainda segundo Feyerabend (2007), nenhuma teoria estará de acordo com todos os fatos, se exige isto não se tem teoria alguma, assim, o falsificacionismo (de Popper e Lakatos) não faz nenhum sentido.

[...] o conhecimento não é uma série de teorias autoconscientes que converge para uma concepção ideal; não é uma aproximação gradual à verdade. É, antes, um sempre crescente *oceano de alternativas mutuamente incompatíveis*, no qual cada teoria, cada conto de fadas e cada mito que faz parte da coleção força os outros a uma articulação maior, todos contribuindo, mediante este processo de competição, para o desenvolvimento da nossa consciência (FEYERABEND, 2007, p. 46, grifo nosso).

Neste contexto, o cientista deve ser um oportunista¹² e não estar preso a métodos, pois as situações são sempre novas e a ciência é um meio complexo, com desdobramentos surpreendentes que não cabem em procedimentos ou regras estabelecidas, some-se a isso as condições em constante mudança na história (FEYERABEND, 2007). Porém, “[...] o elemento mais capaz de levar um cientista moderno a abandonar aquilo que sua ‘consciência científica’ lhe diz que deve perseguir ainda é o *dólar* (ou, mais recentemente o franco suíço)” (FEYERABEND, 2007, p. 69, grifo nosso).

O princípio básico defendido pelo autor é o da contra-indução. Feyerabend (2007) sugere que a criação de hipóteses que contradigam as teorias estabelecidas faz avançar a ciência. Esta concepção aproxima-se da questão da competição dos programas de investigação de Lakatos (1999), porém, na proposta de Feyerabend (1991) as hipóteses criadas são deliberadamente

¹² Feyerabend (2007) usa a expressão oportunista para indicar que o cientista deve aproveitar toda e qualquer possibilidade que se apresentar, de forma a não perder nenhuma chance.

contraditórias às teorias estabelecidas. A construção de teorias alternativas pode ajudar a entender os resultados das provas e, conseqüentemente, a refutação da teoria original (FEYERABEND, 2007). As teorias refutadas não devem ser descartadas e podem ser tomadas como teorias alternativas, contribuindo para fortalecer as teorias vitoriosas (FEYERABEND, 2007). Esta posição também se aproxima de Lakatos (1999), mas se afasta de Popper (2007).

Segundo Feyerabend (2007, p. 46) “[...] algumas das mais importantes propriedades formais de uma teoria são descobertas por contraste, e não por análise”, pois as teorias devem ser comparadas antes com outras teorias “[...] do que com a ‘experiência’ e tem de tentar aperfeiçoar, em vez de descartar, as concepções que fracassaram nesta competição”, pois os “[...] preconceitos são descobertos por contraste e não por análise” (FEYERABEND, 2007, p. 47).

O autor discorda dos padrões de desenvolvimento da ciência propostos, pois eles não explicam o passado da ciência e podem estorvá-la no futuro, “Sem ‘caos’ não há conhecimento. Sem um frequente abandono da razão não há progresso” (FEYERABEND, 2007, p. 220). O autor argumenta, ainda, que as ideias que formam a base atual da ciência só existem hoje porque no passado houve preconceito, presunção e paixão que se opuseram à razão.

Feyerabend (2007) tem uma posição firme em relação ao controle social da ciência. Para o autor, o público em geral tem o direito de participar da discussão sobre as realizações científicas, e isto será feito sem atrapalhá-las, pois não existem caminhos certos ou garantidos para seu desenvolvimento. Ainda nos casos em que o trabalho do cientista afete o público, este deveria ter o direito de participar, ou seja, “[...] uma democratização completa da ciência (o que inclui a proteção das minorias, como os cientistas) não está em conflito com a ciência”. Esta postura estaria, sim, em conflito com o racionalismo, “[...] que usa uma imagem congelada da ciência para aterrorizar pessoas não familiarizadas com sua prática” (FEYERABEND, 2007, p. 21).

O autor argumenta, ainda, que a ciência é apenas uma das formas de “lidar” com o mundo, e acredita também que o atual *status* da ciência, faz com que “sua autoridade social [seja] tão esmagadora *que se faz necessária uma interferência política para restaurar um desenvolvimento equilibrado*” (FEYERABEND, 2007, p. 222, grifo nosso).

Tudo o que digo é que os não-especialistas frequentemente sabem mais que especialistas e *deveriam, portanto, ser consultados*, e que profetas da verdade (incluindo os que empregam argumentos) em geral são impelidos por uma visão que conflita com os próprios eventos que, supõe-se, esta visão estaria explorando. Existe uma ampla evidência para ambas as partes desta asserção (FEYERABEND, 2007, p. 17, grifo nosso).

Este distanciamento da ciência em relação à população e sua reificação, enquanto sinônimo de verdade incontestável traz alguns problemas, pois

Em vez de perguntar às pessoas que estão envolvidas em certa situação problemática, os promotores do desenvolvimento, educadores, tecnólogos e sociólogos obtém sua informação sobre ‘o que essas pessoas realmente querem e precisam’ de estudos teóricos executados por seus estimados colegas naquilo que eles pensam sobre os campos relevantes. Não se consultam seres humanos, mas modelos abstratos. Não é a população-alvo que decide, mas os produtores dos modelos. Intelectuais pelo mundo afora assumem como dado que seus modelos serão mais inteligentes, farão melhores sugestões, terão melhor apreensão da realidade dos seres humanos que os próprios serem humanos (FEYERABEND, 2007, p. 351-352, grifo nosso).

Baseado nesta apresentação das ideias de Feyerabend (2007) pode-se agora apresentar uma síntese no Quadro 5.

Quadro 5 Síntese da proposta de Feyerabend (2007)

Crítérios	Proposta de Feyerabend (2007)	Descrição
Crítério de Demarcação	Não há um critério de demarcação, vale tudo	A liberdade irrestrita é o critério para a ação do cientista
Características da ciência	Criação de hipóteses contraditórias (contra-indução)	A criação de hipóteses contraditórias é o princípio de desenvolvimento da ciência
Hipóteses <i>ad hoc</i>	São permitidas	Qualquer estratégia adotada pelo cientista é válida

A posição de Feyerabend é bastante distinta das posições anteriores e a principal crítica a seu trabalho é feita por Lakatos (1999)¹³ que a classifica de relativista. Porém, segundo Chalmers (1993, p. 173),

[...] um dos relatos de ciência contemporâneos mais estimulantes e provocadores é aquele que foi pitorescamente apresentado por Paul Feyerabend; nenhuma avaliação da natureza ou do *status* da ciência estaria completa sem alguma tentativa de entrar em acordo com ele.

Segundo Santos (2003) o incompreendido ‘anarquismo metodológico’ de Feyerabend não pode ser desconsiderado levemente, pois contém críticas importantes. Porém, a recusa radical de Feyerabend do caráter privilegiado do conhecimento científico inviabilizaria a dupla ruptura epistemológica¹⁴ proposta por Santos (2003). Além disso, Santos (2003) identifica, no próprio texto de Feyerabend (2007), que se não há uma regra de ouro, há diversas regras que são

¹³ No prefácio de seu trabalho, Feyerabend (2007) relata que foi o próprio Lakatos que o estimulou a escrever sua obra mais importante ‘Contra o método’, pois considerava suas ideias ‘muito diferentes’ e merecedoras de discussão.

¹⁴ A dupla ruptura epistemológica proposta por Santos (2003) consiste no rompimento da ciência com o senso comum (1ª ruptura) e posteriormente a ruptura com a 1ª ruptura (2ª ruptura), esta proposta será detalhada mais adiante.

seguidas em determinados contextos, contrariando a asserção feyerabendiana que a regra é não ter regras. Outra crítica de Santos (2003) a Feyerabend é em relação à duplicidade retórica do conhecimento científico, pois Feyerabend se concentra apenas no autoconvencimento do cientista sem considerar o contexto (comunidade científica) ao qual o cientista também responde que atua de forma diferenciada em cada cientista. Assim, Santos (2003) prefere o conceito de metodologia transgressiva (transgressão em relação aos argumentos mais convincentes da comunidade científica e violação de regras publicamente consagradas) ao de anarquismo metodológico, pois o primeiro contempla a duplicidade retórica, ou seja, contempla a comunidade científica no contexto. Em síntese, Santos (2003) aponta que o cientista não se vê como um anarquista, em uma investigação concreta nunca vale tudo (como em alguns momentos Feyerabend deixa transparecer e em outros afirmar), pois há argumentos mais ou menos válidos e mais ou menos convincentes, o que vale também para o método, e existem algumas regras, mesmo que contextuais para a investigação.

Na seção seguinte apresenta-se a posição de Chalmers (1993, 1994), que abre caminho para as posições de Demo (2007) e Santos (2003), que têm argumentos cuja origem está nas ciências sociais.

2.5 Chalmers: o que é ciência afinal?

A proposta de Chalmers (1993, 1994)¹⁵ se aproxima da Feyerabend (2007). O autor propõe os conceitos de meta da ciência e de grau de fertilidade como um critério de controle para o desenvolvimento científico.

¹⁵ Em seu livro “A fabricação da ciência” (CHALMERS, 1994), o autor propõe discutir a ciência em termos da física, porém, deixa espaço para a apropriação de suas ideias para outras áreas do conhecimento.

A construção do conhecimento, segundo o autor, não parte do nada. O início acontece justamente até onde o conhecimento já evoluiu e isto acontece com o uso e/ou aperfeiçoamento dos métodos que se tem à mão. O desenvolvimento da ciência, então, se dá em relação ao que já é conhecido ou aceito e a capacidade de prever novos fenômenos é um sinal de avanço (CHALMERS, 1994).

A meta da ciência proposta por Chalmers (1993, 1994) estaria entre o método universal (proposta que acredita que exista um critério único para a ciência) e o relativismo cético (proposta onde se acredita que não existem critérios). A meta da ciência pode ser descrita como a proposta de desenvolvimento da ciência. Neste sentido, o autor alerta que existem outras metas (que não a da ciência) que também são buscadas pela sociedade, esta busca acontece de maneira entrelaçada de forma que pode haver influência de outros objetivos na meta da ciência (distribuição de recursos para pesquisa, escolha de áreas prioritárias pelo governo, etc.). A ciência não é uma atividade praticada isoladamente em relação a outros interesses, porém, “[...] é possível e importante fazer uma distinção entre a meta de produzir o conhecimento científico e outras metas, e essa distinção é essencial para uma explicação e uma avaliação satisfatória da ciência” (CHALMERS, 1994, p. 127). Porém, “o simples fato de que a atividade científica não pode ser separada das outras que atendem a outros interesses não implica em si que o objetivo da ciência seja subvertido” (CHALMERS, 1994, p. 159).

Em especial, as mudanças nos métodos, padrões, e se for o caso, paradigmas fundamentados podem ser avaliados do ponto de vista da amplitude em que estendem a meta da produção do conhecimento aperfeiçoado e mais abrangente. Afirmo que isto pode ser feito; a ciência pode e frequentemente tem sido praticada de uma forma que atende predominantemente aos interesses da produção do

conhecimento, mais do que é subserviente a outros interesses de classes, ideológicos ou pessoais (CHALMERS, 1994, p. 58).

As metas, então, não devem ser utópicas, se querem ser úteis, de forma que se possa constatar um avanço em sua realização. Além disso, as metas podem e devem ser modificadas de acordo com a realidade encontrada e diante dos próprios resultados (CHALMERS, 1994).

Como a meta da ciência certamente terá de ser avaliada em relação a outros objetivos e outros interesses, uma vez adotada esta meta, a extensão alcançada pelos diversos métodos e padrões não é uma questão de opinião subjetiva, mas de fato objetivo a ser determinado de maneira prática (CHALMERS, 1994, p. 19).

Segundo Chalmers (1994), a meta da ciência defende a ciência do ceticismo radical, pois estabelece critérios para o desenvolvimento da ciência. Porém, o autor esclarece que a meta da ciência não está e nem deveria estar acima dos demais interesses da sociedade, pois “[...] o problema de utilizar equitativamente o conhecimento científico que temos é um problema de urgência maior do que a produção de mais conhecimento científico na sociedade contemporânea” (CHALMERS, 1994, p. 59).

Em sua argumentação, Chalmers (1994) usa o conceito de grau de fertilidade. Segundo o autor o conceito se refere à amplitude de oportunidades para desenvolvimento que uma teoria oferece em um determinado contexto prático ou teórico e às possibilidades reais que uma teoria apresenta, dentro do contexto dos recursos teóricos e experimentais disponíveis.

Em relação ao critério de demarcação de ciência do autor, sua posição é bem menos arbitrária que a de Kuhn (2007), Lakatos (1999) e Popper (2007), se

aproximando da de Feyerabend (2007). O primeiro argumento é que não existe uma categoria única chamada ciência, pois não é possível defender esta concepção tão geral da ciência. A utilização de categorias gerais para a demarcação da ciência é usada para excluir ou suprimir áreas de estudo. Segundo Chalmers (1993, p. 210) “os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito dos critérios que precisam ser satisfeitos para que uma área do conhecimento seja considerada aceitável ou ‘científica’”. O autor sugere que cada área do conhecimento deve ser analisada pelos seus objetivos, os recursos usados para alcançá-los e grau de sucesso obtido (meta da ciência). Isto não indica que não se possam criticar as áreas da ciência, pois, “cada área do conhecimento deve ser julgada pelos próprios méritos, pela investigação dos seus objetivos, e, em que extensão é capaz de alcançá-los. Mais ainda, os próprios julgamentos relativos aos objetivos serão relativos à situação social” (CHALMERS, 1993, p. 211).

Quadro 6 Síntese da proposta de Chalmers (1993, 1994).

Crítérios	Proposta de Chalmers (1993, 1994)	Descrição
Crítério de Demarcação	Não existe um conceito único de ciência	A utilização de critérios de demarcação acontece para suprimir áreas de estudo, os filósofos não têm recursos que os habilitem a legislar a respeito destes critérios
Características da ciência	Ter um objetivo (meta da ciência), recursos para alcançá-los (métodos) e condições de auferir os resultados (sucesso obtido)	Para que seja considerado como ciência um campo do conhecimento deve ter um objetivo claro, métodos à sua disposição e possibilidade de medir os seus resultados em termos dos objetivos propostos
Hipóteses <i>ad hoc</i>	Não são proibidas, desde que contribuam para a meta da ciência	Fazem parte do esforço para atingir a meta da ciência

Não foram encontradas críticas diretas à proposta de Chalmers (1993, 1994), mas pode-se inferir que os demais autores apresentados (KUHN, 1978; LAKATOS, 1999; POPPER, 2007), à exceção de Feyerabend (2007), discordariam que não haja um critério de demarcação da ciência (pois eles apresentaram o seu). A questão de haver ou não um conceito único de ciência também vai contra a perspectiva dos autores citados.

Na sequência, apresenta-se a perspectiva da dupla ruptura epistemológica de Santos (2003), marcando a passagem para as perspectivas centradas nas ciências sociais.

2.6 Boaventura de Souza Santos: a dupla ruptura epistemológica

Para Santos (2003)¹⁶ a ciência encontra-se em uma fase de mudança paradigmática, na perspectiva de Kuhn (1978), entre a ciência moderna “[...] e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando os sinais, e a que, à falta de melhor designação, chamo de ciência pós-moderna” (SANTOS, 2003, p. 11).

Santos (2003) defende que a superação da distinção entre senso comum e ciência, via dupla ruptura epistemológica, levaria a transformação de ambos os tipos de conhecimento em uma nova forma simultaneamente mais reflexiva e mais prática, mais democrática e mais emancipadora que qualquer um deles em separado (SANTOS, 2003).

A sua análise, ao contrário das já apresentadas (CHALMERS, 1993, 1994; FEYERABEND, 2007; LAKATOS, 1999; POPPER, 2007), que partem das ciências naturais, parte da perspectiva das ciências sociais. Neste contexto, o autor dá importância ao contexto e aos fatores sócio-psicológicos da ciência.

¹⁶ O texto de Santos (2003) está escrito em português de Portugal antes do acordo ortográfico, nas citações diretas optou-se por manter o texto original.

Kuhn (1978) atribuía esta importância apenas à comunidade científica, porém foi acusado de irracional por Lakatos (1999) e Popper (2007). Santos (2003) vai ainda mais longe e mostra a importância da sociedade como um todo para a mudança de paradigma.

Toda ciência é interpretativa e as ciências sociais são duplamente interpretativas. A verificação ou a falsificação das explicações causais ou das regularidades nomotéticas¹⁷ estão sempre subordinadas à avaliação do sentido da interpretação (do contexto da abstração e da generalização) que lhe subjaz. A tentativa, bastante em voga no pós-guerra, de eliminar o estorvo do sentido pelo recurso aos 'fatos nus e crus' teve o desfecho, já por nós conhecido, de, em finais da década de sessenta e princípios da década de setenta [do século XX], termos sido obrigados a redescobrir que, sem o estorvo do sentido, era a própria atividade científica que deixava de ter sentido (SANTOS, 2003, p. 90).

O conhecimento na sociedade capitalista ocidental é produzido em quatro contextos: doméstico, do trabalho, da cidadania e da mundialidade. Cada um desses contextos tem uma intersubjetividade própria, constituída pelos elementos: unidade da prática social, a forma institucional, o mecanismo do poder, a forma de direito e o modo de racionalidade. Esses contextos, apesar de estruturalmente separados, se interpenetram e se influenciam de diversas formas, podendo ser considerados, cada um deles, constituídos por um saber comum (SANTOS, 2003).

¹⁷ Nomotéticas: literalmente significa "proposição da lei".

Quadro 7 Contextos de produção de conhecimento, segundo Santos (2003)

Elementos Básicos	Unidade de Prática Social	Forma Institucional	Mecanismo de Poder	Forma de Direito	Modo de Racionalidade
Contextos Estruturais					
Domesticidade	família	casamento/parentesco	patriarcado	direito doméstico	maximização do afeto
Trabalho	classe	fábrica/empresa	exploração	direito da produção	maximização do lucro
Cidadania	indivíduo	Estado	dominação	direito territorial	maximização da lealdade
Mundialidade	nação	agências e acordos internacionais	troca desigual	direito sistêmico	maximização da eficácia

O conhecimento científico, por sua vez, seria produzido em um contexto específico: a comunidade científica, onde se cruzam os contextos apresentados no Quadro 7, o

[...] contexto do trabalho, na medida em que a investigação está hoje organizada como lugar de trabalho e cada vez mais de trabalho empresarial; do contexto da cidadania, na medida em que a ciência pertença mais ou menos exclusivamente ao Estado e é produzida em muitos países por um corpo de funcionários do Estado; do contexto da mundialidade, na medida em que a produção e a aplicação do conhecimento científico é um dos ingredientes principais das relações entre nações e das trocas desiguais que realiza (SANTOS, 2003, p. 155-156).

Segundo Santos (2003), houve, no início da sociologia, uma preponderância dos métodos quantitativos, “a proximidade entre objeto e sujeito (membros da mesma sociedade) foi, neste caso, considerada excessiva, e a quantidade serviu para criar a distância julgada essencial à produção de conhecimento objetivo” (SANTOS, 2003, p. 110). Naquele período foi dado imenso valor à linguagem dita científica no intuito “[...] de fugir às armadilhas da linguagem vulgar e da linguagem literária, uma preocupação tanto mais

premente dado o objeto de estudo ter ele próprio uma linguagem que partilha com o cientista, enquanto cidadão, a linguagem vulgar” (SANTOS, 2003, p. 112).

O ocaso da hegemonia positivista trouxe problemas em relação aos métodos na ciência. Enquanto anteriormente, sobre a égide positivista, os métodos ditos quantitativos predominaram, neste momento volta-se a uma nova reflexão metodológica que pode ser agrupada em três conjuntos. O primeiro diz respeito ao aprofundamento da distinção e das relações entre campo teórico substantivo, campo analítico e campo de observação, pois a relação entre esses campos passa a ser mais complexa e demanda a superação das suas diferenças de linguagem. O segundo conjunto traz à tona a questão das possibilidades do pluralismo metodológico. Com a perda da inocência empirista em relação ao conhecimento, este se mostrou com um caminho mais precário e mais complexo, todos os caminhos devem ser considerados, levando, inclusive, ao uso articulado de várias técnicas de investigação (métodos quantitativos e qualitativos, por exemplo). O terceiro conjunto de resultados da reflexão está centrado na reflexividade, pois, enquanto prevalecia o consenso positivista a precariedade da verdade podia ser atribuída a um atraso das ciências sociais que seria superado a seu tempo. Agora, reconhece-se que o caráter precário da verdade é, de certa forma, inerente ao processo de investigação, podendo ser atenuado quando este caráter se torna visível e manifesto, sendo assumido intersubjetivamente (SANTOS, 2003).

Santos (2003) acredita que a mudança de paradigma irá inverter a relação ente ciências naturais e ciências sociais em relação ao desenvolvimento de cada uma enquanto ciência por dois motivos:

[...] em primeiro lugar o avanço científico nas ciências naturais é o principal responsável pela crise do modelo positivista e, em face dela, as

características, que antes ditaram a precariedade do estatuto epistemológico das ciências sociais, são reconceptualizadas e passam a apontar o horizonte epistemológico possível para as ciências no seu conjunto. Em segundo lugar, a materialidade tecnológica em que o avanço científico das ciências naturais se plasmou não fez com que os objetos teóricos das ciências naturais e das ciências sociais deixassem de ser distintos, mas fez com que aquilo em que são distintos seja progressivamente menos importante do que aquilo em que são iguais (SANTOS, 2003, p. 52).

Neste contexto, o autor propõe a dupla ruptura epistemológica no intuito de fazer uma crítica sistemática às correntes dominantes da reflexão epistemológica sobre ciência moderna, partindo das ciências sociais e se estendendo às demais ciências.

Santos (2003) defende que, para se chegar a uma ciência pós-moderna, devem ser realizadas duas rupturas epistemológicas. A primeira é uma ruptura com o senso comum para o desenvolvimento da ciência e a segunda é uma ruptura com a primeira ruptura, recuperando a importância do senso comum, assim “[...] caminhamos para uma nova relação entre ciência e senso comum, uma relação em que qualquer deles *é feito* do outro e ambos *fazem* algo de novo” (SANTOS, 2003, p. 40, grifo nosso).

[...] A dupla ruptura procede a um trabalho de transformação *tanto* do senso comum *como* da ciência. Enquanto a primeira ruptura é imprescindível para construir a ciência, mas deixa o senso comum tal como estava antes dela, a segunda ruptura transforma o senso comum com base na ciência. Com esta dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente, ou melhor, uma nova configuração do saber que se aproximada *phronesis* aristotélica, ou seja, um saber prático que dá sentido e orientação à existência e cria o hábito de decidir bem. Aproximando-se, embora da *phronesis* aristotélica, a nova configuração do saber

se distingue dela. A *phronesis* distingue o caráter prático e prudente do senso comum com o caráter segregado e elitista da ciência, uma vez que é um saber que só cabe aos mais esclarecidos, aos sábios. A dupla ruptura epistemológica tem por objetivo criar uma forma de conhecimento, ou melhor, uma configuração de conhecimentos que, sendo prática, não deixe de ser esclarecida e, sendo sábia, não deixe de estar democraticamente distribuída [...] A dupla ruptura epistemológica é o modo operatório da hermenêutica da epistemologia. Desconstrói a ciência, inserindo-a numa totalidade que a transcende. Uma desconstrução que não é ingênua e nem indiscriminada porque se orienta para garantir a emancipação e a criatividade da existência individual e social, valores que só a ciência pode realizar, mas que não pode realizar enquanto ciência (SANTOS, 2003, p. 41-42, grifo nosso).

Segundo Santos (2003), a primeira ruptura está em curso no atual estágio da ciência, porém a segunda ruptura é apenas um projeto cuja realização plena só acontecerá em um contexto de novo paradigma científico (SANTOS, 2003). No contexto da primeira ruptura epistemológica pode-se constatar:

a) Que todo conhecimento é em si uma prática social, cujo trabalho específico consiste em dar sentido a outras práticas sociais e contribuir para a transformação destas; b) Que uma sociedade complexa é uma configuração de conhecimentos, constituída por várias formas de conhecimento adequadas às várias práticas sociais; c) Que a verdade de cada uma das formas de conhecimento reside na sua adequação concreta à prática que visa constituir; d) Que, assim sendo, a crítica de uma dada forma de conhecimento implica sempre a crítica da prática social a que se pretende adequar; e) Que tal crítica não se pode confundir com a crítica dessa forma de conhecimento, *enquanto* prática social, pois a prática que se conhece e o conhecimento que se pratica estão sujeitos a determinações parcialmente diferentes (SANTOS, 2003, p. 47, grifo nosso).

Segundo Santos (2003), a dupla ruptura epistemológica pretende construir um novo senso comum com mais sentido, porém, menos comum. Neste sentido o consenso seria a medida da objetividade e os valores da justiça e da emancipação social passam a fazer parte, cada vez mais, do discurso epistemológico.

A dupla ruptura epistemológica também influirá na aplicação do conhecimento científico. Pois, “[...] deve-se *suspeitar* de uma epistemologia que recusa a reflexão sobre as condições sociais de produção e distribuição (as consequências sociais) do conhecimento científico” (SANTOS, 2003, p. 30, grifo nosso). Santos (2003) compara a aplicação do conhecimento baseado apenas na primeira ruptura epistemológica (que está em curso hoje), com a sua possibilidade de aplicação baseada na dupla ruptura epistemológica, que ele classifica como Aplicação Edificante. A síntese da comparação está no Quadro 8.

Quadro 8 Aplicação do conhecimento científico na perspectiva da 1ª e 2ª Ruptura Epistemológica, segundo Santos (2003)

Aplicação do Conhecimento Científico
1ª Ruptura Epistemológica: ciência rompe com o senso comum (Aplicação Técnica)
1. Quem aplica o conhecimento está fora da situação existencial em que incide a aplicação e não é afetado por ela;
2. Existe uma separação total ente fins e meios. Pressupõem-se definidos os fins e a aplicação incide sobre os meios;
3. Não existe mediação deliberativa entre o universal e o particular. A aplicação procede por demonstrações necessárias que dispensam a argumentação;
4. A aplicação assume, como única, a definição da realidade dada pelo grupo dominante e reforça-a. Escamoteia os eventuais conflitos e silencia as definições alternativas;
5. A aplicação do <i>know-how</i> técnico torna dispensável e até absurda qualquer discussão sobre um <i>know-how</i> ético. A naturalização técnica das relações sociais obscurece e reforça os desequilíbrios de poder que as constituem;
6. A aplicação é unívoca e o seu pensamento é unidimensional. Os saberes locais ou são recusados, ou são funcionalizados e, em qualquer caso, tendo sempre em vista a diminuição das resistências ao desenrolar da aplicação;

“continua”

Quadro 8 “conclusão”

Aplicação do Conhecimento Científico
1ª Ruptura Epistemológica: ciência rompe com o senso comum (Aplicação Técnica)
7. Os custos da aplicação são sempre inferiores aos benefícios e uns e outros são avaliados quantitativamente à luz dos efeitos imediatos do grupo que promove a aplicação. Quanto mais fechado o horizonte contabilístico, tanto mais evidentes os fins e mais disponíveis os meios.
2ª Ruptura Epistemológica: ruptura com a primeira ruptura, ou seja, ruptura com a ciência (Aplicação Edificante) – diálogo da ciência com o senso comum
1. A aplicação tem sempre lugar em uma situação concreta em que quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação;
2. Os meios e os fins não estão separados, e a aplicação incide sobre ambos; os fins só se concretizam na medida em que discutem os meios adequados à situação concreta;
3. A aplicação é, assim, um processo argumentativo, e a adequação, maior ou menor, das competências argumentativas entre os grupos que lutam pela decisão do conflito a seu favor (o consenso não é média, nem é neutro);
4. O cientista deve, pois, envolver-se na luta pelo equilíbrio de poder nos vários contextos de aplicação e, para isso, terá de tomar o partido daqueles que têm menos poder. Cada mecanismo de poder cria sua própria micro-hegemonia. Quem tem menos desse poder tende, por isso, a não ter argumentos para ter mais desse poder e, muito menos, para ter tanto poder quanto o grupo hegemônico. A aplicação edificante consiste em revelar argumentos e tornar legítimo e credível o seu uso;
5. A aplicação edificante procura e reforça as definições emergentes e alternativas da realidade; para isso, deslegitima as formas institucionais e os modos de racionalidade em cada um dos contextos, no entendimento de que tais formas e modos promovem a violência em vez da argumentação e o silenciamento em vez da comunicação, o estranhamento em vez da solidariedade;
6. Para além de um limite crítico socialmente definível, uma maior participação em uma visão moral e política é melhor que um acréscimo no bem-estar material. O <i>know-how técnico</i> é imprescindível, mas o sentido de seu uso lhe é conferido pelo <i>know-how ético</i> que, como tal, tem prioridade na argumentação;
7. Os limites e as deficiências dos saberes locais nunca justificam a recusa <i>in limine</i> destes, porque isso significa o desarme argumentativo e social de quantos são competentes neles. Se o objetivo é ampliar o espaço de comunicação e distribuir mais equitativamente as competências argumentativas, os limites e as deficiências de cada um dos saberes locais superam-se, transformando esses saberes por dentro, interpenetrando-os com sentidos produzidos em outros saberes locais, desnaturalizando-os por meio da crítica científica. É fundamental que essa transformação ocorra no seio de cada um dos contextos estruturais – doméstico, do trabalho, da cidadania, da mundialidade – para que possa ocorrer em todos os outros contextos de interação, a cada momento feitos, desfeitos e refeitos na sociedade;

“continua”

Quadro 8 “conclusão”

Aplicação do Conhecimento Científico
2ª Ruptura Epistemológica: ruptura com a primeira ruptura, ou seja, ruptura com a ciência (Aplicação Edificante) – diálogo da ciência com o senso comum
<p>8. A ampliação da comunicação e o equilíbrio das competências visam à criação de sujeitos socialmente competentes. Os mecanismos de poder tendem a alimentar-se da incompetência social e, portanto, da ‘objetificação’ dos grupos sociais oprimidos, pelo que a aplicação edificante da ciência corre um duplo risco. Por um lado, sabe que os seus objetivos não são obtíveis exclusivamente com base na ciência e na argumentação. Há interesses materiais e lutas entre classes e outros grupos sociais que usam outros meios para impor o que lhes é benéfico. Por isso, a luta pela aplicação edificante é sempre precária, integra-se (por vezes sem saber) em outras lutas, e os seus resultados nunca são irreversíveis. É, pois, uma luta sem pressupostos nem seguranças. Uma luta por um fim, sem fim. Por outro lado, a aplicação edificante tem, nesta fase de transição paradigmática, de partir dos consensos locais para criar mais conflito, em resultado do maior esclarecimento das razões contingentes que sustentam muito do que surge como socialmente necessário. Esse conflito ampliado é visto como condição da ampliação do espaço de comunicação e do alargamento cultural, ético e político dos argumentos utilizáveis pelos vários grupos presentes. Mas, devido às condições que sustentam o primeiro risco, não há garantias de que a potenciação do conflito não possa induzir algum grupo ao recurso da violência, ao silenciamento e ao estranhamento, assim reduzindo a comunicação e a argumentação, em vez de aumentá-las. À ciência que se pauta pela aplicação edificante não interessa que a transformação seja moderada ou radical, reformista ou revolucionária; interessa tão-só que ela ocorra pela ampliação da comunicação e da argumentação, o que, obviamente, não obsta à intensidade do conflito ou à incondicionalidade do empenho de quantos nele participam;</p>

“continua”

Quadro 8 “conclusão”

Aplicação do Conhecimento Científico
2ª Ruptura Epistemológica: ruptura com a primeira ruptura, ou seja, ruptura com a ciência (Aplicação Edificante) – diálogo da ciência com o senso comum
<p>9. A aplicação edificante vigora dentro da própria comunidade científica. Os cientistas comprometidos com ela lutam pelo aumento da comunicação e da argumentação no seio da comunidade científica e lutam, por isso, contra as formas institucionais e os mecanismos de poder que nela produzem violência, silenciamento e estranhamento. Mas, além disso, a transformação dos saberes locais ocorre com a transformação do saber científico, e, com esta, ocorre a transformação do sujeito epistêmico, do ser cientista. Porque a aplicação é contextualizada tanto pelos meios como pelos fins, e porque lhe preside o <i>know-how ético</i>, o cientista edificante tem que saber falar como cientista e como não cientista no mesmo discurso científico e, complementarmente, tem que saber falar como cientista nos vários discursos locais, próprios dos vários contextos de aplicação. O cientista tem que fazer com que a excelência com que pratica a primeira ruptura epistemológica não o deforme profissionalmente de modo a torná-lo incapaz ou indiferente para a segunda. Essa transformação não pode ser exigível integralmente e sem contradições ao cientista individual. A reflexividade, para ter algum peso, tem de ser coletiva. Mas, para além disso, a transformação é propiciada por novas formas de organização da investigação, por meios alternativos de premiar a excelência do trabalho científico. Essas formas alternativas chocam-se com a materialidade e a resistência das soluções vigentes. E também aqui se verificam dois riscos anteriormente apontados: não é possível controlar pela ciência edificante as conseqüências do aumento da conflitualidade que ela promove nesta fase de transição paradigmática; os resultados, além de reversíveis, podem ser contraproducentes e deixar, por momentos, tudo pior que antes. E também não há seguros contra esses riscos;</p>
<p>10. Mas se na comunidade científica, como em qualquer outra, não existe seguro contra esses riscos é possível, pelo menos, determinar o perfil dos conflitos em que se correm esses riscos. A aplicação edificante não prescinde de aplicações técnicas, mas submetem-se às exigências do <i>know-how ético</i>. Ao contrário, a aplicação técnica é mais radical e prescinde militantemente do <i>know-how ético</i>. A nova conflitualidade interna das ciências é entre os partidários da aplicação edificante e os partidários da aplicação técnica. Essa conflitualidade, ao contrário da velha conflitualidade interna (por exemplo, entre marxismo e estrutural-funcionalismo), não é específica das ciências sociais nem sequer terá nelas mais acuidade do que nas ciências naturais. Pelo contrário, na fase de transição paradigmática, a acuidade será maior nas ciências naturais, mas o fato de a nova conflitualidade se jogar entre os sentidos sociais (ético ou técnico) revela a prioridade epistemológica das ciências sociais nas lutas científicas (mesmo nas científico-naturais) e na reflexão global sobre a ciência no período de crise de degenerescência do paradigma da ciência moderna e de emergência, apenas entrevista, de um novo paradigma.</p>

Conforme o Quadro 8 muitos são os desafios à Aplicação Edificante do conhecimento científico. Em síntese, pode-se dizer que as diferenças entre as

propostas estão no sentido de democratizar (por meio da comunicação) a construção, a aplicação e a distribuição dos resultados do conhecimento científico. A construção do senso comum ou do conhecimento prático ‘esclarecido’, proposta pelo autor, reaproxima a ciência da sociedade (separada pela primeira ruptura epistemológica) e faz da emancipação o objetivo final do conhecimento.

A proposta de Santos (2003) se diferencia das demais já apresentadas na medida em que não cria um modelo universal para o desenvolvimento científico, mas, sim, um modelo para o próximo passo do desenvolvimento científico que ele defende. O próximo passo, dentro da proposta de Santos (2003) tem de sair das ciências sociais, pois enquanto as ciências naturais tentam entender o mundo, as ciências sociais podem mudá-lo.

Enquanto as teorias sociais ou algumas das teorias psicológicas influenciam a disposição ou as ações das pessoas, elas têm um efeito sobre os sistemas a que supostamente se aplicam de uma forma que as ciências físicas não têm. Há um sentido real em que, no desenvolvimento das ciências humanas e sociais, visamos antes mudar, do que simplesmente interpretar o mundo (CHALMERS, 1994, p. 34).

Neste sentido, Santos (2003) também é a favor do controle social da ciência, no sentido de que quem exerce a ciência deve estar comprometido com seus resultados. Mais ainda, a sociedade deve conhecer a linguagem científica, o que pode ser alcançado com a segunda ruptura epistemológica, facilitando este controle.

No Quadro 9 apresenta-se a síntese da proposta de Santos (2003).

Quadro 9 Síntese da proposta de Santos (2003)

Crítérios	Proposta de Santos (2003)	Descrição
Crítério de Demarcação	1ª Ruptura Epistemológica, ou seja, o rompimento com o senso comum constitui a base para a 2ª ruptura, em que a ciência dialoga com o senso comum produzindo um “conhecimento prático esclarecido”, condição fundamental para a emancipação do homem.	O atual estágio da ciência é uma ruptura com o senso comum, o futuro estágio seria a ruptura com a primeira ruptura
Características da ciência	Produzida no contexto da comunidade científica	A ciência é produzida pela comunidade científica em um imbricamento dos contextos da domesticidade, do trabalho, da cidadania e da mundialidade. A mudança para a segunda ruptura acontecerá no seio de cada um destes contextos.
Hipóteses <i>ad hoc</i>	Não são proibidas	Não há menção à utilização de hipóteses <i>ad hoc</i>

No contexto da proposta de Santos (2003) não foram encontradas críticas diretas, porém, ela diverge das anteriores, essencialmente em trazer para as ciências sociais o foco do entendimento da ciência e sugerir que estas serão o modelo para o futuro da ciência. Desta forma, Santos (2003) argumenta que as ciências sociais só estão na fase pré-paradigmática dentro de uma perspectiva positivista e quantitativista, porém, o consenso positivista no domínio das ciências sociais entrou em colapso no fim dos anos 1970 e outras abordagens passam a conviver.

Outra abordagem das ciências sociais é apresentada com base em um autor brasileiro que trata da demarcação científica, a perspectiva de Demo (2007), na próxima seção.

2.7 Pedro Demo: a discutibilidade como critério de demarcação

Segundo Demo (2007) é mais fácil dizer o que não é ciência do que dizer, objetivamente, o que é ciência. Caminhando nesse sentido o autor propõe a separação entre ciência, senso comum e ideologia, porém, sem limites rígidos, pois existem zonas cinzentas entre estes conceitos: “a ciência está cercada de ideologia e senso comum, não apenas como circunstâncias externas, mas algo que já está dentro do próprio processo científico, que é incapaz de produzir conhecimento puro, historicamente não contextualizado” (DEMO, 2007, p. 18).

O senso comum é o conhecimento acrítico, imediatista, crédulo; enquanto que a ideologia é justificadora de posições sociais vantajosas. O senso comum, por sua vez, tem também um lado positivo, o bom senso, que é, ao mesmo tempo, simples e inteligente, sensível ao óbvio e circunspecto (DEMO, 2007). Cabe ressaltar que Comte ([19--]) e Descartes (2006) classificavam o bom senso como não científico. Por outro lado, a ideologia mais inteligente é a que se diz ciência, o que faz do intelectual um importante ator na justificação do poder e também da contra-ideologia (DEMO, 2007). Para o autor, as ciências sociais estão mais a serviço do poder e do controle social que da emancipação dos desiguais. Neste sentido, Demo (2007) se aproxima de Santos (2003).

No caminho de definir o que é ciência, Demo (2007) apresenta critérios internos e externos de cientificidade (critérios de demarcação científica). Os critérios internos são: coerência, consistência, originalidade e objetivação; enquanto que o critério externo é a intersubjetividade, que se desdobra em outros como comparação crítica, divulgação, reconhecimento generalizado, entre outros. O autor adverte que os critérios internos tentam abranger a complexidade do fenômeno científico sem esgotá-lo, desta forma esta pode ser considerada uma versão possível de demarcação científica e não a única.

- a) **Coerência:** significa sua propriedade lógica, ou seja: falta de contradição; argumentação bem estruturada; corpo sistemático e bem deduzido de enunciados; desdobramento do tema de modo progressivo e disciplinado com começo, meio e fim; dedução lógica de conclusões. Coerente é o discurso que, estabelecido seu ponto de partida, evolui sem entrar em contradição, tanto de não partir de premissas conflitantes como no de ter um corpo intermédio concatenado, e também no de chegar a conclusões congruentes entre si e com as premissas iniciais.
- b) **Consistência:** significa capacidade de resistir a argumentações contrárias; difere da coerência porque esta é estritamente lógica, enquanto a consistência se liga também a atualidade da argumentação. Dos livros produzidos num ano, apenas alguns sobrevivem, bem como dos autores apenas alguns se tornam clássicos, porque produzem estilos resistentes de argumentação, tanto em sentido lógico, quanto em sentido de atualidade.
- c) **Originalidade:** significa produção não tautológica, ou seja, inventiva, baseada na pesquisa criativa, e não apenas repetitiva.
- d) **Objetivação:** significa a tentativa – nunca completa – de descobrir a realidade social assim como ela é, mais do que como gostaríamos que fosse. Como não há conhecimento objetivo, não existe o critério de objetividade, que é substituído pelo de objetivação. Ainda que ideologia seja intrínseca, é fundamental buscar controlá-la, pois a meta da ciência é a realidade, não sua deturpação (DEMO, 2007, p. 20, grifo nosso).

Dos critérios citados, a coerência é estritamente formal (apesar dos outros também terem esta tendência) e não trata de conteúdos, o que possibilita a uma ideologia ser coerente, mesmo que tenha objetivos nefastos. A consistência é responsável pela conotação histórica da ciência. A originalidade valida o conhecimento na medida em que se constrói algo novo, ainda não pensado. A objetivação, por sua vez, pode ser “[...] entendida como o esforço metodológico de fidelidade à realidade e como proposta de crítica e autocrítica, pode ser

mantida como ideal científico, porquanto não se satisfaz apenas com a forma, mas alcança a problemática do conteúdo” (DEMO, 2007, p. 53).

A intersubjetividade como critério externo significa “[...] a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar. É externo porque a opinião é algo atribuído de fora, por mais que provenha de um especialista” (DEMO, 2007, p. 21). A intersubjetividade aproxima-se do que Khun (1978) chama de ciência normal e Lakatos (1999) classifica como um programa de investigação científica.

Demo (2007) argumenta que, a princípio, o conhecimento científico deveria ser ligado apenas aos critérios internos, ou seja, sem a influência do paradigma dominante. Assim, não importaria quem enunciou, mas o que foi enunciado, porém, a ‘marca social do conhecimento’ leva a que algumas pessoas tenham ‘argumento de autoridade’, ou seja, são ‘respeitadas’ e ‘ouvidas’ mais que outras, independente do conteúdo¹⁸.

Além disso, para Demo (2007, p. 21) o conhecimento científico tem qualidade formal e qualidade política. A qualidade formal é “[...] a propriedade lógica, tecnicamente instrumentada, dentro de ritos acadêmicos usuais [...]”, enquanto que a qualidade política “[...] coloca a questão dos fins, dos conteúdos, da prática histórica. Aponta para a dimensão do cientista social como cidadão, como ator político, que inevitavelmente influencia e é influenciado” (DEMO,

¹⁸ Uma maneira de diminuir esta marca social do conhecimento é a seleção de trabalhos com *blind review*, onde o avaliador não saberia quem está avaliando, porém, é bastante discutido se em uma comunidade científica pequena e especializada em determinado assunto isto é possível, além dos problemas de endogenia muitas vezes causados pela pressão por produção científica ou mesmo para reafirmar paradigmas de uma determinada comunidade. O *blind review* pode também ser uma poderosa arma contra novas teorias, pois argumentos fora da ciência normal kuhniana ou contra o núcleo firme lakatosiano, ou ainda fora da intersubjetividade de uma comunidade científica podem ser desacreditados antes de serem apresentados. A discussão é longa e não é o objetivo deste trabalho realizá-las, mas fica a indicação da sua importância no desenvolvimento da ciência.

2007, p. 25). A qualidade política não substitui a qualidade formal, mas a completa.

Em síntese, a cientificidade é definida por critérios internos e externos, os internos são coerência, consistência, originalidade e objetivação; o critério externo seria a intersubjetividade, ou o paradigma dominante. Além disso, devem ser consideradas a qualidade formal e política do conhecimento produzido (DEMO, 2007).

Para o autor, dessa discussão emerge o critério da discutibilidade, entendido tanto como uma característica formal, quanto política, pois

Só pode ser científico, o que for discutível¹⁹.

Significa no lado formal, que o discurso:

- deve ser formalmente inteligível, lógico, bem sistematizado, competente em termos instrumentais;
- não deve levar à confusão, à indeterminação, mas à explicação, que permita aumentar o nível de compreensão da realidade;
- deve ser criativo e disciplinadamente voltado para a realidade.

Significa, no lado político, que:

- não se colhem resultados definitivos, a não ser nas ilusões totalitárias; não cabe o dogma;
- não param as ciências sociais no **discurso**, mas devem assomar como **diálogo**, ou seja, comunicação de conteúdos;
- não há como separar teoria e prática, a não ser para escamotear práticas escusas ou esconder interesses;
- o estudo dos problemas tem a ver com suas soluções; caso contrário, tornam-se ciências antisociais (DEMO, 2007, p. 26-27, grifo nosso).

¹⁹ Neste ponto a proposta de Demo (2007) se aproxima da de Popper (2007), pois a discutibilidade pode ser aproximada da falseabilidade popperiana, para que se possa falsificar uma afirmação ela deve ser passível de ser discutida, pelo menos. A diferença está na ênfase popperiana na dicotomia certo/errado (estritamente racional e não pessoal), enquanto Demo traz a proposta da realidade construída (contextualizada pelo próprio construtor da realidade), que se aproxima da realidade, mas não é a própria realidade.

Por outro lado, um dos grandes problemas da ciência é o quanto ela consegue representar a realidade pesquisada, pois “não se pode confundir o plano da lógica (o pensar) com o da ontologia (realidade pensada), [...] aceita-se que a ciência trabalha com uma **realidade construída**” (DEMO, 2007, p. 28, grifo nosso). Esta é uma característica marcante das ciências sociais, pois “ciências sociais são simplesmente o produto lógico e social da atividade científica dos cientistas sociais. É um produto impensável sem a marca do produtor” (DEMO, 2007, p. 30).

Assim, segundo Demo (2007, p. 54), “toda produção científica em ciências sociais é provisória”. Neste contexto, o erro é condição processual e não fatalidade, pois uma das condições de cientificidade da teoria é ser superável ou rebatida por críticos, desta forma ela faz apenas uma aproximação, por um dos horizontes de abordagem (DEMO, 2007).

Não deixa de ser estranho, para não dizer irônico, que as ciências sociais se restrinjam a horizontes limitados da vida social, abandonando necessidades humanas tão profundas como: felicidade, democracia, identidade cultural, prática cotidiana, cidadania... Tomando as necessidades materiais, por serem geralmente mais imediatas, como mais importantes (DEMO, 2007).

O cientista social tem duas dimensões: ator político e pesquisador disciplinado. Isto leva a uma complexificação e uma riqueza maior no processo de pesquisa, transparecendo as ciências sociais não apenas como uma abordagem, mas um espaço de atuação social, prática e teórica com a mesma importância, imbricação ideológica intrínseca ao pesquisador, indistinção entre sujeito e objeto (DEMO, 2007).

Quadro 10 Síntese da proposta de Demo (2007)

Crítérios	Proposta de Demo (2007)	Descrição
Crítério de Demarcação	Discutibilidade	Só pode ser científico o que for discutível
Características da ciência	Crítérios internos (Coerência, Consistência, Originalidade e Objetivação) e critério externo (intersubjetividade); Qualidade Formal e Política	Devem ser respeitados os critérios (interno e externo) e a ciência deve ter qualidade formal e política
Hipóteses <i>ad hoc</i>	Não são proibidas	Não há menção à utilização de hipóteses <i>ad hoc</i>

A proposta de Demo (2007) se aproxima da proposta de Santos (2003) na medida em que as duas consideram a importância das ciências (principalmente as sociais) na mudança da própria sociedade, no caso de Santos (2003) com a Aplicação Edificante do Conhecimento.

Apesar do critério de demarcação (discutibilidade) lembrar da perspectiva dos falsificacionistas, cabe ressaltar a ênfase de Demo (2007) em relação ao contexto da produção do conhecimento científico, descartado pelos falsificacionistas, mesmo pelo falsificacionismo sofisticado de Lakatos (1999). Assim, uma das críticas à proposta de Demo (2007), que poderia ser feita pelos falsificacionistas, estaria na irracionalidade do desenvolvimento da ciência na sua perspectiva.

Outra característica a ressaltar nesta proposta é o critério externo da intersubjetividade, que se aproxima da ciência normal de Kuhn (1978) e dos programas de investigação científica de Lakatos (1999), ou seja, uma mesma comunidade científica que partilha de conhecimentos que são usados para legitimar uma proposição como científica ou não. A intersubjetividade se aproxima também do contexto social a que se refere Santos (2003), como mecanismo de controle da ciência.

No próximo Capítulo apresenta-se uma proposta de interpretação das ciências sociais baseada nos paradigmas de Kuhn (1978).

3 PARADIGMAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Este Capítulo trata dos paradigmas das Ciências Sociais que refletem a construção do conhecimento científico e que sustentam as Ciências Sociais aplicadas, como é o caso da Administração e da Gestão Social.

Segundo Jones (1993) pode-se interpretar a realidade a partir de três paradigmas centrais das ciências sociais. Esses paradigmas são: paradigma estrutural do consenso, paradigma estrutural do conflito e paradigma interpretativo. Embasando cada um dos paradigmas, têm-se os três principais sociólogos: Durkheim, Marx e Weber, respectivamente. A cada um desses três paradigmas tem-se sua ontologia, epistemologia, metodologia e método.

Ontologia refere-se à forma e à natureza da realidade e, por conseguinte, o que pode ser conhecido sobre ela. **Epistemologia** diz respeito à natureza da relação entre o pesquisador e o que pode ser pesquisado. Essa relação é determinada pela concepção ontológica de realidade que o pesquisador adota. **Metodologia** refere-se ao modo de o pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido. É a estratégia montada pelo cientista para obter evidências necessárias a sua pesquisa. **Método** (técnica) é a ferramenta específica para a coleta dessas evidências (ALENCAR, 2007, p. 22).

São três paradigmas e uma realidade, cada um com suas características próprias, representando ou tentando representar uma realidade. Segundo Alencar (2007, p. 40) o pesquisador deve ter liberdade para usar o referencial que julgar mais adequado e qualquer atitude que se afaste deste sentido é anticientífica. Ao mesmo tempo “[...] a comunidade científica é rigorosa e muito cautelosa para aceitar inovações”.

[...] Fundamentados nas concepções de realidade social de Auguste Comte (1798-1857), sociólogos do final do século XIX e início do século XX, como Ferdinand Tönnies (1855-1936), Émile Durkheim (1858-1917) e Robert Redfield (1897-1958), construíram teorias para explicar a sociedade partindo deste parâmetro. Tais teorias compõem o que se convencionou chamar de 'abordagem estrutural do consenso' (ALENCAR, 2007, p. 18).

Durkheim, de forma similar a Comte, acreditava que o estudo das ciências sociais poderia ser feito da mesma maneira que o estudo das ciências da natureza (ALENCAR, 1999, 2007).

A abordagem estrutural do consenso parte do princípio que a cultura existe antes do indivíduo e que a socialização é o processo fundamental dessa abordagem. Em outras palavras o comportamento é resultado da cultura, “[...] o comportamento humano é um comportamento aprendido” (JONES, 1993, p. 6). O método ideal para a pesquisa é o hipotético-dedutivo, onde o pesquisador parte de uma teoria, formula uma hipótese, testa sua validade e tira conclusões baseado nos resultados. Além disso, o pesquisador deve tentar ser isento, evitando que suas crenças influenciem no momento em que estabelece o objeto de suas pesquisas e no decurso de suas demonstrações (ALENCAR, 1999, 2007; JONES, 1993).

Diversas teorias compõem a abordagem estrutural do conflito, entre elas o marxismo, dependência, feminismo e *countervailing power* (empoderamento). A base da abordagem é a consideração que a origem e persistência da estrutura de desigualdade estão assentadas na dominação dos privilegiados sobre os não privilegiados e “[...] a sociedade determina nosso comportamento pela estrutura e pelo constrangimento” (JONES, 1993, p. 9). Neste contexto “[...] o conflito de interesses é inerente a uma sociedade desigual [...]”, porém, “[...] a manifestação do conflito pode ser inibida pela coerção ou pelo processo de socialização” (ALENCAR, 2007, p. 25). A ideologia por trás das instituições jurídico-políticas

tem o objetivo de “[...] legitimar os arranjos institucionais da sociedade, principalmente seu sistema de propriedade ou modos de distribuir os frutos do processo produtivo” (ALENCAR, 2007, p. 26). As abordagens estruturais do consenso e do conflito vêm “[...] a origem da vida social na influência ou determinação de fatores externos ao indivíduo [estrutura], elas discordam a respeito de quais são estes fatores externos” (ALENCAR, 2007, p. 29). Enquanto o paradigma do consenso acredita que a cultura seja a causa externa, o paradigma do conflito acredita que as relações entre grupos desigualmente privilegiados na sociedade sejam a causa e que a cultura é um meio para reforçar e perpetuar essas diferenças (ALENCAR, 1993).

A diferença entre as abordagens estruturais e a abordagem interpretativa está justamente na importância dada aos fatores de influência externos. O paradigma interpretativo acredita que a essência da vida social “[...] é a habilidade que os seres humanos possuem de examinar o que acontece em sua volta e, então, escolher como agir à luz dessa interpretação” (ALENCAR, 2007, p. 30). Em outras palavras, deve-se concentrar no nível micro de análise da vida social, nos modos como os indivíduos interagem e não no nível macro, como a estrutura da sociedade influencia os indivíduos. A sociedade não pode ser pensada como existindo antes dos sujeitos, pois ela é o resultado final da interação entre os homens e não sua causa, as interações criam a sociedade e não a sociedade cria as interações. Mesmo que existam ações impulsivas, a maioria das ações humanas é intencional, têm sentido e significado (ALENCAR, 1999, 2007).

Para o paradigma interpretativo os indivíduos são diferentes e têm percepções diferentes da realidade, pois tem histórias de vida e habilitações que os fazem ser parte de determinados grupos e os distanciam de outros, estão inseridos em uma estrutura social, são partes integrantes de uma cultura e têm interesses que podem ou não ser conflitantes com os outros interesses

(ALENCAR, 1999, 2007; JONES, 1993). Nesse contexto “[...] a influência mais importante sobre o comportamento de um indivíduo é o comportamento de outros indivíduos em relação a ele ou ela” (JONES, 1993, p. 15). O pesquisador, alinhado com este paradigma, busca compreender o processo de orientação dos atores sociais e só consegue este objetivo adotando a perspectiva destes atores sociais. O método hipotético-dedutivo dá lugar ao método interpretativo ou compreensivo, tendendo mais ao

[...] método indutivo, [...] no qual as categorias e modelos originam-se das explicações e ações que os atores proporcionam ao pesquisador que, por seu turno, tentará ‘reconstruir’ a realidade social. A identificação de fatores relevantes para a explicação de interpretações e ações (possíveis ‘variáveis’) que permitem o desenvolvimento de modelos e teorias é produto do processo de pesquisa, em vez de serem seus meios e instrumentos (ALENCAR, 2007, p. 39).

No Quadro 11 tem-se a síntese dos três paradigmas apresentados anteriormente. Segundo Alencar (2007), vive-se, hoje, em um momento de reflexão sobre os paradigmas e diversos autores, de diferentes correntes, vêm caminhando no sentido de unir as perspectivas micro e macro (ação e estrutura ou indivíduo e sociedade), dentre eles: Alain Tourraine (sistema de ação política), Anthony Giddens (teoria da estruturação), Brandura (teoria social cognitiva), Georg Lukács (história e consciência de classe), Jürgen Habermas (ação comunicativa), Michel Foucault (poder e conhecimento) e Pierre Bourdieu (prática social).

Quadro 11 Síntese da ontologia, epistemologia e metodologia dos paradigmas estruturais (consenso e conflito) e do paradigma interpretativo

Paradigmas			
	Estrutural do Consenso	Estrutural do Conflito	Interpretativo
Ontologia	A natureza da realidade é objetiva, formada de fenômenos em relações causais invariáveis.	Sociedade é um sistema social economicamente dominado (forças produtivas e relações de produção) cujo funcionamento é (a) independente da consciência humana ou (b) independente da consciência humana, exceto quando mudanças estruturais ocorrem pela ação política. Forças produtivas e relações de produção constituem a estrutura social. Todas as outras relações estão firmadas nessas e constituem a superestrutura (política, direito, religião, filosofia etc.).	Sociedade é uma construção dos seus membros. Realidade social é formada por ocasiões de interação realizadas pelos atores envolvidos, uma vez que eles são capazes de: a) interpretação; b) ações significativas.
Epistemologia	Conhecimento das leis da natureza somente é possível pela coleta de provas demonstráveis de sua existência (Quantificação das relações causais).	Uma vez que todos os modos de produção são forças que alicerçam a vida social, a busca do conhecimento adequado a esta concepção de realidade é a compreensão de como os sistemas sociais funcionam historicamente.	a) Conhecimento da interpretação e do significado da ação é somente possível quando se adquire conhecimento sobre os significados que sustentam suas ações, compreendendo as teorias dos atores via evidências qualitativas. b) Não buscam leis “universais” (noção de cenários sociais).

“continua”

Quadro 11 “conclusão”

		Paradigmas		
		Estrutural do Consenso	Estrutural do Conflito	Interpretativo
Metodologia	Dedução de hipótese e sua verificação empírica: método hipotético dedutivo.	Materialismo histórico: relação entre os modos de produção e as formas de organização da sociedade seja em um contexto histórico mais amplo ou em sociedades e momentos específicos.	Uso da interpretação: o pesquisador aproveita sua condição de ator social criativo, isto é, capaz de interpretação (a exemplo dos atores que são objetos de análise). Pesquisa é uma interação social consciente e ocorre em cenários sociais específicos (casos). A análise é conduzida a partir da perspectiva do ator da ação	

Nenhum dos três paradigmas é suficiente para explicar a complexidade da vida social, porém já foram dados passos importantes. Os paradigmas do conflito e interpretativo mostraram que os fatos sociais não são coisas (como pretendia Durkheim), são, sim, muito mais complexos que isso. Outro passo importante foi entender que cada abordagem trata de dimensões específicas da vida social, refletindo as concepções ontológicas da realidade, assim, um trabalho realizado em uma das concepções não pode ser julgado como certo ou errado, ele é limitado pela sua maneira de enxergar a realidade (ALENCAR, 1999, 2007).

3.1 Paradigmas da administração

Desde os trabalhos de Frederick Winslow Taylor e Henry Fayol a Administração pretende ser um campo científico, uma ciência social aplicada, como a medicina é uma ciência biológica aplicada ou a engenharia é uma ciência exata aplicada.

Se a Administração é uma ciência, qual seu objeto de estudos? Segundo França Filho (2004, p. 121), existe uma ‘querela antiga’ sobre este tema, este objeto seria “[...] a gestão, como prática, ou as organizações, enquanto fenômeno social?”.

Por outro lado, Moreira (2000) relacionando-se apenas à Administração de empresas (com fins lucrativos) argumenta que a Administração é “melhor vista” como uma prática (e não como uma ciência), pois sua intenção é chegar a um diagnóstico. O autor argumenta que o conhecimento experiencial (aquele aprendido na prática) é essencial em Administração, assim, o trabalho do pesquisador em Administração seria semelhante ao do antropólogo e etnógrafo. Outra consideração do autor é que este conhecimento não poderia ser julgado como se faz com a pesquisa científica, pois as deduções são frágeis do ponto de vista metodológico. A visão de ciência de Moreira (2000), como se pode perceber, é claramente indutivista, ou seja, ele não classifica a Administração como ciência, pois a mesma não se encaixa na proposta indutivista, já em desuso. Outra constatação importante é que o autor separa ‘artificialmente’ a teoria da prática, como se fosse possível realizar tal separação.

Em uma perspectiva mais ampla, França Filho (2004) apresenta “três grandes corpos de ideias” em Administração: técnicas ou metodologias gerenciais, áreas funcionais e teoria das organizações (estudos organizacionais).

As técnicas ou metodologias gerenciais caminham junto das ideias expostas por Moreira (2000). Segundo França Filho (2004) elas são concebidas no âmbito das empresas com pretensão de validade geral, sendo transpostas para a Administração Pública (gerencialismo) ou para organizações sociais em geral (profissionalização da gestão). Essas técnicas são embasadas na racionalidade utilitária (RAMOS, 1981) e ignoram “[...] todo tipo de questionamento sobre a validade ética da ação, isto é, o sentido mesmo dos fins propostos, importando apenas a sua consecução” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 122). As técnicas e

metodologias gerenciais são elaboradas como modelos prescritivos, incorporando um conhecimento essencialmente técnico, alguns exemplos são a Organização Racional do Trabalho (Taylor), a Administração por Objetivos (Drucker), sendo, também, alvo privilegiado dos modismos como *downsizing*, *benchmarking*, reengenharia etc. Tal perspectiva se aproxima do paradigma estrutural do consenso, pois são modelos prescritivos baseados na relação direta entre causa e efeito.

As áreas funcionais são herança do trabalho de Fayol no início do século XX e estão tão entrincheiradas na Administração que, em larga escala, moldam os cursos de Administração hoje: marketing, finanças, recursos humanos (ou mais hodiernamente gestão de pessoas) e produção. Em comum com as técnicas e metodologias gerenciais fica o caráter prescritivo do conhecimento. É comum o profissional se ver obrigado a se especializar em uma destas áreas por exigência das empresas que os contratam (FRANÇA FILHO, 2004).

Com a teoria das organizações (ou estudos organizacionais) o objeto deixa de ser a gestão e passa a ser a organização, a prescrição dá lugar à explicação, amplia os estudos para outras organizações, e não só as empresas mercantis. A teoria das organizações se divide em duas grandes vertentes: a abordagem comportamentalista, baseada na psicologia norte-americana, privilegia temas como motivação, liderança e tomada de decisão; e a sociologia das organizações, influenciada por sociólogos de inspiração funcionalista norte-americanos, destacando estudos sobre a burocracia e sistemas sociais “[...] na esteira da interpretação feita por Talcott Parsons dos trabalhos deixados por Max Weber” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 127). Mesmo tendo um berço funcionalista, existe uma vertente denominada estudos críticos, “[...] cuja preocupação fundamental é revelar algumas das dimensões importantes da análise organizacional não percebida pela perspectiva funcionalista” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 130). Essa perspectiva está mais próxima do paradigma interpretativo.

França Filho (2004), ao apresentar esta pluralidade de ideias em Administração, propõe três respostas para a pergunta: o que é Administração? A Administração seria uma arte, uma ideologia ou uma ciência?

A Administração como arte se baseia na crença que haveria características inatas que fariam com que algumas pessoas tivessem a propensão a serem bons administradores. Esta crença geralmente está embasada em histórias de sucesso de pessoas consideradas como ‘grandes administradores’ que, praticamente sem estudo, conseguiram criar grandes impérios. Tais ideias que embasam o empreendedorismo são muito alardeadas nos dias de hoje (FRANÇA FILHO, 2004).

A Administração enquanto ideologia, por outro lado, significa assumir que a gestão não é um saber neutro, mas estaria sempre a serviço do capital, a Administração, nestes termos, seria um sistema de dominação (AKTOUF, 2004; FRANÇA FILHO, 2004; GURGEL, 2003).

Pensar a Administração como ciência leva a “[...] reconhecê-la como uma área do conhecimento científico” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 137). Segundo o autor isto não significa recuperar os trabalhos de Taylor, Fayol, Gant ou os Gilbreths; engenheiros que se propuseram a criar um campo do conhecimento científico com suas leis, a exemplo da engenharia, em uma orientação positivista. Essa perspectiva significa, para o autor, o reconhecimento da Administração como campo do conhecimento científico, com um objeto de pesquisa, que, segundo a sua visão, é a organização enquanto fenômeno, sendo que a “[...] gestão constitui uma dimensão essencial do universo organizacional” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 139).

Dentro dessas diversas possibilidades de interpretação da Administração, França Filho (2004, p. 131) sugere: “se a administração aparece assim como campo plural do conhecimento, por que, então, também não entendê-la de modo plural?”.

Uma proposta bastante discutida e utilizada é o trabalho de Burrell e Morgan (1979) que propõe mapear as perspectivas sociológicas, incluindo as da Administração, por meio da construção de quatro paradigmas, baseados em pressupostos metateóricos, formando uma matriz 2x2. Os quatro paradigmas seriam, segundo os autores, mutuamente exclusivos. A ideia central do trabalho, segundo os autores é que todas as teorias da organização são baseadas em uma filosofia da ciência e em uma teoria da sociedade.

Segundo Burrell (2007, p. 448) o livro foi escrito em uma época em que o “[...] funcionalismo estava em declínio, mas a legitimidade de perspectivas alternativas ainda estava em dúvida”. Burrell (2007) argumenta que os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) são um leito de procusto²⁰. A principal crítica foi essa, ou seja, a extrema simplificação em quatro categorias estáticas não se sustentaria. Ao propor uma matriz 2x2, o livro que propunha uma alternativa ao funcionalismo, caiu na própria armadilha do conservadorismo. Porém, a principal crítica foi em relação à incomensurabilidade paradigmática, sustentada, tenazmente, pelos autores (BURRELL, 2007).

Por outro lado, o trabalho de Burrell e Morgan (1979) revelou um nicho protegido para pesquisadores alternativos trabalharem afastados das críticas dos funcionalistas, protegidos pela incomensurabilidade dos paradigmas (CLEGG; HARDY, 2007).

Segundo Burrell e Morgan (1979), os cientistas sociais abordam seus temas baseados em uma ontologia, epistemologia, perspectiva de natureza humana e metodologia. A ontologia se refere aos pressupostos que dizem

²⁰ Segundo Bianchetti (1995, p. 7-8) "conforme a mitologia grega, Procusto possuía um leito de ferro na entrada da cidade e nele estendia todos os viajantes que conseguia aprisionar. O leito era a medida. A partir desse padrão pré-estabelecido, os corpos que não se adequavam à medida sofriam uma intervenção, isto é, os menores eram espichados, os maiores, amputados. O importante era salvaguardar a medida prévia, o padrão". Segundo Burrell (2007) a metáfora de Procusto é relativa à teoria que geme se contorce por não caber na estrutura em que é pensada.

respeito à verdadeira essência do fenômeno sob investigação. A epistemologia está ligada à ontologia e se refere aos pressupostos sobre as bases do conhecimento, ou seja, como uma pessoa poderia entender o mundo e comunicar este entendimento aos semelhantes. A natureza humana, por sua vez, se refere à relação ente os seres humanos e o seu ambiente, a ciência social deve considerar esta dimensão, pois, o ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da investigação social. Por fim, a metodologia está relacionada à maneira como se tenta investigar e obter conhecimento do mundo social.

As dimensões de análise se aproximam de Jones (1993), a diferença é que em Burrell e Morgan (1979) a dimensão método é absorvida pela metodologia e é incluída a dimensão natureza humana. A seguir apresenta-se a descrição dos quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979) e, posteriormente, aproxima-se a mesma dos propostos por Jones (1993).

Inicialmente os autores propõem um esquema para analisar os pressupostos sobre a natureza das ciências sociais e, posteriormente, os pressupostos sobre a natureza da sociedade de modo a estruturar os quatro paradigmas.

Quadro 12 Esquema para analisar afirmações sobre a natureza da ciência social na perspectiva da dimensão objetivo-subjetiva

A DIMENSÃO SUBJETIVO-OBJETIVA		
A visão Subjetiva da Ciência Social		A visão Objetivista da Ciência Social
Nominalismo	Ontologia	Realismo
Antipositivismo	Epistemologia	Positivismo
Voluntarismo	Natureza Humana	Determinismo
Ideográfico	Metodologia	Nomotética

Fonte: adaptado de Burrell (2007) e Burrell e Morgan (1979)

Em relação ao debate ontológico, a posição nominalista acredita que o mundo externo ao indivíduo é construído por ele e a partir dele, não existindo, *a priori*. Já a posição realista apregoa que o mundo externo existe

independentemente do indivíduo, ou seja, existe *a priori*. A epistemologia, por sua vez, contrapõe positivismo e antipositivismo. O positivismo se baseia na procura de regularidades e relações causais entre os elementos constituintes, com uma perspectiva cumulativa do desenvolvimento do conhecimento. Essa concepção ainda é a dominante nas ciências sociais. O antipositivismo seria a concepção contrária, que postula que a busca por leis gerais e regularidades subjacentes é inútil e que o mundo somente pode ser entendido do ponto de vista dos indivíduos que estão diretamente envolvidos nas atividades estudadas. A natureza humana trata do modelo de homem contido na teoria social. A visão determinista vê o homem e suas atividades completamente determinadas pelo seu ambiente e pela situação em que se encontra. Por outro lado, a visão voluntarista acredita que o homem é possuidor de livre arbítrio. A metodologia está entre as abordagens ideográficas e nomotéticas. A abordagem ideográfica baseia-se no ponto de vista que só se pode entender o mundo social pela obtenção, em primeira mão, do conhecimento sob investigação. A abordagem nomotética coloca ênfase na importância de basear a pesquisa em protocolo sistemático e técnico, no teste de hipóteses dentro dos cânones do rigor científico. A abordagem nomotética é utilizada nas ciências naturais (BURRELL; MORGAN, 1979).

Segundo os autores, a visão objetivista está relacionada ao positivismo sociológico, enquanto que a subjetivista encontra-se vinculada ao idealismo germânico. No decorrer dos últimos setenta anos (1920-1980) houve tentativas de aproximação entre as perspectivas, gerando posições intermediárias (BURRELL; MORGAN, 1979).

No outro vértice do modelo de Burrell e Morgan (1979) está a natureza da sociedade, vinculada à dicotomia entre sociologia da regulação e sociologia da mudança radical. A sociologia da regulação refere-se aos escritos teóricos que enfatizam unidade e coesão, e está essencialmente interessada na necessidade da

regulação dos afazeres humanos, focando na tentativa de entender como a sociedade é mantida como uma entidade. A sociologia da mudança radical se contrapõe à sociologia da regulação, pois se concentra em descobrir explicações para a mudança radical, para o conflito estrutural, modos de dominação e contradições estruturais da sociedade. A perspectiva está interessada na emancipação do homem de suas estruturas que limitam e impedem seu potencial de desenvolvimento; e muito mais que o *status quo*, lhe interessa o que é possível ser construído.

Quadro 13 Dimensões regulação e mudança radical de Burrell e Morgan (1979)

A DIMENSÃO REGULAÇÃO – MUDANÇA RADICAL	
Regulação	Mudança Radical
Tem a ver com:	Tem a ver com:
<i>Status quo</i>	Mudança Radical
Ordem social	Conflito Estrutural
Consenso	Modos de Dominação
Integração e Coesão Social	Contradição
Solidariedade	Emancipação
Satisfação de Necessidade	Privação
Realidade Presente	Potencialidade

Fonte: adaptado de Burrell e Morgan (1979)

Com os dois vértices do modelo construídos pode-se desenhar a estrutura proposta dos autores para os quatro paradigmas das ciências sociais, conforme Quadro 14.

Quadro 14 Quatro paradigmas das ciências sociais

	Sociologia da Mudança Radical		
Subjetivo	Humanismo Radical	Estruturalismo Radical	Objetivo
	Interpretativo	Sociologia Funcionalista	
	Sociologia da Regulação		

Fonte: adaptado de Burrell (2007) e Burrell e Morgan (1979)

Os autores enfatizam que os paradigmas tomados em conjunto, como na Quadro 14, oferecem um mapa para identificar similaridades básicas e diferenças nos trabalhos dos teóricos e os quadros de referência que eles adotam. Enfatiza-se, de maneira bastante assertiva, a incomensurabilidade paradigmática, ou seja, os paradigmas não se comunicam e as teorias construídas dentro de um deles não podem ser explicadas (e aceitas) em outro (BURRELL; MORGAN, 1979).

A seguir, apresentam-se as características dos quatro paradigmas e, na sequência, expõe-se proposta de aproximação com os paradigmas descritos por Jones (1993). Uma primeira aproximação diz respeito à incomensurabilidade paradigmática, defendida pelas duas perspectivas.

O paradigma funcionalista é, ainda, o paradigma dominante nas ciências sociais e nos estudos das organizações. O mesmo tem suas bases na sociologia da regulação e percebe o sujeito principal de um ponto de vista objetivista. A característica fundante é o interesse em explicar: o *status quo*, a ordem social, a integração social, a solidariedade e a necessidade de satisfação. Seu ponto de vista é claramente realista, positivista, determinista e nomotético (BURRELL; MORGAN, 1979). Esse paradigma se aproxima do paradigma Estrutural do Consenso (JONES, 1993), pois os dois têm claramente um viés positivista com uma ontologia pragmática e invariável da realidade (objetiva), epistemologia hipotético-dedutiva e metodologia inspirada na das ciências naturais. A natureza humana, proposta para Burrell e Morgan (1979), é de caráter determinista, o que condiz com a perspectiva de realidade formada de fenômenos em relações causais invariáveis, proposta por Jones (1993) para o paradigma Estrutural do Consenso.

Apesar do paradigma interpretativo se identificar com a sociologia da regulação, ele se interessa em entender o mundo como ele é por meio de sua natureza intersubjetiva, por meio da consciência e percepção individual do

observador. Percebe-se o mundo social como criado pelos envolvidos, a realidade social não existe fora da consciência dos indivíduos. O paradigma é nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfico (BURRELL; MORGAN, 1979). Assim, se aproxima do paradigma de mesmo nome no trabalho de Jones (1993), além da mesma nomenclatura os dois têm características em comum, ontologicamente a realidade é construída pelos sujeitos (subjativa), a epistemologia é antipositivista (o conhecimento só é possível em um contexto carregado de significados que sustentam as ações) e sua metodologia utiliza a interpretação do ator, vinculada à sua interação com um cenário social específico.

O paradigma do Humanismo Radical, em uma perspectiva subjetivista, pretende desenvolver a sociologia da mudança radical, percebendo a necessidade de destruir ou transcender as limitações dos arranjos sociais existentes na sociedade. O paradigma entende que a consciência do homem é dominada por superestruturas ideológicas e que dirigem sua cognição. O paradigma, a exemplo do paradigma interpretativo é nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfico (BURRELL; MORGAN, 1979). O paradigma proposto por Jones (1993) que mais se aproxima do Humanismo Radical é o Interpretativo, porém, o Humanismo Radical carrega a perspectiva da estrutura (Sociologia da Mudança Radical) que também o aproxima do paradigma Estrutural do Conflito, que tem o objetivo de promover a emancipação (de uma estrutura ideológica dominante), preocupação que não é central no paradigma Interpretativo.

Por outro lado, o Humanismo Radical tem uma perspectiva voluntarista da Natureza Humana, o que o afasta do paradigma Estrutural do Conflito. Esse paradigma se difere do paradigma Estrutural do Conflito pela visão subjetiva e voluntarista. Desta forma, como não há aproximação direta, pode-se considerá-lo com características dos dois paradigmas: Estrutural do Conflito e Interpretativo.

O paradigma do estruturalismo radical, por sua vez, se aproxima da sociologia da mudança radical por uma perspectiva objetivista, com muitas similaridades com a teoria funcionalista, porém, com fins diferentes. O mesmo percebe a sociedade caracterizada por conflitos fundamentais que provocam mudanças radicais por meio de crises políticas e econômicas. O paradigma está comprometido com mudança radical, emancipação e potencialidade, com especial atenção para os modos de dominação. Seu ponto de vista é, a exemplo do paradigma funcionalista, realista, positivista, determinista e nomotético (BURRELL; MORGAN, 1979). Tal paradigma se aproxima do paradigma Estrutural do Conflito, proposto por Jones (1993), a ontologia se baseia em uma sociedade economicamente dominada (objetivista), cujo funcionamento independe da consciência humana; a epistemologia se baseia na análise das forças que alicerçam a vida social (conflito e mudança) e a metodologia leva em consideração o contexto histórico e sua relação com estas forças de dominação. A natureza humana proposta pelo paradigma do Estruturalismo Radical é determinista, o que condiz com a perspectiva de dominação e evolucionista engendrada no paradigma Estrutural do Conflito.

No Quadro 15 expõe-se os quatro paradigmas de Burrell e Morgan (1979) apresentados: Humanismo Radical, Estruturalismo Radical, Interpretativo e Funcionalista; relacionados aos três paradigmas de Jones (1993): Estrutural do Consenso, Estrutural do Conflito e Interpretativo. A comparação é bem direta, dadas às características de cada um dos paradigmas apresentados em cada uma das perspectivas, assim apresenta-se no “esquema” de Burrell e Morgan (1979) para se perceber de forma a auxiliar a localização de cada um.

Quadro 15 Comparação entre paradigmas

Sociologia da Mudança Radical			
Subjetivo	Humanismo Radical (Estrutural do Conflito e Interpretativo)*	Estruturalismo Radical (Estrutural do Conflito)	Objetivo
	Interpretativo (Interpretativo)	Sociologia Funcionalista (Estrutural do Consenso)	
Sociologia da Regulação			

Obs.: o paradigma da primeira linha (dentro de cada quadrante) se refere à perspectiva de Burrell e Morgan (1979) e o da segunda linha, entre parênteses, à de Jones (1993). Para o paradigma do Humanismo Radical não foi encontrado equivalente.

* O paradigma do Humanismo Radical tem características próprias aos paradigmas Estrutural do Conflito e Interpretativo.

Desta forma pode-se perceber que o trabalho de Burrell e Morgan (1979) se aproxima do trabalho de Jones (1993), de forma a se poder tratá-los de maneira conjunta. Pode-se ter a impressão, à primeira vista, que o Humanismo Radical seria a prova de que a incomensurabilidade paradigmática não procede, pois o paradigma seria o “encontro” dos paradigmas Estrutural do Conflito e Interpretativo. Um olhar mais atento demonstra que o Humanismo Radical tem características dos dois paradigmas, mas também diferenças deles, de forma a configurar um novo paradigma.

Outra inferência a partir dos paradigmas leva a aproximá-los da ciência normal kuhniana (KUHN, 1978). Se o paradigma Funcionalista (ou Estrutural do Consenso) é o paradigma dominante, os demais poderiam ser considerados como ciência contra-normal ou anomalias que levariam a uma revolução científica? E ainda, usando a perspectiva de Lakatos (1999), esta multiplicidade de paradigmas seria uma prova de que o paradigma Funcionalista apresenta sinais de degenerescência e as teorias rivais (outros paradigmas) estariam disputando a centralidade se constituindo em um programa de investigação científica?

Para Reed (2007), em termos kuhnianos, vive-se em uma época de revolução científica nos estudos organizacionais. Porém, “[...] nem a adesão à onda relativista, nem o retorno aos porões da ortodoxia parecem futuros atraentes para o estudo das organizações” (REED, 2007, p. 63).

Para Marsden e Townley (2001), nos estudos organizacionais a luta de legitimação mais visível acontece entre defensores e opositores de uma teoria organizacional positivista, onde esta se estabeleceu com uma ciência normal kuhniana. Os autores sugerem, entretanto, que “[...] em vez de escolher entre a ciência organizacional normal e contranormal, é mais produtivo investigar a natureza do objeto *sobre* o qual elas discordam” (MARSDEN; TOWNLEY, 2001, p. 33, grifo nosso).

Por outro lado, França Filho (2004) propõe entender a Administração como um campo plural e, portanto, multiparadigmático. No entanto, o campo de conhecimento da Gestão Social tem implicações específicas que podem caracterizá-lo e aproximá-lo do paradigma “Humanismo Radical”. Todavia, dentro da perspectiva de incerteza e mudança tenta-se entender como a Gestão Social se apresenta em termos de campo do conhecimento científico, ou seja, se a mesma atende aos critérios de demarcação apresentados e, ainda, se ela pode estar, especificamente, na perspectiva de algum dos paradigmas discutidos.

No Capítulo 3 apresenta-se a produção em termos de Gestão Social no país e, ao final, uma primeira tentativa de síntese das principais características e das categorias teóricas que a sustentam.

4 GESTÃO SOCIAL

No Capítulo 3 apresenta-se a produção do conhecimento científico a respeito da Gestão Social. Discute-se as primeiras concepções sobre a Gestão Social no Brasil, expõe-se as críticas ao conceito da Gestão Social e demonstra-se as categorias teóricas do entendimento da Gestão Social como área de conhecimento.

Não foram encontradas, na bibliografia pesquisada, as origens da terminologia Gestão Social. A principal pista vem dos textos do professor Tenório, que, desde 1990, está à frente do Programa de Estudos em Gestão Social, vinculado à escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (PEGS/EBAPE/FGV).

O primeiro contato do Professor Tenório com o termo foi em um texto de Rovida (1985) que trata de experiências autogestionárias na guerra civil espanhola (TENÓRIO, 2010). No referido texto, Gestão Social aparece com o significado de democracia proletária de caráter local (ROVIDA, 1985). Porém, o termo também é usado para descrever a gestão do *Sovkhoz*²¹ (fazendas coletivas na União Soviética) (DICIONÁRIO..., 2011).

²¹ “Sovkhoz - Fazenda soviética: grande empresa estatal agrícola da URSS, baseada na propriedade estatal da terra e dos meios de produção. Os sovkhozes começaram a serem organizados a partir de 1918 e desempenharam um grande papel na transformação socialista da agricultura, servindo de escola de Gestão Social e da produção agrícola para o campesinato. Em 1977 havia 20.100 sovkhozes e sua participação na produção total de produtos agropastoris era a seguinte: cereais= 44%; algodão em rama=29%; batatas=18%; hortaliças=44%; carne=36%; leite=32%; ovos=57% e lã=47%. Para fortalecer a economia dos sovkhozes foi realizado um trabalho baseado na intensificação, especialização e concentração da produção agropecuária e no desenvolvimento da cooperação e integração entre as empresas agro-industriais. Em outros países socialistas foram criadas, por analogia como os sovkhozes, empresas públicas baseadas na propriedade estatal dos meios de produção” (DICIONÁRIO..., 2011). Cabe ressaltar que não estamos apresentando os sovkhozes como exemplos da Gestão Social, conforme a apresentaremos neste trabalho, esta nota tem apenas caráter histórico. Esta indicação foi sugerida pelo Professor Tenório.

Tenório (2010) relata que, em 1992, ao participar do *Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social* (Santa Cruz de La Sierra, Bolívia), o conceito foi tratado como referente a políticas públicas sociais e questões relativas ao terceiro setor, porém, naquele evento foram despertadas outras expectativas, fruto dos debates acontecidos. No ano seguinte foi lançado o Livro *Pobreza: un tema impostergable - Nuevas respuestas a nivel mundial* compilado por Bernardo Kliksberg (KLIKSBERG, 1994b), provavelmente o primeiro texto latino-americano que trata, de forma sistematizada, da Gestão Social (TENÓRIO, 2010). No texto a Gestão Social é entendida como gestão de políticas públicas sociais (KLIKSBERG, 1994a). Assim, o “[...] o termo Gestão Social tem sido confundido quase exclusivamente com gestão de políticas e/ou programas sociais” (TENÓRIO; SARAVIA, 2006, p. 124). Tal interpretação começou nos anos 1990 no Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) e continuou no Instituto de Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (INDES/BID) (TENÓRIO; SARAVIA, 2006).

Em 1997, ao participar de um curso²² nos Estados Unidos, o pesquisador ampliou sua percepção acerca da Gestão Social e, em 1998, publicou na Revista de Administração Pública o artigo “Gestão social: uma perspectiva conceitual²³”, provavelmente o primeiro texto nacional que trata, especificamente, da temática da Gestão Social. Porém, o termo, ainda hoje,

[...] tem sido objeto de estudo e prática muito mais associado à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, do combate à pobreza

²² *Curso de Directivos en Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales*, promovido pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington D.C., Estados Unidos.

²³ O artigo é um dos capítulos de Tenório (2008a).

e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de carácter produtivo (TENÓRIO, 2008d, p. 147-148).

Esta percepção, embora ainda presente nos textos sobre Gestão Social, uma vez que o campo ainda está em construção, já apresenta indícios de que não consiga dar conta do que o próprio termo tem de potencial teórico e analítico.

Segundo Gomes et al. (2008, p. 59),

[...] pensar em Gestão Social, é pensar além da gestão de políticas públicas, mas sim estabelecer as articulações entre ações de intervenção e de transformação do campo social, que é uma noção mais ampla, e que não se restringe à esfera público-governamental, como vemos a exemplos das ações de responsabilidade social e do crescimento do terceiro setor.

Para Botrel, Araújo e Pereira (2010), a Gestão Social se desenvolve no âmbito da esfera pública, na qual se sobressaem as organizações públicas não-estatais e o interesse público da sociedade, além de proporcionar condições à emancipação dos indivíduos, baseando-se na democracia deliberativa, na formação da consciência crítica de seres humanos dotados de razão.

No Brasil, o termo Gestão Social encontra-se, ainda, em fase de elaboração (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA et al., 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009; DREHER; ULLRICH; TOMIO, 2010; FISCHER; MELO, 2003, 2006; GIANELLA, 2008; JUNQUEIRA et al., 2009; MATOS et al., 2009; PINHO, 2010; RAMOS et al., 2009; SILVA JÚNIOR et al., 2008c), ou seja, a Gestão Social tem um carácter *in progress* (BOULLOSA, 2009). Por outro lado, a Gestão Social tem se consolidado enquanto prática, sem ainda o consenso sobre o conceito (PINHO, 2010). França Filho (2008, p. 26) adverte que a Gestão Social “[...] parece constituir nos últimos anos um daqueles termos

que tem conquistado uma visibilidade cada vez maior, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto, sobretudo, em termos mediáticos”. A referida situação traz alguns problemas, sendo um deles a banalização, pois “tudo que não é gestão tradicional passa então a ser visto como Gestão Social” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 26). Nessa perspectiva, Tenório (2008b, p. 158) aponta que a Gestão Social tem sido mais associada à gestão de políticas sociais ou até ambientais, “[...] do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo”.

Carrion (2007) relata ter encontrado confusão entre os termos Gestão Social e gestão “do” social. Segundo a autora a “[...] Gestão Social não é sinônimo de transposição de princípios e postulados de gestão de negócios para o campo social” (CARRION, 2007, p. 159).

Na revisão de literatura foi possível identificar a tendência à banalização. Nos textos pesquisados a Gestão Social é entendida de diversas formas: como gestão democrática ou participativa de políticas públicas sociais (RIZOTTI; NISHIMURA, 2006), gestão democrática do terceiro setor ou de ONGs (CARMO; SILVA; FONSECA, 2009), gestão ambiental (SASAKI; SOUZA, 2006), gestão democrática do desenvolvimento territorial (COSTA, 2009; DALLABRIDA, 2006), responsabilidade socioambiental (WANDERLEY, 2006). Ou, ainda, o termo só aparece no título, como em Sasaki e Souza (2006). Essa situação confirma os argumentos de Silva Júnior et al. (2008c) de que a Gestão Social tem sido alvo de diversas interpretações. Assim, tudo o que não é gestão tradicional (ou estratégica, como prefere Tenório) passa a ser visto como Gestão Social (FRANÇA FILHO, 2008).

Atualmente, as principais referências conceituais sobre Gestão Social são os trabalhos de Bouldosa (2009), Bouldosa e Schommer (2008, 2009), Fischer (2002a), Fischer e Melo (2003, 2006), França Filho (2003, 2008) e

Tenório (2008a, 2008b, 2010, 2011). Em relação às críticas, o trabalho de Pinho (2010) questiona as possibilidades da Gestão Social, enquanto Boullosa (2009) e Boullosa e Schommer (2008, 2009) fazem um alerta em relação à transformação da Gestão Social de processo de inovação à produto inovador.

No contexto de construção do campo da Gestão Social começam a surgir centros de pesquisa e eventos que se dedicam ao estudo da temática. Silva Júnior (2008a) apresenta a criação do PEGS/EBAPE/FGV, em 1990, como centro pioneiro no estudo da Gestão Social no Brasil. Em seguida, o estudo da Gestão Social se expande para as principais Instituições de Ensino Superior de Administração do país, com destaque para o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia (CIAGS/UFBA), o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (CEATS/USP), o Núcleo de Estudos de Administração do Terceiro Setor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEATS/PUC-SP) e o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Sobre o Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NIPETS/UFRGS). Evoluindo o estudo da Gestão Social realiza o movimento de interiorização, em alguns casos, por meio de egressos dos programas citados. Destacam-se: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social da Universidade Federal do Ceará – Campus Cariri (LIEGS/UFC-Cariri²⁴), o Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS) da Universidade Federal de Lavras, ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Tecnologias em Gestão Social da Universidade Federal do Vale do São Francisco (NIGS/UNIVASF), o Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal do Tocantins (NESol/UFT, do qual este pesquisador faz parte). Existem outros grupos se articulando pelo país, como na Universidade Federal de Viçosa

²⁴ Um dos objetivos do LIEGS/UFC-Cariri é “[...] edificar um conceito mais preciso à Gestão Social” (SILVA JÚNIOR, 2008a, p. 168).

(UFV) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), ambas em Minas Gerais.

Os pesquisadores dessas instituições se estabeleceram informalmente em uma rede, a Rede de Pesquisadores em Gestão Social²⁵ (RGS), e o resultado mais visível de sua atuação foi a criação do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), em 2007, cujo idealizador foi o Professor Jeová Torres Silva Júnior. A primeira edição ficou a cargo do LIEGS/UFC-Cariri (Juazeiro do Norte/CE) (CARRION; CALOU, 2008; SILVA JÚNIOR, 2008b), a segunda aconteceu em Palmas no ano seguinte, coordenada pelo NESol/UFT (CANÇADO et al., 2008) a terceira em Juazeiro/BA e Petrolina/PE, organizada pelo NIGS/UNIVASF (RIGO et al., 2010). Em 2010 o evento aconteceu em Lavras/MG, organizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP-UFLA) e pelo NEAPEGS. As publicações oriundas dos eventos (CANÇADO et al., 2008; RIGO et al., 2010; SILVA JÚNIOR et al., 2008b) já são referências para o estudo da Gestão Social no país.

Segundo Carrion e Calou (2008), a Gestão Social, apesar de ser um dos mais relevantes temas abordados nos últimos anos, sofre com a falta de espaço em periódicos de Administração e a criação do ENAPEGS surge como resposta a esta demanda dos pesquisadores na área.

Outro evento onde há o espaço para a discussão da Gestão Social é o Colóquio Internacional sobre Poder Local realizado pela UFBA, porém, o evento acontece, apenas, de três em três anos. Em Minas Gerais, por iniciativa do Professor José Roberto Pereira, em 2009, foi realizado o I Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social (EMAPEGS) na Universidade Federal de Lavras, que teve sequência em junho de 2010 na Universidade Federal de Viçosa. O II EMAPEGS, seguindo a linha do

²⁵ Mais informações no *site*: www.rgs.wiki.br.

ENAPEGS, também deu origem a uma publicação (FERREIRA; EMMENDOERFER; GAVA, 2011).

A Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD), em seus encontros anuais chegou a criar, em 2003, a área Gestão Social e Ambiental, que, em 2005, passou a ser uma subárea da área Administração Pública e Gestão Social, permanecendo assim até 2008. Em 2009, com a reestruturação das áreas temáticas, a área Administração Pública e Gestão Social é dividida em 12 temas e nenhum deles contempla a Gestão Social, que permanece apenas como título da área. A situação é resolvida em 2010 com a exclusão de Gestão Social do título e a área passa a ser identificada como Administração Pública somente²⁶. O Professor Luis Felipe Nascimento encabeçou um grupo de pesquisadores que enviou, em setembro de 2009, à diretoria da ANPAD uma lista de 279 apoiadores da criação da área de ‘Sustentabilidade, Gestão Social e Ambiental’, pois a área de Gestão Ambiental também teve o mesmo destino da Gestão Social. A diretoria da ANPAD rejeitou a proposta²⁷, pois não considerou a Gestão Social (e também a Gestão Ambiental) como uma área do conhecimento, e, sim, como uma área de aplicação como gestão hospitalar e gestão do agronegócio (NASCIMENTO, 2010).

O objetivo geral deste trabalho é discutir justamente o contrário da visão da diretoria da ANPAD. Não cabe aqui debater a validade ou não das mudanças no mais importante evento acadêmico de Administração no país, porém, esta decisão se refletiu na importância do ENAPEGS que passou de pouco mais de 170 trabalhos submetidos, em 2009 para mais de 300, em 2010, o que demonstra que existe demanda de espaço para a publicação da produção científica na área.

²⁶ Informações obtidas no *site* da instituição: www.anpad.org.br, acesso em 31 de março de 2010.

²⁷ A proposta não foi levada para a Assembléia da ANPAD, a decisão foi só da diretoria.

4.1 Perspectivas conceituais sobre gestão social no Brasil

A abordagem de Tenório (2008a, 2008b)²⁸ parte de uma inquietação relacionada ao *status quo* da Administração, despertada, segundo o autor, pela leitura da obra de Ramos (2000 citado por FISCHER, 2002; FRANÇA FILHO, 2008). Segundo Tenório, a Gestão Social poderia ser considerada como uma “linha de fuga” em relação à hegemonia da tradição positivista centrada na racionalidade utilitária do pensamento administrativo. O autor, baseado em Guerreiro Ramos e na Escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse, Adorno) e, posteriormente, na “segunda geração” com Jürgen Habermas, constrói seu conceito de Gestão Social.

A construção do conceito acontece, inicialmente, pela análise dos pares de palavras²⁹ *Estado-sociedade* e *capital-trabalho*, que são invertidas na sua ordem para *sociedade-Estado* e *trabalho-capital*, ressaltando a importância da sociedade e do trabalho como protagonistas dessas relações. Ampliando a discussão, insere-se o par de palavras *sociedade-mercado*, que representa o processo de interação da sociedade civil organizada com o mercado, no qual a sociedade deve ser também protagonista (TENÓRIO, 2008a, 2008b).

Continuando seu caminho, o autor propõe que a cidadania deliberativa deve intermediar a relação entre esses pares de palavras, para o autor

[...] *cidadania deliberativa* significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões deve ter origem em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum (TENÓRIO, 2008b, p. 160, grifo nosso).

²⁸ Estes dois livros são coletâneas de artigos, publicados anteriormente pelo autor, a partir de 1990.

²⁹ Tenório assinala os pares de palavras no original em itálico, optou-se por manter este padrão também neste texto.

A cidadania deliberativa “[...] faz jus à multiplicidade de formas de comunicação [...]” e “[...] une os cidadãos em torno de um auto-entendimento ético” (TENÓRIO, 2008a, p. 167).

Sob esta perspectiva, a esfera pública seria o espaço de intermediação entre Estado, sociedade e mercado, bem como a cidadania deliberativa seria o processo participativo de deliberação baseado essencialmente no entendimento (e não no convencimento ou negociação) entre as partes (TENÓRIO, 2008a, 2008b) e “[...] o procedimento da prática da *cidadania deliberativa* na *Esfera Pública* é a *participação*” (TENÓRIO, 2008a, p. 171, grifo nosso).

Diferente de um processo centralizador, tecnoburocrático, elaborado em gabinetes, em que o conhecimento técnico é o principal argumento da decisão, sob uma perspectiva descentralizadora, de concepção dialógica, a Esfera Pública deve identificar, compreender, problematizar e propor as soluções dos problemas da sociedade, a ponto de serem assumidas como políticas públicas pelo contexto parlamentar e executadas pelo aparato administrativo de governo (TENÓRIO, 2008b, p. 162).

Segundo Subirats (2007), a pesquisa de Tenório (2007a) reivindica “[...] o espaço público como cenário no qual se propagam as potencialidades da democracia deliberativa com o protagonismo da cidadania” e, neste contexto, “o conceito de Gestão Social tem [...] um grande potencial transformador, que vai além da captura tecnocrática que do termo ‘governance’ as grandes organizações internacionais foram fazendo” (SUBIRATS, 2007, p. 627).

Outra definição essencial para a construção do conceito de Gestão Social de Tenório é o agir comunicativo de Habermas. Para o autor, a Gestão Social se baseia no entendimento, estreitamente vinculado com a linguagem, pois,

no processo de Gestão Social [...] a verdade é a promessa de consenso racional, [...] não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção de mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva (TENÓRIO, 2008a, p. 27).

O contraponto entre Gestão Social e gestão estratégica³⁰ baseia-se nos conceitos de racionalidade substantiva e racionalidade utilitária de Guerreiro Ramos, respectivamente. Para o autor uma “possível saída” seria a racionalidade comunicativa de Habermas (TENÓRIO, 2008b). Nesse sentido, Tenório (2008a) mostra a hegemonia da racionalidade instrumental como empecilho para a emancipação do homem e de sua autonomia social, pois esta racionalidade já ultrapassa o ambiente de trabalho e invade todas as esferas da vida (RAMOS, 1981). A Gestão Social seria o caminho para a emancipação, pois incita a um “[...] gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais” (TENÓRIO 2008a, p. 25-26). Na Gestão Social “[...] a hegemonia das ações possui caráter intersubjetivo. Isto é, onde os interessados na decisão, na ação de interesse público, são participantes do processo decisório” (TENÓRIO; SARAVIA, 2006, p. 128). Assim, para Tenório (2008a, p. 158) a Gestão Social é entendida

Como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais). O adjetivo

³⁰ Segundo Feyerabend (2007, p. 46) “[...] algumas das mais importantes propriedades formais de uma teoria são descobertas por contraste, e não por análise”, pois as teorias devem ser comparadas antes com outras teorias “[...] do que com a ‘experiência’ e tem de tentar aperfeiçoar, em vez de descartar, as concepções que fracassaram nesta competição”.

social qualificando o substantivo *gestão* será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (grifo nosso).

Segundo Tenório (2010), o processo de construção conceitual de Gestão Social se daria por meio de um processo dialético negativo, sem pretensão de síntese conceitual, pois o termo ainda precisa transcender o espectro da gestão estratégica. Este marco conceitual tem a pretensão somente de enfatizar a necessidade de que os gestores, qualquer que seja a configuração jurídica da organização, atuar sob uma perspectiva na qual o determinante de suas ações deve ser a sociedade e não o mercado. A perspectiva seria compartilhada, segundo o autor, pela Escola de Frankfurt e pelo pensamento de Ramos (1981).

Em seu texto mais recente sobre Gestão Social, Tenório (2010) faz três suposições acerca da Gestão Social: a) o conceito é subserviente à realidade não-republicana brasileira; b) o conceito é uma utopia dada a sua pretensão antinômica ao de gestão estratégica; e c) é um não-conceito, uma mediação entre a consciência e a realidade.

Em relação à primeira suposição, o autor argumenta que o Brasil ainda não é uma sociedade republicana, ainda não possui uma cultura decisória voltada para o bem comum, por isso os interesses particulares se sobrepõem aos interesses coletivos, inviabilizando a Gestão Social. A segunda suposição aponta para a hegemonia da racionalidade utilitária/gestão estratégica como referência para se tornar a Gestão Social uma utopia, pois a mesma não cabe em pressupostos instrumentais. A Gestão Social deve ser baseada em “[...] um conteúdo de permanente promoção da cidadania [...]” (TENÓRIO, 2011) em todas as esferas de decisão, públicas e privadas. As pessoas que serão afetadas pelas decisões devem participar delas. Assim, “[...] a sociedade deve ser o determinante da análise, [...] o bem-comum é a referência, a responsabilidade social é o compromisso, a república é o norte” (TENÓRIO, 2011).

França Filho (2003, 2008) enfatiza a distinção entre gestão pública, gestão privada (ou gestão estratégica) e Gestão Social, por meio de uma comparação, aproximando e distanciando os conceitos para compreendê-los. Neste sentido, a Gestão Social é entendida pelo autor em duas perspectivas, como processo e como fim. Enquanto problemática de sociedade, ou seja, a Gestão Social enquanto fim (nível macro) se aproximaria da gestão pública, pois ambas buscam atender às demandas e necessidades da sociedade. Entende-se que a gestão das demandas da sociedade pode acontecer para além do Estado, via sociedade. Por outro lado, a Gestão Social enquanto processo, vista como uma modalidade específica de gestão (nível organizacional) busca “subordinar as lógicas instrumentais [típicas da gestão privada/estratégica] a outras lógicas, mais sociais, políticas, culturais ou ecológicas” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 30).

[A Gestão Social] Corresponde então ao modo de gestão próprio às organizações atuando num circuito que não é originariamente aquele do mercado e do Estado, muito embora estas organizações entretenham, em grande parte dos casos, relações com instituições privadas e públicas, por meio de variadas formas de parcerias para consecução de projetos. Este é o espaço próprio da chamada sociedade civil, portanto uma esfera pública de ação que não é estatal (FRANÇA FILHO, 2008, p. 32).

Tânia Fischer (2002b, p. 29) apresenta a Gestão Social como “gestão do desenvolvimento social”, definido pela autora como um espaço “[...] reflexivo das práticas e do conhecimento constituído por múltiplas disciplinas”. A Gestão Social seria ainda uma “proposta pré-paradigmática” que vem recebendo a atenção de muitos centros de pesquisa no Brasil e no exterior (FISCHER, 2002b; FISCHER; MELO, 2006). Assim, “a Gestão Social pode ser definida como aquela orientada para o social (enquanto finalidade) pelo social (enquanto

processo), norteada pelos princípios da ética e da solidariedade” (FISCHER; MELO, 2006, p. 17).

Um conceito importante para entender a perspectiva de Fischer (2002b) e Fischer e Melo (2003, 2006) sobre Gestão Social e a própria atividade do gestor social é o de interorganizações. Os conceitos-chave para se entender as interorganizações são: território, redes sociais, redes de redes (FISCHER; MELO, 2006).

O processo de desenvolvimento é mobilizado por organizações que trabalham juntas ou por interorganizações cuja principal característica é a hibridização ou a complexidade. As interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, **integradas**. A associação se faz pela complementaridade – portanto pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado (FISCHER, 2002b, p. 19, grifo nosso).

As interorganizações se aproximam do conceito de redes, porém, a diferença está na hibridização e complexidade das relações, pois são organizações necessariamente diferentes e a associação se faz pela complementaridade.

Fischer (2002b) faz cinco proposições acerca da caracterização do campo da Gestão Social e de seus paradoxos. A primeira está relacionada à articulação de múltiplos níveis de poder que traz em seu bojo uma “[...] carga potencial de conflito de interesses entre atores envolvidos e entre escalas de poder” (FISCHER, 2002b, p. 27). A segunda apresenta a gestão do desenvolvimento social como um campo com práticas híbridas e contraditórias, pois “[...] A cooperação não exclui a competição; a competitividade pressupõe articulações, alianças e pactos” (FISCHER, 2002b, p. 28). A terceira delinea o campo como marcado pela ética e pela responsabilidade que deve atender aos

imperativos da eficácia e eficiência, porém, estes termos são tratados dentro da especificidade do campo,

[...] prestar contas à sociedade, avaliar processos e resultados e regular ações são também tarefas essenciais do gestor eficaz. No caso de organizações de desenvolvimento social, a eficiência é função de efetividade social, isto é, da legitimidade conquistada (FISCHER, 2002, p. 28).

A quarta proposição mostra que a gestão do desenvolvimento social é, também, a gestão de redes e de relações pessoais e sua subjetividade que é afetada por muitos fatores, dentre eles a história do gestor. A quinta proposição mostra a importância do contexto cultural, pois “o gestor social é um gestor do simbólico e do valorativo, especialmente quando se trata de culturas locais e da construção de identidades” (FISCHER, 2002b, p. 28).

A proposta de Carrion (2007) para a Gestão Social tem como centro a “boa” governança local, na qual, além de existir espaço para a participação democrática e deliberativa dos cidadãos, deve criar condições para esta participação, considerando o conflito de interesses como parte integrante do projeto democrático. Em outras palavras, o Estado deve descentralizar as decisões (porém, continuando como condutor do processo democrático, compatibilizando eficiência com aprimoramento da democracia), potencializando a criação de competências (“habilitando”) para a efetiva participação do cidadão. Porém, “o grande desafio é conseguir que interação [entre Estado, sociedade e mercado] se dê com base na solidariedade” (CARRION, 2007, p. 163).

Segundo Carrion (2007), a Gestão Social tem uma perspectiva mais ampla, pois se propõe a pensar um projeto de nação e um modelo de Estado capazes de enfrentar exclusão enquanto processo. Carrion (2007) considera o

“local” como o *locus* privilegiado para a Gestão Social, não apenas no âmbito geográfico, mas fundamentalmente pelas particularidades culturais e identitárias de cada comunidade, pois “[...] a Gestão Social tem por foco a mudança da morfologia do social em uma perspectiva de desenvolvimento local integrado” (CARRION, 2007, p. 159).

A autora, ao comparar a Gestão Social com gestão estratégica, argumenta que “[...] enquanto a primeira ancora-se no desenvolvimento do capital social, e visa o desenvolvimento das potencialidades humanas, a segunda tem por foco a remuneração do capital” (CARRION, 2007, p. 159). No que se refere a parcerias, a gestão estratégica tem como motivação o ganho de vantagens comparativas, enquanto que na Gestão Social “[...] a cooperação é postulada como base para um novo projeto de sociedade” (CARRION, 2007, p. 160). Para a autora, o conflito de interesses é parte integrante do projeto democrático.

Segundo Bouldosa e Schommer (2008, p. 9) “a característica da Gestão Social, na sua origem, era a inexistência de enfoques prescritivos”. Enquanto processo a Gestão Social implicava sempre em uma atividade cognitiva e, portanto, a aprendizagem individual está ligada à aprendizagem coletiva (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009). Outra característica da Gestão Social, nos seus primórdios, é que “o foco não estava nas *partes*, mas na *interação entre as partes*, não na *finalidade*, sim na *interação entre finalidades*, definindo o caráter identitário meta-interacional das experiências” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 5).

As autoras apresentam quatro momentos evolutivos da Gestão Social. No primeiro, diferentes e dispersas experiências de gestão mostram a possibilidade de alcançar objetivos sociais por meio do diálogo e da participação das pessoas. No segundo, algumas experiências passam a ser reconhecidas e valorizadas por suas características inovadoras e seus participantes identificam

pontos em comum, iniciando a articulação de práticas antes dispersas. No momento seguinte, elementos e léxicos comuns dessas experiências passam a ser percebidos como características identitárias de um modo de gerir problemas, sendo elevadas à categoria de *campo de gestão particular*, que passa a ser denominado *Gestão Social*, ainda com forte presença de outras terminologias (gestão participativa, Gestão Socialmente responsável etc.) surgindo projetos, cursos, eventos, metodologias e instrumentos de gestão e de formação em Gestão Social. Assim, a Gestão Social passa a ser uma opção de carreira. No último momento, a Gestão Social alcança certo grau de institucionalização e de modelização, porém, ainda não estão claras quais as diferenças em relação aos outros tipos de gestão. Neste ponto, no qual encontra-se atualmente, as autoras supõem que a Gestão Social abre mão de parte de seu potencial de inovação (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009).

As autoras alertam que a Gestão Social vem se transformando de processo de inovação a produto inovador e isto vem trazendo prejuízos³¹ à evolução do campo, que, no entender das autoras, se institucionalizou precocemente.

As autoras consideram que o campo da gestão pública tem grande proximidade com o campo da Gestão Social e que este pode constituir-se a partir das interações e limites da relação entre eles³². Outra possibilidade é a utilização da abordagem social da aprendizagem (comunidades de prática) como possibilidade de se ensinar/aprender³³ e exercer a Gestão Social (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009). Tal perspectiva se aproxima da

³¹ Este alerta de Boullosa e Schommer (2008, 2009) será discutido na próxima seção.

³² Este foi o tema do IV ENAPEGS.

³³ Nota-se uma grande proximidade entre a concepção de comunidade de prática de Lave e Wenger (1991) com a abordagem de educação dialógica de Freire (1987, 1996, 2001). Nas duas perspectivas o processo de aprendizagem é horizontal, onde a relação de autoridade é estranha ao processo e todos os participantes trazem suas experiências para o coletivo e ensinam aprendendo e aprendem ensinando.

de Schommer e França Filho (2006, 2008, 2010). O campo da Gestão Social deve seguir estimulando e reconhecendo práticas diferenciadas e inovadoras bem sucedidas, mesmo que em contextos específicos, para que possam ser embriões de ações de maior alcance, com potencial de gerar conhecimento, inclusive, para a gestão pública e gestão privada (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008).

A seguir, duas críticas em relação à Gestão Social, uma de caráter mais amplo, a de Pinho (2010), outra em relação à institucionalização precoce da Gestão Social, de Boullosa e Schommer (2008, 2009).

4.2 Críticas ao conceito de gestão social

Em 2009, na mesa de abertura do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (III ENAPEGS), em 2009, na Cidade de Petrolina, foram convidados os professores José Antônio Gomes de Pinho (UFBA) e Fernando Guilherme Tenório (EBAPE/FGV). O Professor Pinho proferiu uma palestra na qual fez uma crítica contundente à construção do conceito de Gestão Social e às possibilidades da cidadania deliberativa. A palestra, a pedido da organização do evento, foi convertida em um artigo³⁴ e publicada no livro do evento em Rigo et al. (2010), seguida de uma réplica do Professor Tenório³⁵.

A primeira crítica de Pinho (2010) se refere ao próprio termo Gestão Social. Segundo o autor, o termo “gestão emancipadora” seria mais apropriado, pois “o termo social é muito convencional, indefinido e carregado de ambigüidades e pode ser aproveitado oportunisticamente” (PINHO, 2010, p. 25). Especificamente em relação à proposta de Tenório, discutida anteriormente,

³⁴ Pinho (2010).

³⁵ Tenório (2010).

Pinho (2010, p. 30) argumenta que “gestão solidária” seria o termo mais conveniente, pois, “o social é um termo muito fraco, indefinido, abrangente, ambíguo e anódino para conter a força e pretensão da proposta formulada por Tenório”.

Pinho (2010, p. 32) classifica a participação “[...] como seminal para apresentar a Gestão Social [...]”. Neste sentido, esse autor argumenta que o contexto nacional é diferente do europeu, onde o sucesso da participação está baseado nas “suas instituições sólidas e estáveis, além de nível de vida elevado, baixa disparidade sócio-econômica e as reconfortantes virtudes cívicas de solidariedade e de moderação” (BENEVIDES, 1999, p. 20 citado por PINHO, 2010, p. 33), pois “a Alemanha de Habermas não é definitivamente aqui! Todas as condições requeridas pelo referencial habermasiano nos faltam, ainda que estejam em (lenta) construção”.

Ainda tendo como referência o trabalho de Benevides, o autor argumenta que a democracia direta tem diversas desvantagens, entre elas “[...] a incapacidade do povo para atuar, com racionalidade e eficiência, no processo legislativo [...]” e “[...] a provável supremacia dos grupos de pressão” (BENEVIDES, 1999, p. 46-47 citado por PINHO, 2010, p. 34).

Outro aporte teórico de sustentação da crítica de Pinho (2010) é o trabalho de Dagnino, que mostra que a sociedade civil organizada seria incapaz de assumir o papel de “[...] demiurgo do aprofundamento democrático”, e, ainda, que a estrutura estatal mantenha um “[...] desenho autoritário e largamente intocado e resistente aos impulsos participativos” (DAGNINO, 2002, p. 279 citado por PINHO, 2010, p. 35). Outros problemas são a dificuldade da partilha do poder pelo Estado e a não qualificação técnica e política da sociedade civil para participar da elaboração e implantação de políticas públicas.

Em relação a experiências práticas, Pinho (2010) cita os problemas de funcionamento dos Conselhos Gestores, baseado em Tatagiba³⁶, concluindo que seria praticamente impossível que eles funcionem como se deseja nas atuais condições ou mesmo em situações ótimas. Pois,

[...] seria muito difícil, mesmo para o mais bem-intencionado dos governos, ou para a mais participativa das comunidades, fazer-se representar de forma qualificada nos inúmeros conselhos hoje em funcionamento (TATAGIBA, p. 68, 2002 citado por PINHO, 2010, p. 39).

O autor reconhece, entretanto, que essas dificuldades são advindas de sua própria novidade, pois

[...] o Estado estaria aprendendo, ou tendo que aprender, a se abrir para a sociedade bem como esta teria que se instrumentalizar para forçar um diálogo efetivo com o Estado, o que representa, em ambos os casos, quebrar uma tradição historicamente constituída (PINHO, 2010, p. 41).

Em síntese, uma das principais críticas aos Conselhos seria a tensão entre interesse individual/grupo e interesse coletivo/comunidade, que, segundo a visão do autor, seriam difíceis de separar e, provavelmente, incompatíveis. A implantação de um ambiente participativo e dialógico seria perigosa nessas condições, pois “há um risco elevado” da hegemonia da elite, que estaria mais preparada (PINHO, 2010, p. 46).

A crítica central de Pinho (2010) e a sua sugestão estão centradas na educação, pois considera que, para haver a tomada de decisão coletiva sem

³⁶ Obrigatoriedade dos conselhos levando à participação por decreto, incapacidade dos conselheiros de representar suas instituições, desprestígio do Estado em relação a estas instâncias, dentre outras

coerção, seria necessário que houvesse participação e a participação aconteceria apenas por meio da educação, o que não é uma realidade no Brasil ainda.

Mais especificamente, entendemos a questão da educação como chave. Se existe alguma participação essencial esta reside na participação, no saber, não desmerecendo o saber popular, mas consciente de que a entrada no mundo moderno e contemporâneo exige uma série de conhecimentos básicos e amplos, sem as quais o cidadão (ou candidato à) fica à margem (PINHO, 2010, p. 44).

O autor cita ainda o exemplo de um estudo feito na Associação de Professores Universitários da Bahia (APUB), do qual fez parte (PINHO; WINKLER, 2007 citados por PINHO, 2010), relatando que na pesquisa

[...] constatou-se uma participação irrisória tanto no plano presencial como no digital. As questões levantadas só mobilizaram uma parcela ínfima dos potencialmente *participáveis*, sendo que esta participação só ocorria em cima de situações de interesse direto, instrumental dos envolvidos, chegando os pesquisadores a conclusão de que a participação não é um forte da sociedade brasileira, mesmo para grupos que têm todas as condições de participar de um debate deliberativo (PINHO, 2010, p. 43-44).

O que pode parecer à primeira vista um “balde de água fria” na discussão sobre Gestão Social, pode também ser interpretado como um incentivo a um aprimoramento teórico da discussão. A crítica de Pinho (2010) e outras que por ventura aconteçam são essenciais para preencher os “vazios teóricos e estruturais” de um campo em construção.

No que tange a nomenclatura Gestão Social, segundo o Moderno Dicionário da Língua Portuguesa – Michaelis³⁷, Social significa

a) Pertencente ou relativo à sociedade. b) Que diz respeito a uma sociedade. c) Sociável. D) Próprio dos sócios de uma sociedade. e) Conveniente à sociedade ou próprio dela. F) Relativo, pertencente, devotado ou apropriado ao intercurso ou às relações amigáveis ou por elas caracterizado: função social (MICHAELIS, 2011).

Desta forma a Gestão Social coaduna com seu significado no dicionário, pois é uma gestão realizada pela sociedade (coletiva) e para a sociedade. A academia tem por costume e ofício de sistematizar o conhecimento e daí surgem os termos/expressões que muitas vezes não são tão precisos, o que não é o caso do termo Gestão Social. O que pode causar confusão é a própria banalização do termo e seu uso por quem não conhece o significado³⁸.

O uso da adjetivação ‘social’ implicaria a existência de uma gestão ‘não-social’? [...] pode-se dizer que o adjetivo ‘social’ funciona como uma afirmação positiva, a fim de enfatizar o que muitas vezes se esquece: que os processos de gestão tem impactos sobre a humanidade, que a sociedade é sua razão de ser (FISCHER; MELO, 2006, p. 18).

³⁷ Segue o verbete completo. Social. adj m+f (lat sociale) 1 Pertencente ou relativo à sociedade. 2 Que diz respeito a uma sociedade. 3 Sociável. 4 Próprio dos sócios de uma sociedade. 5 Conveniente à sociedade ou próprio dela. 6 Relativo, pertencente, devotado ou apropriado ao intercurso ou às relações amigáveis ou por elas caracterizado: Função social. 7 Relativo ou pertencente à sociedade humana considerada como entidade dividida em classes graduadas, segundo a posição na escala convencional: Posição social, condição social, classe social. 8 Relativo à vida do homem em sociedade: Ciências sociais. 9 Sociol Relativo ou pertencente às manifestações provenientes das relações entre os seres humanos, inclusive aquelas que constituem o campo específico da Sociologia: Problemas sociais. 10 Hist nat Aplica-se a certos animais e plantas que vivem em grupos mais ou menos numerosos.

³⁸ Esta tese tem também a intenção de ajudar neste esclarecimento.

Os dicionários da área, talvez pela novidade da utilização do termo, ainda não definem Gestão Social³⁹. O “Dicionário Internacional da Outra Economia⁴⁰” (CATTANI et al., 2009) traz apenas a definição de autogestão, o “Dicionário de Trabalho e Tecnologia” (CATTANI; HOLZMANN, 2006) apresenta o termo gestão participativa (dos funcionários na gestão da empresa) e o “Dicionário Enciclopédico de Administração” traz o conceito de auto-administração⁴¹.

Em relação às (im)possibilidades e perigos da participação ampliada à população, a posição defendida neste trabalho é que a participação pode e deve ser (re)construída no espaço público. Concorde-se com Freire (1987, 1996, 2001) que a educação dialógica (respeito aos saberes e competências existentes) é um caminho longo e difícil, talvez improvável, mas possível, neste sentido. Desta forma, a proposta seria a construção da participação/cidadania **durante** o processo e não depois de uma educação ampla, como propõe Pinho (2010).

O próprio processo de deliberação coletiva, com todos os seus erros e acertos, dificuldades e até utopias, é parte do processo de educação (LÜCHMANN, 2007). Se não fosse assim poder-se-ia pensar na “ditadura do saber” que naturaliza estruturas burocráticas (MOTTA; BRESSER-PEREIRA, 2004). Além disso, o próprio controle social da ciência, defendido por Chalmers (1993, 1994), Feyerabend (2007) e Santos (2003), chama à responsabilidade da população o próprio direcionamento da ciência. Em uma perspectiva mais ampliada, Feyerabend (2007) critica a posição dos especialistas que decidem sobre o destino de seres humanos sem consultá-los, mostrando que o próprio

³⁹ Existe um dicionário da FUNDAP em elaboração, onde o termo Gestão Social será apresentado por Tenório.

⁴⁰ Esta “Outra Economia” é a Economia Solidária.

⁴¹ Como o dicionário foi traduzido, o termo auto-administração (*self-management*) também poderia ter sido traduzido como autogestão.

desentendimento entre os especialistas e seu distanciamento da realidade não garantem que a sua decisão seja a melhor. Santos (2003) aponta, ainda, que as classes dominantes, que detém o monopólio do conhecimento científico, não o usam para melhorar as condições de vida da sociedade como um todo. Assim, esta participação, mesmo que 'precária', é não só necessária, mas deve ser um direito de quem sofrerá as conseqüências da decisão. A proposta de Aplicação Edificante do Conhecimento de Santos (2003) é um bom exemplo de como o cientista pode ser um apoio às classes menos esclarecidas neste embate.

Ainda neste sentido, o exemplo anteriormente citado da Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUB) demonstra que a educação formal não é garantia de participação, como foi constatado.

Desta forma, mesmo que o Brasil não seja a Alemanha, nem se deseje isto, acredita-se nas possibilidades da Gestão Social enquanto campo do conhecimento. Talvez, a mais importante contribuição de Pinho (2010) nessa crítica seja a de chamar a atenção às promessas que muitas vezes são feitas em nome da Gestão Social, sem as devidas ressalvas quanto às dificuldades que envolvem processos de participação. Os pés devem estar no chão, sim. Porém, uma boa parte dos pesquisadores em Gestão Social realiza ações concretas (de ensino, pesquisa e extensão) relacionadas à economia solidária, educação popular, organizações da sociedade civil etc. Os pesquisadores sentem, na prática diária, as dificuldades relacionadas aos entraves apresentados, o que é muito importante para a construção do campo.

Os argumentos utilizados por Pinho (2010) são fortes e seguem uma linha de raciocínio coerente, o que valoriza a crítica. Por outro lado, a crítica é coerente com a Administração tradicional, tanto pública, quanto privada (ou estratégica, como prefere Tenório) e apesar de citar brevemente, desconsidera várias experiências e instituições que têm mostrado que outras relações de consumo, poder, produção, convivência etc. são possíveis. Alguns exemplos são

o trabalho de Residência Solidária na UFRGS (CARRION; VALENTIM; HELLWIG, 2006), de Residência Social (FISCHER; ROESCH; MELO, 2006) e comunidades de prática (SCHOMMER; SANTOS, 2010) na UFBA⁴², o trabalho realizado, há quase duas décadas, pela EBAPE/FGV (TENÓRIO, 2007b) e o Banco de Dados do CEAPG/EAESP/FGV com diversas experiências documentadas, além do trabalho deste pesquisador no NESol/UFT (CANÇADO et al., 2009; CANÇADO; NASCIMENTO; GONÇALVES, 2008; CANÇADO; PEREIRA; SILVA JÚNIOR, 2007).

Por outro lado, Boullosa (2009) e Boullosa e Schommer (2008, 2009) apresentam a “precoce” institucionalização da Gestão Social como um problema a seu próprio desenvolvimento enquanto campo. A preocupação das autoras tem origem na criação de cursos de Gestão Social no país (na maioria das vezes profissionalizante, mesmo os mestrados) sem ainda haver uma referência concreta acerca do termo.

Segundo Boullosa e Schommer (2008) a passagem da Gestão Social de processo de inovação para produto inovador traz limitações para a Gestão Social, pois “[...] um processo implica sempre em uma atividade cognitiva coletiva, de aprendizagem, enquanto que um produto quase sempre implica em uma atividade cognitiva limitante, que tende ao isolamento, à definição de fronteiras” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, p. 2). As autoras ainda argumentam que “[...] em processos de construção, todos se vêm como aprendizes; quando o processo desemboca em produto, uns ensinam e outros aprendem, travando ou desacelerando um processo de desconstrução que estava em curso” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, p. 2).

As autoras apresentam fatos que comprovam que, com a modelização, a Gestão Social assume um viés prescritivo, porém, os instrumentos ainda não estão consolidados, o que leva a um vazio, assim, “a Gestão Social se difundiu,

⁴² Onde o Professor Pinho é Pesquisador Permanente.

muitos falam dela, tanto ensinam, muitos e muitos querem aprender e ninguém sabe precisamente do que se trata” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, p. 11). Esse contexto tem gerado um desgaste que, segundo as autoras, é “[...] fortemente escondido pelas próprias comunidades que trabalham por sua institucionalização” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, p. 11).

Por outro lado, a “incompletude” da Gestão Social seria a grande riqueza da mesma, apesar de ser evidência de imaturidade (BOULLOSA, 2009). Porém, a autora reconhece que “a Gestão Social já conta com importantes avanços na construção de um arcabouço teórico-metodológico que a identifique melhor e promova a expansão de suas fronteiras” (BOULLOSA, 2009, p. 4).

Outro problema identificado pelas autoras, que parte do esforço da academia para delimitar o campo da Gestão Social, é a criação de hierarquias, antes inexistentes, que vêm da própria institucionalização acadêmica do campo.

Todo esse movimento vem instaurando certa hierarquia, antes inexistente, entre atores promotores da Gestão Social e seus estudiosos. Em decorrência, a Gestão Social passou a correr o risco de perder seu potencial de inovação enquanto campo de experimentação e espaço de diversidade de práticas contra-hegemônicas, aproximando-se de campos e modos de gestão aos quais pretendia se opor, em sua gênese (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 8).

Segundo as autoras, esta situação “[...] começa a alterar o panorama da Gestão Social como campo de conhecimento, além de conferir a alguns o status de autoridade no assunto e no uso e na propagação de seus instrumentos” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 7).

Entende-se a preocupação das autoras em relação à rápida institucionalização do termo, talvez reflexo das próprias demandas sociais, tanto materiais quanto políticas. A população tem sentido mais necessidade de

participar a partir do momento que percebe que a democracia representativa não tem atendido a suas aspirações (LÜCHMANN, 2007).

Voltando ao alerta das autoras, fazem-se algumas considerações. Acredita-se que a evolução do campo da Gestão Social passa pela própria delimitação do campo, que é o objetivo deste trabalho. Tenório (2011) argumenta que é necessária a definição de Gestão Social, haja vista a quantidade de cursos criados, o que, segundo o autor, parece ser a resposta da academia à demanda da sociedade por profissionais sensíveis a outras racionalidades promotoras de um bem-estar fundamentado na justiça social e não apenas na conformidade do mercado.

Não se vê problema na institucionalização em si, mas em como a institucionalização acontece e para quê acontece. A construção de um campo com as características da Gestão Social não pode ter um viés prescritivo, sob pena de descaracterizar o próprio campo e esvaziá-lo de significado. Por outro lado, Boullosa e Barreto (2009, 2010) apresentam sinais positivos para a criação desses cursos.

Todavia, aquela mesma aceleração parece ter funcionado como terreno fértil para a inovação da relação entre ensino e aprendizagem em tais cursos, carentes, por dizer, de um passado, ainda que recente. De fato, até mesmo um olhar panorâmico sobre a oferta de formação em Gestão Social pode revelar a multiplicidade de interpretações não da temática em si, mas também diferentes explorações de componentes curriculares e estratégicas [sic] de ensino-aprendizagem que buscam relacionar teoria e/com prática, ensino e/com vivência, aprendizagem individual e/com aprendizagem social (BOULLOSA; BARRETO, 2010, p. 184).

Dessa forma entende-se positivamente a criação de cursos de Gestão Social, bem como a proliferação de encontros, projetos e periódicos sobre o tema, como forma de discutir as possibilidades e desafios do próprio campo e de

suas práticas. A única ressalva é o caráter dialógico que deve permear este processo. O caminho das comunidades de prática (LAVE; WENGER, 1991) é bastante promissor neste sentido (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009; MEIRELLES; PEREIRA, 2010; SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2006, 2008, 2010). Se a Gestão Social se transformar em um conjunto de metodologias pré-fabricadas, como temem as autoras, com um arcabouço teórico monolítico, se estará no caminho da prescrição. Porém, se a educação dialógica, nos moldes de Freire (1987, 1996, 2001) e a construção de comunidades de prática for o caminho seguido, dificilmente a Gestão Social terá contornos prescritivos.

A própria rede de pesquisadores em Gestão Social (RGS) e os encontros realizados pela rede têm aberto espaço em seus eventos, não sem dificuldades, para a sociedade civil organizada e o próprio poder público, ampliando a discussão sobre o tema. Porém, acredita-se, e este trabalho é uma prova disto, que se deve, conceitualmente, delimitar a Gestão Social para que se possa pensá-la, repensá-la e estabelecer limites para mudá-los, quando necessário. O único consenso entre os teóricos da filosofia da ciência apresentados no Capítulo 1 é que não existe conhecimento certo, todo conhecimento é temporário e passível de ser substituído por um novo que explique melhor a realidade (CHALMERS, 1993; DEMO, 2007; FEYERABEND, 2007; KUHN, 1978; LAKATOS, 1999; POPPER, 2007; SANTOS, 2003).

A delimitação do campo da Gestão Social, principalmente se realizada de forma dialógica, não deve “engessar” o próprio desenvolvimento do campo nem coibir novas práticas diferenciadas e inovadoras. Assim, o campo deve ser delimitado “a lápis” e não “a caneta”, possibilitando mudanças

Em relação à hierarquização e o estabelecimento de “autoridades” nas relações dentro do campo da Gestão Social se tem, justamente, a percepção contrária. Talvez seja a área da Administração onde mais exista abertura para

entrada de novos participantes, haja vista a criação de novos centros de pesquisa em universidades menos tradicionais fora das regiões Sul e Sudeste, a expansão do ENAPEGS e a própria relação entre os pesquisadores que compõem a rede. Os três primeiros ENAPEGS foram realizados por pesquisadores mestres (Jeová Torres Silva Júnior, Airton Cardoso Cançado e Ariádne Scalfoni Rigo), que, provavelmente, não seriam nem considerados pesquisadores em outros ambientes acadêmicos (no máximo aprendizes, até a titulação de doutor). Além disso, desde 2010 o ENAPEGS estimula a participação de pesquisadores da graduação por meio da modalidade “Artigo de Iniciação Científica/Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo IC/TCC)”, dando um tratamento diferenciado a estes trabalhos no intuito de formar novos pesquisadores. Entende-se que, com a institucionalização do campo, esta abertura possa ser cada vez mais restrita. Mais uma vez argumenta-se que o que importa é como a institucionalização acontece e como ela se renova.

Outra crítica apresentada pelas autoras é em relação ao fato da “precoce” institucionalização do campo exigir instrumentos de gestão que não existem, o que estaria sendo “[...] fortemente escondido pelas próprias comunidades que trabalham por sua institucionalização” (BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, p. 11). Mais uma vez se tem a percepção diferente à das autoras. França Filho (2003, 2008) fala da falta destes instrumentos e da urgência em construí-los, a crítica de Pinho (2010) já apresentada também relata estes problemas. A avaliação do PEGS/EBAPE/FGV (TENÓRIO, 2006, 2008d), PDGS/UFBA (BOULLOSA; BARRETO, 2009, 2010; FISCHER et al., 2006, 2007, 2008; FISCHER; MELO, 2006; GONDIM; FISCHER; MELO, 2006a, 2006b) e do Programa de Residência Solidária da UFRGS (CARRION, 2008; CARRION; VALENTIM; HELLWIG, 2006) são outros exemplos, além dos próprios trabalhos das autoras (BOULLOSA, 2009; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008, 2009). Os trabalhos deste pesquisador (CANÇADO; PEREIRA, 2011;

CANÇADO; PROCÓPIO; PEREIRA, 2010; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010) também abordam os problemas da Gestão Social, bem como os de Pimentel et al. (2011) e Pimentel, Mariana e Pimentel (2010).

Na seção seguinte serão apresentadas as primeiras aproximações em relação à delimitação do campo da Gestão Social.

4.3 Primeiras aproximações em relação à delimitação do campo da gestão social

Pode-se notar, pelo exposto, que o campo da Gestão Social vem sendo delineado por diferentes autores nos últimos anos. O momento é oportuno, pois os alertas da provável vulgarização do campo, que no médio prazo poderiam ser irreversíveis, já foram dados (FRANÇA FILHO, 2003, 2008; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010).

O trabalho de Maia (2005) apresenta categorias de análise para a Gestão Social, Pimentel et al. (2011)⁴³ também caminham neste sentido. A diferença entre os trabalhos é que o segundo, além de ser mais recente, também utiliza as categorias para diferenciar a Gestão Social da gestão estratégica e da gestão pública. No Quadro 16 tem-se a comparação dos trabalhos. Foi realizado, ainda, um esforço de compatibilização das categorias apresentadas pelos autores.

⁴³ O trabalho de Pimentel, Mariana e Pimentel (2010) é muito próximo a Pimentel et al. (2011), sendo que o segundo parece ser uma evolução do primeiro, desta forma considera-se apenas o último texto.

Quadro 16 Categorias teóricas para a Gestão Social

Maia (2005)	
Categorias	Descrição
Propósitos	Viabilizar o desenvolvimento da sociedade
Valores	Democracia e cidadania
Agentes	Atores em diversas instâncias do Estado, mercado e sociedade civil
Metodologia	Processo social
Locos	Organizações (Estado, mercado e sociedade civil), políticas públicas, redes, interorganizações e espaço local
Focos	Processo de afirmação ou transformação do desenvolvimento com novos referenciais
Pimentel et al. (2011)	
Categorias	Descrição
Objetivo	Interesse Coletivo de Caráter Público
Valor	Interesse público bem compreendido
Protagonista	Sociedade Civil Organizada (principal) em conjunto com Estado e mercado
Operacionalização	Social, parcerias e redes intersetoriais
Esfera	Pública Social (França Filho) x qualquer esfera (Tenório; Dowbor)
Racionalidade	Substantiva/comunicativa
Comunicação	Dialógica, com pouca ou nenhuma restrição ao direito de fala
Processo decisório	Descentralizado, emergente e participativo/surge como construção coletiva
Autonomia e poder	Não há coerção, todos têm iguais condições de participação (Tenório) x As relações de poder restringem a capacidade de cada um se posicionar no debate

Fonte: adaptado de Maia (2005) e Pimentel et al. (2011).

Pelo Quadro 16 pode-se notar uma grande aproximação entre as duas categorizações da Gestão Social, apresentando apenas pequenas diferenças. O referencial teórico utilizado pelos trabalhos também é próximo, porém, em Maia (2005) não há referência a França Filho, enquanto que em Pimentel et al. (2011) não há referência a Singer (1999), além de serem considerados trabalhos mais recentes de Fischer.

Baseados nessas análises e no que foi discutido até aqui se propõe características básicas para a Gestão Social. Uma característica que perpassa toda a discussão realizada até aqui é a **tomada de decisão coletiva** como uma das bases da Gestão Social. Tenório (2008a, 2008b, 2010, 2011) propõe a

cidadania deliberativa na esfera pública; França Filho (2008) fala da subordinação da lógica instrumental (baseada no poder hierarquizado) às outras lógicas; Fischer (2002b) e Fischer e Melo (2006) apresentam a questão da articulação de múltiplos níveis de poder e das contradições entre interesses individuais e coletivos. Pinho (2010) contempla a participação como uma de suas principais críticas ao conceito de Gestão Social, por acreditar que ela seja difícil de ser alcançada.

Continuando neste caminho, para que a decisão seja mesmo coletiva ela deve ser livre de coerção e todos devem ter a liberdade de manifestar o que pensam (FREIRE, 1987, 1996, 2001). Além disso, a tomada de decisão é baseada no entendimento, na argumentação e não na negociação no sentido utilitário do termo. Esta primeira característica, justamente por estar baseada em Tenório (2008a, 2008b), aproxima-se da ação comunicativa habermasiana. Essas condições são interdependentes, pois, se a decisão é coletiva efetivamente, a coerção é estranha ao processo e o entendimento (e não a negociação) deve ser seu caminho. Emerge aqui a **dialogicidade** como outra característica da Gestão Social.

A **transparência** surge como condição necessária para as outras características, pois, se o processo decisório passa pelo entendimento, pela utilização da linguagem e comunicação entre as pessoas as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a este processo. Para que isto aconteça, a linguagem deve ser inteligível a todos os participantes. Mais uma vez aproxima-se da ação comunicativa de Habermas.

Por fim, tem-se a **emancipação** como o próprio objetivo e resultado da Gestão Social enquanto processo baseado na cidadania deliberativa. A participação efetiva no processo de tomada de decisão traz crescimento e amadurecimento para os atores (FREIRE, 1987, 1996, 2001), que ampliam sua

visão de mundo enquanto seres humanos dotados de razão e cidadãos participantes de uma esfera pública.

Em síntese, tem-se uma primeira aproximação da delimitação do campo: a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Cabe ressaltar que as características discutidas acima podem ser consideradas como um tipo ideal weberiano⁴⁴, pois as relações de poder, desigualdades sociais e culturais podem facilmente levar a crer que estas características são impossíveis de se verificar de forma plena na prática. O próprio processo de Gestão Social, por meio da sua potencialidade iminente de emancipação, tende a aumentar as possibilidades destas características se apresentarem. Em outras palavras, a Gestão Social, enquanto prática, norteadas por estas características, ao ampliar as possibilidades de emancipação, tende a reforçá-las.

Outro constructo que pode fortalecer esta percepção é a participação periférica legítima, que pode ser definida como um o processo por meio do qual os aprendizes (ou novatos, ou ainda os que não conhecem determinado processo e suas regras) se tornam membros completos e obtêm legitimação por meio da participação na prática sócio-cultural da comunidade ou esfera pública. O principiante vai construir sua participação legitimada pela ajuda de membros mais experientes do grupo, aprendendo por meio da observação da prática dos participantes com maior habilidade e conhecimento do processo e das regras do jogo. Porém, é importante constatar que a participação legítima periférica prevê

⁴⁴ Ao considerar estas características como um tipo ideal weberiano estamos salientando que são características que devem ser buscadas, mas dificilmente serão atingidas plenamente no seu conjunto no mesmo momento, mas, em todo caso, servem como um “norte” para esta busca.

mais do que a simples observação, envolvendo também a participação (cada vez mais qualificada, como um espiral em direção ao centro) como uma forma de aprendizado da cultura da prática (LAVE; WENGER, 1991).

Desta forma, mesmo que existam assimetrias de informações e relações desiguais de poder, o convívio e prática têm o potencial para minimizar as diferenças.

Uma análise mais profunda dos aportes ao campo da Gestão Social pode dar algumas pistas do que pode ser importante para continuar no caminho da construção do campo. Schommer e França Filho (2006) apontam o conceito de comunidades de prática⁴⁵ (LAVE; WENGER, 1991) como possibilidades para a formação do gestor social, indo um pouco além, as comunidades de prática podem ser entendidas como um espaço, por excelência, da Gestão Social, pois sua lógica está ligada ao respeito e interação aos diferentes saberes (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2006), próxima à educação dialógica proposta por Freire (1987, 1996, 2001) em uma perspectiva que inclui a participação periférica legítima. Assim, o primeiro caminho que se apresenta é a análise teórica das comunidades de prática como possibilidades de delimitação do campo da Gestão Social.

A perspectiva de Tenório (2008a, 2008b, 2010, 2011), baseada na cidadania deliberativa e na ação comunicativa de Habermas, também apresenta outra possibilidade bastante promissora para esta agenda de pesquisa, que já foi bem desenvolvida pelo autor e pode ser um referencial importante nesta construção.

A comunicação dialógica de Freire (1987) é outro aporte que pode ser central nesta busca, pois o respeito ao interlocutor está presente nas

⁴⁵ Segundo estes autores, o conceito de comunidades de prática se refere a um espaço interacional de aprendizado onde todos ensinam e aprendem ao mesmo tempo. Este conceito será melhor apresentado nos resultados deste trabalho.

características da Gestão Social. É importante considerar que o processo em si é dialógico.

Neste contexto, para se delimitar o campo da Gestão Social, deve-se identificar e descrever ontologia, epistemologia e metodologia comuns aos trabalhos de Burrell e Morgan (1979) e Jones (1993). Far-se-á, ainda, um esforço para caracterizar a natureza humana, completando o quadro de análise de Burrell e Morgan (1979), conforme Quadro 17.

Quadro 17 Dimensões da Gestão Social relacionadas aos pressupostos sobre a natureza da ciência social de Burrell e Morgan (1979).

Dimensão	Características da Gestão Social
Ontologia	Nominalismo
Epistemologia	Antipositivismo
Natureza Humana	Voluntarismo
Metodologia	Ideográfico

A Gestão Social tem uma perspectiva **ontológica nominalista**, pois a tomada de decisão coletiva tem como pressuposto a questão da intersubjetividade e da construção da realidade a partir do entendimento, de maneira que não é compatível com a visão realista, onde não há nada que o indivíduo possa criar.

O **antipositivismo** caracteriza a Gestão Social na medida em que a realidade social pode e deve ser (re)construída no interesse dos seus membros e a partir da sua percepção, ou seja, o indivíduo está na realidade e age sobre ela, o pesquisador é também sujeito da pesquisa.

A natureza humana da Gestão Social é o **voluntarismo**, pois, se a percepção é pela (re)construção da realidade a partir da relação entre as pessoas e sua intersubjetividade, o livre arbítrio é uma condição para este processo. Assim, não caberia uma posição determinista da natureza humana para a Gestão Social.

Por fim, a metodologia relativa à Gestão Social é a **ideográfica**. O método ideográfico se baseia na importância de deixar que o sujeito revele sua natureza e suas características durante a pesquisa. Os métodos usados nas ciências naturais (construção de testes de hipóteses e análise quantitativa de dados) não são capazes de perceber as nuances da Gestão Social.

Em relação aos pressupostos sobre a natureza da sociedade, a Gestão Social se aproxima da Sociologia da Mudança Radical, pois o fim último é a emancipação do homem. As estruturas de dominação que limitam e impedem seu desenvolvimento são enfrentadas na perspectiva de construir o que é possível e não na aceitação passiva do *status quo*.

Desta forma, dentro da perspectiva de Burrell e Morgan (1979), a Gestão Social estaria inscrita no paradigma do Humanismo Radical, enquanto que na perspectiva de Jones (1993) apresentaria características comuns aos paradigmas Estrutural do Conflito e Interpretativo.

No Capítulo seguinte será apresentada a metodologia utilizada neste trabalho.

5 METODOLOGIA

No presente Capítulo expõem-se as características gerais da tese, bem como se apresenta o método de sistematização de trabalhos publicados sobre Gestão Social. A Análise de Conteúdo é também exposta neste Capítulo, com as delimitações para este trabalho. Por fim, levantam-se questões sobre a Gestão Social como campo de conhecimento científico.

A metodologia desta tese está dividida em quatro seções. Na primeira são apresentadas as características gerais da tese, na segunda sintetizam-se os resultados da busca em periódicos, eventos e teses/dissertações a respeito de estudos e pesquisas que abordem a Gestão Social. A seguir apresenta-se a Análise de Conteúdo, enquanto método de análise dos resultados dos textos identificados para análise nesta pesquisa, bem como a construção das categorias para a realização da análise de conteúdo. Ao final, apresentam-se os procedimentos para a discussão da Gestão Social como campo do conhecimento científico.

5.1 Características gerais da tese

Esta tese é um trabalho eminentemente teórico⁴⁶. Segundo Eco (2000, p. 11) “uma tese teórica é aquela que se propõe a atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões [...]”. Ainda segundo o autor, uma tese pode ser monográfica ou panorâmica, esta distinção se refere ao âmbito compreendido pelo trabalho a ser elaborado. Enquanto uma tese panorâmica tem um caráter mais amplo, tanto em termos de tema, quanto de recorte, a tese monográfica tem um recorte mais definido de tempo e uma amplitude temática

⁴⁶ Apesar de consultar diversos textos que têm aportes empíricos.

também mais delimitada. Fica claro, no entanto, que esses dois tipos de teses são extremos de um contínuo e existem padrões intermediários.

No caso deste trabalho, o tema é a Gestão Social enquanto campo do conhecimento científico. O recorte realizado é de, pelo menos, dez anos de produção científica específica (2000-2009)⁴⁷, acrescentando trabalhos que já estiverem disponíveis até dezembro de 2010. Desta forma este trabalho se aproxima mais de uma tese monográfica, posição fortemente recomendada por Eco (2000) como forma do trabalho ter condições de apresentar uma contribuição relevante.

A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter interpretativo. O caráter interpretativo de análise se fundamenta na interpretação, ou nos significados, que diferentes autores atribuem à Gestão Social em seus textos publicados em diversas fontes, tais como anais de eventos científicos, periódicos, teses e livros. O primeiro passo foi o levantamento da literatura acerca da Gestão Social nos principais periódicos e eventos científicos relacionados ao tema, bem como a literatura que talvez já possa ser considerada como clássica na área. Assim, pode-se compreender como a Gestão Social está sendo entendida pelos pesquisadores na atualidade. Além dos diversos livros e capítulos utilizados como base para este trabalho, o levantamento da produção em Gestão Social aconteceu em três tipos de trabalhos: teses e dissertações (mestrado acadêmico e profissional); artigos em periódicos e artigos em eventos científicos. Segue uma síntese desse levantamento.

⁴⁷ No caso de eventos científicos, inclui-se o Colóquio Internacional sobre Poder Local de 1999 e no caso de periódicos, a grande maioria foi pesquisada em toda a extensão de sua base de dados.

5.2 Método de Sistematização de Trabalhos Publicados sobre Gestão Social

No levantamento dos trabalhos sobre Gestão Social, em sua maior parte eletrônico (*sites*, CDs e arquivos), foram utilizadas diversas ferramentas eletrônicas de busca com configurações diferentes (disponíveis nos *sites/CDs/software*s), o que fez com que, na maioria dos casos, a análise fosse feita trabalho a trabalho para incluí-los ou não no escopo. Esta diversidade de caminhos para encontrar a “matéria prima” remete à advertência de Feyerabend (2007) que a ciência é um empreendimento essencialmente anárquico e que o pesquisador deve ser bastante criativo na construção dos seus caminhos. Não se omite da responsabilidade de se ter “deixado de fora” algum texto dado ao caráter praticamente artesanal deste trabalho de busca.

Ao total são 225 trabalhos (40 teses/dissertações, 55 artigos em periódicos e 130 artigos em eventos). Buscou-se a cobertura do maior número de textos científicos possíveis sobre Gestão Social. Escolheram-se os trabalhos publicados nos três formatos especificados pela sua complementaridade.

Em eventos acadêmicos e científicos acontecem interações com outros pesquisadores da área, onde há (ou pelo menos deveria haver) espaço para a discussão e aperfeiçoamento do trabalho. No caso de eventos, a avaliação e retorno aos autores é relativamente rápida, levando alguns meses. Posteriormente, após uma revisão, o artigo é submetido a um periódico, onde sua apreciação geralmente demora mais tempo (muitos meses ou até mais de um ano). Em relação às teses e dissertações, partes das mesmas são discutidas em eventos e, em alguns casos, estas partes são publicadas em periódicos antes da defesa. Porém, ao final da tese ou dissertação, de maneira geral, as mesmas dão subsídios à submissão de artigos a periódicos. Neste trabalho foram identificadas todas essas situações, porém, os trabalhos foram considerados na sua unidade e analisados isoladamente.

5.2.1 Sistematização dos trabalhos publicados em periódicos

A pesquisa em periódicos sobre Gestão Social foi finalizada em 28 de dezembro de 2010. Consideraram-se apenas os artigos disponibilizados até esta data. A pesquisa inicial em cada periódico foi, na maioria das vezes, realizada pelo termo livre [Gestão Social], sem aspas. Alguns *sites* retornam um número considerável de respostas, pois a ferramenta de busca não considera a expressão exata, desta forma, em alguns casos, foi indispensável realizar a busca entre aspas [“Gestão Social”]. Ao serem identificados, foi necessário abrir cada um dos artigos e confirmar se o termo era usado no artigo ou não. Quando o termo [Gestão Social] aparecia no título, resumo ou palavras-chave o artigo era automaticamente incorporado à pesquisa. O mesmo aconteceu quando o termo foi identificado no texto, à exceção de quando aparecia no termo [Gestão Socialmente responsável] ou aparecia apenas como nome de algum programa ou área/subárea da ANPAD.

A primeira pesquisa foi realizada no *site* Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), que possuía, à época, 750 Periódicos, 19.653 Fascículos e 291.952 Artigos (SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE - SCIELO, 2010). A pesquisa buscou por [“Gestão Social”] e retornou 13 resultados, dos quais foram aproveitados 11, pois havia um artigo em duplicidade e um artigo que, apesar de estar nos resultados, não continha a expressão [Gestão Social] no seu texto. Esta busca foi realizada sem restrição de data. Os artigos identificados nesta pesquisa são dos seguintes periódicos: Estudos Avançados (1), Revista de Administração Pública (5), Ciência e Saúde Coletiva (2), Saúde e Sociedade (1), Organizações & Sociedade (1) e Psicologia & Sociedade (1). Mesmo considerando que o escopo desta tese é a produção em Gestão Social na área de Administração, todos os textos encontrados foram considerados no trabalho.

Em seguida, foram escolhidos periódicos nacionais tradicionais de Administração, além de publicações novas que já incorporam a temática da Gestão Social, inclusive nos seus nomes. Ao final foram considerados 34 periódicos. Os critérios de escolha para os periódicos foram: tempo de edição, disponibilidade (internet) para busca e *download* dos trabalhos, estar ligado a um programa de pós-graduação na área (com ênfase nos mais antigos) ou ter em sua proposta editorial espaço para a publicação em Gestão Social. Os critérios foram considerados isoladamente em alguns casos e em conjunto em outros para a escolha dos periódicos. As pesquisas não tiveram limitação de data, ou seja, dentro da disponibilidade do próprio periódico, foram pesquisadas todas as suas edições disponíveis. Acredita-se que, mesmo não buscando em todos os periódicos da área, estão representados, nesta pesquisa, os periódicos mais relevantes para o tema.

Durante a pesquisa, em alguns casos, a ferramenta de busca não estava funcionando e foi necessário analisar cada um dos trabalhos individualmente. Além disso, as ferramentas de busca não têm a mesma configuração. Ao final foram identificados 55 artigos.

No Quadro 16 são apresentados os métodos usados para busca, o período investigado, a quantidade de trabalhos identificados e as observações que complementam as informações sobre a busca no periódico, quando necessário. Na segunda coluna tem-se, além do nome e *site* do periódico sua classificação no Qualis CAPES 2007-2009 da Área de Administração, Contabilidade e Turismo, ano Base 2008 (CAPES, 2011c)⁴⁸. Cabe ressaltar que alguns periódicos são muito recentes e ainda não têm esta classificação. Na primeira coluna foi atribuído um número de ordem para cada periódico que será

⁴⁸ Mais informações sobre a classificação Qualis da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) no *site*: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>.

mantido até o fim do trabalho no intuito de facilitar a busca de informações sobre o mesmo. Os periódicos foram elencados em ordem alfabética.

Quadro 18 Relação da quantidade de artigos identificados por periódico durante a pesquisa, método de busca e observações

N	Periódico <i>(site)</i> {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
01	ADM.MADE – Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial (http://www.estacio.br/revistamade/edicoes.asp) {B5} Não foi informado o mês do primeiro número. Os números referentes a 2009 e 2010 não estão disponíveis no <i>site</i> .	Busca por [Gestão Social] dentro de todos os artigos	2000 a 2008 (**)	0
02	APGS – Revista Administração Pública e Gestão (http://www.seer.ufv.br/seer/apgs/index.php/APGS) {não tem} Os dois últimos números do periódico referentes a 2010 não estavam disponíveis até 26/12/2010.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2009 a jun/2010 (***)	5
03	BAR - Brazilian Administration Review (http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=2) {A2} Periódico brasileiro com artigos em inglês.	Busca no <i>site</i> do periódico por [<i>social management</i>] e [<i>social administration</i>]	jul/2004 a dez/2010 (*)	0
04	BBR - Brazilian Business Review (http://www.bbronline.com.br/default.asp) {B2}	Busca por [Gestão Social] nos títulos e palavras-chave	jan/2004 até dez/2010 (*)	0

“continua”

Quadro 18 “continuação”

N	Periódico <i>(site)</i> {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
05	Cadernos de Gestão Social – http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs {não tem} O periódico tem apenas duas edições, uma em 2007 e outra em 2009.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	2007 a 2009 (*)	3
06	Cadernos EBAPE.BR (http://app.ebape.fgv.br/cadernosebape/asp/dsp_lst_artigos_edicao.asp) {B1} A ferramenta de busca do <i>site</i> não estava funcionando.	Busca em todos os resumos e títulos por [Gestão Social]	ago/2003 a dez/2010 (*)	3
07	Ciência e Saúde Coletiva (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-8123&nrm=iso&rep=&lng=pt) {A2} Resultado da busca no Portal Scielo.	Busca por [“Gestão Social”] no Portal Scielo	sem limitação de data	2
08	Estudos Avançados (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-4014&nrm=iso&rep=&lng=pt) {A2} Resultado da busca no Portal Scielo.	Busca por [“Gestão Social”] no Portal Scielo	sem limitação de data	1

“continua”

Quadro 18 “continuação”

N	Periódico (site) {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
09	Gestão.org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (http://www.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/index) {B3} O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível até 27/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2003 a ago/2010 (**) (**) (**)	3
10	NAU - Revista Eletrônica da Residência Social (http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/rs/index) {não tem} O periódico foi lançado em novembro de 2010 e tem apenas um número.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	jul/nov 2010 (*) (*)	5
11	O&S – Revista Organizações & Sociedade (http://www.revistaoes.ufba.br//index.php) {B2}	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca no título, resumo e palavras-chave por [Gestão Social]	dez/1993 a dez/2010 (*) (*)	4
12	Organizações Rurais & Agroindustriais (http://www.dae.ufla.br/revista/) {B2} Periódico do departamento onde esta tese foi elaborada.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social]	jan/1986 a dez/2010 (*) (*)	0
13	Psicologia & Sociedade (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-7182&nrm=iso&rep=&lng=pt) {A2} Resultado da busca no Portal Scielo.	Busca por [“Gestão Social”] no Portal Scielo	sem limitação de data	1

“continua”

Quadro 18 “continuação”

N	Periódico <i>(site)</i> {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
14	RAC - Revista de Administração Contemporânea (http://www.anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=1) {B1}	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social]	jan/1997 a dez/2010 (*)	2
15	RAC-e - Revista de Administração Contemporânea Eletrônica (http://anpad.org.br/periodicos/content/frame_base.php?revista=3) {B1} Revista descontinuada em abril de 2009. A RAC passa a ter versão eletrônica.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social]	jan/2007 a abr/2009 (*)	0
16	RAD - Revista Administração em Diálogo (http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/index) {C} O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível até 26/12/2010.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2000 a ago/2010 (**)	3
17	ERA-e –Revista de Administração de Empresas Eletrônica (http://www16.fgv.br/rae/eletronica/index.cfm) {B1} 2010 foi o último ano do periódico que agora se agrega à RAE, que passará de 4 para 6 edições anuais.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2002 a dez/2010 (*)	1
18	RAE – Revista de Administração de Empresas (http://www.rae.com.br/) {B1} Periódico com o maior período disponível para busca: 51 anos.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois dentro do artigo por [Gestão Social]	ago/1961 a dez/2010 (*)	3

“continua”

Quadro 18 “continuação”

N	Periódico (site) {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
19	RAI - Revista de Administração e Inovação (http://www.revistarai.org/ojs-2.2.4/index.php/rai) {B3} Não foi informado o mês do primeiro número. O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível até 26/12/2010.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	2004 a set/2010 (**) (**)	1
20	RAM – Revista de Administração Mackenzie (http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/RAM/index) {B1} Não foi informado o mês do primeiro número.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social], depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	2000 a dez/2010 (*) (*)	0
21	RAP – Revista de Administração Pública (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7612&lng=pt&nrm=iso) {A2} Os dois últimos números do periódico referentes a 2010 não estavam disponíveis até 26/12/2010.	Busca nos exemplares físicos de 2000 a 2006 nos títulos e palavras –chave. Busca no <i>site</i> do periódico (de jan/2006 a ago/2010) por [Gestão Social]	jan/2000 a ago/2010	9
22	RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo (http://www.rausp.usp.br/) {B2}	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social]	jan/1977 a dez/2010 (*) (*)	0

“continua”

Quadro 18 “continuação”

N	Periódico <i>(site)</i> {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
23	RCA - Revista de Ciências da Administração (http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/adm/index) {B3} O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível até 27/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	ago/1998 a ago/2010 (**)	0
24	ReA – UFSM – Revista de Administração da UFSM (http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reaufsm) {C} O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível até 27/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2008 a ago/2010 (**)	0
25	ReAD –Revista Eletrônica de Administração (http://www.read.ea.ufrgs.br/) {B2}	Busca no <i>site</i> do periódico (título, palavra-chave e resumo) por [Gestão Social] , depois busca dentro do artigo por [Gestão Social]	set/1995 a dez/2010 (*)	3
26	Revista CERNE (http://www.dcf.ufla.br/cerne/modelo.php?page=index2) {A2} Não foi informado o mês do primeiro número. O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível em 26/12/2010.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social]	1994 a set/2010 (**)	0

“continua”

Quadro 18 “continuação”

N	Periódico <i>(site)</i> {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
27	Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde (http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/rahis) {C} O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível em 28/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico	jul/2008 até jun/2010 (**)	0
28	Revista de Economia e Administração (Insper) (http://seer.insper.edu.br/index.php/rea/index) {B4} Os dois últimos números do periódico referentes a 2010 não estavam disponíveis em 27/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2002 a jun/2010 (**)	1
29	Revista de Estudos de Administração (http://www1.unijui.edu.br/revista-estudos-administracao-edicao-atual) {B4} O último número do periódico referente a 2009 e os dois números referentes a 2010 não estavam disponíveis no <i>site</i> até 27/12/2010.	Busca no <i>site</i> do periódico por [Gestão Social]	de jul/2006 até jun/2009 (**)	0
30	Revista Economia & Gestão (http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/index) {B4}	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2001 a dez/2010 (*)	0

“continua”

Quadro 18 “conclusão”

N	Periódico (site) {Qualis CAPES Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo 2007-2009, Ano base 2008} Observações	Método de Pesquisa Utilizado	Período	Qtde de Artigos
31	Revista Eletrônica Gestão e Sociedade (http://face.ufmg.br/revista/index.php/gestaoesociedade) {C} Os dois últimos números do periódico referentes a 2010 não estavam disponíveis em 28/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	jan/2007 até abr/2010 (**) (**)	0
32	RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental (http://www.gestaoambiental.net/ojs1.1.10/ojs/index.php) {B3} A ferramenta de busca do <i>site</i> não estava funcionando.	Busca em todos os títulos e resumos por [Gestão Social]	jan/2007 a dez/2010 (*) (*)	1
33	Saúde e Sociedade (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-1290&nrm=iso&rep=&lng=pt) {B1} Resultado da busca no Portal Scielo.	Busca por [“Gestão Social”] no Portal Scielo	sem limitação de data	1
34	Sociedade, Contabilidade e Gestão (http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/index) {não tem} O último número do periódico referente a 2010 não estava disponível em 27/12/2010.	Busca por [Gestão Social] no <i>site</i> do periódico, depois dentro do artigo por [Gestão Social]	ago/2006 a jun/2010 (**) (**)	3

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa e da Capes (2011c).

(*) Foi pesquisado todo o período de existência do periódico.

(**) Foi pesquisado todo o período de existência do periódico até a última edição do ano de 2010 disponível.

Apenas na Revista de Administração Pública (RAP), não foi pesquisado todo o acervo, pois não estava disponível no *site*, porém, houve pesquisa física nos números de 2000 a 2006 (não disponíveis eletronicamente no *site*). Essa busca teve como critério encontrar o termo [Gestão Social] nos títulos e/ou palavras-chave.

Na RAP, em 1999, foi publicado o artigo “Gestão Social: uma perspectiva conceitual”, de Fernando Guilherme Tenório (referenciado em diversos textos). De acordo com os critérios da busca, o artigo não foi considerado na pesquisa em periódicos, porém este texto está contemplado nesta pesquisa, pois foi publicado como coletânea de artigos em Tenório (2008a). Os demais periódicos foram pesquisados dentro de todo o seu período de existência até o último número disponível, conforme as informações do Quadro 18.

A seguir apresentam-se os resultados da sistematização para artigos publicados em eventos.

5.2.2 Sistematização dos trabalhos publicados em eventos

A pesquisa sobre Gestão Social em eventos científicos complementa a pesquisa em periódicos descrita anteriormente, ampliando o escopo, pois é comum, na academia, que artigos publicados em eventos sejam revisados e submetidos a periódicos, principalmente os artigos mais relevantes. Sabe-se, também, que muitos periódicos demoram diversos meses e até mais de um ano para publicar artigos submetidos, de forma que alguns artigos publicados em eventos ou não já poderiam estar submetidos ainda sem resposta dos periódicos ou até já aceitos para publicação.

Os eventos escolhidos foram: Colóquio Internacional sobre Poder Local (CIPL); Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS); Encontro da ANPAD (EnANPAD); Encontro da Divisão de Estudos

Organizacionais da ANPAD (EnEO); Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD(EnAPG); Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ) e Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (EnGPR).

À exceção do ENAPEGS, que ainda não foi avaliado, todos os outros eventos têm avaliação E1 pelo Qualis Eventos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicado no Documento da Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, referente ao triênio 2007-2009 (CAPES, 2011b).

A escolha desses eventos partiu da escolha do EnANPAD, por ser o evento científico de referência da área de Administração. Além do EnANPAD foram escolhidos outros eventos organizados pela ANPAD que se aproximam da temática: EnAPG, EnEO, EnEPQ e EnGPR. A escolha do CIPL aconteceu pelo pioneirismo do evento em abordar a temática da Gestão Social e a importância do evento para a área de Administração. O ENAPEGS foi escolhido por ser um evento cujo foco central é a própria Gestão Social.

Optou-se por não incluir mais eventos de outras áreas correlatas como Desenvolvimento Regional, Gestão Pública e Gestão Ambiental, por exemplo, pelo próprio escopo da proposta deste trabalho que é delimitar a Gestão Social como um campo do conhecimento científico, dentro do campo da Administração. Outro motivo pela restrição na escolha de eventos é a ampla varredura feita em 34 periódicos, onde artigos publicados em outros eventos que tratam da temática da Gestão Social podem estar publicados.

O Colóquio Internacional sobre Poder Local já está na décima primeira edição e foi pioneiro no país em incluir a temática da gestão da social, já em 2003. Realizado de três em três anos (entre a VIII e a IX edição o espaço foi de quatro anos) pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

No Quadro 19 estão apresentadas as edições do evento pesquisadas (1999, 2003, 2006 e 2009), com temas, estratégias de busca utilizadas e artigos identificados.

Quadro 19 Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições 1999, 2003, 2006 e 2009 do CIPL.

CIPL - Colóquio Internacional sobre Poder Local				
Dados do Evento				
Realização: NEPOL - Núcleo de Estudos sobre Poder Local e CIAGS - O Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS CIAGS				
Site: http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/eventos/Coloquio/				
Instituição: EAUFBFA - Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia				
Local do Evento: Salvador/BA				
Qualis Eventos Capes: E1				
Ano (série)	Tema	Descrição do Método de Pesquisa Utilizado	Quantidade de Artigos	Observações
1999 (VIII)	Poder Local e Internacionalização: Desenvolvimento, (Re) Configurações Organizacionais e Estratégias de Gestão	Busca por [Gestão Social] em todos os artigos do evento	1	Os artigos estão disponíveis no <i>site</i> do evento.
2003 (IX)	A gestão do século XXI, a Gestão Social e a gestão do desenvolvimento	Busca por [Gestão Social] no CD do evento	11	Os artigos estão disponíveis no <i>site</i> do evento.
2006 (X)	Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios	Busca por [Gestão Social] no CD do evento	7	Os artigos estão disponíveis no <i>site</i> do evento.
2009 (XI)	Desenvolvimento e Gestão de Territórios	Busca por [Gestão Social] dentro de cada artigo	5	Os artigos estão disponíveis no <i>site</i> do evento.
Total			24	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social é realizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social⁴⁹ desde 2007. O evento pode ser considerado, hoje, no país, o principal espaço de discussão da temática, o que pode ser confirmado pela quantidade de artigos identificados no evento, principalmente em 2010.

No Quadro 20 apresentam-se os resultados da busca de artigos nas quatro edições do evento realizadas até o ano de 2010 (2007, 2008, 2009 e 2010).

⁴⁹ Mais informações sobre a Rede de Pesquisadores em Gestão Social no *site*: www.rgs.wiki.br.

Quadro 20 Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições 2007, 2008, 2009 e 2010 do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social

ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social				
Dados do Evento				
Realização: Rede de Pesquisadores em Gestão Social				
Site: http://www.rgs.wiki.br				
Local do Evento/Realização/Instituição:				
I ENAPEGS: Juazeiro do Norte/CE, LIEGS - Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, UFC-Cariri – Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri				
II ENAPEGS: Palmas/TO, NESol – Núcleo de Economia Solidária, Universidade Federal do Tocantins				
III ENAPEGS: Juazeiro/BA e Petrolina/PE, NIGS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Tecnologias em Gestão Social, UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco				
IV ENAPEGS: Lavras/MG, INCUBACOOOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Universidade Federal de Lavras				
Qualis Eventos Capes: não tem.				
Obs.: desde o primeiro evento os melhores artigos são destinados à submissão <i>fast track</i> ⁵⁰ nos periódicos: Organizações & Sociedade, RAP – Revista de Administração Pública, Revista ADM.MADE, RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental, Cadernos Gestão Social e APGS – Revista Administração Pública e Gestão Social				
Ano (série)	Tema	Descrição do Método de Pesquisa Utilizado	Quantidade de Artigos	Observações
2007 (I)	Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção	Busca por [Gestão Social] em todos os artigos	9	Todos os artigos foram publicados em um livro com o nome do evento: Silva Júnior et al. (2008b)*. Livro disponível para <i>download</i> no <i>site</i> do evento.

“continua”

⁵⁰ A submissão *fast track* é realizada por meio da indicação da organização do evento dos melhores artigos para o periódico, dentro da linha editorial. A revisão dos artigos é geralmente feita de maneira mais rápida que as submissões tradicionais. A partir de 2009 a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) também adotou esta prática em seus eventos.

Quadro 20 “conclusão”

Ano (série)	Tema	Descrição do Método de Pesquisa Utilizado	Quantidade de Artigos	Observações
2008 (II)	Os desafios da formação em Gestão Social	Busca por [Gestão Social] em todos os artigos	11	Todos os artigos foram publicados em um livro com o nome do evento: Cançado et al. (2008). Livro disponível para <i>download</i> no <i>site</i> do evento.
2009 (III)	Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda	Busca no CD do evento por “Gestão Social”	8	Melhores artigos publicados em formato de livro: Rigo et al. (2010).
2010 (IV)	Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações	Busca em cada um dos artigos por [Gestão Social]	29	Artigos disponíveis no <i>site</i> do evento. Melhores artigos serão publicados em formato de livro com lançamento previsto para 2011.
Total			57	

* Os artigos publicados no ENAPEGS de 2007 estão com a data de 2008, pois a publicação foi realizada no ano seguinte em formato de livro com todos os artigos, porém, foram considerados como 2007, pois os mesmos foram relativos ao evento de maio de 2007.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) pode ser considerado como o mais importante evento científico de Administração do país. O evento é realizado anualmente e, em 2010, realizou sua trigésima quarta edição. Foram pesquisadas as edições de 2000 até 2010.

No Quadro 21 tem-se uma síntese dos resultados da pesquisa.

Quadro 21 Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições de 2000 a 2010 do EnANPAD

EnANPAD	
Encontro da ANPAD - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração	
Dados do Evento	
Realização: ANPAD - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração	
Site: http://www.anpad.org.br	
Local do Evento, Série e Ano:	
XXIV - Florianópolis/SC (2000)	
XXV – Campinas/SP (2001)	
XXVI – Salvador/BA (2002)	
XXVII - Atibaia/SP (2003)	
XXVIII – Curitiba/PR (2004)	
XXIX – Brasília/DF (2005)	
XXX – Salvador/BA (2006)	
XXXI – Rio de Janeiro (2007)	
XXXII – Rio de Janeiro (2008)	
XXXIII – São Paulo (2009)	
XXXIV – Rio de Janeiro (2010)	
Descrição do Método de Pesquisa Utilizado: Busca nos CDs de cada um dos eventos por [Gestão Social] e depois dentro de cada um dos artigos por [Gestão Social]	
Qualis Eventos Capes: E1	
Obs.: a partir de 2009 os melhores artigos são destinados à submissão <i>fast track</i> em periódicos de Administração.	

Ano (série)	Quantidade de Artigos
2000 (XXIV)	0
2001 (XXV)	0
2002 (XXVI)	3
2003 (XXVII)	0
2004 (XXVIII)	5
2005 (XXIX)	5
2006 (XXX)	3
2007 (XXXI)	5
2008 (XXXII)	5
2009 (XXXIII)	4
2010 (XXXIV)	4
Total	34

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Além do evento central da ANPAD, foi realizada também uma busca em outros eventos específicos de área que se aproximam da temática da Gestão Social.

No Quadro 22 se tem os resultados desta pesquisa.

Quadro 22 Artigos sobre Gestão Social identificados nas edições entre 2000 e 2010 dos eventos: EnEO, EnAPG, EnEPQ e EnGPR.

EVENTOS DE ÁREA da ANPAD
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
Dados dos Eventos
Realização: ANPAD - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
Site: http://www.anpad.org.br
Qualis Eventos Capes: E1 (todos os eventos)
EnEO - Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD
Série (Ano) - Local do Evento,
I EnEO (2000) – Curitiba/PR
II EnEO (2002) – Recife/PE
III EnEO (2004) – Atibaia/SP
IV EnEO (2006) – Porto Alegre/RS
V EnEO (2008) – Belo Horizonte/MG
VI EnEO (2010) – Florianópolis/SC
ENAPG - Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD
Local do Evento, Série e ano:
I EnAPG (2004) – Rio de Janeiro/RJ
II EnAPG (2006) – São Paulo/SP
III EnAPG (2008) – Salvador/BA
IV EnAPG (2010) – Vitória/ES
EnEPQ - Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade
Local do Evento, Série e ano:
I EnEPQ (2007) – Recife/PE
II EnEPQ (2009) – Curitiba/PR
EnGPR - Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho
Local do Evento, Série e ano:
I EnGPR (2007) – Natal/RN
II EnGPR – (2009) - Curitiba/PR
Descrição do Método de Pesquisa Utilizado: Busca nos CDs de cada um dos eventos por [Gestão Social] e depois dentro de cada um dos artigos por [Gestão Social]

“continua”

Quadro 22 “conclusão”

EVENTOS DE ÁREA da ANPAD			
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração			
Ano	Evento e Série	Quantidade de Artigos por Evento	Quantidade de Artigos por Ano
2000	I EnEO	0	0
2001	Não houve	0	0
2002	II EnEO	0	0
2003	Não houve	0	0
2004	III EnEO	1	2
	I EnAPG	1	
2005	Não houve	0	0
2006	IV EnEO	1	4
	II EnAPG	3	
2007	I EnEPQ	2	2
	I EnGPR	0	
2008	V EnEO	0	1
	III EnAPG	1	
2009	II EnEPQ	0	1
	II EnGPR	1	
2010	VI EnEO	2	5
	IV EnAPG	3	
Total		15	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A seguir, apresenta-se a sistematização para as teses e dissertações.

5.2.3 Sistematização dos trabalhos em teses e dissertações

A pesquisa sobre Gestão Social em teses e dissertações foi finalizada em 28 de dezembro de 2010. A base de dados escolhida foi o “Banco de Teses da CAPES”, disponível no *site*: < <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> >. O período de busca foi do ano de 2000 ao ano de 2009, pois os dados de 2010 ainda não estavam disponíveis. A busca foi por “Assunto”, com a opção “expressão exata” selecionada para o termo [Gestão Social].

Foram identificados trabalhos de diversas áreas, mas, para o escopo deste trabalho, considerou-se, para efeito de Análise de Conteúdo, apenas os trabalhos defendidos em programas de Administração (Administração, Administração de Empresas e Administração de Organizações) e de Gestão Social (Desenvolvimento e Gestão Social/UFBA e Gestão Social e Trabalho/UnB) nas modalidades mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado. Não se considerou outros cursos, mesmo similares, sob pena de ampliar, em demasia, o escopo deste trabalho.

Para complementar a pesquisa foi necessária efetuar uma busca nos títulos, resumos e palavras-chave de cada um dos trabalhos identificados na área de Administração/Gestão Social, a exemplo dos artigos publicados em periódicos e dos artigos publicados em eventos. Nesse procedimento, alguns trabalhos foram descartados, pois a expressão identificada foi “Gestão Socialmente responsável”⁵¹ e outros pelo termo pesquisado [Gestão Social] aparecer apenas como o nome de um programa, centro ou núcleo⁵². No caso dos trabalhos de outras áreas as buscas no título, resumo e palavras-chave não foram realizadas.

Apresentam-se todos os trabalhos identificados das Outras Áreas para se ter um parâmetro de comparação com os trabalhos de Administração/Gestão Social.

⁵¹ São 7 trabalhos: 1 tese defendida na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2003; 4 dissertações de mestrado acadêmico defendidas na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) em 2004, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 2007, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) em 2007 e Universidade Nove de Julho (UNINOVE) em 2009; e 2 dissertações de mestrado profissional defendidas na Universidade de Brasília (UnB) em 2006 e Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2006.

⁵² São 3 trabalhos: 1 tese defendida na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP) em 2005; e duas dissertações de mestrado profissional defendidas na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), ambas em 2009.

Em relação a Outras Áreas, foram identificados 77 trabalhos sendo 65 dissertações (53 de mestrado acadêmico e 12 de mestrado profissional) e 12 teses de diversos cursos e instituições. Na área de Administração/Gestão Social, o total foi de 40 trabalhos, distribuídos entre 36 dissertações (27 de mestrado acadêmico e 9 de mestrado profissional) e 4 teses.

Serão tratados esses 225 trabalhos de agora em diante por “textos”, dadas as suas diferenças e semelhanças. Na próxima seção apresentar-se-á a opção metodológica para analisar estes textos.

5.3 Análise de conteúdo

A escolha pelo método da Análise de Conteúdo se justifica pela própria natureza interpretativa deste trabalho. Por meio deste método busca-se perceber qual o entendimento dos autores sobre o termo [Gestão Social], de forma a permitir um mapeamento da utilização do mesmo e gerar subsídios para a construção das categorias teóricas para a Gestão Social.

5.3.1 O método da análise de conteúdo

A Análise de Conteúdo tem suas origens em instrumentos de análise de comunicações jornalísticas nos Estados Unidos (BARDIN, 2009; RICHARDSON, 2007; VERGARA, 2005), porém, existem registros do ano de 1640 na Suécia, onde foi realizado um estudo sobre a autenticidade de 90 hinos religiosos (BARDIN, 2009). Atualmente, a análise de conteúdo é utilizada para análise de entrevistas, documentos, entre outros (VERGARA, 2005). A análise de conteúdo é

Um conjunto de instrumentos metodológicos, cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se

aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extracção de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (BARDIN, 2009, p. 11)⁵³.

As características da Análise de Conteúdo são objetividade, sistematização e inferência. A objetividade está relacionada à explicitação das regras e procedimentos usados no decorrer de cada etapa. A sistematização refere-se à construção de categorias⁵⁴ de acordo com regras consistentes e sistemáticas. Por fim, a inferência é a própria análise do conteúdo anteriormente objetivado e sistematizado (RICHARDSON, 2007).

A Análise de Conteúdo é composta por três fases: pré-análise, análise do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). A pré-análise é a fase de organização que tem por objetivo operacionalizar a Análise de Conteúdo. Nessa fase é realizada uma leitura inicial (ou leitura flutuante, segundo a terminologia de Bardin) e a escolha dos documentos a serem analisados (*corpus*). Para isto são necessárias regras, que devem ser derivadas do próprio objetivo do trabalho que se vale da Análise de Conteúdo como método, que devem ser criadas. A segunda fase consiste na adequação do *corpus* às categorias. A última fase acontece com a interpretação dos resultados e a realização das inferências sobre o material produzido.

⁵³ O texto de Bardin (2009) está escrito em português de Portugal antes do acordo ortográfico, optou-se pela manutenção da escrita original.

⁵⁴ Para que não haja confusão entre as terminologias, teremos neste trabalho as Categorias Teóricas para Gestão Social, que são o objetivo central deste trabalho. Como a terminologia da Análise de Conteúdo sugere a criação de categorias, as Categorias para Análise de Conteúdo serão denominadas a partir de agora apenas por Categorias de Análise, que serão utilizadas para mapear a utilização do termo Gestão Social nos trabalhos identificados.

Ainda na primeira fase deve ser realizada a categorização que servirá de referência para a Análise de Conteúdo. As categorias para análise podem ser de três tipos, segundo Vergara (2005): a) Grade Aberta: as categorias vão aparecendo durante a pesquisa e ao final se estabelece uma grade final; b) Grade Fechada: as categorias são definidas antes da pesquisa, baseadas no objetivo da pesquisa; e c) Grade Mista: algumas categorias são definidas preliminarmente, enquanto outras são acrescentadas durante a pesquisa.

Em uma análise próxima à de Bardin (2009)⁵⁵ e Vergara (2005), apresenta duas possibilidades: que o sistema de categorias seja fornecido *a priori* (como na Grade Fechada) ou que este sistema seja criado durante a Análise de Conteúdo (como na Grade Aberta), porém, a autora ainda argumenta que algumas categorias mais fracas (ou menos representativas) podem ser reagrupadas.

Apesar de Bardin (2009) não prever explicitamente a possibilidade de uma Grade Mista como Vergara (2005), o reagrupamento de categorias que acontece durante a Análise de Conteúdo caminha nesse sentido. As categorias para análise devem ser:

- a) exaustivas, isto é, devem permitir a inclusão de todos os elementos, embora nem sempre isto seja possível;
- b) mutuamente exclusivas, ou seja, cada elemento só poderá ser incluído em uma única categoria;
- c) objetivas, isto é, definidas de maneira precisa, a fim de evitar dúvidas na distribuição dos elementos;
- e d) pertinentes, ou seja, adequadas ao objetivo da pesquisa (VERGARA, 2005, p. 18).

A proposta de Bardin (2009) também se aproxima muito da de Vergara (2005), porém traz mais algumas condições para a categorização. Segundo

⁵⁵ O texto original de Bardin é de 1977, portanto bem anterior ao de Vergara, sendo inclusive referenciado pela autora.

Bardin (2009) um bom conjunto de categorias deve possuir as seguintes qualidades:

a exclusão mútua: esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. [...] *A homogeneidade:* o princípio da exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio deve governar a sua organização. [...] *A pertinência:* uma categoria é considerada pertinente quando é adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido. [...] *Objectividade e a fidelidade:* [...] As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas à subjectividade dos codificadores e à variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas. O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento em uma categoria. *A produtividade:* [...]. Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e dados exactos (BARDIN, 2009, p. 147-148, grifo nosso)⁵⁶.

Comparando as sugestões de Bardin (2009) e Vergara (2005) pode-se notar que as características “exaustivas” e “mutuamente exclusivas” de Vergara (2005) estão inseridas na característica “exclusão mútua” de Bardin (2009). A característica “objetivas” de Vergara (2005) é atendida pelas características “homogeneidade” e “objectividade e fidelidade” de Bardin (2009). Por fim, a característica “pertinente” de Vergara (2005) é similar à característica “pertinência” de Bardin (2009). Além disso, Bardin (2009) ainda sugere a característica “produtividade”, que não aparece de forma explícita nas sugestões

⁵⁶ O texto de Bardin (2009) está escrito em português de Portugal, optou-se por manter a escrita original.

de Vergara (2005), mas pode ser subentendida pelo conjunto das outras características apontadas pela autora. Utilizam-se as proposições de Bardin (2009) para testar as categorias e subcategorias neste trabalho.

A Análise de Conteúdo pode ser usada por meio de procedimentos quantitativos e qualitativos, porém, estes procedimentos não são excludentes, podendo ser usados de forma complementar (VERGARA, 2005). A abordagem quantitativa se refere à frequência de aparição de determinado elemento. A abordagem qualitativa é usada na elaboração de deduções mais específicas sobre um elemento de inferência mais precisa, onde não basta a frequência do elemento (BARDIN, 2009).

5.3.2 Delimitando a análise de conteúdo para este trabalho

Em relação a este trabalho, o interesse é construir as categorias teóricas que compõem o termo [Gestão Social], mapear e entender como os autores percebem e utilizam este termo.

De acordo com esta condução, a perspectiva na utilização da Análise de Conteúdo é quantitativa e qualitativa, pois se pretende entender o sentido da utilização do termo [Gestão Social], e as informações quantitativas estão relacionadas à quantidade de trabalhos em cada categoria, a evolução no tempo e o tipo de publicação.

A criação das Categorias de Análise baseou-se no tratamento, em termos de significação, dado ao termo Gestão Social. O objetivo principal deste trabalho é construir as Categorias Teóricas para a Gestão Social como campo do conhecimento científico, desta forma tem-se especial interesse em textos que tratem conceitualmente da Gestão Social, propondo avanços no entendimento do termo e/ ou tecendo críticas. Nos artigos a Gestão Social tem uma dimensão central e é tratada como um conceito (muitas vezes como conceito em

construção). Desta forma, criou-se a Categoria de Análise Gestão Social (GS). Estes textos foram analisados detidamente de forma a extrair as categorias teóricas para a delimitação do termo e a posterior verificação de sua cientificidade.

Os demais textos também são importantes, pois oferecem um mapa da utilização do termo, tanto em termos de tipo (evento/ periódico/ instituição) de publicação, quanto na linha do tempo, como será discutido nos resultados deste trabalho. Assim, os textos que não se enquadram na Categoria de Análise GS, foram analisados de maneira a entender como o termo [Gestão Social] é percebido e utilizado no texto. Esta análise mostrou a grande variação de entendimentos (ver Quadro 23) utilizada no país hoje, o que é mais uma justificativa para a realização deste trabalho. Para melhor compreensão e mapeamento da utilização do termo foram criadas outras Categorias de Análise, conforme Quadro 23.

Podem-se definir as Categorias de Análise deste estudo como compostas por uma Grade Mista (VERGARA, 2005), pois se partiu de algumas categorias *a priori* e foi-se construindo outras, à medida que os trabalhos foram analisados. O sistema de categorias foi elaborado em dois momentos: antes e durante a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Paralelamente, houve casos em que Categorias de Análise foram agrupadas por aproximação, fortalecendo-as, conforme sugere Bardin (2009).

Quadro 23 Categorias para Análise de Conteúdo dos textos sobre Gestão Social identificados em eventos, periódicos e teses/dissertações

Categorias para Análise de Conteúdo	Descrição
Gestão Social (GS)	Textos que tratam de maneira conceitual do termo Gestão Social, propondo avanços no entendimento do termo e/ou tecendo críticas. Nestes textos a Gestão Social tem uma dimensão central e é tratada como um conceito. Mesmo que o texto tenha características de outras categorias de análise, se a Gestão Social for tratada de maneira conceitual o texto deve ser incluído nesta categoria de análise.
Gestão Emancipatória (GE)	Textos que entendem a Gestão Social como uma gestão que proporciona a emancipação ou empoderamento das pessoas. Não necessariamente os termos emancipação e/ou empoderamento ⁵⁷ estão presentes no texto, mas no seu sentido. Os textos incluídos nesta categoria de análise percebem a Gestão Social como uma gestão onde o ser humano se desenvolve e com isto a própria sociedade se desenvolve nas mais variadas dimensões: ambiental, econômica, cultural, etc. Pode estar presente ou não nos trabalhos a perspectiva do território. Não estão incluídos nesta categoria de análise textos que tratem de maneira conceitual a Gestão Social, estes textos devem ser incluídos na Categoria de Análise Gestão Social.

“continua”

⁵⁷ Nesta tese, entendem-se emancipação e empoderamento como conceitos próximos. Existe uma vasta literatura sobre os termos (que não são sinônimos) e não é objetivo deste trabalho discuti-la. O que interessa aqui são os resultados da emancipação/empoderamento sobre a percepção das pessoas em relação ao mundo. Mais à frente discutiremos mais a fundo o conceito de emancipação, por hora, emancipação pode ser entendida como livrar-se da tutela, obter autonomia sobre seus atos e pensamentos.

Quadro 23 “continuação”

Categorias para Análise de Conteúdo	Descrição
Gestão Participativa (GP)	Textos que percebem a Gestão Social como uma gestão onde a participação ⁵⁸ , nas mais diversas formas, é sua característica central. Alguns textos trazem a perspectiva do território enquanto unidade de análise e outros não, ambos os tipos de artigos estão considerados sob esta categoria de análise. Nesta categoria de análise se incluem também os textos que tratam da gestão democrática/ participativa/ descentralizada/ dialógica / compartilhada/ cidadã de Projetos/ Programas/ Políticas Públicas ou ONGs/ Cooperativas/ Organizações da Sociedade Civil. Não estão incluídos nesta categoria de análise textos que tratem de maneira conceitual a Gestão Social, estes textos devem ser incluídos na Categoria de Análise Gestão Social. Não estão incluídos nesta categoria de análise textos que apresentam a Gestão Social como fator de emancipação ou empoderamento, textos com esta característica estão na Categoria de Análise Gestão Emancipatória.
Gestão do Desenvolvimento Social (GDS)	Textos que entendem a Gestão Social como a gestão de Projetos ou Programas Sociais, Políticas Públicas, Políticas Públicas Sociais (conduzidos ou não pelo Estado) e dos aspectos sociais da Administração Pública. Esta categoria de análise contempla também textos que apresentam a Gestão Social como Gestão Social do desenvolvimento, gestão de redes e interorganizações. Nestes textos não fica clara se a condução dos projetos /programas/ políticas seria democrática/ participativa/ descentralizada/ dialógica/ compartilhada/ cidadã. Os textos onde esta condição se apresenta estão na Categoria de Análise Gestão Participativa. Também não estão nesta categoria de análise os textos que tratam da Gestão do Desenvolvimento Social como forma de emancipação ou empoderamento, estes trabalhos estão na Categoria de Análise Gestão Emancipatória. Não estão incluídos nesta categoria de análise textos que tratem de maneira conceitual a Gestão Social, estes textos devem ser incluídos na Categoria de Análise Gestão Social.

“continua”

⁵⁸ Esta tese não tem o objetivo de discutir os diversos significados da palavra participação, cuja literatura também é vasta. Para esta tese o que interessa é que o processo de gestão possibilite aos membros da organização (nos seus mais diversos formatos) tomar parte nas decisões na mesma, nos mais diversos níveis.

Quadro 23 “continuação”

Categorias para Análise de Conteúdo	Descrição
Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos (GOSFL)	Textos que entendem a Gestão Social como gestão de ONGs, Terceiro Setor, Cooperativas, Organizações da Sociedade Civil (nas suas mais diversas formas) ou qualquer organização sem fins lucrativos, inclusive gestão pública. Estão nesta categoria de análise também textos que percebem a Gestão Social como uma gestão onde a dimensão econômica (ou a racionalidade utilitária) não é central e/ou textos que entendem que a Gestão Social é uma gestão contrária à gestão que visa lucro (gestão estratégica, gestão privada, gestão empresarial, gestão neoliberal, etc.) e ainda trabalhos que entendem a Gestão Social como a gestão da dimensão social em cooperativas. Nestes textos não fica clara se a condução destas organizações seria democrática/ participativa/ descentralizada/ dialógica/ compartilhada/ cidadã. Os textos onde esta condição se apresenta estão na Categoria de Análise Gestão Participativa. Nestes textos também não fica claro que este tipo de gestão é fator de emancipação ou empoderamento, os textos com esta característica estão na Categoria de Análise Gestão Emancipatória. Não estão incluídos nesta categoria de análise textos que tratem de maneira conceitual a Gestão Social, estes textos devem ser incluídos na Categoria de Análise Gestão Social.
Gestão da Responsabilidade Social Empresarial (GRSE)	Textos que entendem a Gestão Social como a gestão das ações de Responsabilidade Social das empresas (Responsabilidade Social Empresarial ou Corporativa), relacionada a <i>stakeholders</i> internos e/ou externos, ou os próprios resultados destas ações. Estão incluídos também nesta categoria de análise textos que percebem a Gestão Social como Responsabilidade Socioambiental, Gestão Socioambiental e Gestão Ambiental.

“continua”

Quadro 23 “conclusão”

Categorias para Análise de Conteúdo	Descrição
Formação em Gestão Social (FGS)	Textos que apresentam experiências de formação em Gestão Social, avaliação de programas e/ou cursos de Gestão Social, proposição de perfis para o gestor social e ainda críticas aos programas/cursos sobre Gestão Social. Estão incluídos também nesta categoria de análise textos que realizam análise de redes de pesquisadores e da produção científica em Gestão Social.
Outras Formas de Gestão Relacionadas (OFGR)	Textos onde não foi possível identificar o significado atribuído ao termo Gestão Social. Em alguns trabalhos o termo só aparece no título, resumo ou palavras-chave. Nesta categoria de análise estão também textos onde aparecem algumas concepções sobre Gestão Social, porém, o(s) autor(es) não se posiciona(m), se limitando a apresentá-las.

Pode-se notar que há uma hierarquia entre as categorias de análise com base na seguinte ordem: Gestão Social (GS), Gestão Emancipatória (GE), Gestão Participativa (GP), Gestão do Desenvolvimento Social (GDS) e Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos (GOSFL).

A primeira análise se dá em torno do tratamento conceitual ou não do termo Gestão Social, caso isto aconteça o texto será incluído na Categoria de Análise GS. Posteriormente, a característica principal se dá em torno da emancipação (ou empoderamento), de forma que se o texto trata da Gestão Social nessa linha (mas não o trata de forma conceitual) ele estará na Categoria de Análise GE, mesmo atendendo parcialmente os requisitos de outras categorias de análise, como está evidenciado na descrição metodológica destas categorias de análise. Em seguida se tem a questão da participação, se o texto apresenta a Gestão Social com viés participativo (porém não necessariamente emancipatório e não conceitual) estará na Categoria de Análise GP. As Categorias de Análise GDS e GOSFL são excludentes, pois enquanto a GOSFL percebe a Gestão Social como a gestão de organizações (e as racionalidades inerentes a esta gestão), a GDS tem uma percepção mais ampliada da Gestão Social como a gestão de programas/projetos/políticas públicas no espaço de redes/parcerias/interorganizações.

As demais categorias de análise completam as percepções dos autores nos textos identificados. A Categoria de Análise GRSE está vinculada às ações e aos resultados de organizações com fins lucrativos nos campos social e ambiental. A Categoria de Análise FGS contempla trabalhos que discutem o ensino e a produção científica em Gestão Social (inclusive redes de pesquisadores). Ao final se tem a Categoria de Análise OFGR onde ficam abrigados os trabalhos onde não foi possível identificar o significado do termo Gestão Social.

Cabe ressaltar que os trabalhos foram considerados em sua unidade independente de autor(es), pois mesmo que determinado autor deixe bem claro sua percepção do termo em outro trabalho, esta percepção não foi estendida a outros trabalhos, pois eles foram analisados na sua unidade. Esta análise se aproximaria de um *blind review*, onde não se conhecem *a priori* os autores do trabalho. Obviamente se tem as informações referentes à autoria dos trabalhos, porém, a leitura se resume a cada texto em separado e do significado atribuído ao termo Gestão Social em cada trabalho individualmente.

As Categorias de Análise construídas atendem às sugestões de Bardin (2009). Pois pelo descrito acima são *mutuamente excludentes* e sua *homogeneidade* está relacionada à percepção da utilização do termo Gestão Social, ou seja, apenas este princípio “governa” a distribuição dos trabalhos nas categorias. As Categorias de Análise também são *pertinentes*, pois mesmo quando não é possível identificar o significado do uso no termo Gestão Social no trabalho, o texto pode ser classificado (Categoria para Análise de Conteúdo OFGR). As Categorias de Análise têm *produtividade*, pois nos mostram de maneira clara a utilização do termo Gestão Social pelos pesquisadores de forma a se atender aos objetivos deste trabalho.

Continuando a análise da construção das Categorias de Análise, em relação à *objetividade e fidelidade* elas podem ser descritas como portadoras destas características, pela própria descrição detalhada das mesmas. Porém, pelo fato da análise ser qualitativa, apesar da exploração cuidadosa (porém, não infalível) de cada trabalho, pode haver outra interpretação para alguns trabalhos a depender de quem realiza a análise. Isto não evita uma possível interpretação diferente dos próprios autores que construíram o trabalho e dos pesquisadores que venham a analisá-lo. Este é um risco que se tem que correr, pois não se está medindo frequências da utilização de termos e sim identificando significados, atividade que, mesmo com todos os cuidados ainda se reveste de certo grau de

subjetividade. Pela quantidade de trabalhos analisados este risco fica bem diminuído e também pode ser considerado secundário, pois não influi nos resultados principais desta tese: a criação de categorias teóricas para a Gestão Social e a identificação da Gestão Social como campo do conhecimento científico. Além disso, tomou-se o cuidado de ser o mais fiel aos conteúdos dos trabalhos dos autores analisados, buscando extrair os significados que atribuem ao termo Gestão Social.

Outro aspecto a ser colocado em destaque é que a grande maioria dos textos não tem a Gestão Social como conceito central, desta forma, em muitos deles, o termo aparece de maneira secundária e não há uma maior preocupação dos autores em conceituá-lo, por não ser objetivo do trabalho (ou por ainda não haver consenso sobre o termo). Assim, os artigos classificados em cada uma das categorias não estão utilizando da maneira correta ou incorreta o termo, não é este o tom da classificação. Entende-se que os autores utilizam o termo de acordo com sua própria interpretação do mesmo. Ao classificá-los não é a intenção desta tese em diminuir a importância de nenhum trabalho e muito menos criticar a utilização do termo Gestão Social nos textos. Conforme já apresentado nesta pesquisa, esta ampla gama de utilização da Gestão Social enquanto conceito é uma das principais justificativas deste trabalho e se esta diversidade não existisse, provavelmente esta tese teria outro objetivo⁵⁹.

5.4 Gestão social como campo do conhecimento científico

Para identificar a Gestão Social como campo do conhecimento científico, as categorias teóricas identificadas para a Gestão Social foram

⁵⁹ Caso algum autor não concorde com a interpretação do sentido do termo Gestão Social em seu trabalho, existe abertura para a discussão, que se apresenta como muito frutífera para a continuação das pesquisas na área. A comunicação pode ser feita pelo e-mail: airtoncardoso@uft.edu.br.

organizadas e comparadas com os critérios de demarcação de Chalmers (1993, 1994), Demo (2007), Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999), Popper (2007) e Santos (2003) já apresentadas.

Quadro 24 Critérios de Demarcação de ciência

Propostas	Critério de Demarcação	Características da ciência	Hipóteses <i>ad hoc</i>
Popper (2007)	Falseabilidade	Sistemas axiomatizados	Aceitas apenas as que aumentem o grau de falseabilidade
Kuhn (1978)	Aquisição do 1º paradigma	Matriz disciplinar	Não são necessárias
Lakatos (1999)	Constituir um Programa de Investigação científica	Heurística Negativa e Heurística Positiva	Reforçam o Núcleo Firme
Feyerabend (2007)	Não há um critério de demarcação, vale tudo	Criação de hipóteses contraditórias (contra-indução)	São permitidas
Chalmers (1993, 1994)	Não existe um conceito único de ciência	Ter um objetivo (meta da ciência), recursos para alcançá-los (métodos) e condições de auferir os resultados (sucesso obtido)	Não são proibidas, desde que contribuam para a meta da ciência
Santos (2003)	1ª Ruptura Epistemológica, ou seja, o rompimento com o senso comum constitui a base para a 2ª ruptura, em que a ciência dialoga com o senso comum produzindo um “conhecimento prático esclarecido”, condição fundamental para a emancipação do homem.	Produzida no contexto da comunidade científica	Não são proibidas

“continua”

Quadro 24 “conclusão”

Propostas	Critério de Demarcação	Características da ciência	Hipóteses <i>ad hoc</i>
Demo (2007)	Discutibilidade	Critérios internos (Coerência, Consistência, Originalidade e Objetivação) e critério externo (intersubjetividade); Qualidade Formal e Política	Não são proibidas

Fonte: elaborado a partir de Chalmers (1993, 1994), Demo (2007), Feyerabend (2007), Khun (1978), Lakatos (1999), Popper (2007) e Santos (2003)

Para cada uma das propostas será analisada a compatibilidade com o estado da arte da Gestão Social, sendo possível que a Gestão Social atenda a algumas das propostas sem atender a todas, o que será discutido nos resultados deste trabalho.

Portanto, a proposição metodológica deste estudo constitui na tarefa teórica elencar e sistematizar uma primeira proposta para a construção das bases epistemológicas da Gestão Social como campo de conhecimento científico e os critérios de cientificidade derivados dos estudos dos autores apresentados neste trabalho.

A caracterização da Gestão Social enquanto campo científico a partir dos critérios de demarcação propostos vai acontecer após a caracterização do estado da arte sobre tema. Cada um dos critérios será considerado e discutido.

No capítulo seguinte serão apresentados os resultados desta tese.

6 CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA GESTÃO SOCIAL

Neste Capítulo discute-se o estado da arte da produção científica em Gestão Social, apresentando os resultados da busca em trabalhos publicados em periódicos, em eventos e em teses e dissertações.

Os resultados da tese estão divididos em quatro seções. Na primeira trata-se do estado da arte da produção científica em Gestão Social. Na seção seguinte apresentam-se os resultados da Análise de Conteúdo dos trabalhos sobre Gestão Social. Na terceira seção expõe-se a proposta inicial para subsidiar a construção das bases epistemológicas da Gestão Social, baseada nas Categorias Teóricas identificadas na literatura. Na seção seguinte, esta proposta é confrontada com os critérios de demarcação de Ciência apresentados no Capítulo 1.

6.1 O estado da arte da produção científica nacional em gestão social

Neste tópico apresentam-se os resultados da busca descrita na metodologia, dividida por tipo de texto: artigos em periódicos, artigos em eventos e teses/dissertações. Posteriormente, realiza-se uma análise global dos textos.

6.1.1 Resultado da busca em trabalhos publicados em periódicos

No Quadro 25 apresenta-se um *ranking* da quantidade total de artigos publicados sobre Gestão Social em cada periódico e sua distribuição por ano de publicação. Não se considerou os periódicos sem publicação sobre o tema e manteve-se a numeração da primeira coluna do Quadro 25 para facilitar a identificação do periódico.

Quadro 25 Artigos identificados por periódico, por ano

N	Periódico {Qualis CAPES}	Total	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
21	RAP {A2}	9			2				2	2		2	1	
02	APGS {C}	5											2	3
10	NAU {não tem}	5												5
11	O&S {B2}	4								2		1		1
05	Cadernos de Gestão Social {não tem}	3											3	
06	Cadernos EBAPE.B R{B1}	3								1				2
09	Gestão.Or g{B3}	3						1			1	1		
16	RAD {C}	3				1						1		1
18	RAE{B1}	3							3					
25	ReAD {B2}	3			1				1			1		
34	Sociedade , Contabili dade e Gestão {não tem}	3									2	1		
07	Ciência e Saúde Coletiva {A2}	2					1				1			
14	RAC {B1}	2									1			1
08	Estudos Avançado s {A2}	1								1				
13	Psicologi a & Sociedade {A2}	1											1	

"Continua"

Quadro 25 “conclusão”

N	Periódico {Qualis CAPES}	Total	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
17	RAE- eletrônica {B1}	1								1				
19	RAI {B3}	1									1			
28	Revista de Economia e Administração {B4}	1									1			
32	RGSA {B3}	1									1			
33	Saúde e Sociedade {B1}	1	1											
Total		55	1	0	3	1	1	1	6	7	8	7	7	13
Total Acumulado			1	1	4	5	6	7	13	20	28	35	42	55
Média de artigos por ano (por período acumulado)⁶⁰			1,0	0,5	1,3	1,3	1,2	1,2	1,9	2,5	3,1	3,5	3,8	4,6

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa e da CAPES (2011c).

Obs.: foram considerados apenas os periódicos nos quais foram identificados artigos.

Considerando-se todo o período, a média é de aproximadamente 4,6 artigos por ano, porém, nota-se uma clara evolução na quantidade de artigos publicados sobre Gestão Social a partir de 2005. Analisando separadamente o período de 2005 a 2010 a média de artigos sobe para 8 artigos por ano. Cabe ressaltar que diversos periódicos ainda não haviam publicado seus últimos números relativos a 2010, conforme Quadro 24.

⁶⁰ Refere-se ao Total Acumulado dividido pela quantidade de anos, arredondado para uma casa decimal.

O Gráfico 1 apresenta os dados do Quadro 25 por ano e acumulados no período. Pode-se notar uma clara evolução, no tempo, do número de publicações na área de Gestão Social.

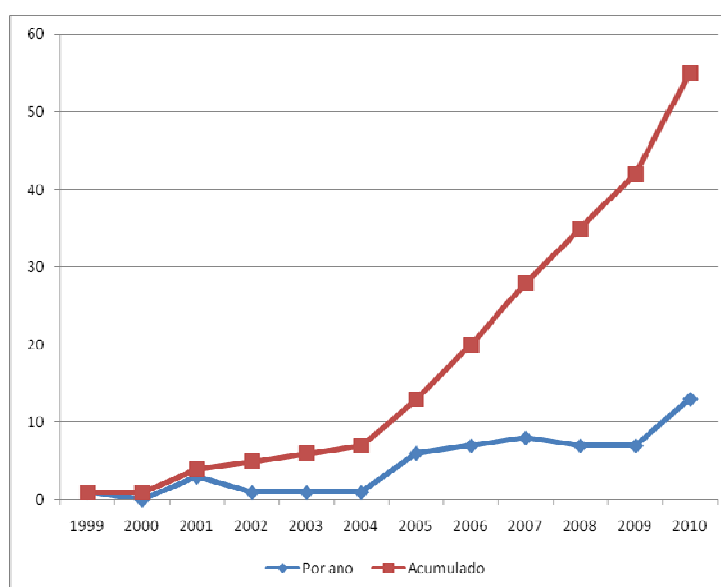


Gráfico 1 Publicações sobre Gestão Social em periódicos no período de 1999 a 2010.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Pelo Gráfico 1 pode-se visualizar que a partir de 2005 a produção vem apresentando uma tendência significativa de crescimento, sendo que o ano de 2010 foi o que apresentou maior quantidade de artigos publicados. Pode-se inferir que em 2011 deve-se ter uma continuidade neste processo, principalmente pela criação de novos periódicos na área como as Revistas APGS, NAU e Cadernos de Gestão Social, por exemplo.

No Quadro 27 são apresentadas as referências dos artigos identificados nos periódicos, a exemplo do Quadro 26, manteve-se a primeira coluna com o número de identificação do periódico.

Quadro 26 Relação das referências dos artigos de periódicos identificados na pesquisa.

N	Periódico {Qualis CAPES}	Total	Referências
21	RAP {A2}	9	Alves Sobrinho e Inojosa (2005), Coutinho (2001), Fischer et al. (2006), Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2008), Ramos (2005), Rossoni, Hocayen-da-Silva e Ferreira Júnior (2008), Tenório (2001, 2006) e Villela e Pinto (2009)
02	APGS {C}	5	Abreu (2010), Freitas et al. (2010a), Guerra e Pereira (2010), Oliveira et al. (2009) e Villela e Soares (2009)
10	NAU {não tem}	5	Boullosa e Barreto (2010), Glória (2010), Magalhães (2010), Oliveira (2010) e Schommer e França Filho (2010)
11	O&S {B2}	4	Fleig, Oliveira e Brito (2006), Inojosa e Junqueira (2008), Souza e Oliveira (2006) e Souza, Serafim e Dias (2010)
05	Cadernos de Gestão Social {não tem}	3	Carmo, Silva e Fonseca (2009), Santos (2009) e Santos, Tacilla (2009)
06	Cadernos EBAPE.BR {B1}	3	Magalhães et al. (2006), Oliveira, Cançado e Pereira (2010) e Salgado (2010)
09	Gestão.Org {B3}	3	Fischer et al. (2008), Santos, Rubens (2004), Silva Filho (2007)
16	RAD {C}	3	Cabral (2008), Dowbor (2002b) e Teodósio, Alves e Arruda (2010)
18	RAE {B1}	3	Bresser-Pereira (2005) e Paes-de-Paula (2005a, 2005b)
25	ReAD {B2}	3	Araújo (2001), Romaniello e Amâncio (2005) e Silva Filho et al. (2008a)
34	Sociedade, Contabilidade e Gestão {não tem}	3	Dallabrida (2007), Dantas (2008) e Morais (2007)
07	Ciência e Saúde Coletiva {A2}	2	Lucchese (2003) e Ribeiro, Sophia e Grigório (2007)
14	RAC {B1}	2	Macke, Carrion e Dilly (2010) e Romaniello, Amâncio e Benedicto (2007)
08	Estudos Avançados {A2}	1	Wanderley, Lima e Pasa (2006)
13	Psicologia & Sociedade {A2}	1	Curado e Menegon (2009)
17	RAE-eletrônica {B1}	1	Fernandes e Sampaio (2006)
19	RAI {B3}	1	Felden, Kelm e Muller (2007)

“continua”

Quadro 26 “conclusão”

N	Periódico {Qualis CAPES}	Total	Referências
28	Revista de Economia e Administração {B4}	1	Ensslin e Vianna (2007)
32	RGSA {B3}	1	Moretti e Figueiredo (2007)
33	Saúde e Sociedade {B1}	1	Dowbor (1999)
	Total	55	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa e da CAPES (2011c).

Na seqüência, apresentam-se os resultados da busca em eventos.

6.1.2 Resultado da busca em trabalhos publicados em eventos

O Quadro 27 sintetiza os resultados da busca realizada no CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (de 2007 a 2010) EnANPAD (de 2000 a 2010) e Eventos da ANPAD (ENEO de 2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010; ENAPG de 2004, 2006, 2008, 2010; ENEPQ e ENGPR de 2007 e 2009). Realizou-se, também, uma média aritmética simples da quantidade de artigos identificados por evento e o cálculo da quantidade de artigos identificados acumulados por ano.

Quadro 27 Síntese da quantidade de artigos identificados nos eventos: CIPL (1999,

Evento (Quantidade de Eventos)	Artigos	Média*	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CIPL (4)	24	6	1				11			7			5	
ENAPEGS (4)	57	14,3									9	11	8	29
EnANPAD (11)	34	3,1		0	0	3	0	5	5	3	5	5	4	4
Eventos ANPAD (14)	15	1,1		0	0	0	0	2	0	4	2	1	1	5

“continua”

Quadro 27 “conclusão”

Total	13	4	1	0	0	3	11	7	5	14	16	17	18	38
	Total Acumulado		1	1	1	4	15	22	27	41	57	74	92	130

2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Obs.: nas células em branco não houve realização do evento no respectivo ano.

* Média se refere a Média de Artigos/Evento.

Pode-se notar que nos anos de 2003 e 2006, quando foi realizado o CIPL, a quantidade de artigos é maior que nos demais anos anteriores. Com a criação do ENAPEGS, em 2007, ampliam-se ainda mais a quantidade de artigos de maneira estável entre 2007 e 2009 com um grande aumento em 2010. O ENAPEGS, mesmo com apenas quatro edições é responsável por quase a metade dos artigos identificados (43,8%), conforme Gráfico 2. Isto pode ser justificado pela própria especificidade e proposta do evento.

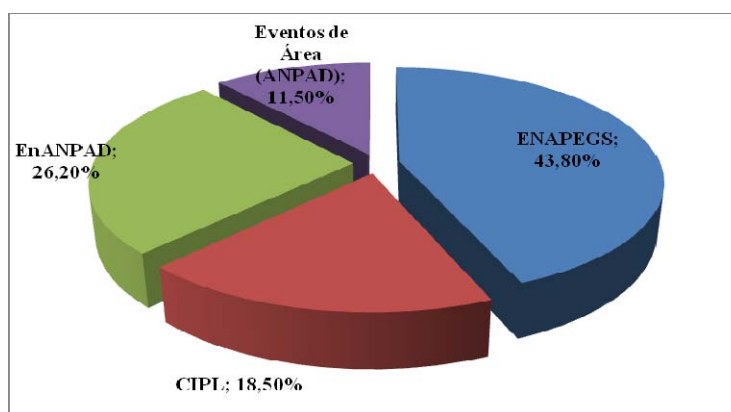


Gráfico 2 Distribuição relativa dos artigos identificados nos eventos: CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

No Gráfico 3 apresenta-se a evolução dos artigos identificados na pesquisa nos eventos, distribuídos por ano e acumulados no período.

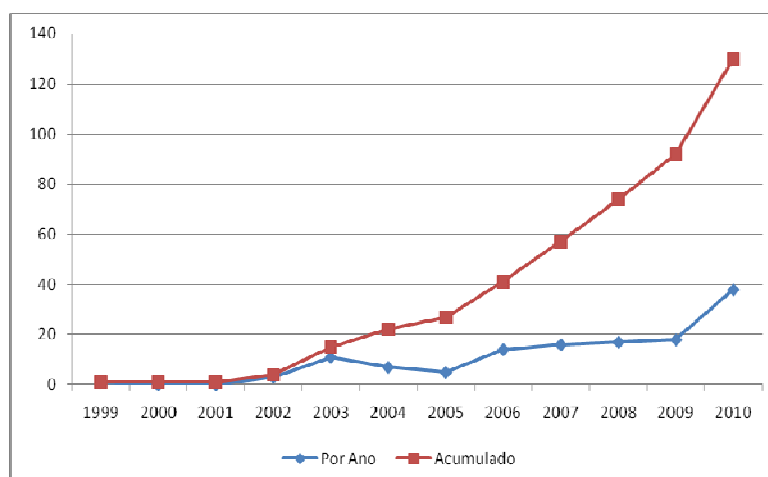


Gráfico 3 Artigos identificados sobre Gestão Social nos eventos: CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

No Quadro 28 apresentam-se as referências dos artigos identificados nos eventos.

Quadro 28 Referências dos artigos identificados sobre Gestão Social nos eventos: CIPL (1999, 2003, 2006 e 2009), ENAPEGS (2007-2010), EnANPAD (2000-2010), EnEO (2000, 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010), EnAPG (2004, 2006, 2008 e 2010), EnEPQ (2007 e 2009) e EnGPR (2007 e 2009).

Ano	Evento/Série	Quantidade de Artigos	Referências
CIPL - Colóquio Internacional sobre Poder Local			
Total: 24 Artigos			
1999	VIII CIPL	1	Teodósio, Melo e Ckganazaroff (1999)
2003	IX CIPL	11	Andrade et al. (2003), Barreto et al. (2003), Ferreira et al. (2003), Fischer e Melo (2003), França Filho (2003), Leal (2003), Lopes Júnior (2003), Lordêlo (2003), Nunes e Oliveira (2003), Patino et al. (2003) e Teodósio (2003)
2006	X CIPL	7	Dallabrida (2006), Fernandes et al. (2006), Moreira (2006), Pinheiro (2006), Rizotti e Nishimura (2006), Sasaki e Souza (2006) e Wanderley, Lima e Pasa (2006)
2009	XI CIPL	5	Boullosa (2009), Boullosa e Barreto (2009), Costa (2009), Matos et al. (2009) e Oliveira e Davel (2009)
ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social			
Total: 57 Artigos			
2007	I ENAPEGS	9	Carrion (2008), Carrion e Calou (2008), França Filho (2008), Schommer e França Filho (2008), Silva Júnior (2008a, 2008b), Silva Júnior, Gonçalves e Calou (2008) e Tenório (2008c, 2008d)
2008	II ENAPEGS	11	Borges et al. (2008), Cançado, Iwamoto e Carvalho (2008), Finco e Finco (2008), Gianella (2008), Gomes et al. (2008), Guerra e Pereira (2008), Junqueira (2008), Moretti (2008), Rocha e Santos (2008), Silva Júnior et al. (2008b) e Villela e Soares (2008)
2009	III ENAPEGS	8	Boullosa et al. (2009), Boullosa e Schommer (2009), Carmo, Silva e Fonseca (2009), Emmendoerfer e Silva (2009), Fajardini e Davel (2009), Gonçalves e Silva Júnior (2009), Junqueira et al. (2009) e Ramos et al. (2009)

“continua”

Quadro 28 “continuação”

Ano	Evento/Série	Quantidade de Artigos	Referências
ENAPEGS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social Total: 57 Artigos			
2010	IV ENAPEGS	29	Bauer e Carrion (2010), Becker e Boullosa (2010), Botrel, Araújo e Pereira (2010), Cabral (2010a), Caçado, Procópio e Pereira (2010), Carvalho e Pereira (2010), Coutinho (2010), Dreher, Ullrich e Tomio (2010), Ferreira, Liliane et al. (2010), Ferreira, Roberto et al. (2010), Freitas, Freitas e Dias (2010), Freitas et al. (2010b), Gonçalves (2010), Iwasaki (2010), Lana e Ashley (2010), Maciel e Fernandes (2010), Meirelles e Pereira (2010), Melo e Régis (2010), Mendes e Santos (2010), Moura, Moura e Calil (2010), Muniz, Onuma e Pereira (2010), Oliveira e Pereira (2010), Pinho e Sacramento (2010), Salm e Menegasso (2010), Santos Filho (2010), Silva Júnior e Nascimento (2010), Sousa et al. (2010) e Zani et al. (2010)
EnANPAD – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração Total: 34 Artigos			
2000	XXIV EnANPAD	0	
2001	XXV EnANPAD	0	
2002	XXVI EnANPAD	3	Diniz e Mattos (2002), Roesch (2002) e Teodósio (2002)
2003	XXVII EnANPAD	0	
2004	XXVIII EnANPAD	5	Alvares e Menezes (2004), Coelho (2004), Sapovicis e Souza (2004), Slomski et al. (2004) e Tenório, Dutra e Magalhães (2004)
2005	XXIX EnANPAD	5	Fischer et al. (2005), Magalhães et al. (2005), Passador, Canopf e Passador (2005), Rodrigues (2005) e Souza e Oliveira (2005)
2006	XXX EnANPAD	3	Cordeiro (2006), Gondim, Fischer e Melo (2006a) e Vidal et al. (2006)
2007	XXXI EnANPAD	5	Andrade (2007), Félix, Câmara e Ipiranga (2007), Nascimento (2007) e Ribeiro (2007)

“continua”

Quadro 28 “continuação”

Ano	Evento/Série	Quantidade de Artigos	Referências
EnANPAD – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração Total: 34 Artigos			
2008	XXXII EnANPAD	5	Boullosa e Schommer (2008), Silva e Brasil (2008), Silva Júnior, Gonçalves e Calou (2008), Souza e Serafim (2008) e Valle (2008)
2009	XXXIII EnANPAD	4	Fernandes et al. (2009), Nascimento e Zuquim (2009) e Teodósio (2009a, 2009b)
2010	XXXIV EnANPAD	4	Cabral (2010b), Carvalho, Villela e Costa (2010), Glória e Boullosa (2010) e Teodósio, Alves e Arruda (2010)
EnEO - Encontro da Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD Total: 04 Artigos			
2000	I EnEO	0	
2002	II EnEO	0	
2004	III EnEO	1	Vidal e Menezes (2004)
2006	IV EnEO	1	Almeida, Leite Filho e Almeida (2006)
2008	V EnEO	0	
2010	VI EnEO	2	Pimentel, Mariana e Pimentel (2010) e Pimentel, Teixeira e Araújo (2010)
ENAPG - Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD Total: 08 Artigos			
2004	I EnAPG	1	Aramburú e Antunes (2004)
2006	II EnAPG	3	Dornelas e Hoppen (2006), Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2006) e Rossoni, Hocayen-da-Silva e Ferreira Júnior (2006)
2008	III EnAPG	1	Fleig e Silva (2008)
2010	IV EnAPG	3	Costa (2010), Pimentel, Thiago e Pimentel (2010) e Teixeira, Nascimento e Antonialli (2010)

“continua”

Quadro 28 “conclusão”

Ano	Evento/Série	Quantidade de Artigos	Referências
EnEPQ - Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade Total: 02 Artigos			
2007	I EnEPQ	2	Fischer et al. (2007) e Nicolini e Schommer (2007)
2009	II EnEPQ	0	
EnGPR - Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho Total: 01 Artigo			
2007	I EnGPR	0	
2009	II EnGPR	1	Nascimento (2009)

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

Na próxima seção apresentam-se os resultados da busca em teses e dissertações.

6.1.3 Resultado da busca em trabalhos em teses e dissertações

Apresenta-se, em um primeiro momento, vide Quadro 5.5, os trabalhos identificados como pertencentes a Outras Áreas, discriminados por instituição, Curso/ Modalidade e Ano.

Quadro 29 Teses e dissertações identificadas na busca por Gestão Social no Banco de Teses da Capes de 2000 a 2009, por curso, instituição e nível, exceto as dos cursos de Administração e Gestão Social

Instituição	Curso (Modalidade)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Quantidade			Total
												M	P	D	
Anhembi Morumbi	Hospitalidade (M)						1					1			1
FGV/RJ	História, Política e Bens Culturais (P)							2					2		2
Fundação Oswaldo Cruz	Ensino em Biociências e Saúde (M)								1				1		1
PUC/Minas	Ciências Sociais (M)									1			1		1
PUC/PR	Gestão Urbana (M)										1		1		1
PUC/RS	Serviço Social (D)						1						3	1	4
	Serviço Social (M)									1	1				
	Educação (M)								1						
PUC/SP	Serviço Social (D)				2			1					5	5	10
	Serviço Social (M)		1		1		1								
	Ciências Sociais (D)					1									
	Ciências Sociais (M)						1			1					
	Psicologia Social (D)								1						
UCB	Economia e Gestão Empresarial (p)										1		1		1
UCDB	Psicologia (M)								1				2		2
	Desenvolvimento Local (M)									1					
UCM	Economia e Gestão Empresarial (P)										1		1		1
UCSAL	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (M)								1				1		1
UECE	Planejamento e Políticas Públicas (P)								1				1	1	2
	Geografia (M)									1					

“continua”

Quadro 29 “continuação”

Instituição	Curso (Modalidade)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Quantidade			Total	
												M	P	D		
UEL	Serviço Social e Política Social (M)				1								1			1
UERJ	Saúde Coletiva (D)	1											1		1	2
	Psicologia Social (M)						1									
UFBA	Ciência da Informação (M)								1				1			1
UFES	Engenharia Civil (M)								1				1			1
UFF	Sistemas de Gestão (P)					1				3			2	4		6
	Engenharia de Produção (M)							1								
	Arquitetura e Urbanismo (M)									1						
UFMS	Computação (M)					1							1			1
UFPE	Extensão Rural e Desenvolvimento Local (M)							1					2	1		3
	Direito (M)				1											
	Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste (P)								1							
UFPR	Geografia (M)						1						2			2
	Agronomia (Produção Vegetal) (M)									1						
UFRJ	Serviço Social (M)				2	1							3			3
UFRN	Engenharia de Produção (M)					1							1			1
UFRRJ	Gestão e Estratégia em Negócios (P)								1					1		1
UFSC	Serviço Social (M)				1	1							6		2	8
	Engenharia Ambiental (D)							1								
	Engenharia Ambiental (M)					2		1	1							
	Educação (D)							1								
UFV	Extensão Rural (M)									1	1	2				2

“continua”

Quadro 29 “conclusão”

Instituição	Curso (Modalidade)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Quantidade			Total
												M	P	D	
UnB	Desenvolvimento Sustentável (M)			1								2	1	1	4
	Desenvolvimento Sustentável (P)									1					
	Sociologia (D)									1					
	Arquitetura e Urbanismo (M)										1				
UNEB	Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional (M)										1	1			1
UNESP-Franca	Serviço Social (M)									1		2			2
	Engenharia de Produção (M)										1				
UNICAMP	Engenharia Agrícola (M)		1									1		1	2
	Ciências Sociais (D)									1					
UNIJUÍ	Desenvolvimento, Gestão e Cidadania (M)								1	1	1	3			3
UNIVALI	Turismo e Hotelaria (M)									1		1			1
UPM	Direito Político e Econômico (M)								1			1			1
USP	Direito (M)					1						1		1	2
	Sociologia (D)							1							
USP/São Carlos	Engenharia de Produção (M)					1						1			1
UTFPR	Engenharia de Produção (M)									1		1			1
	Total	1	2	1	8	10	6	9	13	18	9	53	12	12	77
	Total Acumulado	1	3	4	12	22	28	37	50	68	77				

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pode-se notar pelo Quadro 24, que a produção, a partir de 2003 se torna mais intensa, com quedas relativas em 2005 e 2009. O ápice da produção foi de 18 trabalhos em 2008. A média de trabalhos por ano é de 7,7. Desconsiderando-se os três primeiros anos (2000-2002) a média sobe para 10,4 trabalhos por ano.

Em relação aos trabalhos da área de Administração/Gestão Social, o total foi de 40, distribuídos entre 36 dissertações (27 de mestrado acadêmico e 9 de mestrado profissional) e 4 teses. Os trabalhos identificados nos cursos de Administração/Gestão Social estão distribuídos de acordo com o Quadro 30.

Quadro 30 Teses e dissertações dos cursos de Administração/Gestão Social identificados no Banco de Teses da CAPES de 2000 a 2009, por curso e instituição.

Instituição	Curso	Total	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estácio de Sá	Administração	2										2*
Faculdade Novos Horizontes	Administração	2									2	
FGV/RJ	Administração	3				1* *		1* *			1	
FGV/SP	Administração de Empresas	2									2* * *	
PUC/RJ	Administração de Empresas	1					1* *					
PUC/SP	Administração	3								1		2
UEL/UEM	Administração	1					1					
UFBA	Administração	5					1		1			
	Desenvolvimento e Gestão Social											3*
UFLA	Administração	7					1	3			3	
UFPE	Administração	1										1

“continua”

Quadro 30 “conclusão”

Instituição	Curso	Total	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
UFRGS	Administração	2						1 * *		1 * *		
UFRJ	Administração	2						1		1		
UFRN	Administração	1								1		
UFV	Administração	1										1
UnB	Administração	2							1			
	Gestão Social e Trabalho									1 *		
UNINOVE	Administração	1									1	
UNIVALI	Administração	1									1	
Universidade Metodista de Piracicaba	Administração	1										1*
USP	Administração	1					1					
USP/RP	Administração de Organizações	1									1	
	Total	40	0	0	0	1	5	6	2	5	11	10

Obs.: * – Mestrado Profissionalizante, ** – Doutorado, *** Uma de doutorado e uma de mestrado acadêmico.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelo Quadro 30 podem-se notar dois períodos relevantes da produção sobre Gestão Social na área de Administração/Gestão Social, entre 2004 e 2005 e de forma ainda mais intensa de 2007 a 2009. A média de trabalhos por ano foi de 4,0. Desconsiderando-se os primeiros 4 anos (2000 a 2003), a média sobe para 6,5 trabalhos por ano.

No Quadro 31 são apresentadas as referências dos trabalhos identificados na área de Administração/Gestão Social, por instituição.

Quadro 31 Referências das teses e dissertações dos cursos de Administração/Gestão Social identificados no Banco de Teses da CAPES de 2000 a 2009, por curso e instituição.

Instituição	Curso	Autor	Nível
Estácio de Sá	Administração	Passos (2009)	P
		Costa, Eduardo (2009)	P
Faculdade Novos Horizontes	Administração	Lacerda (2008)	M
		Mendes (2008)	M
FGV/RJ	Administração	Souza Júnior (2003)	D
		Chaves (2005)	P
		Vicenzi (2008)	M
FGV/SP	Administração de Empresas	Teodósio (2008)	D
		Kisil (2008)	M
PUC/RJ	Administração de Empresas	Silva, Luciana (2004)	P
PUC/SP	Administração	Jadon (2007)	M
		Luz (2009)	M
		Foguel (2009)	M
UEL/UEM	Administração	Santos, Ergio (2004)	M
UFBA	Administração	Silva, Boaz (2004)	M
		Ávila (2006)	M
UFBA	Desenvolvimento e Gestão Social	Petrovich (2009)	P
		Freitas (2009)	P
		Fajardini (2009)	P
UFLA	Administração	Fleig (2004)	M
		Araújo (2005)	M
		Gobbi (2005)	M
		Assis (2005)	M
		Guerra (2008)	M
		Souza (2008)	M
UFPE	Administração	Paz (2009)	M
UFRGS	Administração	Macke (2005)	D
		Costa (2007)	D
UFRJ	Administração	Manzollillo (2005)	M
		Barbosa (2007)	M
UFRN	Administração	Serafim (2007)	M
UFV	Administração	Silva (2009)	M
UnB	Administração	Costa (2006)	M
UnB	Gestão Social e Trabalho	Frees (2007)	P
UNINOVE	Administração	Lima (2008)	M

“continua”

Quadro 31 “conclusão”

Instituição	Curso	Autor	Nível
UNIVALI	Administração	Guimarães (2008)	M
Universidade Metodista de Piracicaba	Administração	Jorge (2009)	P
USP	Administração	Belk (2004)	M
USP/RP	Administração de Organizações	Silveira (2008)	M

Obs.: P – Mestrado Profissionalizante, M – Mestrado Acadêmico e D – Doutorado.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A partir dos Quadros 29 e 30, organizou-se no Quadro 32, que apresenta a evolução do número de trabalhos, considerando a área de Administração/Gestão Social e Outras Áreas, no período de 2000 a 2009.

Quadro 32 Quadro síntese das teses e dissertações identificadas no Banco de Teses da CAPES entre os anos de 2000 e 2009 sobre Gestão Social da área de Administração/Gestão Social e outras áreas

Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Administração/Gestão Social (por ano)	0	0	0	1	5	6	2	5	11	10
Administração/Gestão Social (acumulado)	0	0	0	1	6	12	14	19	30	40
Outras Áreas (por ano)	1	2	1	8	10	6	9	13	18	9
Outra Áreas (acumulado)	1	3	4	12	22	28	37	50	68	77
Total (por ano)	1	2	1	9	15	12	11	18	29	19
Total (acumulado)	1	3	4	13	28	40	51	69	98	117

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelas informações pode-se notar que a produção em Gestão Social vem aumentando nos últimos anos. Apesar do primeiro trabalho identificado na área de Administração/Gestão Social ser datado de 2003, quando já existiam 12 trabalhos de outras áreas acumulados desde 2000, pode-se notar que a produção em Administração/ Gestão Social vem crescendo, principalmente em 2008 e 2009 a ponto de ultrapassar a quantidade de trabalhos de Outras Áreas em 2009.

Utilizando as informações do Quadro 32, construiu-se o Gráfico 4 que representa a quantidade de teses e dissertações defendidas por ano, divididas em Administração/Gestão Social e Outras Áreas. No Gráfico 5 têm-se as mesmas informações, porém, acumuladas no período, com o objetivo de facilitar a visualização da evolução no período.

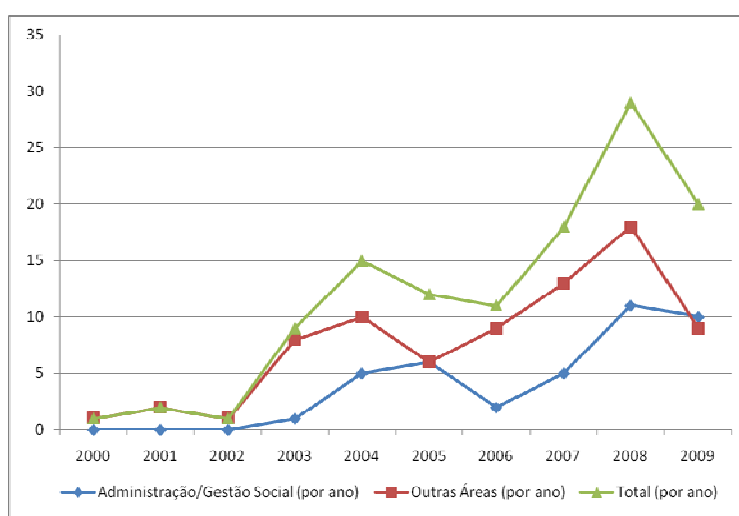


Gráfico 4 Total de teses e dissertações sobre Gestão Social divididas em Administração/Gestão Social e Outras Áreas por ano de 2000 a 2009 de acordo com Banco de Teses da CAPES.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

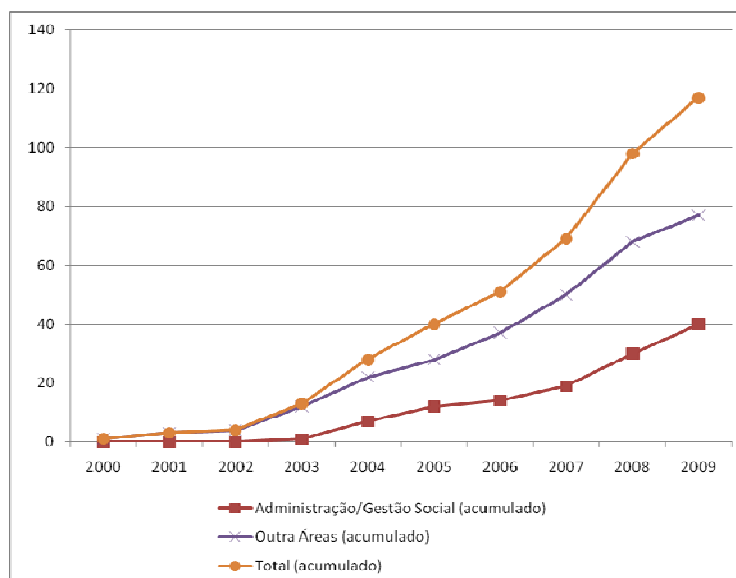


Gráfico 5 Total acumulado de teses e dissertações sobre Gestão Social separadas em Administração/Gestão Social e Outras Áreas por ano de 2000 a 2009 de acordo com Banco de Teses da CAPES.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A seguir, a análise conjunta de todos os textos identificados.

6.1.4 Análise geral dos textos identificados

Ao contemplar teses/dissertações, artigos em eventos e periódicos pretendeu-se mapear grande parte da produção sobre Gestão Social no país. Ficaram excluídos apostilas de cursos, monografias de graduação e pós-graduação *lato sensu* e outros tipos de trabalho. Em relação aos livros/capítulos sobre a temática da Gestão Social, os mais relevantes foram considerados na construção do referencial teórico no Capítulo 2.

Ao final foram identificados 130 artigos em eventos, 55 artigos em periódicos e 40 teses/dissertações da área de Administração/Gestão Social,

conforme pesquisa descrita na Metodologia. No Quadro 33 tem-se a evolução no tempo da produção em Gestão Social nos referidos formatos de publicação.

Quadro 33 Síntese da quantidade de trabalhos sobre gestão identificados na pesquisa divididos por tipo (tese/dissertação, Periódicos e Eventos) por ano, de 1999 a 2010

Tipo/Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Eventos	1	0	0	3	11	7	5	14	16	17	18	38	130
Periódicos	1	0	3	1	1	1	6	7	8	7	7	13	55
Teses/ Dissertações		0	0	0	1	5	6	2	5	11	10		40
Total (por ano)	2	0	3	4	13	13	17	23	29	35	35	51	225
Total (acumulado)	2	2	5	9	22	35	52	75	104	139	174	225	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelos resultados apresentados no Quadro 33 fica clara a tendência de aumento da produção científica em Gestão Social nos três formatos de publicação. A partir de 2003 há um claro aumento da produção que vai se consolidando com avanços significativos até 2010.

Em relação às teses/dissertações, pelo seu elevado tempo de construção, não se pode fazer previsões sobre o curto prazo, mas pelos números de 2008 e 2009 é provável que se tenha avanços já em 2010 e nos anos seguintes.

Os artigos publicados em periódicos, que também levam bastante tempo até serem publicados, apresentam uma tendência continuada de crescimento. O lançamento de periódicos como o Cadernos de Gestão Social em 2007, a APGS em 2009 e da NAU em 2010 aponta para um aumento expressivo da publicação em Gestão Social, apesar de notar-se um avanço visível já em 2005 e 2006. Estes periódicos, ao se consolidarem, poderão ser o destino de parte das

publicações sobre Gestão Social, papel antes desempenhado basicamente pela RAP e O&S.

Em relação aos eventos científicos fica nítida a importância do Colóquio Internacional sobre Poder Local – CIPL nos anos de 2003 e 2006. Posteriormente, com a criação do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS, em 2007 (realizado anualmente desde então), o aumento da produção científica sobre Gestão Social se acelera consideravelmente nos eventos, chegando a 29 trabalhos só no ano de 2010.

No intuito de deixar esta tendência mais clara, no Gráfico 6 tem-se esta distribuição apresentada.

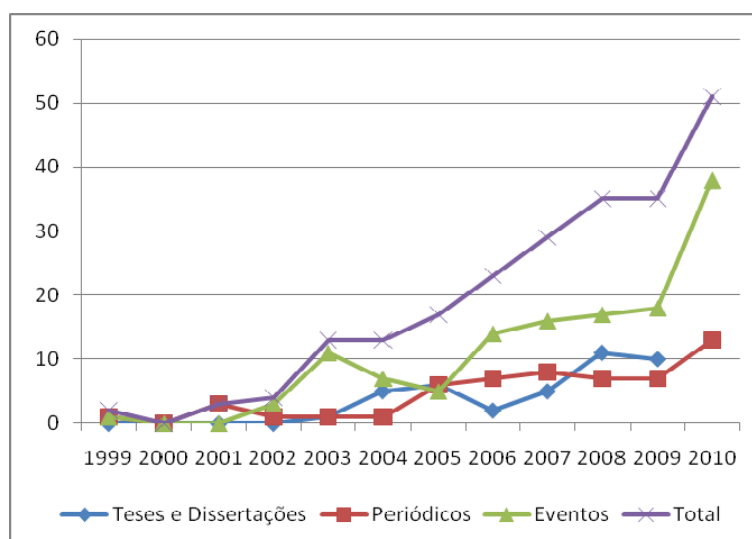


Gráfico 6 Síntese da quantidade de trabalhos sobre Gestão Social identificados na pesquisa divididos por tipo (tese/dissertação, Periódicos e Eventos) por ano, de 1999 a 2010.

Obs.: nos anos 1999 e 2010 não foram pesquisadas teses e dissertações, conforme Metodologia.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Após esta apresentação panorâmica, discute-se a Análise de Conteúdo destes trabalhos com dois objetivos, mapear e entender o significado da produção científica em Gestão Social e subsidiar a construção da proposta inicial para a construção das bases epistemológicas da Gestão Social.

6.2 Análise de Conteúdo dos trabalhos sobre gestão social

Apresenta-se, inicialmente, a análise de conteúdo dividida por tipo de publicação (eventos, periódicos e teses/dissertações). Posteriormente, os trabalhos serão tratados no seu conjunto.

O primeiro grupo a ser observado é o dos artigos em eventos, pois são os trabalhos que são publicados de maneira mais rápida e onde se tem mais textos para serem analisados. Em seguida serão tratados os textos referentes a periódicos, que são intermediários em relação ao tempo de publicação e quantidade de textos identificados. Por fim as teses/dissertações serão discutidas, por serem os textos de maior prazo de maturação e os encontrados em menor quantidade.

Nesta apresentação inicial, a intenção foi mapear a produção em Gestão Social, bem como identificar o perfil dos eventos, periódicos e instituições em relação à temática. Em um segundo momento os textos com perfil conceitual agrupados na Categoria para Análise de Conteúdo Gestão Social – GS foram analisados para subsidiar a construção das categorias teóricas que fundamentam a Gestão Social.

6.2.1 Análise quantitativa dos artigos publicados em eventos

Os textos identificados em eventos são ao todo 130 artigos distribuídos por quatro tipos de eventos: Colóquio Internacional sobre Poder Local – CIPL (4

eventos, 24 textos, 18,5% do total), o Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (11 eventos, 34 textos, 26,2% do total), outros eventos da ANPAD (14 eventos, 15 textos, 11,5% do total) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (4 eventos, 57 artigos, 43,8% do total) entre 1999 e 2010.

Uma característica importante é que estes textos têm a possibilidade de serem discutidos no evento, apesar de nem sempre isto acontecer, o que contribui para o desenvolvimento da área de Gestão Social. O caminho usual é a submissão do texto, após revisado pelos comentários dos pareceristas e dos participantes da seção no evento, a um periódico.

No Quadro 34 tem-se o resultado da Análise Quantitativa de cada um dos textos publicados em eventos distribuídos pelas categorias.

Quadro 34 Síntese da categorização da Análise de Conteúdo dos artigos publicados em eventos

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde. {%})*	Textos Identificados**
Gestão Social– GS (15) {11,5%}	Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008, 2009), Cançado, Procópio e Pereira (2010), Fischer et al. (2005), Fischer e Melo (2003), França Filho (2003, 2008)**, Gondim, Fischer e Melo (2006a), Junqueira et al. (2009), Pimentel, Mariana e Pimentel (2010), Schommer e França Filho (2008)**, Silva Júnior et al. (2008c)** e Tenório (2008c, 2008d)**
Gestão Emancipatória - GE (6) {4,6%}	Carmo, Silva e Fonseca (2009), Carrion e Calou (2008)**, Costa (2010), Costa, Pedro (2009), Oliveira e Davel (2009) e Silva Júnior (2008a)**

“continua”

Quadro 34 “conclusão”

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%}*	Textos Identificados**
Gestão Participativa - GP (42) {32,3% }	Alvares e Menezes (2004), Andrade (2007), Bauer e Carrion (2010), Borges et al. (2008), Botrel, Araújo e Pereira (2010), Boulosa e Barreto (2009), Cabral (2010a, 2010b), Carvalho e Pereira (2010), Carvalho, Villela e Costa (2010), Coutinho (2010), Dallabrida (2006), Dornelas e Hoppen (2006), Emmendoerfer e Silva (2009), Fajardini e Davel (2009), Ferreira, Liliane et al. (2010), Ferreira, Roberto et al. (2010), Finco e Finco (2008), Fleig e Silva (2008), Freitas, Freitas e Dias (2010), Giannella (2008), Glória e Boulosa (2010), Gonçalves e Silva Júnior (2009), Lana e Ashley (2010), Maciel e Fernandes (2010), Meirelles e Pereira (2010), Moreira (2006), Muniz, Onuma e Pereira (2010), Nascimento (2009), Nascimento e Zuquim (2009), Oliveira e Pereira (2010), Oliveira, Pereira e Oliveira (2007), Pimentel, Teixeira e Araújo (2010), Pinheiro (2006), Rizotti e Nishimura (2006), Rocha e Santos (2008), Santos (2010), Silva e Brasil (2008), Teodósio (2009a, 2009b), Villela (2008) e Zani et al. (2010)
Gestão do Desenvolvimento Social - GDS (14) {10,8% }	Coelho (2004), Dreher, Ullrich e Tomio (2010), Gomes et al. (2008), Junqueira (2008), Lopes Júnior (2003), Lordêlo (2003), Pimentel, Thiago e Pimentel (2010), Pinho e Sacramento (2010), Ribeiro (2007), Silva Júnior (2008a)**, Teodósio, Alves e Arruda (2010), Teodósio, Melo e Ckgazaroff (1999, 2010) e Valle (2008)
Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos - GOSFL (28) {21,5% }	Barreto et al. (2003), Cançado, Iwamoto e Carvalho (2008), Cordeiro (2006), Diniz e Mattos (2002), Félix, Câmara e Ipiranga (2007), Fernandes et al. (2006, 2009), Ferreira et al. (2003), Freitas et al. (2010b), Guerra e Pereira (2008), Magalhães et al. (2005), Matos et al. (2009), Nunes e Oliveira (2003), Ramos et al. (2009), Roesch (2002), Salm e Menegasso (2010), Sapovicis e Souza (2004), Silva Júnior et al. (2008b), Silva Júnior, Gonçalves e Calou (2008), Silva Júnior e Nascimento (2010), Slomski et al. (2004), Sousa et al. (2010), Souza e Serafim (2008), Teodósio (2002, 2003), Vidal et al. (2006) e Vidal e Menezes (2004)
Gestão da Responsabilidade Social Empresarial - GRSE (12) {9,2% }	Almeida, Leite Filho e Almeida (2006), Aramburú e Antunes (2004), Becker e Boulosa (2010), Iwasaki (2010), Melo e Régis (2010), Moretti (2008), Nascimento (2007), Patino et al. (2003), Rodrigues (2005), Sasaki e Souza (2006), Souza e Oliveira (2005) e Wanderley, Lima e Pasa (2006)

“continua”

Quadro 34 “conclusão”

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%}*	Textos Identificados**
Formação em Gestão Social - FGS (8) {6,2%}	Boullosa et al. (2009), Carrion (2008)**, Fischer et al. (2007), Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior (2006), Moura, Moura e Calil (2010), Nicolini e Schommer (2007), Rossoni, Hocayen-da-Silva e Ferreira Júnior (2006) e Teixeira, Nascimento e Antonialli (2010)
Outras Fromas de Gestão Relacionadas - OFGR (5) {3,8%}	Andrade et al. (2003), Gonçalves (2010), Leal (2003), Passador, Canopf e Passador (2005) e Tenório, Dutra e Magalhães (2004)

* O percentual calculado foi arredondado para uma casa decimal.

** Os textos Carrion (2008), Carrion e Calou (2008), França Filho (2008), Schommer e França Filho (2008), Silva Júnior (2008a, 2008b), Silva Júnior et al. (2008c) e Tenório (2008c, 2008d) foram considerados como publicados em 2007, pois são referentes ao ENAPEGS deste ano, conforme descrito na Metodologia.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O primeiro fato que chama a atenção no Quadro 34 é a quantidade de textos na Categoria de Análise GS, 15 ao todo, ou cerca de 11,5% dos 130 textos. Outro destaque é a Categoria de Análise GP com 42 textos (cerca de 32,3% do total), em seguida aparecem as Categorias de Análise GOSFL (27 textos, 20,1%), GDS (14 textos, 10,8%), GRSE (11 textos, 8,5%) e FGS (8 textos, 6,2%). Por fim, aparecem os textos da Categoria de Análise GE (6 textos, 4,6%) e 5 textos onde não é possível identificar o sentido da utilização do termo Gestão Social, inseridos na Categoria de Análise OFGR.

Para entender melhor o perfil de cada evento, baseados nas informações distribuiu-se os textos por evento e por categoria, conforme o Gráfico 7.

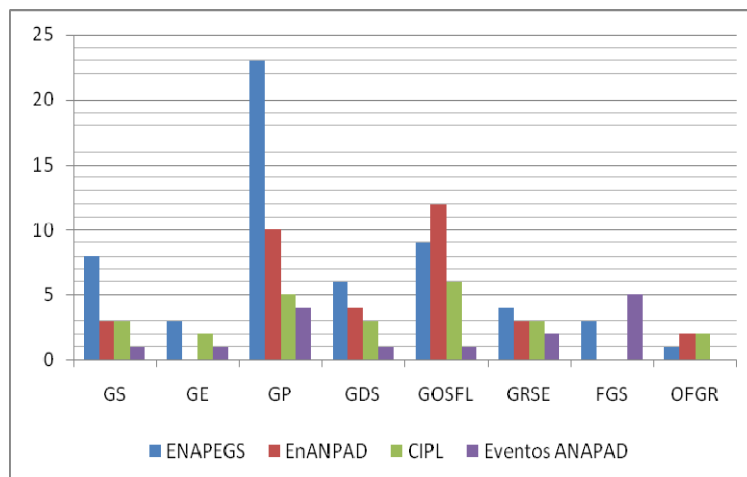


Gráfico 7 Distribuição da frequência das categorias por evento.
 Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

O maior destaque do Gráfico 5.6 é a elevada frequência da Categoria de Análise GP, principalmente no ENAPEGS. O ENAPEGS concentra a maioria dos textos também nas Categorias de Análise GS, GDS e GRSE, estando ainda representado nas demais Categorias de Análise. No caso do EnANPAD a concentração de textos acontece em torno das Categorias de Análise GOSFL e GP, nesta ordem. O CIPL tem os artigos mais distribuídos pelas categorias com ligeiro destaque para a categoria GOSFL. Os Eventos ANPAD se concentram basicamente na categoria FGS e com alguma representação na categoria GP. Outro aspecto relevante é que todos os eventos apresentaram textos na categoria GS. No Quadro 35 tem-se a distribuição destas categorias pelo tempo.

Quadro 35 Distribuição da frequências das categorias para Análise de Conteúdo em artigos de eventos entre 1999 e 2010

Categoria	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
GS	0	0	0	0	2	0	1	1	5	1	3	2	15	11,5
GE	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	1	6	4,6
GP	0	0	0	0	0	1	0	5	2	7	8	19	42	32,3
GDS	1	0	0	0	2	1	0	0	2	3	0	5	14	10,8
GOSFL	0	0	0	3	4	3	1	3	1	5	3	5	28	21,5
GRSE	0	0	0	0	1	1	2	3	1	1	0	3	12	9,2
FGS	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	1	2	8	6,2
OFGR	0	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	1	5	3,8
Total	1	0	0	3	11	7	5	14	16	17	18	38	130	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pelos dados do Quadro 35 pode-se notar que a evolução do quantitativo por categoria varia bastante no tempo. Em relação à Categoria de Análise GS, tem-se um primeiro registro em 2003, com hiato em 2004 e retomada em 2005. Desde então a categoria é representada, com destaque para 2007. A Categoria de Análise GE é mais recente, com o primeiro registro em 2007, sem ocorrências em 2008 e com retomada em 2009 e 2010. A Categoria de Análise GP vem em um processo evolutivo com destaque para o triênio final. A Categoria de Análise GDS apresenta grandes variações, em alguns anos está representada e em outros não, porém, está presente desde 1999. As Categorias de Análise GOSFL e GRSE apresentam um comportamento cíclico, de aumento e diminuição da produção, porém, a Categoria de Análise GOSFL é mais representativa. A Categoria de Análise FGS também é recente, com primeiro registro em 2006, e, desde então, com relativa estabilidade (à exceção de 2008, quando não apresentou registro). Os registros da Categoria de Análise OFGR estão concentrados principalmente no triênio 2003-2005.

Em síntese, pode-se dizer que a Categoria de Análise mais frequente nos artigos identificados em eventos é a GP, com quase 1 em cada 3 textos publicados. Esta categoria tem um perfil de estável a ascendente em relação à quantidade de trabalhos. A Categoria de Análise GOSFL também é bastante representativa (cerca de 1 texto em cada 5), porém apresenta comportamento cíclico em relação à quantidade de trabalhos publicados. As Categorias de Análise GE e FGS parecem apresentar sinais de crescimento, apesar de serem categorias com o primeiro registro recente (2007 e 2006 respectivamente). Por fim, cabe destacar a quantidade e a regularidade dos trabalhos da Categoria de Análise GS, que será explorada em profundidade mais à frente.

Na seção seguinte, apresenta-se a Análise Quantitativa dos textos identificados em periódicos.

6.2.2 Análise Quantitativa de artigos publicados em periódicos

Foram, ao todo, 55 artigos identificados em 34 periódicos e no Portal Scielo. Esta quantidade de trabalhos dificulta maiores inferências sobre a distribuição das frequências os trabalhos. No Quadro 36 está apresentada a síntese da distribuição dos textos por Categoria de Análise, com a indicação do quantitativo por periódico.

Quadro 36 Síntese da categorização da análise de conteúdo dos textos publicados em periódicos

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%}*	Textos Identificados	Periódico** (Qtde. de Artigos)
Gestão Social - GS (2) {3,7% }	Oliveira, Caçado e Pereira (2010) e Tenório (2006)	Cadernos EBAPE.BR (1), RAP (1),
Gestão Emancipatória GE (3) {5,5% }	Cabral (2008), Carmo, Silva e Fonseca (2009) e Fischer et al. (2006a)	Cadernos de Gestão Social (1), RAD (1), RAP (1)

“continua”

Quadro 36 “continuação”

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%}*	Textos Identificados	Periódico** (Qtde. de Artigos)
Gestão Participativa GP (15) {27,3%}	Boullosa e Barreto (2010), Bresser-Pereira (2005), Dallabrida (2007), Dowbor (1999, 2002a), Fernandes e Sampaio (2006), Fleig et al. (2006), Oliveira (2010), Paes-de-Paula (2005a, 2005b), Ribeiro, Sophia e Grigório (2007), Salgado (2010), Villela e Pinto (2009), Villela e Soares (2009) e Teodósio (2010)	APGS (1), Cadernos EBAPE.BR (1), Ciência e Saúde Coletiva (1), NAU (2), O&S (1), RAE (3), RAE-e (1), RAD (2), RAP (1), Saúde e Sociedade (1), Sociedade, Contabilidade e Gestão (1).
Gestão do Desenvolvimento Social - GDS (8) {14,5%}	Alves Sobrinho e Inojosa (2005), Curado e Menegon (2009), Glória (2010), Inojosa e Junqueira (2008), Lucchese (2003), Ramos (2005), Romaniello, Amâncio e Benedicto (2007) e Wanderley, Lima e Pasa (2006)	Ciência e Saúde Coletiva (1), Estudos Avançados (1), NAU (1), O&S (1), Psicologia & Sociedade (1), RAC (1), RAP (2).
Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos - GOSFL (11) {20,0%}	Dantas (2008), Ensslin e Vianna (2007), Freitas et al. (2010b), Guerra e Pereira (2010), Magalhães et al. (2006), Oliveira et al. (2009), Santos, André (2009), Santos, Rubens (2004), Santos, Tacilla (2009), Schommer e França Filho (2010) e Souza, Serafim e Dias (2010)	APGS (3), Cadernos de Gestão Social (2), Cadernos EBAPE.BR (1), Gestão.Org (1), NAU (1), O&S (1), Revista de Economia e Administração (1), Sociedade, Contabilidade e Gestão (1).
Gestão da Responsabilidade Social Empresarial - GRSE (9) {16,4%}	Araújo (2001), Felden, Kelm e Muller (2007), Macke, Carrion e Dilly (2010), Moraes (2007), Moretti e Figueiredo (2007), Romaniello e Amâncio (2005), Silva Filho (2007), Silva Filho et al. (2008) e Souza e Oliveira (2006)	O&S (1), Gestão.Org (1), RAC (1), RAI (1), ReAD (3), RGSA (1), Sociedade Contabilidade e Gestão (1).
Formação em Gestão Social - FGS (5)	Fischer et al. (2008), Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Júnior	Gestão.Org (1), NAU (1), RAP (3).

{9,1% }	(2008), Magalhães (2010), Rossoni, Hocayen-da-Silva e Ferreira Júnior (2008) e Tenório (2001)	
---------	---	--

“continua”

Quadro 36 “continuação”

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%}*	Textos Identificados	Periódico** (Qtde. de Artigos)
Outras Formas de Gestão Relacionadas – OFGR (2) {3,6% }	Abreu (2010) e Coutinho (2001)	APGS (1), RAP (1).

* O percentual arredondado para 1 casa decimal.

** Os periódicos estão apresentados em ordem alfabética.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os textos da Categoria de Análise Gestão Social – GS representam cerca de 7,3% (4 textos do total de 55). Porém, o destaque fica para a Categoria de Análise GP com 15 textos, cerca de 27,3% do total, a exemplo da análise dos artigos em eventos. O Quadro 37 expõem os textos divididos nas Categorias de Análise por periódico e posteriormente a evolução das categorias no tempo (Quadro 31).

Quadro 37 Síntese da quantidade de artigos publicados por periódico, distribuídos por categoria

N	Periódico {Qualis CAPES}	Total	GS	GE	GP	GDS	GOSFL	GRSE	FGS	OFGR
21	RAP {A2}	9	1	1	1	2			3	1
02	APGS {não tem}	5			1		3			1
10	NAU {não tem}	5			2	1	1		1	
11	O&S {B2}	4			1	1	1	1		
05	Cadernos de Gestão Social {não tem}	3		1			2			
06	Cadernos EBAPE.BR {B1}	3	1		1		1			
09	Gestão.Org {B3}	3					1	1	1	
16	RAD {C}	3		1	2					
18	RAE {B1}	3			3					
25	ReAD {B2}	3						3		

“continua”

Quadro 37 “conclusão”

N	Periódico {Qualis CAPES}	Total	GS	GE	GP	GDS	GOSFL	GRSE	FGS	OFGR
34	Sociedade, Contabilidade e Gestão {não tem}	3			1		1	1		
07	Ciência e Saúde Coletiva {A2}	2			1	1				
14	RAC {B1}	2				1		1		
08	Estudos Avançados {A2}	1				1				
13	Psicologia & Sociedade {A2}	1				1				
17	RAE-eletrônica {B1}	1			1					
19	RAI {B3}	1						1		
28	Revista de Economia e Administração {B4}	1					1			
32	RGSA {B3}	1						1		
33	Saúde e Sociedade {B1}	1			1					
	Total	55	2	3	15	8	11	9	5	2

Obs.: A Coluna N refere-se ao número do periódico atribuído na Metodologia, e foi mantida para facilitar a consulta.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Em relação aos periódicos podem-se tirar poucas conclusões, pois são apenas 55 textos identificados em 20 diferentes periódicos. A RAP apresenta textos em quase todas as categorias, o destaque é a Categoria de Análise FGS, onde a RAP tem 3 dos 5 artigos da categoria, sendo um de 2001 e dois de 2008. A APGS é o periódico que apresenta a maior concentração na Categoria de Análise GOSFL (3 textos). A NAU e a O&S têm seus trabalhos dispersos nas

categorias. Os periódicos que apresentaram maior foco foram a RAE⁶¹ em relação à Categoria de Análise GP e a Gestão.Org em relação à Categoria de Análise GRSE, ambas com todas as suas três publicações na mesma categoria. outro viés de análise que complementa estas observações pode ser obtido distribuindo as frequências das categorias no tempo, conforme Quadro 38.

Quadro 38 Distribuição das publicações sobre Gestão Social em periódicos por categoria por ano de publicação

Categoria	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
GS								1				1	2	3,6
GE								1		1	1		3	5,5
GP	1			1			3	2	2		2	4	15	27,3
GDS					1		2	1	1	1	1	1	8	14,5
GOSFL						1		1	1	1	3	4	11	20,0
GRSE			1				1	1	4	1		1	9	16,4
FGS			1							3		1	5	9,1
OFGR			1									1	2	3,6
Total	1	0	3	1	1	1	6	7	8	7	7	13	55	

Fonte: elaboração própria.

Nesta outra perspectiva podem-se realizar algumas inferências. A Categoria de Análise GS teve um trabalho publicado em 2006 e outro em 2010, o que mostra uma entressafra de três anos em relação à publicação em periódicos de trabalhos que tratem conceitualmente da Gestão Social. A Categoria de Análise GE em conjunto com a GS são as últimas categorias a aparecerem em relação ao tempo, com seus primeiros textos publicados em 2006, porém, a Categoria de Análise GE teve continuidade em 2008 e 2009. A Categoria de Análise que se destaca é a GP, depois de algumas publicações anteriores esparsas (1999 e 2002), vem desde 2005 mantendo um mínimo de 2

⁶¹ Os textos da RAE são referentes a um debate entre Bresser-Pereira (2005) e Paes-de-Paula (2005a, 2005b), podendo ser consideradas publicações atípicas, pois um texto é resposta ao outro.

textos por ano (à exceção de 2008) com o ápice em 2010 com 4 textos. Um caminho parecido, mas mais discreto, apresenta a Categoria de Análise GDS com regularidade também desde 2005. Por outro lado, a Categoria de Análise GOSFL apresenta uma ascensão contínua a partir de 2008. A Categoria de Análise GRSE apresenta uma situação diferente das demais, pois, apesar do pico de quatro textos em 2007, os demais 4 textos estão dispersos pelos anos de 2001, 2005, 2008 e 2010. Por fim, a Categoria de Análise FGS, depois de um registro isolado em 2001, apresenta uma concentração em 2008, demonstrando uma retomada em 2010. Em relação à Categoria de Análise OFGR, os dois trabalhos alocados na categoria, que representam 3,9% do total, não teriam muito impacto se alocados em outra categoria, caso o significado da utilização do termo tivesse sido identificado no texto.

Em síntese, os dados apresentam um recente aparecimento, ainda tímido da Categoria de Análise GE a partir de 2006, ainda não consolidado. As Categorias de Análise que apresentam maior tendência de alta são GP e GOSFL, nesta ordem. A Categoria de Análise GDS vem apresentando constância, mas com apenas um artigo por ano e as Categorias de Análise GRSE e FGC apresentaram picos em 2007 e 2008, respectivamente sem continuidade. Outro aspecto a ser destacado é a baixa participação da Categoria de Análise GS.

Segue a análise das teses/dissertações e posteriormente a análise referente a eventos, periódicos e teses/ dissertações em conjunto.

6.2.3 Análise Quantitativa de teses e dissertações

A Análise Quantitativa de teses e dissertações foi realizada apenas no título, palavras-chave e resumo. Em nenhum dos textos foi encontrado indício que a temática Gestão Social seria central no texto, de forma que o trabalho pudesse estar na Categoria de Análise Gestão Social - GS. Este foi o motivo pela

opção da análise ser restrita (não se analisar o texto na íntegra). Esta estratégia pode ter tido como efeito a expressiva quantidade (20,0%) de textos na Categoria de Análise OFGR. Porém, acredita-se que um esforço adicional no sentido de tratar destes textos na íntegra não se justifica, pelos resultados que poderia apresentar não serem centrais neste trabalho. O Quadro 39 apresenta a síntese da Análise Quantitativa com a distribuição dos trabalhos por categoria e a respectiva instituição.

Quadro 39 Síntese da categorização da Análise de Conteúdo das teses e dissertações identificadas entre 2000 e 2009 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%}	Textos Identificados	Instituição (Quantidade)
Gestão Social - GS (0) {0,0%}		
Gestão Emancipatória - GE (1) {2,5%}	Petrovich (2009)	UFBA (1).
Gestão Participativa - GP. (3) {7,5%}	Costa, Eduardo (2009), Freitas (2009) e Vicenzi (2008)	FGV/RJ (1), Estácio de Sá (1), UFBA (1)
Gestão do Desenvolvimento Social - GDS (9) {22,5%}	Assis (2005), Ávila (2006), Luz (2009), Mendes (2008), Passos (2009), Silva (2009), Silva, Boaz (2004), Teodósio (2008)* e Vieira (2008)	UFBA (2), UFLA (2), FGV/SP (1)*, Faculdade Novos Horizontes (1), PUC/SP (1), UFV (1), Estácio de Sá (1).
Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos - GOSFL (10) {25,0%}	Araújo (2005), Belk (2004), Fleig (2004), Guerra (2008), Jadon (2007), Kisil (2008), Paz (2009), Santos, Ergio (2004), Serafim (2007) e Souza (2008)	USP (1), UFLA (4), UEL/UEM (1), UFRN (1), PUC/SP (1), FGV/SP (1), UFPE (1).
Gestão da Responsabilidade Social Empresarial - GRSE (9) {22,5%}	Chaves (2005), Costa (2006), Gobbi (2005), Jorge (2009), Lacerda (2008), Macke (2005)*, Manzollilo (2005), Silva, Luciana (2004) e Silveira (2008)	PUC/RJ (1), UFLA (1), UFRGS (1)*, FGV/RJ (1), UFRJ (1), UnB (1), Faculdade Novos Horizontes (1), USP/RP (1), Universidade Metodista de Piracicaba (1).
Formação em Gestão		

Categorias para Análise de Conteúdo (Qtde.) {%	Textos Identificados	Instituição (Quantidade)
Social FGS (0) {0,0% }		
Outras Fromas de Gestão Relacionadas OFGR (8) {20,0% }	Barbosa (2007), Costa, Pedro (2007)*, Fajardini (2009), Foguel (2009), Frees (2007), Guimarães (2008), Lima (2008) e Souza Júnior (2003)*	FGV/RJ (1)*, UFRJ (1), UFRGS (1)*, UnB (1), UNINOVE (1), UNIVALI (1), PUC/SP (1), UFBA (1).

* - Teses.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pode-se notar uma grande concentração de trabalhos nas Categorias de Análise GDS (22,5%), GOSFL (25,0%) GRSE (22,5%) com cada um respondendo por cerca de um quarto dos trabalhos. Para entender melhor esta distribuição, no Quadro 40 os trabalhos estão identificados por categoria, com distribuição por ano e total.

Quadro 40 Distribuição das teses e dissertações por categoria entre 2000 e 2009

Categorias	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total	%
GS											0	0
GE										1	1	2,5
GP									1	2	3	7,5
GDS					1	1	1		3	3	9	22,5
GOSFL					3	1		2	3	1	10	25
GRSE					1	4	1		2	1	9	22,5
FGS											0	0
OFGR				1				3	2	2	8	20
Total	0	0	0	1	5	6	2	5	11	10	40	

Apenas um trabalho foi classificado na Categoria de Análise GE (2,5%) e três na Categoria de Análise GP (7,5%), sendo que todos estes trabalhos estão nos anos de 2008 e 2009. Esta situação mostra que as percepções da Gestão Social em relação ao seu significado são recentes, pelo menos neste tipo de trabalho. A Gestão Social entendida dentro do sentido atribuído à Categoria de

Análise GDS apresenta sinais de avanço em número de publicações, principalmente em 2008 e 2009, apesar de não aparecer em 2007.

A Categoria de Análise GOSFL apresenta grande variação de um ano para o outro, apesar de ser a categoria com a maior quantidade de trabalhos, com picos em 2004 e 2008 (três trabalhos em cada ano) e apenas um trabalho em 2009. Situação semelhante acontece na Categoria de Análise GRSE, com pico de quatro trabalhos em 2005 e apenas um trabalho em 2009.

Na sequência, a análise em conjunto de todos os trabalhos identificados.

6.2.4 Análise Quantitativa de todos os trabalhos

Unindo os dados apresentados anteriormente pode-se ter uma visão mais clara da distribuição em relação à totalidade dos trabalhos avaliados, conforme Quadro 41.

Quadro 41 Síntese geral da frequência das categorias para Análise de Conteúdo distribuídas de 1999 a 2010

Categoria	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total	%
GS	0	0	0	0	2	0	1	2	5	1	3	3	17	7,6
GE	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	5	1	10	4,4
GP	1	0	0	1	0	1	3	7	4	8	12	23	60	26,7
GDS	1	0	0	0	3	2	3	2	3	7	4	6	31	13,8
GOSFL	0	0	0	3	4	7	2	4	4	9	7	9	49	21,8
GRSE	0	0	1	0	1	2	7	5	5	4	1	4	30	13,3
FGS	0	0	1	0	0	0	0	2	3	3	1	3	13	5,8
OFGR	0	0	1	0	3	1	1	0	3	2	2	2	15	6,7
Total	2	0	3	4	13	13	17	23	29	35	35	51	225	

Discute-se cada uma das Categorias de Análise isoladamente de forma a entender como se deu o crescimento do número de trabalhos em relação a cada uma delas. A Categoria de Análise GS tem seus primeiros registros em 2003, depois houve uma pausa em 2004 e, posteriormente, uma retomada das

publicações, totalizando 17, o que representa 7,6% do total. A grande maioria dos textos foi identificada em eventos, o que pode demonstrar que são trabalhos em construção, principalmente os de 2009 e 2010 (seis textos no total), o destaque é o ano de 2006 onde três textos foram publicados em periódicos, o que, de certa forma, já aponta para uma tendência de consolidação desta produção. Outra particularidade a ser destacada é a publicação de cinco textos sobre Gestão Social no ENAPEGS de 2007, cujo tema foi “Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção”. Não foram identificadas teses ou dissertações com o perfil desta categoria, porém, pode haver trabalhos desta natureza em curso, como esta tese, por exemplo. Os textos desta categoria são tratados em profundidade na próxima seção, com o objetivo de construir as categorias teóricas para a Gestão Social.

A Categoria de Análise GE foi a última a apresentar registros, aparecendo apenas em 2006. Desde então, vem apresentando poucos trabalhos, com destaque para 2009 onde se tiveram cinco trabalhos (três em eventos, um em periódico e um em dissertação) publicados, que entendem a Gestão Social dentro da perspectiva desta categoria. Dos 10 textos da categoria, seis são oriundos de eventos (metade do ENAPEGS e metade do CIPL), 3 de periódicos e apenas uma dissertação de 2009 (último ano de pesquisa para este tipo de trabalho, conforme descrito na Metodologia). Esta configuração aponta para um possível crescimento do número de trabalhos sobre Gestão Social na academia.

A Categoria de Análise GP já apresenta seu primeiro registro em 1999 e algumas publicações esparsas nos anos seguintes. A partir de 2007, a quantidade de trabalhos apresenta um crescimento significativo (quase exponencial), o que fez com que esta seja a categoria com mais trabalhos, cerca de um em cada quatro. Em relação aos eventos, é a maior quantidade no ENAPEGS, com 15 registros só em 2010 e a segunda colocada no EnANPAD e CIPL com pequena diferença para a categoria GOSFL em ambos os eventos. A categoria é também

a segunda colocada em termos quantitativos nos Eventos da ANPAD, com apenas um texto a menos que a categoria FGS. Nos periódicos também é a categoria que tem mais registros. Em relação às teses e dissertações, a categoria GP pode ser considerada como recente, apresentando uma dissertação em 2008 e outras duas em 2009.

A Categoria de Análise GDS apresenta, a exemplo da categoria GP, um registro em 1999. Logo após segue-se um hiato de três anos (2000 a 2002). A partir de 2003 a categoria passa a apresentar uma constância de publicações, com ligeiro aumento em 2008, queda em 2009 e retomada em 2010. Em eventos a categoria apresenta este mesmo perfil cíclico, o destaque é que 5 dos 6 trabalhos publicados em 2010, nesta categoria, são referentes a eventos, o que pode sinalizar uma nova retomada da quantidade de trabalhos nesta linha. A categoria, em relação a publicações em periódicos, após uma publicação isolada em 2003, se mantém estável desde 2005 quando foram identificadas duas publicações e, desde então, com uma publicação anual. Em relação a teses e dissertações a categoria também mantém regularidade, entre 2004 e 2006 foi publicada uma dissertação por ano, com hiato em 2007 e retomada de 3 trabalhos por ano em 2008 e 2009 (em 2008 publicou-se uma tese, as demais são dissertações). Pode-se dizer, então, que esta é uma linha consistente dentro da academia em relação à percepção em Gestão Social e com tendência de aumento.

A Categoria de Análise GOSFL fica em segundo lugar em relação à quantidade de publicações por categoria (cerca de 20,9% ou pouco mais de uma em cada quatro). Sua distribuição se apresenta de forma cíclica com tendência de crescimento a partir de 2008. Em relação à sua participação em eventos a categoria tem destaque no EnANPAD e no CIPL, onde está à frente da categoria GP com pequena margem em ambos os eventos. O EnANPAD é o evento que apresenta o maior número absoluto de trabalhos com esta perspectiva de

entendimento da Gestão Social. Em relação ao conjunto de eventos pesquisados, a categoria também apresenta comportamento cíclico, acompanhando sua tendência geral. Nos periódicos, após o primeiro registro em 2005, seguido de um hiato de dois anos, a categoria volta a aparecer em 2008 com um trabalho e apresenta crescimento contínuo com 3 textos em 2009 e 4 em 2010. Nas teses e dissertações é a perspectiva mais escolhida com um trabalho em cada quatro, porém, mesmo neste formato, a categoria ainda mantém sua característica cíclica, com tendência de baixa em 2009. A principal característica desta categoria é seu perfil cíclico e de forma geral, considerando os três tipos de trabalho com tendência de aumento de publicações nos próximos anos.

A categoria GRSE tem comportamento cíclico próximo ao da categoria GOSFL, porém, com quantidades inferiores de trabalhos por ano. Em relação aos eventos, pode-se dizer que é uma categoria marginal, representada desde 2003, porém, sem um número expressivo de trabalhos, com um hiato em 2009. Nos periódicos o destaque fica para a ReAD, onde todos os seus 3 textos identificados enquadram-se nesta categoria. As publicações em periódicos são inconstantes, após o primeiro trabalho registrado em 2001, seguem-se vários hiatos (2002-2004, 2006 e 2008) e anos com apenas uma publicação (além de 2001, tem-se 2005, 2008 e 2010). O destaque fica para o ano de 2007, com 4 publicações. Em relação às teses e dissertações, apesar de estar com nove trabalhos (ou 22,5% do total), os textos também são distribuídos de maneira cíclica. Após o primeiro registro, em 2004, houve um pico de quatro textos em 2005 (o que não explica os quatro textos em periódicos em 2007, pois encontra-se o mesmo autor em apenas um trabalho), seguido por um trabalho em 2006 e nenhum em 2007. Em 2008 e 2009 há uma retomada, ainda tímida, da produção com dois e um textos, respectivamente. De maneira geral, a categoria GRSE é uma categoria que deve ser considerada, porém, de certa forma é ainda marginal e cíclica, sem uma continuidade consolidada na produção.

A Categoria de Análise FGS, por sua vez, após seu primeiro registro em 2001 e hiato de quatro anos (2002 a 2005), apresenta uma retomada em 2006 com constância de publicações, desde então. Em eventos, os artigos desta categoria são publicados no ENAPEGS e Eventos da ANPAD, pois há espaço para esta temática como Eixo do ENAPEGS e como tema no EnEPQ, que trata da pesquisa e ensino em Administração e Ciências Contábeis e do EnAPG, que talvez seja o evento que mais se aproxime da temática da Gestão Social entre os organizados pela ANPAD.

A Categoria de Análise OFGR apresenta uma distribuição por quase todos os anos com concentrações em 2003 e 2007, com três textos. O destaque cabe às teses e dissertações, que devido à opção metodológica de analisar apenas título, palavras-chave e resumo, em 20% dos casos não foi possível identificar a utilização do termo. Ressalta-se que esta escolha metodológica se deu por não ter sido identificado nenhum trabalho que pudesse ser alocado na Categoria de Análise GS, cujos textos são o foco central desta tese.

Em síntese, pode-se dizer que a tendência central da utilização do termo Gestão Social está relacionada às características das Categorias de Análise GP e GOSFL, nesta ordem. Outras abordagens começam a se destacar como a GDS e mais recentemente a GE, enquanto outra (GRSE) apresenta uma continuidade marginal (no sentido da quantidade de publicações), mas com tendência de continuidade. Paralelamente, vem sendo ampliados os estudos sobre os cursos de Gestão Social e redes de pesquisadores na área, como nos apresenta a categoria FGS.

Na seção seguinte são identificadas as categorias teóricas para a Gestão Social, baseadas nos textos que compõem a Categoria de Análise GS, bem como os textos base, usados na elaboração do referencial teórico deste trabalho.

6.3 Identificação das categorias teóricas para a gestão social

Realizou-se uma análise aprofundada dos textos que compõem a Categoria de Análise GS, além dos textos base usados para a revisão de literatura (Capítulo 3) sobre Gestão Social, no intuito de identificar as categorias teóricas da temática. As categorias encontradas estão apresentadas no Quadro 42.

Quadro 42 Categorias teóricas para a Gestão Social identificadas nos textos da Categoria de Análise GS e textos base para o Referencial Teórico do Capítulo 2 (CARRION, 2007; FISCHER, 2002b; FISCHER; MELO, 2006; GONDIM; FISCHER; MELO, 2006b; MAIA, 2005; PIMENTEL et al., 2011; TENÓRIO, 2008a, 2008b, 2011; TENÓRIO; SARAVIA, 2006)⁶².

Categoria Teórica	Autores
Interesse Bem Compreendido	Pimentel et al. (2011), Pimentel, Mariana e Pimentel (2010) e Tenório (2011)
Comunidades de Prática	Boullosa e Schommer (2008, 2009) e Schommer e França Filho (2006, 2008, 2010)
Democracia Deliberativa	Carrion (2007), Fischer (2002b), Fischer et al. (2005, 2006), Fischer e Melo (2006), França Filho (2003, 2008), Gondim, Fischer e Melo (2006a, 2006b), Junqueira et al. (2009), Maia (2005), Pimentel et al. (2011), Pimentel, Mariana e Pimentel (2010), Schommer e França Filho (2006, 2008, 2010), Silva Júnior et al. (2008c), Tenório (2006, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d) e Tenório e Saravia (2006)
Dialogicidade	Schommer e França Filho (2008, 2010), Tenório (2008a, 2008b, 2008d, 2011) e Tenório e Saravia (2006)
Emancipação	Carrion (2007), Fischer (2002b), Fischer et al. (2005, 2006), Fischer e Melo (2006), Maia (2005), Schommer e França Filho (2008, 2010) e Tenório (2008a, 2008b)
Interorganizações	Fischer (2002b), Fischer e Melo (2003), França Filho (2003, 2008), Gondim, Fischer e Melo (2006a, 2006b), Junqueira et al. (2009), Maia (2005), Pimentel et al. (2011), Pimentel, Mariana e Pimentel (2010), Schommer e França Filho (2008, 2010) e Tenório (2008a)
Intersubjetividade	Schommer e França Filho (2008, 2010), Tenório (2008a, 2008c,

⁶² Os textos de Caçado e Pereira (2011), Caçado, Procópio e Pereira (2010) e Oliveira, Caçado e Pereira (2010) não foram incluídos neste quadro, pois são trabalhos parciais da construção desta tese.

	2011) e Tenório e Saravia (2006)
Racionalidade	<u>Equilíbrio</u> : Carrion (2007) e Schommer e França Filho (2008, 2010) <u>Subordinação da lógica instrumental</u> : França Filho (2003, 2008), Pimentel et al. (2011), Pimentel, Mariana e Pimentel (2010) e Schommer e França Filho (2006) <u>Agir Comunicativo</u> : Tenório (2006, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d)

“continua”

Quadro 42 “conclusão”

Categoria Teórica	Autores
Esfera Pública	Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008, 2009), Carrion (2007), Fischer (2002b), Fischer et al. (2005, 2006), França Filho (2003, 2008), Gondim, Fischer e Melo (2006a, 2006b), Maia (2005), Schommer e França Filho (2008, 2010) e Tenório (2008a, 2008c)
Solidariedade	Tenório (2008a, 2008c, 2011)
Sustentabilidade	França Filho (2003, 2008) e Gondim, Fischer e Melo (2006a, 2006b)

OBS.: as Categorias Teóricas estão em ordem alfabética.

Nessa análise, muitas vezes os autores não usam exatamente o termo referente à Categoria Teórica apresentada, mas, no entendimento deste pesquisador, as ideias expressas nos textos caminham na direção dessas categorias. No intuito de organizá-las para facilitar a continuidade deste trabalho e o entendimento de sua inter-relação propõe-se um quadro de análise com a seguinte configuração: a) Interesse Bem Compreendido, ponto de partida da Gestão Social que abriga outra duas categorias complementares, quais sejam, a solidariedade e a sustentabilidade; b) Esfera Pública será tratada como uma categoria intermediária do processo de Gestão Social, pois constitui o *locus* e condição essencial de seu desenvolvimento. Além disso, essa categoria abriga outras complementares: Comunidades de Prática, Democracia Deliberativa,

Dialogicidade, Interorganizações, Intersubjetividade e Racionalidade; c) Emancipação, por fim, é o ponto de chegada e de retroalimentação da Gestão Social. Portanto, consideramos que a Gestão Social como processo se fundamenta teoricamente em três grandes categorias que se articulam em uma sequência ascendente, qual seja: interesse público; esfera pública; e emancipação social.

Antes de se apresentar a fundamentação de cada uma das Categorias Teóricas da Gestão Social, cabe retomar a discussão anterior. Na identificação das Categorias Teóricas e dos autores que as sustentam pode-se perceber que as características da Gestão Social, identificadas no Capítulo 3, são confirmadas. Retomando o texto tem-se: “a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”. Este primeiro esboço de definição enfatiza o caráter da tomada de decisão como central. Ao se identificar as Categorias Teóricas para a Gestão Social amplia-se este espectro e tem-se possibilidade de avançar na discussão.

Na seção seguinte trataremos da Categoria Teórica Interesse Bem Compreendido e suas categorias complementares, Sustentabilidade e Solidariedade.

6.3.1 Interesse bem compreendido: ponto de partida da gestão social

O Interesse Bem Compreendido – IBC é um conceito apresentado por Tocqueville (1998) ao descrever a sociedade norte-americana no Século XIX. O autor parte do contraste entre aristocracia (marcada pela desigualdade natural e a hierarquia) e democracia (marcada pela igualdade, sem hierarquia). O IBC só pode acontecer em um contexto democrático (JASMIN, 2005). Ainda segundo

Jasmin (2005, p. 51) a “[...] participação na esfera pública [é] o que define a natureza política do governo democrático e não o conteúdo popular de suas medidas ou as ‘formas exteriores’ de suas instituições”.

O IBC parte da premissa que o bem-estar coletivo é pré-condição para o bem-estar individual, desta forma, ao defender os interesses coletivos, em última instância, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses. Em outras palavras, utilizando a terminologia do autor, “a virtude é útil” (TOCQUEVILLE, 1998).

Mas, à medida que a imaginação voa menos alto e cada um se concentra em si mesmo, os moralistas se assustam ante a ideia do sacrifício e não mais ousam oferecê-lo ao espírito humano; reduzem-se, então, a indagar se a vantagem individual dos cidadãos não seria trabalhar para a felicidade de todos, e, depois de terem descoberto um destes pontos em que o interesse particular vem encontrar-se com o interesse geral e confundir-se com ele, apressam-se a trazê-lo à luz. O que era apenas uma observação isolada torna-se uma doutrina geral, e acredita-se afinal perceber que o homem, servindo aos seus semelhantes, serve a si mesmo, e seu interesse particular é fazer o bem (TOCQUEVILLE, 1998, p. 401).

O que pode parecer, em um primeiro momento, uma utopia, ou pelo menos um otimismo exagerado, pode ser encarado, também, como uma maneira interessante de relacionar os interesses público e privado. Segundo Frey (2000, p. 87), analisando o conceito toquevilliano de IBC,

É a virtude que deve ser fomentada para as sociedades poderem chegar a alcançar a liberdade, o que na sociedade mercantil-burguesa só será possível se os cidadãos passarem a identificar o exercício da liberdade política na esfera pública com seus próprios interesses privados.

Em uma perspectiva próxima à de Frey (2000) e Gahyva (2006, p. 564) argumenta que o IBC impeliria os cidadãos à arena pública, pois, "a aposta toquevilliana [...] implicava a possibilidade de fundar uma solidariedade social a partir do exercício do auto-interesse esclarecido dos indivíduos democráticos". Complementando, Marx e Engels (2004) argumentam que o livre desenvolvimento de cada um é condição para o desenvolvimento da coletividade.

Um exemplo claro dessa situação é apresentado por Barbacena (2009), em relação ao instrumento jurídico da Ação Popular.

Essencial é a natureza impessoal da Ação Popular, onde o interesse que é defendido é o interesse da coletividade, interesse público. Interessante apontar que tal finalidade da Ação Popular coincide com a doutrina do 'interesse bem compreendido' de Tocqueville, ou seja, um sentimento segundo o qual a promoção do bem-estar coletivo refletirá no bem-estar individual. A lógica do interesse bem compreendido é no sentido de que se transmite ao cidadão a responsabilidade pela Administração e fiscalização das questões públicas, estimulando a participação política via ação conjunta e reforçando os laços de interdependência entre os indivíduos (BARBACENA, 2009, p. 26).

O IBC reforça a questão da interdependência entre os indivíduos no sentido de perceber a dinâmica da sua própria atuação na esfera pública, não no sentido de ser altruísta ou mesmo assistencialista, mas no sentido de (re)construção coletiva do espaço público com a intenção clara de conseguir o bem-estar coletivo e por consequência o bem-estar individual. São, na verdade, ocasiões onde os indivíduos percebem "[...] que dependem uns dos outros, afastando aquele sentimento egocêntrico e de independência que os induz a confundir liberdade com auto-suficiência privada" (BARBACENA, 2009, p. 23).

Neste contexto, as Categorias Teóricas Sustentabilidade e a Solidariedade podem ser consideradas como pano de fundo do IBC. Conforme Gahyva (2006), a solidariedade social pode ser fundada no exercício do auto-interesse esclarecido. Ao considerar o bem-estar coletivo de forma ampla, aparece também a questão da Sustentabilidade como um dos condicionantes deste bem-estar.

A solidariedade⁶³ está ligada à interdependência e à mutualidade de interesses e deveres. Solidariedade denota, também, compromisso com o outro, a coesão social do grupo, enfim. Desta forma nota-se que o IBC tem um forte vínculo com a solidariedade, ambos caminham no sentido da responsabilidade compartilhada pelo coletivo.

O termo sustentabilidade tem sido utilizado relacionado à preservação do meio ambiente, neste sentido o termo desenvolvimento sustentável parece permear todo o discurso atual (não necessariamente a prática). O famoso tripé: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto; já faz parte do ideário mundial sobre o tema. Ao se tratar de Sustentabilidade enquanto Categoria Teórica está se referindo à sua condição de continuidade latente.

⁶³ Segue o significado completo de Solidariedade, segundo Michaelis (2011, grifo nosso): “Solidariedade - so.li.da.rie.da.de *sf*(*solidário+e+dade*) **1** Qualidade de solidário. **2** Estado ou condição de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, empresa ou de um negócio, respondendo todas por uma e cada uma por todas. **3** Mutualidade de interesses e deveres. **4** Laço ou ligação mútua entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras. **5** *Dir* Compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas pelas outras e cada uma delas por todas. **6** *Sociol* Condição grupal resultante da comunhão de atitudes e sentimentos, de modo a constituir o grupo unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face da oposição vinda de fora. *S. ativa, Dir*: solidariedade em que cada um dos credores da mesma obrigação pode exigir do devedor não somente a sua parte da dívida, mas também a dos demais. *S. orgânica, Fisiol*: relação necessária que se estabelece entre um ato da economia e outro diferente que se produz em ponto muito afastado. *S. passiva, Dir*: aquela em que cada um dos devedores de um mesmo título responde pela soma total da dívida. *S. social*: consistência interna de um agregado social; coesão social”.

Sustentável, no sentido de “[...] conservar, manter com firmeza, perpetuar [...]” (MICHAELIS, 2011), inclusive o meio ambiente, mas não só ele. Entende-se que a Sustentabilidade também está fortemente relacionada à Solidariedade, no sentido da segunda ser condição da primeira. Segundo Sachs (2002), em relação à preservação ambiental, “[...] estamos na fronteira de um duplo imperativo ético: a solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (SACHS, 2002, p. 67). Ampliando o argumento para uma perspectiva mais geral, a Solidariedade, tanto sincrônica, quanto diacrônica é o esteio para a Sustentabilidade, pois há uma preocupação com o presente e com o futuro.

Tratando da temática da Economia Solidária, que também pode ser, de certa forma, considerada um exemplo de IBC⁶⁴, Arroyo e Schuch (2006, p. 61) apresentam um conceito de solidariedade baseado na sustentabilidade.

Nossa ideia de solidariedade remete a uma ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para alguém só se obtém de maneira sustentável se for também o melhor para o outro; que não é possível obter bens como qualidade de vida, que inclui segurança, por exemplo, uma preocupação muito atual, se não for uma conquista social.

Segundo os autores, a solução dos problemas individuais passa necessariamente pela solução dos problemas coletivos (IBC). A caridade ou o altruísmo é a forma mais extremada do egoísmo porque é a manifestação de superioridade de quem tem para dar e sempre traz consigo algum grau de poder (ARROYO; SCHUCH, 2006).

⁶⁴ Este argumento necessitaria ser melhor desenvolvido, o que não é objetivo deste trabalho. No caso em questão, o que se argumenta é que empreendimentos coletivos baseados na economia solidária atendem ao IBC na medida em que, ao buscar o interesse privado de geração de trabalho e renda, o caminho encontrado é coletivo.

Fechando o argumento, o IBC seria o instrumento pelo qual o potencial de Solidariedade se realiza em prol da Sustentabilidade, em outras palavras, ao se tratar do bem-estar coletivo (solidário, no sentido estrito do termo) na perspectiva do IBC tem-se como norte a Sustentabilidade (ampla, não só ambiental).

Trataremos na sequência da Esfera Pública como a segunda Categoria Teórica englobando também outras categorias complementares: Comunidades de Prática, Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Interorganizações, Intersubjetividade e Racionalidade.

6.3.2 Esfera pública: o espaço de desenvolvimento da gestão social

Nesta seção apresenta-se a esfera pública em uma perspectiva inicialmente histórica. Posteriormente, expõem-se as possibilidades da Esfera Pública no contexto da Gestão Social.

Na Grécia antiga, a distinção entre esfera pública e esfera privada era bem clara. A entrada na esfera pública era condicionada a não haver preocupações com a esfera privada (ARENDDT, 2010; HABERMAS, 2003c).

O traço distintivo da esfera do lar [esfera privada] era que o fato de que nela os homens viviam juntos por serem a isto compelidos por suas necessidades e carências. [...] O domínio da *pólis*, ao contrário era a esfera da liberdade [esfera pública], e se havia uma relação entre estas duas esferas era que a vitória sobre as necessidades da vida no lar constituía a condição óbvia para a liberdade da *polis* (ARENDDT, 2010, p. 36, grifo nosso).

No Império Romano, a separação entre esfera pública e esfera privada assume outra configuração. As duas esferas passam a ser importantes e a percepção é que elas são complementares.

Devemos o pleno desenvolvimento da vida no lar e na família como espaço interior e privado ao extraordinário senso político do povo romano, que, ao contrário dos gregos, jamais sacrificou o privado ao público, mas, ao contrário, compreendeu que estes dois domínios somente podiam subsistir sob a forma de coexistência (ARENDR, 2010, p. 72).

A diferença entre o entendimento de esfera pública entre gregos e romanos, em termos gerais se refere à precedência de uma esfera sobre a outra. Enquanto na Grécia o homem se realiza na esfera pública, após sua “vitória” na esfera privada o libertar do cotidiano do lar e o qualificar para a esfera pública, em Roma a esfera pública é tão importante quanto a esfera privada, a vida em família. Cabe ressaltar que, em ambos os lugares, poucos tinham acesso à esfera pública, apenas os homens considerados cidadãos tinham acesso a este espaço.

Com a queda do Império Romano, e o posterior advento do absolutismo permeado pelo cristianismo, entram em cena novos atores e a esfera pública, de certa forma, não mais tem a importância de antes. O rei domina sua nação como se fosse uma esfera privada, o rei é dono de tudo, sua vontade é lei, pois ele é o representante de Deus na terra, segundo alguns. Desta forma, não há espaço para a esfera pública. Aliado a isso, a sociedade cristã tem um caráter apolítico e não-público, pois seus membros devem se relacionar como irmãos de uma mesma família (ARENDR, 2010).

Na Idade Média, a Igreja, de certa forma, forneceu aos homens um substituto para a cidadania, a religião. O domínio secular no feudalismo corresponde ao domínio privado da antiguidade. A ausência de uma esfera pública amplia a esfera privada, levando a transferência de todas as atividades humanas para este domínio, atingindo profundamente as organizações profissionais nascentes, essencialmente domésticas (ARENDR, 2010).

Segundo Arendt (2010) a publicização da Administração do lar, de seus problemas e dispositivos organizacionais turvou a “antiga fronteira” entre o privado e o político e também alterou o significado destes termos. Segundo a autora “o que chamamos hoje de privado é a esfera da intimidade” (ARENDR, 2010, p. 47). A privatividade moderna é nitidamente oposta ao domínio do social. Essa mudança traz consequências importantes, pois a sociedade, em todos os seus níveis, espera dos indivíduos um comportamento e não uma ação, “[...] impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normalizar’ os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a excluir a ação espontânea ou a façanha extraordinária” (ARENDR, 2010, p. 49).

Com o surgimento da sociedade de massas, o domínio social atingiu seu ápice e passa a controlar todos os membros de determinada comunidade, ela “[...] não apenas destrói o domínio privado tanto quanto o domínio público; priva ainda os homens não só de seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado” (ARENDR, 2010, p. 72). O domínio social, por meio da padronização do comportamento, conquistou o domínio público. A partir daí, a distinção e a diferença passaram a ser assuntos privados do indivíduo. Antes o domínio público era o espaço onde o indivíduo tinha espaço para sua individualidade (ARENDR, 2010).

Na análise da autora, a uniformidade estatística não é “um ideal científico inócuo; é sim o ideal político, não mais secreto, de uma sociedade que, inteiramente submersa na rotina da vida cotidiana, aceita pacificamente a concepção científica inerente a sua própria existência” (ARENDR, 2010, p. 53).

O grande aprimoramento da capacidade de trabalho da humanidade, exercido na esfera pública, foi acompanhado por uma perda na capacidade do discurso, banido para a esfera íntima do privado, o que também se reflete na percepção sobre o avanço das “[...] ciências físicas, que alteram e controlam a

natureza, e as ciências sociais, que ainda não sabem como alterar e controlar a sociedade” (ARENDR, 2010, p. 60).

Como se pode perceber, atualmente o comportamento e não a ação domina a vida do indivíduo, que por não perceber claramente a possibilidade de uma esfera pública na qual possa defender seus interesses, ele o faz na esfera que lhe resta, a esfera privada, o que se pode denotar por individualismo. Na medida em que a intimidade deixa de ocupar o espaço de existência incerta e obscura da esfera privada e passa a ocupar um espaço comum e aceitável entre a sociedade, esta se transforma em esfera pública. Caso contrário, a intimidade fica no nível da subjetividade.

Nesse contexto, com o aumento da importância e da influência da burguesia e o desenvolvimento do comércio, inicia-se um processo de mudança estrutural em direção à esfera pública burguesa.

Até então os estamentos tinham negociado contratos com os monarcas, quando, de caso a caso, dentro das liberdades das corporações, as pretensões conflitantes de poder eram equilibradas pela autoridade do monarca [...]. Os burgueses são pessoas privadas; como tais não ‘governam’. Por isso as suas reivindicações de poderio contra o poder público não se dirigem contra a concentração de poder que deveria ‘compartilhado’; muito mais eles atacam o próprio princípio de dominação vigente. O princípio de controle que o público burguês contrapõe a esta dominação, ou seja, a esfera pública quer modificar a dominação enquanto tal (HABERMAS, 2003c, p. 43).

Obviamente o poder instituído resistiu a estas investidas. Antes de se consolidar e de se afirmar, os futuros participantes da esfera pública burguesa eram acusados pelos governantes de discutir sobre o que não entendiam e sobre o que não lhes dizia respeito (HABERMAS, 2003c).

Com o desenvolvimento da imprensa, e do que Habermas (2003c) denomina de Esfera Pública Literária, as ideias passam a ser publicadas e discutidas nos “cafés” e *saloons* na Europa. A linguagem passa a ser valorizada por ser percebida como meio de entendimento entre os homens, enquanto homens (HABERMAS, 2003c). Começa-se a delinear a Esfera Pública Burguesa, que tem características próprias.

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 2003c, p. 42).

Nota-se que a Esfera Pública Burguesa se desenvolve a partir da defesa dos interesses particulares. A defesa pública de tais interesses abriu espaço para atuação política dessa classe e a colocou em um *status* com um poder normativo perante o Estado, de tal forma a alcançar os seus objetivos. O seu pressuposto social “[...] é um mercado tendencialmente liberado que faz da troca na esfera da reprodução social, à medida do possível, um assunto particular entre as pessoas privadas entre si, completando assim, finalmente, a privatização da sociedade burguesa” (HABERMAS, 2003c, p. 93).

Com o desenvolvimento da esfera pública burguesa e à medida que o setor público se imbrica com o setor privado, criando um setor intermediário ou uma “esfera social repolitizada”, o modelo da esfera pública burguesa se torna inútil, pois deixa de ser necessária a intermediação entre Estado e Sociedade por meio do setor privado.

O modelo da esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica com o setor privado, este modelo se torna inútil, ou seja, surge uma esfera social repolitizada, que não pode ser subsumida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público ou do privado. Neste setor intermediário se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas que pensam politicamente. O público cede grandemente esta tarefa a outras instituições: por um lado, a associações em que os interesses privados coletivamente organizados procuram dar-se imediatamente uma configuração política, por outro lado, através de partidos que, condescidos com órgãos do poder público, como que se estabelecem *acima* da esfera pública, da qual já foram instrumentos (HABERMAS, 2003c, p. 208).

No contexto em tela, da Gestão Social, busca-se uma nova esfera pública que consiga aproximar novamente a população da política. Para que a Gestão Social aconteça efetivamente é necessário um espaço onde, novamente (mas com diferentes intenções), as pessoas privadas se encontrem em um espaço público a fim deliberarem sobre suas necessidades e futuro.

No contexto em tela, a Gestão Social se desenvolve à medida que se desenvolve a esfera pública, no sentido de conduzir à emancipação do indivíduo que vivia ofuscado pela esfera pública burguesa⁶⁵.

De acordo com a proposta que vem sendo construída, precisa-se apresentar agora, em mais detalhes, a redefinição desta esfera pública. Começa-se com o conceito de público.

⁶⁵ A quinta edição do ENAPEGS, realizada em maio de 2011, já aponta nesta direção, como tema “Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública”.

Segundo Habermas (2003c, p. 14), “chamamos de ‘públicos’ certos eventos quando eles, em contraposição às sociedades fechadas, são acessíveis a qualquer um – assim como falamos de locais públicos ou de casas públicas”. Na mesma linha, Arendt (2010) se refere a público como dois fenômenos próximos, mas não completamente idênticos: 1) tudo que acontece em público pode ser visto e ouvido por todos com ampla divulgação; 2) espaço comum a todos e diferente do espaço privado que se apodera nele.

A importância de ser visto e ouvido por outros provém do fato de que todos provem do fato de que todos vêem e ouvem de ângulos diferentes. É esse o significado da vida pública, em comparação com a qual até a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com seus respectivos aspectos e perspectivas (ARENDR, 2010, p. 70).

Estas definições de público têm em comum a importância atribuída ao ato de falar, ser ouvido e compreendido por outros que não os da esfera privada do lar. Nota-se, ainda, a importância atribuída a este espaço para a satisfação do homem enquanto ser político.

Esfera ou espaço público é um fenômeno social elementar, do mesmo modo que a ação, o ator, o grupo ou a coletividade; porém, ele não é arrolado entre os conceitos tradicionais elaborados para descrever a ordem social. A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois ela não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis. A esfera pública pode ser descrita como uma rede

adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a *compreensibilidade geral* da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 2003b, p. 92, grifo nosso).

A esfera pública, então, se entrelaça com a esfera privada nas “[...] densas redes de interação da família e do círculo de amigos e os contatos mais superficiais com vizinhos, colegas de trabalho, conhecidos, etc” (HABERMAS, 2003b, p. 98). A orientação pelo entendimento acontece na prática, valendo também para a “comunicação entre estranhos”. Neste contexto, o limiar entre as esferas (pública e privada) “[...] não é definido através de temas ou relações fixas, porém, através de *condições de comunicação modificadas*” (HABERMAS, 2003b, p. 98). Estas condições asseguram a intimidade e a publicidade, não havendo isolamento entre esfera privada e esfera pública, “[...] pois canalizam o fluxo de temas de uma esfera a outra. A esfera pública retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares” (HABERMAS, 2003b, p. 98).

A esfera pública atual deve abarcar as seguintes Categorias Teóricas: Comunidades de Prática, Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Interorganizações, Intersubjetividade e Racionalidade.

Apresentaremos estas Categorias Teóricas em três momentos distintos. Inicialmente, trata-se da Democracia Deliberativa, que pode ser considerada como processo decisório da Gestão Social; em seguida propõe-se um tipo de Racionalidade para a condução da Gestão Social e, por fim, apresenta-se as Comunidades de Prática como a dinâmica de interação da Gestão Social na

Esfera Pública. No âmbito da esfera pública e da “comunidade de prática” serão apresentadas e discutidas as categorias Dialogicidade e Intersubjetividade como condicionantes do desenvolvimento da esfera pública enquanto lócus da Gestão Social, e as Interorganizações como forma de organização da Gestão Social.

6.3.2.1 Democracia deliberativa: a tomada de decisão na gestão social

Inicia-se esta seção apresentando o entendimento do pesquisador sobre democracia, democracia deliberativa e depois a respectiva inserção na esfera pública.

A democracia tem sido apontada nas sociedades ocidentais como a forma de governo mais desejável nos tempos atuais, algumas das guerras da atualidade foram, inclusive, em seu nome. As possibilidades da democracia superam outras formas de governo já conhecidas como o autoritarismo, o totalitarismo e o socialismo real. Acredita-se que, dentre as formas já “testadas” no ocidente, a democracia seria aquela que tem maiores chances de emancipar o homem, tornando possível o exercício das faculdades políticas por todas as pessoas. Participar das decisões que afetam a vida é um direito natural.

Dahl (2001, p. 13) argumenta que a democracia tem “significados diferentes para povos diferentes em diferentes tempos e diferentes lugares”. A democracia, segundo o autor, “parece ter sido inventada mais de uma vez, em mais de um local” (DAHL, 2001, p. 19). Khan (2001) acrescenta que a democracia possui significados diferentes, tanto para os estudiosos do assunto, quanto para os próprios indivíduos.

Para Tourraine (1996) a evolução das democracias foi interpretada de duas maneiras opostas, a primeira com a extensão de direito ao voto e a segunda

baseada na inquietação da perda da autonomia do político frente ao econômico. Segundo o autor, a característica da democracia moderna seria a representação. Nesta perspectiva, Vouga (2001) diz que o fim dos regimes de economia de comando estatal e a globalização generalizaram um pensamento em torno da representação como a melhor forma de governo.

Da democracia grega (democracia de poucos), passando pela democracia do início do século XX (democracia de homens), até a chamada democracia moderna, do fim do século XX (sufrágio universal), pode-se constatar que o direito ao voto, essencial à democracia, vem se tornando mais amplo. Atualmente, não se admite chamar uma sociedade de democrática se o direito ao voto não for estendido a todos os adultos capazes⁶⁶ (democracia poliárquica). Por outro lado, Tocqueville (1998), analisando a experiência da democracia americana do século XIX, alerta para o fato de que o sufrágio universal não garante a excelência das leis, apesar de trazer outros benefícios.

Incluindo o direito ao voto, para Dahl (2001), existem cinco critérios para que uma sociedade seja considerada democrática: participação efetiva (fazer com que todos conheçam as opiniões dos outros); igualdade de voto; entendimento esclarecido (todos devem poder aprender sobre as políticas alternativas importantes e suas prováveis conseqüências); controle do programa de planejamento (possibilidade de incluir questões no planejamento) e inclusão dos adultos. O autor argumenta, ainda, que quando um destes critérios é violado, “os membros não serão politicamente iguais” (DAHL, 2001, p. 50). Dahl (2001,

⁶⁶ O significado de “capaz” pode variar de sociedade para sociedade, mas de maneira geral, a pessoa que possui seus direitos civis é considerada capaz. Em algumas democracias se restringe o direito de votar aos analfabetos, mas não se entrará nesta discussão, pois não é o tema central deste trabalho. Outra consideração possível é a participação de jovens e crianças (não adultos) no processo democrático, mesmo que seja na perspectiva da educação, pois não se nasce democrático, aprende-se a democracia. Talvez no futuro este seja um caminho interessante para preparar as novas gerações para o exercício da democracia.

p. 53) acrescenta que “nenhum estado jamais possuiu um governo que estivesse plenamente de acordo com critérios de um processo democrático. É provável que isso não aconteça”. Por outro lado, estes critérios, que poderiam ser considerados como “tipos ideais”, direcionam a construção da democracia em uma sociedade.

No caso deste estudo, percebe-se claramente que os critérios entendimento esclarecido e controle do programa de planejamento são os que apresentam maior dificuldade, apesar de alguns poucos e insuficientes avanços em relação à transparência pública. A esfera pública necessita de todos estes critérios para que se torne efetiva e a falta de alguns deles pode comprometer seu funcionamento.

Pode-se notar que a democracia estabelece direitos e deveres ao indivíduo, pois ele tem o dever de participar, segundo Dahl (2001), pelos critérios de participação efetiva, entendimento esclarecido e controle do programa de planejamento. Por outro lado, o indivíduo tem o direito de participar, segundo Dahl (2001) pela igualdade de voto e inclusão de adultos e, segundo Tourraine (1996), pela representatividade. Talvez um dos grandes problemas da democracia moderna seja o entendimento dos deveres em relação a ela, pois a democracia não acontece apenas por existirem espaços democráticos (direito de participar), ela acontece quando esta participação se efetiva (dever de participar).

Existe, ainda, outro problema relacionado à questão da participação, a qualidade desta participação. Dahl (2001) acredita que não é provável que exista uma sociedade onde todos tenham as mesmas possibilidades de participar, adquirir informação para compreender as questões envolvidas e influenciar as decisões.

Nos termos apresentados, a democracia contempla consequências desejáveis: evita a tirania, garante direitos essenciais e liberdade geral,

possibilita a autodeterminação e autonomia moral, potencializa o desenvolvimento humano, protege interesses pessoais essenciais e igualdade política, além de buscar a paz e a prosperidade nas sociedades (DAHL, 2001).

Surge um problema em relação ao tamanho da população, de determinada unidade democrática, que está relacionado à tensão entre democracia representativa e democracia participativa. A tendência geral parece ser aceitar a democracia representativa, por não se visualizar *a priori* outra possibilidade que não esta, porém, existem possibilidades de ampliar a democracia participativa que estão ao alcance da sociedade, principalmente as relacionadas às novas tecnologias de comunicação.

Em termos teóricos, o conceito de representação pressupõe duas determinações: a de isomorfismo e a de equivalência, isto é, que o representante deve possuir a mesma forma do representado, ainda que não seja materialmente idêntico a ele [...], ou que o representante deve possuir o mesmo valor que o representado, desde que se possa estabelecer um padrão ou uma medida comum que permita relacioná-los (CHAUÍ, 2011, p. 287).

Analisando a relação entre participação e representação, Lüchmann (2007) mostra que estes temas vêm sendo discutidos em um viés dualista que guarda separações dadas pelos diferentes modelos de democracia. Utilizando as experiências dos Conselhos Gestores e Orçamento Participativo no Brasil, que seriam “implantes de participação” em uma democracia representativa, a autora mostra que a participação não substitui, mas reconfigura a representação, constituindo-se, inclusive, a participação como chave da boa representação. A autora acrescenta, ainda, que a participação é educativa, podendo ser considerada como um processo de capacitação e conscientização para o desenvolvimento da cidadania. Esta é a posição que se defende ao refutar a crítica de Pinho (2010), vide Capítulo 3. Mesmo apresentando diversos

problemas, a participação é, em si, um processo pedagógico (ROSAVALLON, 1979).

Alguns estudos mostram quão frágeis são os processos participativos e como eles podem ser usados para legitimar outras instâncias de poder. Como, por exemplo, Drombowski (2008), no oeste do Paraná, Guaraná e Fleury (2008), na Baixada Fluminense e Sarmiento, Tello e Segura (2007), na Argentina.

Guardadas as ressalvas de seu contexto, Aristóteles tem uma opinião interessante sobre o tema.

Sem dúvida, cada indivíduo comparado à multidão tem menos mérito e virtude. [...] É por isso que, na maioria das vezes, a multidão é melhor juiz que um só indivíduo, qualquer que ele seja. [...] A multidão possui a vantagem ainda de ser incorruptível. [...] Quando um homem se deixa dominar pela cólera ou qualquer outra paixão semelhante, forçosamente o seu julgamento será alterado; mas é bem difícil que todos ao mesmo tempo se deixem inflamar pela cólera e seduzir pelo erro (ARISTÓTELES, 2005, p. 101).

Segundo Dahl (2001, p. 125) “quanto mais cidadãos uma unidade democrática contém, menos estes cidadãos podem participar diretamente das decisões do governo e mais eles têm de delegar a outros esta autoridade”. De acordo com esta afirmação, o tamanho da população de uma sociedade é que definirá se vai ser adotada uma democracia representativa ou uma democracia deliberativa. As ferramentas de tecnologia da informação, como sugere Rouillard (1999), podem ser um interessante meio de aproximação entre cidadãos e governos, no sentido da ampliação da participação direta.

Alguns trabalhos vêm mostrando que democracia representativa não tem atendido às demandas da população na América Latina (SANTOS; BAQUERO,

2007) e no Brasil (LÜCHMANN, 2007). Korstanje (2007) mostra os resultados de uma pesquisa realizada entre 1995 e 2006 na qual os latino-americanos mostraram uma queda generalizada da confiança na democracia, considerando-a como modelo idealizado. Vouga (2001) argumenta que a descrença da América Latina não seria propriamente com a democracia, mas com uma variante da democracia que aparece aos povos da Ibero-América como alheio a seu destino. Citando Tocqueville (1998), o autor critica ter-se como paradigma a democracia norte-americana, pois modelos de democracia não são “exportáveis”.

Organizações como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo, que podem ser considerados como embriões de esferas públicas, e outros arranjos que por ventura venham a ser criados no sentido de ampliar a democracia participativa, são, em si, uma escola, apesar de seus inegáveis problemas. Essas organizações, principalmente em países de (re)democratização recente como o Brasil, ainda não mostraram todas as suas possibilidades de desenvolvimento.

Nota-se, então, que a democracia parece representar um caminho interessante enquanto processo decisório (e por que não educativo?). Desta forma, acrescenta-se à democracia o adjetivo Deliberativa⁶⁷, no intuito de reforçar este caráter de decisão após discussão e não de consulta.

A democracia deliberativa enfatiza “[...] o valor dos procedimentos cívicos e dialógicos capazes de gerar consensos ‘racionalis’ para a tomada de decisões [...]” superando o antagonismo entre participação e representação (NOGUEIRA, 2011, p. 125).

⁶⁷ Segue o significado do termo Deliberar: “**deliberar** (*lat deliberare*) *vtd* **1** Decidir ou resolver (algo) após discussão e exame. *vpr* **2** Determinar-se, resolver-se consideradamente: *Deliberou-se a enfrentar todas as dificuldades*. *vti* e *vint* **3** Tomar decisão consultando consigo ou com alguém: *Deliberar sobre a situação nacional*. *O direito de resolver pressupõe e encerra o de deliberar*” (MICHAELIS, 2011, grifo nosso).

A Democracia Deliberativa seria, então, a forma de tomada de decisão dentro desta esfera pública na qual acontece a Gestão Social, porém, são necessárias outras Categorias Teóricas para a construção de seu escopo.

6.3.2.2 Racionalidade: a ação racional substantiva

Para que a esfera pública se (re)configure é necessária uma racionalidade compatível com o IBC e a Democracia Deliberativa. No caso desta categoria teórica têm-se três percepções diferentes entre os autores consultados. Apresentar-se-á primeiro e, na sequência, expõe-se a proposta do pesquisador, que pode ser definida *a priori* como uma síntese das três percepções.

A percepção dos autores sobre a Racionalidade como Categoria Teórica da Gestão Social parte do consenso em relação à hegemonia da racionalidade utilitária (AKTOUF, 2004; RAMOS, 1981). Porém, os autores podem ser divididos em três linhas: equilíbrio entre as racionalidades; subordinação da lógica instrumental e agir comunicativo.

Na primeira linha, os autores propõem que exista um equilíbrio entre racionalidades. Segundo Carrion (2007), a dimensão econômica deve estar integrada/ equilibrada com as demais, possibilitando o desenvolvimento tanto do capital quanto das potencialidades humanas, pois a Gestão Social apresenta um novo projeto de sociedade/nação, baseado na cooperação e capaz de enfrentar a exclusão como processo. Schommer e França Filho (2008, 2010) complementam com o argumento de que a Gestão Social compreende, simultânea e indissociavelmente, ação e reflexão, subjetividade e objetividade, criatividade e instrumentalização.

A segunda linha defende que a lógica instrumental (racionalidade utilitária) deve ser subordinada a outras lógicas. Para França Filho (2003, 2008)

deve-se subordinar as lógicas instrumentais a outras lógicas sociais, políticas, culturais ou ecológicas. Pimentel, Mariana e Pimentel (2010) acreditam que a Gestão Social deve subordinar a lógica instrumental a um processo decisório deliberativo e Pimentel et al. (2011) acrescentam que esta subordinação deve pautar-se na racionalidade substantiva (RAMOS, 1981). Schommer e França Filho (2006) mostram a importância de se atender às demandas da população para além da dimensão econômica.

A terceira linha apresenta o agir comunicativo de Habermas como a Racionalidade inerente à Gestão Social. Esta linha é representada por Tenório (2006, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d). Segundo Tenório (2006, 2008d) a Gestão Social é determinada pela Solidariedade, portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, onde o outro deve ser incluído e a cooperação o seu motivo. A racionalidade comunicativa apresenta elementos conceituais democratizadores das relações na sociedade, nos quais a linguagem (Intersubjetividade) é o caminho para o entendimento (TENÒRIO, 2008a, 2008d).

O fator de convergência entre as três linhas é a denúncia da hegemonia da racionalidade utilitária (RAMOS, 1981) como fator limitante ao desenvolvimento e emancipação do homem.

Segundo Ramos (1981) a sociedade moderna tem, na racionalidade utilitária e na centralização no mercado, as bases para orientação tanto das ciências sociais quanto da vida humana em geral. Esse contexto leva a razão substantiva ao segundo plano, “solapando” as questões éticas, trazendo, assim, limitações ao bem-estar e satisfação do ser humano.

Hoje em dia, as capacidades humanas de debate racional estão danificadas pelos padrões de linguagem predominantes e justamente pela assimilação do homem no contexto da estrutura social existente, em que a racionalidade instrumental

se transformou em racionalidade em geral (RAMOS, 1981, p. 18).

Guerreiro Ramos, fundamentado em Max Weber, faz a distinção entre a racionalidade formal e instrumental (*Zweckrationalität*), determinada por uma expectativa de resultados, ou “fins calculados” e a racionalidade substantiva ou de valor (*Wertrationalität*) que é determinada independentemente das expectativas de sucesso, pois não tem como norte um resultado certo.

A racionalidade substantiva traz ao ser humano a possibilidade de conduzir sua vida em bases éticas, potencializando o debate racional. O equilíbrio entre satisfação social e satisfação pessoal promove o desejo da capacidade humana de auto-realização, auto-desenvolvimento e emancipação (RAMOS, 1981). Segundo Cançado, Iwamoto e Carvalho (2008) a diferença entre as racionalidades é justamente a importância que se atribui à dimensão econômica.

Enquanto na racionalidade utilitária a dimensão econômica é valorizada em detrimento das demais, na racionalidade substantiva as dimensões (social, econômica, política, cultural, ambiental, etc) são valorizadas por igual, convivendo, cada uma a seu tempo com certo grau de hegemonia, sem ofuscar as demais, muito menos excluí-las (CANÇADO; IWAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 293).

Segundo Habermas (2003a) o conceito de agir comunicativo parte de alguns pontos de vista. O primeiro é a “Orientação para o Entendimento Mútuo”, os “[...] atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um *acordo* existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas” (HABERMAS, 2003a, p. 165).

O segundo ponto de vista apresenta “O Entendimento Mútuo Enquanto Mecanismo da Coordenação das Ações”. Os planos de ação “acordados” entre as partes não precisam se restringir ao agir teleológico (ação orientada a fins), o acordo deve ser racionalmente motivado e não deve ser imposto, ou seja, extorquido, senão deixa de ser um “acordo”.

O terceiro ponto de vista trata da “Situação de Ação e Situação de Fala”. Habermas (2003a) mostra que, a partir dos planos de ação individuais, podem ser identificados pontos onde há “carência de entendimento mútuo” que é preciso suprir por meio do trabalho de interpretação (Intersubjetividade). Nessas “Situações” os participantes assumem diversos papéis comunicacionais (“perspectivas dos participantes”): falantes, destinatários e pessoas presentes que se conectam intersubjetivamente.

Segundo Habermas (2003a), o “Pano-de-Fundo do Mundo da Vida” é o quarto ponto de vista a ser observado na construção do conceito de agir comunicativo. Segundo o autor, o “contexto” é influenciado pelo indivíduo e o influencia (processo de socialização). Este pano de fundo fornece então o “contexto” para os processos de entendimento mútuo e, também, os “recursos” para este processo.

Continuando na exposição dos pontos de vista para a formulação do conceito de agir comunicativo, Habermas (2003a) apresenta “O Processo de Entendimento Mútuo entre O Mundo e o Mundo da Vida” como quinto ponto de vista. Para o autor, o “Mundo da Vida”, ao apresentar um contexto e as ferramentas para o entendimento mútuo, necessita do outro “Mundo”, pois o entendimento se refere “acerca de algo no mundo”, exterior ao Mundo da Vida.

Habermas (2003a) apresenta as “Referências ao Mundo e Pretensão de Validez” como o sexto ponto de vista. No contexto de entendimento mútuo, todo proferimento inteligível tem as seguintes pretensões: o enunciado é verdadeiro; o ato de fala é correto relativamente a um contexto normativo existente; a

intenção manifesta do falante é visada de modo como é proferida. Assim, quem rejeita uma oferta intelegível, contesta o proferimento em sua validade em pelo menos um dos aspectos: verdade, correção e sinceridade.

O último ponto de vista está relacionado às “Perspectivas de Mundo”. O “locutor competente” tem a

[...] possibilidade de escolher entre os *modos cognitivo, interativo e expressivo* do uso da língua e entre classes correspondentes de *atos de fala constataativos, regulativos e representativos* para se concentrar seja em questões de verdade, seja em questões de justiça, seja em questões do gosto ou, antes, da expressão pessoal, considerando-as sob o aspecto de uma pretensão de validade universal (HABERMAS, 2003a, p. 168, grifo nosso).

Em síntese, o agir comunicativo busca a Orientação para o Entendimento Mútuo enquanto Mecanismo de Coordenação das Ações, no qual os indivíduos encontram-se em Situação de Ação e/ou de Fala em um contexto de Mundo da Vida, buscando também o Entendimento Mútuo entre o Mundo da Vida e o Mundo por meio de Pretensões de Validade em diferentes Perspectivas de Mundo. Em outras palavras, por meio da interação entre os indivíduos busca-se a coordenação das ações por meio do entendimento para atingir objetivos comuns em determinado contexto (HABERMAS, 2003a).

Serva (1997), em um texto que busca identificar a racionalidade substantiva em organizações, parte do trabalho sobre racionalidade de Guerreiro Ramos e da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas.

As duas teorias, além de terem como ponto de partida a emancipação do ser humano face aos constrangimentos da autorrealização impostos pela sociedade contemporânea, constituem um caso flagrante de complementaridade, especialmente para

os que se lançam no estudo da razão substantiva nas organizações (SERVA, 1997, p. 22).

Assim, Serva (1997), baseado em Ramos e Habermas de forma complementar apresenta a **Ação Racional Substantiva** que pode ser definida como

[...] a ação orientada para duas dimensões: que na dimensão individual se refere à autorealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal que se refere ao entendimento, nas direções da responsabilidade e satisfação pessoais (SERVA, 1997, p. 22).

Nota-se que a Ação Racional Substantiva, no nível do indivíduo, caminha no sentido da emancipação (objetivo da Gestão Social, conforme se discutirá à frente) e na dimensão grupal, passando pelo entendimento, que pressupõe Dialogicidade e Intersubjetividade, busca a satisfação pessoal. Pode-se aproximar, então, a Ação Racional Substantiva do IBC (ponto de partida da Gestão Social). Assim, na esfera pública mediada pela Gestão Social, o processo decisório é baseado na Democracia Deliberativa que tem a Ação Racional Substantiva como sua orientação de ação.

As demais categorias teóricas complementarão este quadro, conforme se verá adiante. A seguir, apresentam-se em conjunto Comunidades de Prática, Interorganizações, Dialogicidade e a Intersubjetividade por se entender que são Categorias Teóricas complementares.

6.3.2.3 Comunidades de prática: interorganizações, dialogicidade e intersubjetividade na redefinição da esfera pública

Como Dialogicidade, entende-se, neste trabalho, o próprio diálogo no sentido amplo, onde todos falam, ouvem e consideram o que os outros dizem.

Neste sentido, pode-se classificar a Dialogicidade como a capacidade de se comunicar e, por consequência, se entender com outras pessoas.

A Intersubjetividade, por sua vez, complementa a Dialogicidade. Enquanto a segunda é o diálogo a primeira é a compreensão deste diálogo. Em outras palavras, a Intersubjetividade é a capacidade dos indivíduos de entender a subjetividade do outro por meio da comunicação entre eles, entender o que se está sendo dito e também como está sendo dito. A Intersubjetividade não está só relacionada ao conhecimento da língua e dos símbolos utilizados para a comunicação, mas também do contexto no qual esta comunicação acontece, na percepção, também, do “não dito”.

Segundo Rosavallon (1979, p. 135), “a linguagem tem sido, em muitos casos, a forma mais sutil de poder social”. Para Habermas (2003b, p. 85) a linguagem comum, ao contrário que possa se pensar, pode conduzir o agir orientado pelo entendimento, “[...] através do qual o mundo da vida se reproduz e os próprios componentes do mundo da vida se entrelaçam entre si”.

A Dialogicidade só acontece se houver Intersubjetividade, para compreender e participar do diálogo é necessário estar familiarizado com suas regras, estruturas e contexto, em outras palavras, a Intersubjetividade é condição para a Dialogicidade.

O espaço de uma situação de fala, compartilhado intersubjetivamente, abre-se através de relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros assumindo obrigações ilocucionárias (HABERMAS, 2003b, p. 93).

A Categoria Teórica Comunidades de Prática, por sua vez, está vinculada à abordagem social ou abordagem sócio-prática da aprendizagem. O termo foi proposto, inicialmente, por Lave e Wenger (1981) e depois foi

desenvolvido por diversos autores como Boudousa e Schommer (2008, 2009) e Schommer e França Filho (2006, 2008, 2010) como forma de entender novos processos de ensino-aprendizagem em Gestão Social, como, por exemplo, a Residência Social.

As comunidades de prática podem ser definidas como grupos de praticantes que compartilham objetivos e desafios, interagem regularmente, aprendem *pelos* outros e *com* os outros, e desenvolvem habilidades para lidar com tais desafios e atingir seus objetivos (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2006, p. 66, grifo nosso).

Em outras palavras, Comunidades de Prática são entendidas como espaços nos quais as pessoas se relacionam de maneira dialógica (Dialogicidade), onde ensinam-aprendendo (*com* os outros) e aprendem-ensinando (*pelos* outros), o que pressupõe uma Intersubjetividade anterior ao processo ou construída nele. Nota-se, claramente, a ausência de hierarquia em relação ao saber. O que os une na “comunidade” é o objetivo e não há distinção entre os que aprendem e os que ensinam, o processo é de mão dupla e durante o próprio processo os participantes aprendem a lidar com os desafios de fazer parte da Comunidade de Prática. Ao aprenderem *com* e *pelos* outros se nota a perspectiva do entendimento no processo. Outro fator extremamente relevante é a questão da interação, pois quando “interagem regularmente” os participantes entram em contato e se reconhecem como membros de um espaço, que pode se desenvolver como uma esfera pública.

O conceito de comunidades de prática, de certa forma, se aproxima do que Freire (1987, 1996, 2001) denomina Educação Dialógica. A Educação Dialógica pressupõe o respeito, por parte do responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, aos saberes já existentes dos educandos, mesmo os não formais. A diferença talvez esteja na total falta de hierarquia das Comunidades

de Prática, enquanto na Educação Dialógica pressupõe-se a figura do educador e do educando.

Um conceito importante e complementar ao de Comunidades de Prática é o de Participação Periférica Legítima (LAVE; WENGER, 1991), pois é normal se esperar que os membros das Comunidades de Prática tenham diferentes níveis de entendimento, o que seria um empecilho para a Intersubjetividade plena. Entretanto, se o grupo permitir, os membros que estariam na periferia em termos de participação, com o passar do tempo, podem se apropriar do processo se tornando membros “efetivos” da Comunidade de Prática. Desta forma, a assimetria de informações vai diminuindo e a participação pode deixar de ser periférica.

Segundo Habermas (2003b), diversos fatores dificultam a participação plena: assimetria de informações, distribuição casual e desigual das capacidades individuais, tempo escasso, disposição e capacidade de dar contribuições próprias. Devem ainda ser considerados os “[...] enfoques oportunistas, afetos, preconceitos, etc.” (HABERMAS, 2003b, p. 54).

A Participação Periférica Legítima pode minimizar (não eliminar) essas dificuldades, na medida em que se tem o IBC, baseado na Solidariedade e Sustentabilidade como ponto de partida. O IBC é compatível com a Participação periférica legítima, pois, ao reconhecer a importância do bem-estar coletivo, o próprio grupo entende a importância que a participação deixe de ser periférica e atua no sentido (solidário) de torná-la plena.

Assim, como Baulosa e Schommer (2008, 2009) e Schommer e França Filho (2006, 2008, 2010), entende-se as Comunidades de Prática como os espaços por excelência para o ensino da Gestão Social, pois se formam em interações dialógicas de construção coletiva de conhecimento, onde há a possibilidade de conciliar diferentes saberes. Dessa forma, não existem comunidades de prática iguais, cada uma é construída pela interação entre seus

próprios membros, que por meio do diálogo constroem sua maneira de conviver (Intersubjetividade).

Portanto, Comunidades de Prática podem ser entendidas como a dinâmica de funcionamento da Esfera Pública, a maneira pela qual as pessoas se relacionam no espaço, reforçando que a participação é um processo de aprendizado. Outra Categoria Teórica complementar à Esfera Pública é Interorganizações.

Segundo Fischer (2002b), as interorganizações são organizações diferenciadas que se aproximam por objetivos comuns, como os membros das Comunidades de Prática. A autora destaca que esta aproximação acontece no nível da integração – atuação em conjunto – que acontece pela complementaridade, “[...] pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado” (FISCHER, 2002b, p. 19). As principais características das Interorganizações são a hibridização e a complexidade. Esses arranjos são formados por novos desenhos organizativos, com multipolaridade nas relações de poder (FISCHER, 2002b).

A Categoria Teórica Interorganizações se integra à Categoria Teórica Comunidades de Prática, na medida em que as interorganizações podem tomar parte em Comunidades de Prática para atingir seus objetivos comuns, como instituições, mas essencialmente representadas por pessoas. Com o advento do social (ARENDDT, 2010), cada vez mais as organizações são as representantes dos interesses políticos dos indivíduos (HABERMAS, 2003c). Segundo Habermas (2003b, p. 99), “a sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política”.

Assim, fecha-se a relação entre as Categorias Teóricas incluídas na estruturação da Esfera Pública. Na próxima seção apresentaremos a Categoria Teórica Emancipação.

6.3.3 Emancipação

Neste trabalho entende-se Emancipação como “livrar-se da tutela de alguém”, “libertar-se” (MICHAELIS, 2011), buscar autonomia. Segundo Chauí (2011, p. 304, grifo nosso) “autonomia, do grego *autós* (si mesmo) e *nomós* (lei, regra, norma), é a capacidade interna para dar-se a si mesmo sua própria lei ou regra e, nessa posição da lei-regra, pôr-se a si mesmo como *sujeito*”.

A Emancipação enquanto Categoria Teórica da Gestão Social está inscrita na tradição marxista (MARX, 2005; MARX; ENGELS, 2004; SANTOS, 2010) e na Teoria Crítica (HORKHEIMER, 1991; MARCUSE, 1979; PAES-DE-PAULA, 2008; SGRÓ, 2007), no sentido de ser a libertação de uma dominação opressora, baseada nas relações de produção e reprodução da vida. Emancipação é a ruptura com a subalternidade e a recusa à manipulação (NOGUEIRA, 2011).

Talvez o prefácio de 1969 [do livro *Dialética do Esclarecimento* de Horkheimer e Adorno] nos autorize a dizer que a obra dos frankfurtianos pode ser entendida como um chamado enérgico e determinante a se pensar o ‘que fazer’ para unir teoria com prática, para conseguir a reconciliação do homem com a natureza, e da racionalidade operacional com a emancipatória (SGRÓ, 2007, p. 89-90).

Por um lado, parte-se da consideração de que a razão utilitária (RAMOS, 1981), hegemônica no mundo capitalista ocidental é uma barreira para a emancipação (BOX, 2005; MARX; ENGELS, 2004; RAMOS, 1981; SGRÓ, 2007; TRAGTENBERG, 2005). Neste sentido, Santos (2010, p. 241), afirma que “[...] o período do capitalismo liberal é aquele em que se manifesta de forma brutal a liquidação do potencial emancipatório da modernidade”. Contudo, Marcuse (1979, p. 17) considera que “o fato de a grande maioria da população aceitar e ser levada a aceitar essa sociedade não a torna menos irracional e menos repreensível”. Por outro lado, “não é realista a ideia segundo a qual todo comportamento social é concebido como agir estratégico, podendo ser explicado como o resultado de um cálculo egocêntrico de possíveis vantagens” (HABERMAS, 2003b, p. 66).

Muitas vezes pode-se ter a sensação de que não há o que fazer em relação a uma realidade dada, pela sua própria força e onipresença. Porém, a Teoria Crítica pensa de maneira diferente, pois “se o pensamento não se limita a registrar e classificar as categorias da forma mais neutra possível, isto é, se não se restringe às categorias indispensáveis, à *práxis* da vida nas formas dadas, surge imediatamente uma resistência” (HORKHEIMER, 1991, p. 61), tanto dos acomodados que não querem sair desta condição, quanto dos dominantes que se sentem ameaçados. Uma das acusações é que o pensamento é “teórico demais” (HORKHEIMER, 1991).

Este fenômeno é descrito por Marcuse (1979) em seu texto “Homem Unidimensional”, cujo significado é atribuído pelo próprio autor é “aquele que perdeu a noção das contradições”. Nas palavras do autor,

Surge assim um padrão de *pensamento e comportamento unidimensionais* no qual as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da

ação são repelidos ou reduzidos a termos desse universo (MARCUSE, 1979, p. 32, grifo nosso).

Ainda segundo Marcuse (1979, p. 28), “toda libertação depende da consciência de servidão e o surgimento desta consciência é sempre impedido pela predominância de necessidades e satisfações que se tornaram, em grande proporção, do próprio indivíduo”.

A libertação não pode ocorrer de forma individual (PAES-DE-PAULA, 2008), a união e a solidariedade são condições para se emancipar (MARX; ENGELS, 2004). Porém, “antes de emancipar os outros precisamos nos emancipar” (MARX, 2004). De toda forma, a Emancipação não vem de fora, deve ser conquistada (MARX, 2004; MARX; ENGELS, 2005). No mesmo sentido, Habermas (2003b) argumenta que a emancipação pode se formar na sequência de processos de democratização, mas não pode ser produzida por meio de intervenções exteriores.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas *forces propres* como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (MARX, 2005, p. 42, grifo nosso).

O homem se emancipa quando se percebe enquanto indivíduo, com suas potencialidades individuais (*forces propres*) como motor das forças sociais, por fim, quando se percebe como ser político.

A Comuna de Paris representa um momento incomparável de ruptura nesse sentido, pois se tornou um “governo da classe operária”, a forma política encontrada, enfim, para a emancipação social dos trabalhadores, “pela primeira

vez não se trata de apoderar-se do Estado para apropriar-se de seus poderes e colocá-los a serviço de um novo grupo social. Para o proletariado trata-se de destruir o poder do Estado moderno” (ABENSOUR, 1998, p. 115).

Finalizando a Categoria Teórica da Emancipação, entendida como fim último da Gestão Social, acrescenta-se outra característica a esta Categoria Teórica. Sugere-se que a Emancipação se presta também a reforçar a percepção do IBC. Ao se libertar, escapando da manipulação, o ser humano pode passar a ter mais claro para si que ele vive em comunidade, as questões referentes à Solidariedade e Sustentabilidade podem se tornar óbvias, de certa forma.

Em seguida apresenta-se o modelo elaborado pelo pesquisador para contribuir com a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social.

6.3.4 Proposta inicial da perspectiva teórica para a gestão social

Não se pretende, de forma alguma, engessar o campo nem adotar uma postura prescritiva. Na verdade, esta perspectiva teórica foi construída tendo por base a percepção do pesquisador sobre a Gestão Social e a análise de outros trabalhos de pesquisadores que, vêm ajudando a construir o campo da Gestão Social.



Figura 1 Proposta inicial de uma aproximação teórica para a Gestão Social, baseado em Categorias Teóricas da Gestão Social e suas interações.

Este aproximação teórica representa a contribuição do pesquisador para a construção das bases epistemológicas da Gestão Social. Esta proposta tem um caráter inicial e gostaria de se dizer que é uma “delimitação feita a lápis”, no sentido de ser o início de um debate que pode redesenhá-la, à medida que avançarem as discussões, quantas vezes forem necessárias.

Uma característica metodológica desta aproximação teórica é sua dialeticidade. Segundo Konder (2006, p. 8), “na acepção moderna [...] dialética [...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Percebe-se que a Gestão Social, conforme apresentada, caminha na contra-mão (na contradição) do sistema hegemônico, e, ainda, que pode ter potencial latente de mudança de percepção de mundo, fica clara esta condição.

Porém, sugere-se, ainda, na linha de Tenório (2011), que esta dialética está inserida na perspectiva da Dialética Negativa, proposta por Adorno (2009).

A dialética negativa é um esforço permanente para evitar falsas sínteses e desconfiar das propostas definitivas para a solução de problemas, rejeitando toda visão sistêmica e totalizante da sociedade. Dessa forma, a dialética negativa nunca se conforma ao *status quo*, representando um esforço permanente de superar a realidade cotidiana rotinizada; é um movimento permanente da razão no sentido de resgatar do passado as dimensões reprimidas e não concretizadas no presente, transferindo-as para um futuro no qual as limitações do presente não mais existam. Dessa forma, na dialética adorniana, o conceito de teoria refere-se a um futuro melhor, remetendo-se à dimensão prática (PAES-DE-PAULA, 2008, p. 7-8).

Assim, ao apresentar esta proposta inicial para fundamentar a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social, tem-se o contraditório como ponto de partida, gestão estratégica *versus* Gestão Social, o que levou o pesquisador a construir um conceito, para evitar que tudo que não seja gestão estratégica seja identificado como Gestão Social, mas um conceito (ou uma perspectiva teórica) que também se percebe como não-conceito.

Que o conceito seja conceito, mesmo quando trata do ente, não altera nada quanto ao fato de estar por sua vez entrelaçado em um todo não-conceitual do qual só se isola por meio de sua reificação, da reificação que certamente o institui enquanto conceito. Na lógica dialética, o conceito é um momento quanto outro qualquer. Nele, sua mediação pelo não-conceitual sobrevive graças ao seu significado, que fundamenta, por seu lado, o seu ser-conceito. O conceito é caracterizado por sua relação com o não-conceito – assim como, finalmente, segundo a teoria do conhecimento tradicional, toda e qualquer definição dos conceitos carece de momentos não

conceituais, dêiticos – tanto quanto, em contrapartida, por se distanciar do ôntico como unidade abstrata dos *onta* compreendidos nele. Alterar esta conceptualidade, voltá-la para o não idêntico, é a charneira da dialética negativa (ADORNO, 2009, p. 19).

Ainda segundo Adorno (2009, p. 302), “se a dialética negativa reclama a autorreflexão do pensamento, então isso implica manifestação que o pensamento também precisa, para ser verdadeiro, hoje em todo caso, pensar contra si mesmo”. Assim, a contra-indução, proposta por Feyerabend (2007) no intuito de desenvolver a teoria é também proposta pela dialética negativa, pois “se ele [o conceito] não se mede pelo que há de mais exterior e que escapa ao conceito, então ele é de antemão marcado pela música com a qual os SS adoravam encobrir os gritos de suas vítimas” (ADORNO, 2009, p. 302).

Classifica-se, assim, a presente proposta como uma proposta inicial que tem o intuito de fornecer uma contribuição para a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social, mas que não tem pretensão de síntese (dialética negativa), mas que faz uma delimitação conceitual da Gestão Social, que, por si mesma, exige um momento não-conceitual para se compreender enquanto proposta.

Na seção seguinte, a aproximação teórica para a Gestão Social exposta na Figura 1 será testada de acordo com os critérios de demarcação elencados no Capítulo 1.

6.4 Gestão social como campo do conhecimento científico

Nesta seção resgatam-se os critérios de demarcação discutidos no Capítulo 1 e realiza-se a aproximação da proposta inicial para subsidiar a construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social com cada um deles.

6.4.1 Popper

A proposta de Popper (2007) está centrada na falseabilidade e sistemas axiomatizados. Desta forma, para que a proposta de delimitação seja considerada como ciência deve se constituir em sistema axiomatizado e ser passível de falsificação.

Os sistemas axiomatizados são constituídos por enunciados e devem satisfazer às seguintes condições: a) ser livre de contradições (internas ao enunciado e entre enunciados); b) cada enunciado deve ser independente dos demais; c) suficientes para a dedução dos enunciados básicos; d) não incluir enunciados supérfluos (POPPER, 2007).

O sistema axiomatizado, baseado nesta proposta para a Gestão Social, pode ser definido da seguinte forma:

- a) A Gestão Social, em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade, tem como ponto de partida o Interesse Bem Compreendido.
- b) A Gestão Social acontece em uma Esfera Pública redefinida pela Democracia Deliberativa, orientada pela Ação Racional Substantiva na dinâmica das Comunidades de Prática, que implica em Dialogicidade e Intersubjetividade, tendo as Interorganizações como elemento formal de ação. Este contexto torna possível a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade e transparência.
- c) A Gestão Social tem como fim a Emancipação, que, ao ocorrer, potencializa o Interesse Bem Compreendido, em um processo social contínuo.

No nosso entendimento, este sistema é livre de contradições, pois as categorias teóricas são complementares e não contraditórias, conforme se discutiu nas seções anteriores. Ao mesmo tempo, os enunciados são independentes, pois não é possível deduzir um do outro. Os enunciados são suficientes para apresentar a teoria como um todo e não existem pressupostos supérfluos. Desta forma, pode-se caracterizar este conjunto de enunciados como um sistema axiomatizado popperiano.

Segundo Popper (2007) ao apresentar-se uma teoria, devem ser apresentados também os meios para refutá-la, satisfazendo assim a condição de falsificabilidade da teoria, de modo que possa ser considerada como científica.

No caso desta proposta de delimitação, o principal meio para refutá-la é testar as próprias condições que embasam esta perspectiva teórica. Como se trata de Ciências Sociais, não se pode propor refutações empíricas, de forma que resta propor refutações na forma de discussão das Categorias Teóricas.

Inicialmente, faz-se necessário discutir se o Interesse Bem Compreendido pode acontecer em um Contexto de Solidariedade e Sustentabilidade. Em outras palavras, pode-se discutir se os conceitos são compatíveis e complementares, como está sendo proposto, ou não. Em caso negativo a teoria poderia ser refutada a partir do primeiro enunciado.

A segunda possibilidade de refutação da teoria proposta é identificar se a Esfera Pública proposta pode se configurar como espaço para a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade e transparência, conforme proposto. As Categorias Teóricas Democracia Deliberativa, Racionalidade (Ação Racional Substantiva), Comunidades de Prática, Dialogicidade, Intersubjetividade e Interorganizações, além de serem compatíveis entre si no mesmo espaço, a Esfera Pública, devem potencializar o proposto, caso isto não ocorra, o segundo enunciado pode ser refutado.

Por fim, o terceiro enunciado traz a Emancipação enquanto resultado final do processo da Gestão Social, reforçando o atributo inicial, ou ponto de partida, que é o Interesse Bem Compreendido. Como a Emancipação é de difícil mensuração⁶⁸, pode-se buscar uma forma alternativa, mais objetiva ou “falsificável” de verificar este enunciado. A Emancipação se presta a reforçar o Interesse Público Bem Compreendido, que acontece em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade. Conforme se discutiu no texto a Categoria Teórica Sustentabilidade é tratada no sentido amplo de continuidade, desta forma, se a Esfera Pública (alimentada pelo Interesse Bem Compreendido) deixar de existir, é porque a Emancipação não cumpriu seu papel e o enunciado pode ser refutado.

Acredita-se ter apresentado meios razoáveis para a refutação da teoria apresentada, por meio do sistema axiomatizado. Ao satisfazer as condições propostas por Popper (2007), pode-se dizer que, dentro do critério de demarcação de Popper (2007), a Gestão Social aproxima-se de um campo do conhecimento científico. Na seção seguinte será realizada a aproximação com o critério de demarcação de Kuhn (1978).

6.4.2 Kuhn

O critério de demarcação de Kuhn (1978) é a aquisição do primeiro paradigma. Após esta condição satisfeita o campo se consolida como ciência normal para determinada comunidade científica, estabelecendo sua matriz disciplinar como base para a resolução de quebra-cabeças. A partir daí, contra o pano de fundo da ciência normal vão-se acumulando anomalias que podem resultar em uma revolução científica, iniciando novamente o processo.

⁶⁸ Porém, uma das possibilidades de constatar a emancipação está descrita em Cançado (2007), baseado nos níveis de consciência de Freire (2001).

Desta forma, para atender ao critério de demarcação de Kuhn (1978), a Gestão Social precisa ter estabelecido seu primeiro paradigma e apresentar uma matriz disciplinar para guiar a ciência normal. Porém, segundo Coelho (2004), Fischer (2002b), Fischer e Melo (2006) e Vidal et al. (2006) a Gestão Social ainda está na fase pré-paradigmática. Para Matos et al. (2009) e Ramos et al. (2009) a Gestão Social tem potencial para uma mudança de paradigma na Teoria das Organizações, ou seja, pode ser considerada uma anomalia. Fischer (2007) e Oliveira et al. (2009) acreditam que a Gestão Social pode mudar, inclusive, o paradigma das empresas e Mendes (2008) classifica a Gestão Social como o novo paradigma da Administração contemporânea.

Para se perceber em que posição está a Gestão Social em relação ao estabelecimento de um paradigma kuhniano, o caminho é identificar sua matriz disciplinar. A matriz disciplinar é composta de: a) Generalizações Simbólicas compartilhadas pela comunidade científica, que são pontos de apoio para a resolução dos quebra-cabeças; b) Crenças em Determinados Modelos por meio de analogias e metáforas, delimitando o que será aceito como resposta de um quebra-cabeça e ainda quais são os quebra-cabeças mais importantes; c) Valores: que criam a identidade da comunidade científica e d) Exemplares: soluções concretas para problemas que mostrem o caminho para a solução de problemas.

Conforme apresentado anteriormente, na Análise de Conteúdo dos trabalhos sobre Gestão Social, ainda há variação no que se refere à utilização do termo. Porém, já se identificou algumas tendências em relação a entendê-la na perspectiva das Categorias de Análise de Conteúdo Gestão Participativa (GP) e Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos (GOSFL), que foram os principais resultados da Análise de Conteúdo, representam quase a metade dos trabalhos identificados. Além disso, a Categoria de Análise de Conteúdo Gestão Emancipatória (GE), apesar de ser uma perspectiva de certa forma ainda recente, vem apresentando uma tendência de alta. Desta forma pode-se dizer que estas

são possíveis generalizações simbólicas, que tendem a ser ampliadas com o passar do tempo. Retomando as Categorias Teóricas (principalmente Democracia Deliberativa) propostas, a partir delas pode haver generalizações simbólicas razoavelmente compatíveis com estas respostas.

As categorias deixam claro um modelo, desta forma, a “Crença em Determinados Modelos” também é atendida, pois a partir do proposto já se torna possível se determinar as respostas esperadas para a resolução de quebra-cabeças, e ainda identificar quais os quebra-cabeças mais importantes. Neste sentido, as Categorias Teóricas da Gestão Social propostas se apresentam como um modelo no qual é possível dizer se determinada gestão é ou não Gestão Social.

Em relação aos valores, os autores que os exprimem explicitamente são Maia (2005), que considera a democracia e a cidadania e Pimentel et al. (2011), que considera como o interesse público bem compreendido de Tocqueville. Dentro da proposta apresentada, a Solidariedade e a Sustentabilidade (enquanto Categorias Teóricas da Gestão Social) podem ser consideradas os valores da Gestão Social. Em nenhum dos textos analisados pode se encontrar posição contrária a isto. Desta forma, estes parecem ser os valores da Gestão Social no atual momento. Cabe aqui uma sugestão de pesquisa para elucidar estas considerações. O que é importante destacar é que, estando no início, nos fatores que motivam a Gestão Social, tanto a Solidariedade quanto a Sustentabilidade são essenciais para que no espaço da Esfera Pública aconteça a Emancipação.

Sobre os exemplos, apesar de se estar, ainda, em uma fase inicial tem-se os livros com casos de Fischer, Roesch e Mello (2006) e Tenório (2007b), além dos diversos artigos, dissertações e teses com estudos de caso relacionados à Gestão Social. O esforço de síntese realizado no âmbito desta tese tem, também, o intuito de facilitar a elaboração de exemplos.

Outra característica que contribui para a estruturação do primeiro paradigma para a Gestão Social é o início da organização de sua comunidade científica, em torno da Rede Brasileira de Pesquisadores em Gestão Social – RGS e do próprio Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS.

Esta tese se propõe a organizar o conhecimento já produzido pelos membros desta comunidade científica e se pode prever que ela pode estabelecer um paradigma, mas isto vai depender da resposta da comunidade científica. Porém, por ter sido construída sob as contribuições da própria comunidade é provável que, pelo menos parte desta proposta, seja consolidada. Ter-se-á, então, o primeiro paradigma kuhniano e a Gestão Social poderá se considerar um campo do conhecimento científico na perspectiva do critério de demarcação de Kuhn (1978). Segundo Kuhn (1978), o primeiro paradigma pode parecer limitado e impreciso, porém, se for aceito pela comunidade, é porque foi melhor que outras teorias, mesmo não conseguindo explicar todos os fatos.

Desta forma, dentro do critério de demarcação de Kuhn (1978) a Gestão Social ainda não pode ser considerada como campo do conhecimento científico, apesar de se considerar que se está bem próximo disto. Cabe ressaltar, que o próprio autor apresenta esta fase pré-paradigmática como marcada por debates frequentes e profundos que não necessariamente criam consenso.

Na seção seguinte será apresentado o critério de demarcação de Lakatos (1999), ao qual será submetida a proposta de delimitação do campo.

6.4.3 Lakatos

O critério de demarcação de Lakatos (1999) se aproxima do de Kuhn (1978), porém, com algumas variações. Lakatos (1999) apresenta como critério de demarcação que determinado campo deva se constituir em um programa de

investigação científica. O programa é composto de: a) Núcleo Firme, irrefutável por opção metodológica dos participantes; b) Heurística Negativa, que são os caminhos a evitar na pesquisa e c) Heurística Positiva, caminhos a seguir no reforço da teoria. As anomalias são colocadas de lado na intenção de, no futuro, com o avanço do programa, serem explicadas e ainda servirem de reforço ao próprio programa.

Pode-se notar, então, uma grande proximidade ente as proposta de Kuhn (1978) e Lakatos (1999), o que de certa forma já direciona este estudo para uma resposta similar à anterior em relação à cientificidade do campo da Gestão Social na perspectiva deste critério de demarcação.

O Núcleo Firme pode ser composto pelas Categorias Teóricas da proposta já apresentada, sintetizada aqui como IBC (englobando Solidariedade e Sustentabilidade), Esfera Pública (na perspectiva de guarda-chuva para as Categorias Teóricas Democracia Deliberativa, Ação Racional Substantiva, Comunidades de Prática, Dialogicidade, Intersubjetividade e Interorganizações) e Emancipação.

A Heurística Negativa, dentro desta proposta, pode ser dividida em duas frentes: 1) utopia da Gestão Social e 2) exigência de metodologias prescritivas. A hegemonia da racionalidade utilitária pode, em um primeiro momento, apresentar todo o constructo teórico da Gestão Social como uma utopia, partindo da impossibilidade de manifestação do IBC que tornaria impossível a constituição e funcionamento de uma Esfera Pública (conforme apresentada anteriormente), levando à impossibilidade da Emancipação. Desta forma, a Gestão Social seria uma utopia e seu constructo poderia ser considerado “teórico demais”, sem possibilidades de acontecer no “mundo real”. A exigência de apresentação de metodologias mais prescritivas para a Gestão Social, de certa forma, é um desdobramento da questão da utopia. Quando se exige prescrição por parte da Gestão Social, dentro das Categorias Teóricas apresentadas, a

Gestão Social se operacionaliza e perde sua razão de ser. Lembra-se da discussão anterior com Boullosa e Schommer (2008, 2009) sobre a prescrição na Gestão Social, na qual concorda-se com as autoras, que a prescrição pode levar a Gestão Social a se aproximar da gestão privada, perdendo sua identidade. Estes são os caminhos a serem evitados na Gestão Social, sua Heurística Negativa.

Quanto à Heurística Positiva, acredita-se que a realização de mais estudos sobre experiências exitosas (e as metodologias utilizadas); bem como a atuação dos profissionais formados nos cursos de Gestão Social; a mediação transformadora apresentada por Fischer (2002b), melhorando o próprio entendimento sobre a formação do profissional e dos resultados da Gestão Social na prática são um caminho. Outro caminho igualmente importante é o próprio desenvolvimento das Categorias Teóricas apresentadas e de sua inter-relação, de forma a ampliar a teoria já apresentada.

Desta forma, mesmo que já se tenha avançado bastante, ainda não se pode considerar a Gestão Social como um campo científico dentro deste critério de demarcação. Segue-se, aqui, o mesmo raciocínio realizado para a proposta de Kuhn (1978), se a comunidade científica entender que este é um trabalho que pode estabelecer um programa de investigação científica, passa-se a atender à proposta lakatiana. Mas, por enquanto, ainda não.

6.4.4 Feyerabend

A proposta de Feyerabend (2007) é a mais aberta de todas. Seu critério de demarcação é justamente não ter critério de demarcação. Em outras palavras: vale tudo. Não existe uma estrutura comum para os procedimentos e resultados que constituem as ciências. Neste contexto, o cientista não deve abrir mão de nenhuma oportunidade que se apresente, como podem fazer, por exemplo, os

membros de uma comunidade científica comprometidos com um paradigma kuhniano ou um programa de investigação científica lakatiano.

Feyerabend (2007) apresenta a contra-indução como caminho pelo qual a ciência se desenvolve. A contra-indução consiste em apresentar teorias deliberadamente contrárias às teorias estabelecidas. Segundo o autor, as mais importantes propriedades formais de uma teoria são descobertas por contraste e não por análise. Um exemplo de contra-indução é a contraposição apresentada por Tenório (2008a, 2008c) entre a gestão estratégica e a Gestão Social.

Dentro da perspectiva feyerabendiana, então, a Gestão Social pode ser considerada como um campo do conhecimento científico. E, ainda, seguindo a perspectiva do autor, o campo deve avançar justamente contrapondo novas teorias às que forem estabelecidas.

Na seção seguinte discute-se a proposta de demarcação do campo da Gestão Social em relação à proposta de critério de demarcação de Chalmers (1993, 1994).

6.4.5 Chalmers

A proposta de Chalmers (1993, 1994) também é ampla, se aproximando de Feyerabend (2007). Para Chalmers (1993, 1994), não existe uma categoria única chamada ciência, o estabelecimento de critérios de demarcação serve apenas para excluir ou suprimir áreas de estudo. Segundo o autor, cada campo deve ser analisado de acordo com seus objetivos, métodos utilizados e resultados alcançados.

Para que seja considerado como ciência um campo do conhecimento deve ter um objetivo claro (meta da ciência), métodos à sua disposição e possibilidade de medir os seus resultados em termos dos objetivos propostos. O grau de fertilidade de cada campo do conhecimento científico, segundo

Chalmers (1993, 1994), está relacionado à amplitude de oportunidades para desenvolvimento que uma teoria em determinado contexto prático ou teórico, além das possibilidades reais que apresenta dentro do contexto dos recursos teóricos e experimentais disponíveis.

No caso da proposta de delimitação do campo da Gestão Social, pode-se considerar que a meta da ciência é Emancipação. Os métodos que se tem à disposição são diversos e estão em constante (re)construção, mas sua diretriz comum é que são baseados em metodologias não prescritivas cujo objetivo está na Emancipação do sujeito. Pode-se, ainda, acrescentar que a linguagem e diálogo (Intersubjetividade e Dialogicidade) são estes métodos por excelência. Como exemplos pode-se citar a Residência Social da UFBA (FISCHER; ROESCH; MELO, 2006), a Residência Solidária na UFRGS (CARRION; VALENTIM; HELLWIG, 2006), a metodologia de incubação de cooperativas populares baseada em Paulo Freire do NESol/UFT (CANÇADO; CANÇADO, 2009) e da INCUBACOOOP/UFLA, o trabalho realizado de capacitação em elaboração e gestão de projetos para comunidades carentes, realizado há quase duas décadas pela EBAPE/FGV (TENÓRIO, 2007b), dentre inúmeros outros.

Em relação à mensuração dos resultados, esta tese pode ser considerada como a síntese deles até agora. Pelo discutido anteriormente, nota-se o desenvolvimento de convergências que têm feito o campo prosperar. O estabelecimento de novas convergências e sobrevivência do ENAPEGS, em seu quinto ano sem interrupção com crescimento contínuo, além da própria RGS, também reforçam esta posição, bem como o lançamento de periódicos na área.

Em relação ao grau de fertilidade da Gestão Social, acredita-se que existe um amplo espectro de oportunidades, uma vez que a Gestão Social se propõe, enquanto processo, a viabilizar a Emancipação em uma sociedade notadamente desigual e excludente. A Gestão Social se propõe a pensar um projeto de nação e um modelo de Estado capazes de enfrentar exclusão enquanto

processo (CARRION, 2007), então, há muito a ser feito. O crescente interesse de pesquisadores sobre o tema é fruto deste grau de fertilidade que vem sendo percebido pela academia e tem se tornado cada vez mais forte.

Desta forma, a proposta de delimitação do campo da Gestão Social atende à proposta de Chalmers (1993, 1994) em relação à sua cientificidade.

Na seção seguinte apresenta-se a proposta de Santos (2003) e realiza-se a aproximação com a proposta de delimitação do campo da Gestão Social.

6.4.6 Boaventura de Souza Santos

Para Santos (2003), a sociedade está em um processo de mudança paradigmática no sentido kuhniano do termo. A ciência realizou a primeira ruptura epistemológica, que separou senso comum de Ciência e teve como base as Ciências Naturais, elaborando as bases para uma aplicação técnica do conhecimento. No atual momento, segundo o autor, está-se na iminência de uma segunda ruptura epistemológica é uma ruptura com a primeira ruptura, aproximando novamente ciência e senso comum, cujo resultado seria um senso comum esclarecido e uma ciência prudente. Esta segunda ruptura partiria das Ciências Sociais e traria as bases para uma aplicação edificante do conhecimento.

A segunda ruptura epistemológica democratizaria a construção, a aplicação e a distribuição dos resultados do conhecimento científico e, ao propor um senso comum esclarecido, faz da Emancipação o objetivo final do conhecimento.

A proposta apresentada até aqui, no entendimento deste pesquisador é adequada à segunda ruptura epistemológica, tanto em termos de meio (democratização), quanto em termos de fins (Emancipação). Assim, a Gestão Social estaria de acordo com os preceitos desta segunda ruptura epistemológica,

pois o IBC em um contexto de Solidariedade e Sustentabilidade constrói as bases do processo de democratização, ao incluir a importância do bem-estar coletivo. A Esfera Pública é o espaço da segunda ruptura epistemológica, pois a Democracia Deliberativa e a Participação Periférica Legítima (na perspectiva das Comunidades de Prática) aproximam o senso comum da Ciência, sem que um se sobreponha ao outro, no sentido de ampliar as possibilidades de Dialogicidade e Intersubjetividade, ultrapassando os limites da racionalidade utilitária (RAMOS, 1981) e potencializando a Ação Racional Substantiva. Complementando este argumento, inclui-se aí a perspectiva das Interorganizações como possibilidade de representação de interesses coletivos. Por fim, a emancipação é objetivo tanto da dupla ruptura epistemológica, quanto da Gestão Social.

Desta forma, de acordo com o critério de demarcação proposto por Santos (2003), a proposta apresentada para a Gestão Social pode ser considerada como ciência.

Finalizando a análise dos critérios de demarcação, utilizar-se-á o critério de demarcação de Demo (2007).

6.4.7 Demo

O critério de demarcação de Demo (2007) está centrado na questão da discutibilidade, ou seja, só pode ser científico o que for discutível. Complementando, o autor apresenta critérios internos: coerência, consistência, originalidade e objetivação; enquanto que o critério externo é a intersubjetividade. Além disso, o conhecimento deve ter qualidade formal e qualidade política.

A coerência é a propriedade lógica do argumento, a falta de contradição interna. A consistência se refere à solidez do argumento, sua capacidade de

resistir a argumentações contrárias. A originalidade significa produção criativa, nova e não repetitiva. A objetivação, por sua vez, significa a tentativa de compreender a realidade social, que nunca será completa. A intersubjetividade, enquanto critério externo, contextualiza o conhecimento na medida em que representa a opinião de determinada comunidade científica. A qualidade formal é a propriedade lógica, baseada na instrumentação técnica compatível com os ritos acadêmicos usuais. A qualidade política complementa a qualidade técnica, e traz a discussão a respeito dos fins, do conteúdo e do contexto histórico, apresentando o pesquisador como um cidadão, um ator político que influencia e é influenciado.

Em relação à proposta apresentada para a Gestão Social, pode-se notar pela argumentação já realizada que as Categorias Teóricas são coerentes na medida em que se aproximam por complementaridade. Esta coerência pode ser notada na medida em que se apresentam os “encaixes” entre as Categorias Teóricas de forma que uma não contradiz a outra e pode ser considerada como “necessária” à outra.

A consistência deste argumento será realmente testada pela comunidade científica. Mas, pode-se argumentar que a complementaridade entre as Categorias Teóricas reforça sua consistência.

A proposta é original na medida em que se encontra apenas trabalhos iniciais neste sentido, como os de Maia (2005)⁶⁹, Pimentel et al. (2011) e Pimentel, Mariana e Pimentel (2010), que pelo seu próprio formato de artigo não dispunham de espaço para ampliar a discussão. Além disso, não foram encontradas teses e dissertações que tratassem do tema. Em que pese a construção das Categorias Teóricas ser baseada nos trabalhos da comunidade

⁶⁹ O artigo de Maia (2005) é uma parte de sua tese, porém, a área é de Serviço Social e o objetivo geral é distinto do desse trabalho.

científica da Gestão Social, a proposta da perspectiva teórica, de tê-las juntas e formando um todo, é original.

Em relação à objetivação, a tentativa de compreender a realidade está presente no argumento, que se propõe a apresentar, dentro da perspectiva de conhecimento científico, outro tipo de gestão, que já acontece na realidade e carecia desta maior precisão. Assim, ao apresentar a Gestão Social como uma proposta teórica e prática pretende-se ampliar o conhecimento da realidade, mesmo tendo claro que este conhecimento nunca será completo.

A intersubjetividade neste texto é imanente, pois ela própria é uma Categoria Teórica proposta e, além disso, como foi discutido, a comunidade científica está caminhando para a convergências em torno do entendimento do que seja a Gestão Social.

A qualidade formal do argumento se sustenta na medida em que este trabalho atende aos ritos acadêmicos em uso, estruturados em uma tese. Desta forma, o argumento está estruturado dentro da perspectiva das Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente da Administração, enquanto área do conhecimento.

Quanto à qualidade política, o próprio objetivo da Gestão Social, a Emancipação, sustenta esta característica na medida em que se percebe a Emancipação como essencial para a própria atividade política.

Finalizando a discussão em torno do critério de demarcação de Demo (2007), pode-se dizer que a questão da discutibilidade (em última instância o critério de demarcação do autor) se aproxima da falsificação popperiana, pois, para falsificar é necessário discutir o argumento/enunciado⁷⁰. Desta forma, da

⁷⁰ A aproximação entre discutibilidade (DEMO, 2007) e a falsificabilidade de Popper (2007) é um assunto complexo e não é objetivo deste trabalho. O que se está argumentando é que a discussão realizada em relação à falsificação popperiana no caso deste trabalho é semelhante à que se apresentará em relação à discutibilidade de Demo (2007).

mesma maneira que os enunciados apresentados na seção 5.4.1 podem ser falsificados, entende-se que também podem ser discutidos no intuito de atender ao critério de Demo (2007).

Ao atender aos requisitos de Demo (2007), pode-se dizer que a proposta apresentada para contribuir com a construção das bases epistemológicas da Gestão Social pode ser considerada como científica dentro deste critério de demarcação.

Na seção seguinte, uma síntese dos resultados da aproximação da proposta de delimitação do campo da Gestão Social e os critérios de demarcação.

6.4.8 Síntese dos resultados relativos aos critérios de demarcação e à proposta de delimitação do campo da gestão social

Ao aproximar-se a proposta inicial da Gestão Social deste trabalho com os diversos critérios de demarcação, obtiveram-se os resultados apresentados no Quadro 43, a seguir.

Quadro 43 Síntese dos Resultados Relativos aos Critérios de Demarcação e à Proposta de Delimitação do Campo da Gestão Social

Autores	Critério de Demarcação	Resultado	Comentários
Popper (2007)	Falseabilidade	Sim	A proposta de delimitação do campo da Gestão Social é falsificável.
Kuhn (1978)	Aquisição do 1º paradigma	Não	A Gestão Social ainda é um campo pré-paradigmático e esta proposta de delimitação tem o objetivo de caminhar na construção do 1º paradigma.
Lakatos (1999)	Constituir um Programa de Investigação científica	Não	A Gestão Social, apesar de apresentar um esboço inicial de núcleo, heurística negativa e heurística positiva, ainda não apresenta as condições necessárias à constituição de um programa de investigação científica.
Feyerabend	Não há um	Sim	Para que o campo avance a contra-

(2007)	critério de demarcação, vale tudo		indução é recomendada pelo autor.
Chalmers (1993, 1994)	Não existe um conceito único de ciência	Sim	A proposta de delimitação do campo da Gestão Social possui uma meta da ciência e tem um bom grau de fertilidade.

“continua”

Quadro 43 “conclusão”

Autores	Critério de Demarcação	Resultado	Comentários
Santos (2003)	1ª Ruptura Epistemológica, ou seja, o rompimento com o senso comum constitui a base para a 2ª ruptura, em que a ciência dialoga com o senso comum produzindo um “conhecimento prático esclarecido”, condição fundamental para a emancipação do homem.	Sim	A proposta de delimitação do campo da Gestão Social possui as características da 2ª ruptura epistemológica.
Demo (2007)	Discutibilidade	Sim	A proposta de delimitação do campo da Gestão Social possui discutibilidade, atende aos critérios internos e ao critério externo de cientificidade, além de ter qualidade formal e política.

De acordo com os resultados apresentados, pode-se dizer que a proposta para a Gestão Social elaborada neste trabalho se mostra com bom potencial para ser considerada como campo do conhecimento científico, pois atende a cinco dos sete critérios apresentados. Em relação aos critérios não atendidos, este próprio trabalho, a depender de sua aceitação na comunidade científica, pode

contribuir para que ele passe a atender a estes critérios. Em outras palavras, se a proposta apresentada neste trabalho for aceita por sua comunidade científica, passa-se a atender os critérios de demarcação de Kuhn (1978) e Lakatos (1999).

Apresentam-se, agora, as considerações finais deste trabalho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando a tese retomam-se os objetivos deste trabalho de forma a respondê-los e apresentar a apreciação do pesquisador em relação a seus resultados. Além disso, realizamos um esforço de síntese conceitual para Gestão Social e, ainda, a sugestão de uma agenda de pesquisa.

O objetivo geral desta tese foi “apresentar uma primeira aproximação de construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social e de uma primeira delimitação dessa área enquanto campo do conhecimento científico. Neste sentido, os objetivos específicos foram “a) identificar e analisar a produção acadêmica em Gestão Social; b) identificar e analisar as correntes de pensamento em Gestão Social e as categorias teóricas que a sustentam como área do conhecimento científico; c) demarcar o campo científico da Gestão Social com base em critérios teóricos e de cientificidade”.

O primeiro objetivo específico foi tratado no item 4.2, quando foram identificados 225 trabalhos entre artigos em eventos, artigos em periódicos e teses/dissertações de acordo com os critérios elencados na metodologia. Para atingir o segundo objetivo específico foi realizada uma Análise de Conteúdo, na qual foi necessário construir um quadro de análise com oito Categorias para Análise de Conteúdo: Gestão Social (GS), Gestão Emancipatória (GE), Gestão Participativa (GP), Gestão do Desenvolvimento Social (GDS), Gestão em Organizações Sem Fins Lucrativos (GOSFL), Gestão da Responsabilidade Social Empresarial (GRSE), Formação em Gestão Social (FGS) e Outras Formas de Gestão Relacionadas (OFGR). Destas, a maior concentração foi nas categorias GP e GOSFL com quase a metade dos trabalhos. Notou-se também uma tendência de crescimento da categoria GE, a mais recente delas. Esta análise foi empreendida em separado, com base em cada tipo de trabalho (artigo em evento, artigo em periódico e teses/dissertações) e em seu conjunto. Foi dada

especial ênfase à categoria GS, pois dela (e dos textos pioneiros da área) foram extraídas as Categorias Teóricas da Gestão Social: Interesse Bem Compreendido, Sustentabilidade, Solidariedade, Esfera Pública, Democracia Deliberativa, Ação Racional Substantiva, Comunidades de Prática, Dialogicidade, Intersubjetividade, Interorganizações e Emancipação.

Essas categorias possibilitaram uma delimitação conceitual inicial da Gestão Social que pode ser descrito como: a Gestão Social parte do interesse público bem compreendido, em um contexto de solidariedade e sustentabilidade, acontecendo na esfera pública, com uma dinâmica de comunidades de prática, em que a tomada de decisão coletiva ocorre por meio da democracia deliberativa sem coerção, norteadada pela ação racional substantiva permeada por dialogicidade e intersubjetividade, considerando as possibilidades das interorganizações, fundada na dialogicidade e intersubjetividade do processo visando à emancipação como fim último. Esta delimitação foi apresentada na perspectiva da dialética negativa.

A partir desta delimitação passou-se a buscar o objetivo específico 3, que visava identificar a cientificidade da Gestão Social a partir dos critérios de demarcação de sete autores: Chalmers (1993, 1994), Demo (2007), Feyerabend (2007), Kuhn (1978), Lakatos (1999), Popper (2007) e Santos (2003). A perspectiva teórica só não atendeu aos critérios de Kuhn (1978) e Lakatos (1999), por ainda não se constituir enquanto paradigma/programa de investigação científica na comunidade científica da Gestão Social. Cabe ressaltar que este próprio trabalho é um passo importante, isto é, a sua aceitação nesta comunidade pode ser um fator para que esta perspectiva teórica da Gestão Social possa atender também a estes dois critérios.

Dessa forma, os objetivos propostos foram atingidos e pode-se testar o pressuposto apresentado no início deste trabalho: “a Gestão Social constitui um campo de conhecimento científico com fundamentos teórico-metodológicos

específicos”. Acredita-se que o pressuposto foi comprovado, mesmo não tendo atendido a dois critérios de demarcação, na medida em que foram apresentados os fundamentos teóricos da Gestão Social, por meio das Categorias Teóricas identificadas, bem como sua inter-relação. Além disso, a delimitação conceitual atendeu a cinco critérios de demarcação, sendo que atendeu aos dois oriundos das Ciências Sociais, de acordo com Demo (2007) e Santos (2003).

Assim, apesar de estar ainda em desenvolvimento, no entender deste pesquisador na fase de consolidação do seu primeiro paradigma ou programa de investigação científica, a comunidade científica da Gestão Social já apresenta avanços em relação à construção dos seus fundamentos, sintetizada neste trabalho.

Em um esforço de síntese, podemos definir Gestão Social como: um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação do homem.

A Gestão Social, portanto, tem fundamentos teóricos próprio e uma prática de gestão que já acontece e, provavelmente, é anterior à gestão estratégica propriamente dita, cujo potencial é enorme no contexto de desigualdade pelo qual a sociedade humana está passando. Assim, a construção de uma agenda de pesquisa para a Gestão Social passa pela análise de experiências práticas, por meio do seu histórico e características de modo a testar o conceito apresentado. Neste sentido, o estudo de organizações e/ou espaços públicos ganha destaque, bem como a compreensão em maior profundidade do interesse público e da emancipação do homem.

O aprofundamento das Categorias Teóricas da Gestão Social e de sua interação pode conduzir a uma melhor elaboração destas categorias, bem como suas interações e redefinições, tornando possível uma delimitação mais precisa do campo. Sugere-se trabalhar com as Categorias Teóricas Centrais: IBC, Esfera

Pública e Emancipação, tendo como referência tanto sua inter-relação quanto a sua construção teórica individualizada. Esses estudos podem levar à proposição de outras Categorias Teóricas complementares, ou mesmo à exclusão/substituição de alguma delas.

A análise ou mesmo a elaboração de metodologias para o desenvolvimento da Gestão Social em determinada esfera pública, baseando-se nessa perspectiva teórica, também se configura como outra frente da agenda de pesquisas para desenvolver o campo. Neste caso, sugere-se especial atenção em relação à perspectiva da prescrição, estranha ao processo de Gestão Social.

Finalizando este trabalho, voltando à primeira pessoa, convido a comunidade científica da Gestão Social (RGS, ENAPEGS, EMAPEGS) para continuar na construção dos fundamentos teóricos da Gestão Social e reitero que este trabalho é uma contribuição inicial, baseado no esforço de uma coletividade que vem construindo a Gestão Social.

REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, M. **A democracia contra o Estado: Marx e momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 147 p. (Coleção Humanitas).
- ABREU, J. C. A. de. Movimentos sociais e redes: um estudo de caso. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 2, n. 2, p. 87-106, abr./jun. 2010.
- ADORNO, T. W. **Dialética negativa**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. 352 p.
- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004. 298 p.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- _____. **Pesquisa em turismo**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2007. 174 p.
- ALMEIDA, S. T. de; LEITE FILHO, C. A. P.; ALMEIDA, H. T. de. A gestão socialmente responsável como diferencial de estratégia organizacional. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.
- ALVARES, L. M. C.; MENEZES, P. D. R. de. A auto-gestão compartilhada e a pesquisa-ação participativa como instrumentos de gestão da Vila Novo Ouro Preto, Belo Horizonte. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.
- ALVES SOBRINHO, E. J. M.; INOJOSA, R. M. Gestão social nos municípios: a violência e a cultura de paz. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 279-295, mar./abr. 2005.
- ANDRADE, J. C. et al. Restrição ao acesso à matéria-prima para o artesão local na área de influência do projeto Costa de Saúpe: caso para ensino. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

ANDRADE, S. R. de. Gestão por competências em ONGs como uma alternativa de gestão social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

ARAMBURÚ, J. V.; ANTUNES, E. D. A gestão social no sul do país: a relação entre as práticas de gestão em diferentes setores e o exercício da cidadania organizacional. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 1., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

ARAÚJO, A. F. de. **Gestão social de uma organização do terceiro setor: o caso da Casa da Criança e do adolescente Betinho - CCAB.** 2005. 127 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

ARAÚJO, E. T. de. Estão “assassinando” o marketing social?: uma reflexão sobre a aplicabilidade deste conceito no Brasil. **REAd**, Porto Alegre, v. 7, n. 5, set./out. 2001. Disponível em:
<http://www.marketingsocial.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125:estao-assassinando-o-marketing-social-uma-reflexao-sobre-a-aplicabilidade-deste-conceito-no-brasil&catid=20:marketing-social&Itemid=2>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ARENDT, H. **A condição humana.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 408 p.

ARISTÓTELES. **A política.** São Paulo: Escala Educacional, 2005. 272 p. (Série Filosofar).

ARROYO, J. C. T.; SCHUCH, F. C. **Economia popular e solidária: alavanca para um desenvolvimento sustentável.** São Paulo: P. Abramo, 2006. 112 p. (Coleção Brasil Urgente).

ASSIS, T. R. de P. **Agricultura familiar e gestão social: ongs, poder público e participação na construção do desenvolvimento rural.** 2005. 145 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

ÁVILA, P. de B. **Responsabilidade social empresarial: incorporação de práticas a organizações baianas.** 2006. 135 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BARBACENA, J. M. Ação Popular e participação política: um diálogo com a teoria democrática de Aléxis de Tocqueville. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 17, p. 18-28, mar. 2009.

BARBOSA, L. N. **A relação entre responsabilidade social corporativa e criação de valor para os investidores**: estudo de caso em uma empresa brasileira do setor de energia. 2007. 115 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009. 282 p.

BARRETO, M. da G. P. et al. A difícil mensuração do capital intelectual. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

BAUER, M. A. L.; CARRION, R. M. Gestão social do território: entre a ideologia e a utopia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

BECKER, C.; BOULLOSA, R. de F. Avaliação de práticas de investimento social corporativo: problematizando seus desafios e discutindo alternativas metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

BELK, A. R. **Desempenho de organizações da sociedade civil**: análise da relação entre práticas gerenciais e desempenho organizacional. 2004. 173 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 2, n. 3, p. 7-19, 1995. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=leito+de+procusto&hl=pt-BR&lr=lang_pt>. Acesso em: 31 out. 2010.

BORGES, A. C. V. et al. Ensino e pesquisa em administração e gestão social: uma experiência de interação academia-sociedade. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 37-54.

BOTREL, M. de O.; ARAÚJO, P. G. de; PEREIRA, J. R. Entre a gestão pública e a gestão social de bens culturais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

BOULLOSA, R. de F. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD-ROM.

BOULLOSA, R. de F.; BARRETO, M. L. da S. A residência social como experiência de aprendizagem situada e significativa em cursos de gestão social e gestão pública. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 181-202, jun./nov. 2010.

_____. Revisando a experiência transdisciplinar da residência social na formação em gestão social e desenvolvimento através da perspectiva da aprendizagem situada e significativa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD-ROM.

BOULLOSA, R. de F. et al. Avaliação participativa de práticas de ensino que vinculam intervenção e pesquisa em programas de formação em gestão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

BOULLOSA, R. de F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

_____. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

BOX, R. C. **Critical social theory in public administration**. New York: M. E. Sharpe, 2005. 96 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Réplica: comparação impossível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100006>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogias de análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Ed.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1, p. 437-460.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis: elements of sociology of corporate life**. Aldershot: Ashgate, 1979. 432 p.

CABRAL, E. H. de S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 21-34, 2008.

_____. Uma abordagem normativa para a gestão social no espaço público. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010a. 1 CD-ROM.

_____. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010b. 1 CD-ROM.

CANÇADO, A. C. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. Salvador: IES, 2007. 212 p.

CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma abordagem baseada em Paulo Freire. **REGES - Revista Eletrônica de Gestão**, Jaguariáiva, v. 2, n. 2, p. 56-72, 2009.

CANÇADO, A. C. et al. **Desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. 446 p.

_____. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: resultados da atuação do NESol/UFT no Bico do Papagaio/TO**. Goiânia: Grafset, 2009. 204 p.

CANÇADO, A. C.; IWAMOTO, H. M.; CARVALHO, J. E. F. B. de. Cooperativa dá lucro?: considerações sobre lucros e sobras. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 283-301.

CANÇADO, A. C.; NASCIMENTO, I. Q.; GONÇALVES, A. C. A. **Economia solidária, autogestão e inclusão social**: os desafios e resultados das ações do IES em Camaçari, no Estado da Bahia. Salvador: Provisão, 2008. 150 p.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. P. Gestão Social: por onde anda o conceito? In: FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. (Org.). **Administração pública, gestão social e economia solidária**: avanços e desafios. Viçosa, MG: UFV, 2011. p. 130-144.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. P.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão**: as experiências em Palmas, TO. Palmas: NESol/UFT, 2007. 315 p.

CANÇADO, A. C.; PROCÓPIO, M. L.; PEREIRA, J. R. Marketing social: origens, desenvolvimento e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

CARMO, E. D. do; SILVA, F.; FONSECA, S. O encontro das águas na(s) Amazônia(s): educação popular e gestão social pela via da experiência da UNIPOP. **Cadernos de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/76>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

CARRION, R. da S. M. Desafio de desenvolver competências em gestão social: relato da experiência com a residência solidária/UFRGS. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: UFC, 2008. p. 178-204.

_____. Gestão social: especificidades e práticas em discussão. In: SILVA, J. G. et al. (Org.). **Tecnologias de gestão**: por uma abordagem multidisciplinar. Vitória: EDUFES, 2007. v. 2, p. 108-124.

CARRION, R. da S. M.; CALOU, Â. Pensar a gestão social em terras de 'Padinho Cícero'. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social**: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: UFC, 2008. p. 15-19.

CARRION, R. da S. M.; VALENTIM, I. V. L.; HELLWIG, B. C. **Residência solidária: vivências de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. 208 p.

_____. _____. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009b. 1 CD-ROM.

CARVALHO, F. M. C.; VILLELA, L. E.; COSTA, E. G. da. A estrutura em rede para a atenção oncológica: rede ONCORIO na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

CARVALHO, L. F.; PEREIRA, J. R. Gestão social de um território residencial urbano: o caso de um conjunto habitacional de moradias de interesse social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

CATTANI, A. D. et al. **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009. 346 p.

CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: UFRGS, 2006. 358 p.

CHALMERS, A. F. **A fabricação da ciência.** São Paulo: UNESP, 1994. 188 p. (Coleção Biblioteca Básica).

_____. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993. 224 p.

CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 368 p.

CHAVES, J. L. F. **Como anda a tecnologia da informação no caminho das empresas rumo à responsabilidade social?: estudo exploratório de empresas que divulgam o relatório social na internet.** 2005. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Ed.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. v. 1, p. 29-58.

COELHO, M. Q. Indicadores de performance para projetos sociais: a perspectiva dos stakeholders. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Escala, [19--]. 112 p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de área 2009**: administração, ciências contábeis e turismo. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area-/3270>>. Acesso em: 10 jan. 2011a.

_____. **Editais pró-administração nº 09 /2008**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital_Pro_Administracao.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2011b.

_____. **Web Qualis**: lista completa. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>>. Acesso em: 10 jan. 2011c.

CORDEIRO, A. T. Marcos para a ressignificação de elementos no campo da gestão social e ambiental: revisitando a prática da produção e do consumo por meio da narrativa de ONGs. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

COSTA, E. G. da. **Avaliação da gestão social no pólo comercial Saara situado no centro da cidade do Rio de Janeiro**. 2009. 145 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Desenvolvimento Empresarial) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2009.

COSTA, F. C. **Ciclo de vida de competências organizacionais**: o caso de uma organização do setor elétrico. 2006. 128 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

COSTA, P. de A. A abordagem territorial para a economia solidária: um desafio para os processos de gestão social do desenvolvimento. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD-ROM.

_____. **Inovação em economia solidária: um desafio no campo político.** 2007. 204 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. Repensando a gestão social: qual a relação entre mobilização comunitária e desenvolvimento em comunidades de alta vulnerabilidade social? In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

COUTINHO, E. L. Inovações sócio-educacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da rede federal de educação profissional e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

COUTINHO, M. de M. Notas da participação cidadã na gestão pública na área de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro: mar. 1998 a dez. 1999. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 229-234, maio/jun. 2001.

CURADO, J. C.; MENEGON, V. S. M. Gênero e os sentidos do trabalho social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 431-441, 2009.

DAHL, R. **Sobre a democracia.** Brasília: UnB, 2001. 230 p.

DALLABRIDA, V. R. A gestão social dos territórios nos processos de desenvolvimento territorial: uma aproximação conceitual. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 44-60, ago./dez. 2007.

DANTAS, T. C. P. R. Moradas da lagoa: uma vivência comunitária e produtiva. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 77-88, jan./jun. 2008.

DEMO, P. **Metodologia científica nas ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 294 p.

DESCARTES, R. **O discurso do método**. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 72 p. (Série Filosofar).

DICIONÁRIO político Marxists internet archive. Disponível em:
<<http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/s/sovkhos.htm>>.
Acesso em: 13 jan. 2011.

DINIZ, J. H. A. S.; MATTOS, P. L. C. L. de. Organizações não governamentais e gestão estratégica: desfiguração de seu caráter institucional-original? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

DOMBROWSKI, O. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 269-281, jun. 2008.

DORNELAS, J. S.; HOPPEN, N. A interferência do cidadão na decisão racional de ocupação urbana: a gestão social do espaço urbano? In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

DOWBOR, L. Gestão de parcerias: o exemplo das políticas para a infância. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2002a. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/879/589>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. **Parcerias e alianças**: o bom senso na gestão social: uma abordagem conceitual das políticas para crianças e adolescentes. São Paulo, 2002b. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

_____. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-16, fev. 1999.

DREHER, M. T.; ULLRICH, D. R.; TOMIO, C. Gestão social, sustentabilidade e terceiro setor: análise dos programas *Stricto sensu* em administração. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOP, 2010. 1 CD-ROM.

ECO, U. **Como fazer uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000. 174 p.

EMMENDOERFER, M. L.; SILVA, L. F. T. B. Decisões judiciais pós Constituição de 1988 no contexto das políticas públicas e da Gestão Social: a democracia no Brasil está ameaçada? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

ENSSLIN, L.; VIANNA, W. B. Adaptação de ferramentas gerenciais para gestão no terceiro setor: relevância do Balanced Scorecard: uma simulação. **Revista de Economia e Administração**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 69-82, jan./mar. 2007.

FAJARDINI, Z. M. de O. **Paixão, organização e aprendizagem**: um estudo de caso do projeto Chapada. 2009. 175 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FAJARDINI, Z. M. de O.; DAVEL, E. Paixão e gestão social: o caso de um projeto educacional baiano. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

FELDEN, C. R.; KELM, M. L.; MULLER, P. A. Ferramentas inovadoras da abordagem de gestão social. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 100-116, 2007.

FÉLIX, W. J. S.; CÂMARA, J. F.; IPIRANGA, A. S. R. De “Tapera” ao turismo: quando organizações transformam cidades: o caso de Nova Olinda. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

FERNANDES, A. R. et al. Avaliação de desempenho organizacional no terceiro setor: um estudo sobre a viabilidade de aplicação do balanced scorecard. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.

FERNANDES, C. M. et al. A mobilidade do trabalho na gestão social do desenvolvimento territorial. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no Conhecimento local. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v. 5, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3548&Secao=ARTIGOS&Volume=5&Numero=2&Ano=2006>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

FERREIRA, J. et al. Accountability: uma nova forma de prestação de contas para a prefeitura de Camaragibe, PE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

FERREIRA, L. C. et al. Representações sociais de sertão entre jovens moradores do sertão Petrolina, PE, Juazeiro, BA. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios**. Viçosa, MG: UFV, 2011. 350 p.

FERREIRA, R. do N. et al. Governança pública: transparência, controle e accountability sob a ótica da teoria do agente. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

FEYERABEND, P. K. **Adeus à razão**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991. 372 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 15).

_____. **Contra o método**. São Paulo: UNESP, 2007. 376 p.

FINCO, M. V. A.; FINCO, F. D. B. A. Em busca do modelo de gestão social: uma avaliação do Programa de Rede Solidária de Restaurantes Populares no município de Palmas/TO através do método de valoração contingente. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 148-174.

FISCHER, T. Futuro da gestão. **HSM Management**, São Paulo, v. 10, n. 64, set./out. 2007. Disponível em: <<http://www.hsm.com.br/revista/o-futuro-da-gestao>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

_____. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a. 132 p.

_____. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: uma introdução a uma agenda. In:

_____. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002b. p. 12-32.

FISCHER, T. et al. Avaliação de programas de pós-graduação em gestão social. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 1., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 48-58, nov. 2008. Número especial.

_____. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 789-808, out. 2006.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão social do desenvolvimento e interorganizações. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Programa de desenvolvimento e gestão social: uma construção coletiva. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (Ed.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 13-41.

FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, 2006. 170 p.

FLEIG, D. G. **Desenvolvimento, participação e gestão social: análise interpretativa da gestão de uma organização não governamental.** 2004. 123 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004.

FLEIG, D. G.; OLIVEIRA, L. C. F. de S.; BRITO, M. J. de. Democracia, participação e gestão social: desafios da construção dos programas de ação temática de uma organização não governamental. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 38, p. 117-138, jul./set. 2006.

FLEIG, D. G.; SILVA, C. R. Os desafios à gestão participativa do centro de agricultura alternativa do norte de Minas no contexto do desenvolvimento brasileiro. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 3., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

FOGUEL, F. H. dos S. **Redes de colaboração solidária: um estudo sobre a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, Fortaleza/CE.** 2009. 288 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Definido gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T.; MÂISH, R. T.; CANÇADO, A. C. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.** Fortaleza: UFC, 2008. p. 27-37.

_____. Gestão social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando seu objeto. In: SANTOS, R. S. (Org.). **A administração política como campo do conhecimento.** São Paulo: Fundação Escola de Administração; Salvador: Mandacaru, 2004. p. 119-143.

FREES, C. V. **Gestão do conhecimento na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL: fatores influentes e o impacto social percebido.** 2007. 312 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social e Trabalho) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 176 p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 186 p.

FREITAS, A. F. de et al. Cooperativas de crédito solidárias na promoção do desenvolvimento local: referências conceituais e categorias analíticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOP, 2010a. 1 CD-ROM.

_____. Organização do quadro social (OQS): uma inovação institucional na gestão social de cooperativas. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 2, n. 1, p. 45-66, jan./mar. 2010b.

FREITAS, A. F. de; FREITAS, A. F. de; DIAS, M. M. Gestão social e políticas públicas: uma mudança de abordagem no desenvolvimento rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOP, 2010. 1 CD-ROM.

FREITAS, P. H. de. **Um novo olhar do sertão: avaliação participativa do projeto Policultura no Semiárido.** 2009. 195 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FREY, K. Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 83-96, nov. 2000.

GAHYVA, H. Tocqueville e Gobineau no mundo dos iguais. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 553-582, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849305.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

GIANNELLA, V. Base teórica e papel das metodologias não convencionais para a formação em gestão social. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social.** Palmas: Provisão, 2008. p. 11-36.

GLÓRIA, A. C. M. da. Reflexões sobre a experiência do Programa Famílias em Acción a luz do modelo territorial CRAS de gestão social. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 147-156, jun./nov. 2010.

GLÓRIA, A. C. M. da; BOULLOSA, R. de F. Quando a gestão desafia os resultados: reflexões sobre a experiência pioneira do CRAS a partir da sua interpretação como um modelo territorial de gestão social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

GOBBI, B. C. **Gestão ambiental como prática social: uma análise dos sentidos da interação organização e meio ambiente.** 2005. 126 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

GOMES, G. da S. et al. Residência social & EaD: alternativas multireferenciais nos estágios de graduação na UNITINS. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social.** Palmas: Provisão, 2008. p. 55-69.

GONÇALVES, A. F. Cultura, gestão social e finanças solidárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

GONÇALVES, S. M. S.; SILVA JÚNIOR, J. T. Por uma gestão social, ética e participativa: construindo alternativas para “um outro mundo possível”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T.; MELO, V. P. Formação em gestão social: um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006a. 1 CD-ROM.

_____. _____. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (Ed.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino.** Salvador: EDUFBA, 2006b. p. 43-61.

GUARANÁ, J.; FLEURY, S. Gestão participativa como instrumento de inclusão democrática: o caso dos Comitês Gestores de Bairro do Programa Nova Baixada. **RAE**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 94-103, jul./set. 2008.

GUERRA, A. C. **Gestão de incubadoras de cooperativas populares: uma análise comparativa.** 2008. 106 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

GUERRA, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 240-260.

_____. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: possibilidades de gestão. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 2, n. 1, p. 21-44, jan./mar. 2010.

GUIMARÃES, R. D. **As ações sociais de uma fundação privada de ensino superior na perspectiva dos seus stakeholders**. 2008. 110 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Vale do Itajai, Itajai, 2008.

GURGEL, C. **Gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2003. 192 p.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003c. 238 p. (Biblioteca Tempo Universitário, 84).

_____. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a. v. 2, 354 p. (Biblioteca Tempo Universitário, 102).

_____. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b. 398 p. (Biblioteca Tempo Universitário, 76).

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA JÚNIOR, I. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 655-680, ago. 2008.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. (Ed.). **Textos escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Os pensadores, 16).

INOJOSA, R. M.; JUNQUEIRA, L. A. P. Práticas e saberes: desafios e inovações em gestão social. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 171-180, abr./jun. 2008.

IWASAKI, C. A atuação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais para jovens no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

JADON, N. **Gestão social**: estudo comparado das entidades Centro de Assistência e Promoção Social Nosso Lar e ACM de São Paulo: área de desenvolvimento e assistência social. 2007. 148 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

JASMIN, M. G. **Alexis de Tocqueville**: a historiografia como ciência da política. 2. ed. Belo horizonte: UFMG; IUPERJ, 2005. 305 p.

JONES, P. **Studying society**: sociological theories and research practices. London: Colins Educational, 1993. 182 p.

JORGE, S. M. **A qualidade de vida no trabalho**: um diagnóstico junto aos servidores públicos da subseção judiciária federal de Campinas. 2009. 174 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão social: organização, parceria e redes sociais. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 87-103.

JUNQUEIRA, L. A. P. et al. Parcerias e redes sociais: a busca pela gestão social eficaz: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

KHAN, M. M. Problemas de la democracia: reforma administrativa y corrupción. **Gestión y Política Pública**, Ciudad del México, v. 8, n. 2, p. 253-273, 2001.

KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. 258 p.

KISIL, R. **A aderência do conceito de sustentabilidade às ONGs**. 2008. 232 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

KLIKSBERG, B. A gerência social, uma gerência diferente. In: _____. **Pobreza: uma questão inadiável**. Brasília: ENAP, 1994a. p. 127-146.

_____. **Pobreza: uma questão inadiável**. Brasília: ENAP, 1994b. 492 p.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 88 p. (Coleção Primeiros Passos, 23).

KORSTANJE, M. Procesos políticos en América Latina: una perspectiva sobre la forma de ver la democracia de los latino americanos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 29, n. 2, p. 187-202, nov. 2007.

LACERDA, A. N. de. **Análise da gestão socioambiental: estudo de caso no varejo supermercadista**. 2008. 126 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008.

LAKATOS, I. **Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica**. São Paulo: Edições 70, 1999. 208 p. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 28).

LANA, C. A. M.; ASHLEY, P. A. O valor da extensão universitária para o desenvolvimento da gestão social nas entidades do terceiro setor. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge: Cambridge University, 1991. 101 p.

LEAL, R. S. A dimensão ética-estética como premissa para gestão social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

LIMA, M. do C. F. **A logística reversa como instrumento da gestão de resíduos pós-consumo: uma análise do setor de telefonia móvel**. 2008. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2008.

LOPES JÚNIOR, E. A vulnerabilidade juvenil como um desafio para a gestão social no interior do Nordeste do Brasil. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

LORDÊLO, J. A. C. Rede pintadas: nova ambiência para gestão de políticas públicas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

LUCCHESI, P. T. R. Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para a redução de desigualdades em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 439-448, jul./dez. 2003.

LÜCHMANN, L. H. H. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova, Cultura e Política**, São Paulo, v. 70, n. 2, p. 139-170, abr./jun. 2007.

LUZ, A. A. **Uma análise da atuação dos bancos no Brasil: o papel do crédito no desenvolvimento local.** 2009. 102 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C. Observatório do terceiro setor do Rio Grande do Sul: relato e reflexão sobre uma iniciativa voltada para qualificação da gestão das políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

MACKE, J. **Programas de responsabilidade social corporativa e capital social: contribuição para o desenvolvimento local?** 2005. 307 p. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MACKE, J.; CARRION, R. M.; DILLY, E. K. Programas sociais corporativos e capital social: proposta de qualificação. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, n. 51, p. 836-853, jul./set. 2010.

MAGALHÃES, Á. P. C. Entre bússolas e cataventos: norteando a busca por organizações acolhedoras de experiências de Residência Social. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 229-233, jun./nov. 2010.

MAGALHÃES, Ó. A. V. et al. (Re)definindo a sustentabilidade no âmbito da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

_____. (Re)definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 1-17, jun. 2006.

MAIA, M. Gestão social: reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p. 1-18, dez. 2005.

MANZOLILLO, M. B. H. **Alinhamento estratégico das ações de responsabilidade social**: um estudo exploratório em empresas privadas de petróleo. 2005. 173 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARCH, J. G.; SIMON, H. **Teoria das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1979. 353 p.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 240 p.

MARSDEN, R.; TOWNSLEY, B. A coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Ed.). **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2, p. 31-56.

MARX, K. **A questão judaica**. São Paulo: Centauro, 2005. 104 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: M. Claret, 2004. 152 p.

MATOS, I. M. et al. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social e ambiental: uma análise comparativa junto a estudantes de cursos de administração. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD-ROM.

MEIRELLES, D.; PEREIRA, J. R. Entraves culturais de aprendizagem organizacional no contexto da gestão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

MELO, P. T. N. B. de; RÉGIS, H. P. O perfil dos gestores dos pontos de cultura no atendimento de demandas sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

MENDES, E. M. **Gestão de parcerias intersetoriais em projetos sociais: um estudo na rede mineira de centros vocacionais tecnológicos.** 2008. 128 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2008.

MENDES, L.; SANTOS, F. S. dos. Implicações sobre o comércio justo em duas cooperativas agroindustriais: possibilidades e limites. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra>>. Acesso em: 16 set. 2011.

MIORANZA, C. Apresentação. In: COMTE, A. **Discurso sobre o espírito positivo.** São Paulo: Escala, [19--]. p. 9-10.

MORAIS, K. S. de M. A comunicação organizacional como agente potencializador da responsabilidade social empresarial. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 77-88, ago./dez. 2007.

MOREIRA, D. A. Natureza e fontes do conhecimento em administração. **Administração Online**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/adol/artigo.htm>. Acesso em: 10 mar. 2011.

MOREIRA, M. A. de M. Estudo de impacto de vizinhança: instrumento propulsor de participação no desenvolvimento e gestão social de territórios? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

MORETTI, S. L. do A. Racionalidade organizacional, responsabilidade social e os desafios da convivência. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 375-395.

MORETTI, S. L. do A.; FIGUEIREDO, J. Análise bibliométrica da produção sobre responsabilidade social das empresas no EnANPAD: evidências de um discurso monológico. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 1, n. 3, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistargsa.org/ojs/index.php/rgsa/issue/current>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

MOTTA, F. C. P.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. 2. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2004. 294 p.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELLOS, I. G. de. **Teoria geral da administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2006. 428 p.

MOURA, M. S. de S.; MOURA, S. M. de S.; CALIL, M. Sala em cena: jogos teatrais na formação do/a gestor/a social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

MUNIZ, A. A. da R.; ONUMA, F. M.; PEREIRA, J. R. A gestão social do programa de atenção integral à família em Lavras, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

NASCIMENTO, A. R. Escolhas e decisões em organizações da economia solidária: a participação como educatividade para a gestão social. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 2., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.

NASCIMENTO, A. R.; ZUQUIM, J. Gestão das políticas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente: da tecnicidade à gestão social compartilhada. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD ROM.

NASCIMENTO, L. F. **Histórico das ações pró-criação da divisão sustentabilidade e gestão social e ambiental** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <airtoncardoso@yahoo.com.br> em 21 abr. 2010.

_____. Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

NICOLINI, A. M.; SCHOMMER, P. C. Ensino e aprendizagem na formação em gestão pública e gestão social: em busca de novas concepções e desenhos curriculares. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 1., 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 272 p.

NUNES, T. de S. F.; OLIVEIRA, R. R. Que competências requer a educação profissional?: um estudo do SENAC/PE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, C. A.; DAVEL, E. Conflito e diálogo nas práticas de gestão social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, J. T. C. R. de. Reflexiones sobre el proyecto HotiSana en Peru. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 103-116, jun./nov. 2010.

OLIVEIRA, L. G. L. et al. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social: uma análise junto a estudantes de cursos de administração. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 1, n. 4, p. 86-107, out./dez. 2009.

OLIVEIRA, V. A. R. de; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 613-626, 2010.

OLIVEIRA, V. C. da S. e; PEREIRA, J. R. Sociedade, Estado e administração pública: análise da configuração institucional dos conselhos gestores do município de Lavras, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

PAES-DE-PAULA, A. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, jan./mar. 2005a. p. 36-49.

_____. **Por uma nova gestão pública**. São Paulo: FGV, 2005. 204 p.

_____. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. 136 p. (Coleção Debates em Administração).

_____. Tréplica: comparação impossível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 52-53, jan./mar. 2005b.

PASSADOR, C. S.; CANOPF, L.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre a responsabilidade social no ENANPAD: a construção de um conceito? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

PASSOS, A. de M. **Gestão social e desenvolvimento local: um estudo sobre o Pólo de Moda de Petrópolis**. 2009. 138 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Desenvolvimento Empresarial) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2009.

PATINO, M. T. O. et al. O impacto do plano real nas organizações do terceiro setor. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

PAZ, J. A. da. **Consultorias.org a serviço do terceiro setor**. 2009. 112 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PETROVICH, I. R. P. **Convivência multicultural e desenvolvimento: a práxis Encontro das Tribos Jovens (ETJ)**. 2009. 173 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão social: perspectivas, princípios e (de)limitações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

PIMENTEL, M. P. C.; TEIXEIRA, J. C.; ARAÚJO, P. G. de. A gestão social na administração pública municipal: aproximações e resistências no discurso dos vereadores de um município de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 6., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

PIMENTEL, T. D. et al. **Administração pública, gestão social e economia solidária: avanços e desafios.** Viçosa, MG: UFV, 2011. 350 p.

PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

PINHEIRO, J. A. P. Movimentos sociais e gestão social dos territórios rurais brasileiros. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

PINHO, J. A. G. de. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S. et al. (Ed.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda.** Recife: UNIVASF, 2010. p. 21-52.

PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. O programa Bolsa Família no contexto do processo histórico brasileiro: a renúncia à educação e a criação dos dependentes sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 2007. 568 p.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1981. 210 p.

RAMOS, F. R. Cartografias sociais como instrumentos de gestão social: a tecnologia da inclusão social. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 655-669, maio/jun. 2005.

RAMOS, R. R. et al. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social: uma análise junto a estudantes de cursos de administração. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 3., 2009, Juazeiro. **Anais...** Juazeiro: NIGS/UNIVASF, 2009. 1 CD-ROM.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: _____. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2007. v. 1, p. 61-97.

RIBEIRO, M. T. F. Gestão do território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, P.; SOPHIA, D. C.; GRIGÓRIO, D. de A. Gestão governamental e sociedade: informação, tecnologia e produção científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 623-631, jun. 2007.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 334 p.

RIGO, A. S. et al. **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda.** Recife: UNIVASF, 2010. 456 p.

RIZOTTI, M. L. A.; NISHIMURA, S. R. Gestão social e desenvolvimento territorial: a experiência da cidade de Londrina, PR. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

ROCHA, J. A.; SANTOS, M. M. S. dos. Gestão social: novos requerimentos à formação de gestores de políticas sociais no Brasil. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social.** Palmas: Provisão, 2008. p. 104-122.

RODRIGUES, M. C. P. Avaliação da gestão social nas empresas: desafios e possibilidades. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

ROESCH, S. Gestão de ONGs: rumo a uma agenda de pesquisas que contemple a sua diversidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

ROMANIELLO, M. M.; AMÂNCIO, R. Gestão estratégica e a responsabilidade social empresarial: um estudo sobre a percepção dos estudantes do curso de administração. **REAd**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, maio/jun. 2005. Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_352.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011.

ROMANIELLO, M. M.; AMÂNCIO, R.; BENEDICTO, S. C. de. Avaliação do programa de gestão inter-institucional circuito sul mineiro de cafeicultura da região sul do Estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 119-137, jan./mar. 2007.

ROSAVALLON, P. **La autogestión**. Madrid: Fundamentos, 1979. 192 p.

ROSSONI, L.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; FERREIRA JÚNIOR, I. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1041-1067, dez. 2008.

ROUILLARD, L. Technology and simulation: for a participative democracy in the Era of New Public Management. **International Review of Administrative Sciences**, Bruxelles, v. 65, n. 3, p. 371-380, July/Sept. 1999.

ROVIDA, G. A revolução e a guerra na Espanha. In: HOBBSAWN, E. J. (Org.). **História do marxismo VI: o Marxismo na época da terceira internacional, a internacional comunista de 1919, as frentes populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 337-375.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SALGADO, F. Sumaq Kawsay: the birth of a notion? **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 198-208, 2010.

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. A base epistemológica da ação administrativa nas organizações substantivas e a formação do gestor social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

SANTOS, A. L. N. dos. Novas agendas sociopolíticas por novos pactos sociais ainda instáveis: estabilidades futuras serão possíveis? **Cadernos de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 175-184, 2009.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 178 p.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 350 p.

SANTOS, E.; BAQUERO, M. Democracia e capital social na América Latina: uma análise comparativa. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 31, n. 28, p. 221-234, jun. 2007.

SANTOS, É. M. dos. **A presença e a sustentabilidade do terceiro setor na área de ciência, tecnologia e inovação: perda ou busca de uma identidade?: o caso da associação do desenvolvimento tecnológico de Londrina e Região - ADETEC**. 2004. 207 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2004.

SANTOS, R. da C. Mensurando valor e performance na prestação de serviços sociais. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 35-49, jan./abr. 2004.

SANTOS, T. da C. e S. S. Organizações da sociedade civil e as construções teóricas contemporâneas acerca da sustentabilidade. **Cadernos de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 105-120, 2009.

SANTOS FILHO, C. dos. Fundos rotativos solidários: dilemas na gestão social de recursos públicos por comunidades rurais no Nordeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOP, 2010. 1 CD-ROM.

SAPOVICIS, R. T.; SOUZA, M. T. S. de. Gestão social e democrática em cooperativas de trabalho: um estudo de caso na cooperdata processamento de dados. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

SARMIENTO, J.; TELLO, C.; SEGURA, R. Ciudadanía, sociedad civil y participación en políticas públicas: la experiencia de los foros vecinales de seguridad en el municipio de La Plata. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 187-196, 2007.

SASAKI, K.; SOUZA, R. C. de A. Reflexões sobre a gestão social e ambiental da comunidade de artesãos de Porto Sauípe, Bahia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. de. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008. p. 61-86.

_____. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidades de prática. In: FISCHER, T.; ROESCH, S.; MELO, V. P. (Ed.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social: casos para ensino**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 63-82.

_____. _____. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, jun./nov. 2010.

SCHOMMER, P. C.; SANTOS, Í. G. dos S. **Aprender se aprende aprendendo: construção de saberes na relação entre universidade e sociedade**. Salvador: CIAGS/UFBA; SECTI; CNPq, 2010. 162 p.

SCIENTIFIC ELETRONIC LIBRARY ONLINE. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

SERAFIM, L. S. **A representação social do papel de gestores em organizações não-governamentais**. 2007. 92 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr./jun. 1997.

SGRÓ, M. **Educação pós-filosofica da histórica: racionalidade e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2007. 142 p.

SILVA, A. de A. P. **Eficiência na alocação de recursos públicos e qualidade de vida nos municípios mineiros**. 2009. 100 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2009.

SILVA, B. R. da. **A sustentabilidade das ong's de assistência social: examinando experiências no município de Vitória da Conquista**. 2004. 122 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA, F. C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 35, p. 117-138, 2001.

SILVA, G. M. S.; BRASIL, F. de P. D. Governança municipal e gestão social do desenvolvimento local: estudo de caso de uma rede organizacional de produção artesanal têxtil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

SILVA, L. P. **Responsabilidade social corporativa, solidariedade e dádiva: o caso da Petrobras S.A.** 2004. 147 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração de Empresas) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA FILHO, J. C. L. da. Socioambiental: o perigo da diluição de dois conceitos. **Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 198-209, maio/ago. 2007.

SILVA FILHO, J. C. L. da et al. Gestão ambiental e social em empresas de carcinicultura: estudo de múltiplos casos no litoral oeste do estado do Ceará. **REAd**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://read.adm.ufrgs.br/edicoes/pdf/artigo_563.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2011.

SILVA JÚNIOR, J. T. Descentrando a pesquisa: o Laboratório Interdisciplinar de Estudos Gestão Social (LIEGS). In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008a. p. 165-176.

_____. O futuro da gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008b. p. 241-247.

SILVA JÚNIOR, J. T. et al. Articulando diferentes metodologias de aprendizagem no ensino de gestão social na graduação: uma proposta do curso de administração da UFC-Campus Cariri. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008a. p. 70-84.

_____. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008b. 248 p.

_____. Introdução. In: _____. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008c. p. 21-24.

SILVA JÚNIOR, J. T.; GONÇALVES, S. M. da S.; CALOU, Â. L. Avaliando experiências de gestão social: os impactos do banco palmas para o desenvolvimento do território nos últimos 10 anos (1998-2007). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

SILVA JÚNIOR, J. T.; NASCIMENTO, I. R. T. do. Desenvolvimento territorial, geração de renda e fortalecimento da autogestão: uma análise da ação de incubadoras universitárias de cooperativas populares do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

SILVEIRA, N. C. **Aplicação dos indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial: estudo de caso com uma empresa da economia de comunhão**. 2008. 146 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

SIMON, H. A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas**. Rio de Janeiro: FGV, 1971. 278 p.

SINGER, P. Alternativas da gestão social diante da crise do trabalho. In: RICO, E. de M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 55-66.

SLOMSKI, V. et al. A controladoria e a gestão pública dos programas sociais: um estudo dos impactos dos programas sociais na renda econômica e financeira de famílias carentes no município Três Lagoas, MS. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

SOUSA, D. N. de et al. A importância da comunicação e educação cooperativista para as cooperativas agropecuárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

SOUZA, M. C. de. **Gestão de cooperativas populares em Minas Gerais: uma análise comparativa.** 2008. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

SOUZA, W. J. de S. et al. Elementos do trabalho voluntário: motivos e expectativas na pastoral da criança em João Pessoa, PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.

SOUZA, W. J. de S.; OLIVEIRA, M. D. de. Fundamentos da gestão social na revolução industrial: leitura e apreciação crítica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

_____. Fundamentos da gestão social na revolução industrial: leitura e crítica aos ideais de Robert Owen. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 39, p. 59-76, out./dez. 2006.

SOUZA, W. J. de S.; SERAFIM, L. Representações sociais do papel de gestores de organizações não-governamentais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

SOUZA, W. J. de S.; SERAFIM, L. S.; DIAS, T. F. Representações sociais do papel de gestores de organizações não-governamentais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 363-378, abr./jun. 2010.

SOUZA JÚNIOR, H. A. de. **Responsabilidade social sob a ótica do assédio moral: o caso Furnas.** 2003. 105 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

SUBIRATS, J. Cidadania e espaço público: a perspectiva da gestão social. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007. p. 623-627.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1960. 142 p.

TEIXEIRA, J. C.; NASCIMENTO, M. C. R.; ANTONIALLI, L. M. A triangulação metodológica na divisão de administração pública e gestão social do EnANPAD: analisando a área mais representativa entre os estudos que utilizaram a triangulação nos anais de 2007 a 2009. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: UNIJUÍ, 2007a. 632 p.

_____. **Espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008a. 190 p.

_____. **Gestão social: metodologia e casos**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007b. 136 p.

_____. **Gestão social, um conceito não-idêntico?:** ou a insuficiência inevitável do pensamento. Rio de Janeiro: FGV, 2011. No prelo.

_____. **Gestão social: uma réplica**. In: RIGO, A. S. et al. (Ed.). **Gestão social e políticas públicas de desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010. p. 53-59.

_____. PEGS: 10 anos depois. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 189-191, set./out. 2001.

_____. (Re)visitando o conceito de gestão social. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008b. p. 39-59.

_____. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008c. 172 p.

_____. Trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1145-1162, dez. 2006.

_____. _____. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Ed.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: UFC, 2008d. p. 147-164.

TENÓRIO, F. G.; DUTRA, J. L. A.; MAGALHÃES, C. M. R. de. Gestão social e desenvolvimento local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

TENÓRIO, F. G.; SARAVIA, H. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. (Ed.). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 107-132.

TEODÓSIO, A. dos S. de S. Parcerias tri-setoriais: para além de simplismos e dualidades sobre as interações entre atores do Estado, Sociedade Civil e Mercado. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.

_____. Parcerias tri-setoriais em políticas sociais: em busca de modelos explicativos de sua complexidade na esfera pública. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009. 1 CD-ROM.

_____. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil**. 2008. 266 p. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

_____. Terceiro setor e a cidade: impasses, desafios e perspectivas de ação de ONGs no poder local. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Voluntariado: entre a utopia e a realidade da mudança social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

TEODÓSIO, A. dos S. de S.; ALVES, M. A.; ARRUDA, M. C. C. Parcerias tri-setoriais em políticas públicas: possibilidades e armadilhas em três experiências brasileiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010. 1 CD-ROM.

TEODÓSIO, A. dos S. de S.; MELO, M. C. de O. L.; CKGANAZAROFF, I. B. Construindo uma gestão social renovada: um estudo sobre a função gerencial na esfera pública. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 8., 1999, Salvador. **Anais...** Salvador: NEPOL/EAUFBA, 1999. 1 CD-ROM.

_____. Gestão pública em cidades de pequeno porte: oito perspectivas críticas sobre o desenvolvimento local. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-28, 2010.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia na América**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 374 p. (Coleção General Benício, 341).

TOURRAINE, A. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996. 286 p.

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2005. 240 p. (Coleção Maurício Tragtenberg).

VALLE, M. I. M. do. Intersetorialidade e territorialidade: novos enfoques para a efetividade da gestão social. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD-ROM.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa na administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 287 p.

VICENZI, L. B. de. **Gestão social no planejamento urbano: o caso da cidade do Rio de Janeiro**. 2008. 171 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

VIDAL, F. A. B. et al. Terceiro setor à luz da teoria crítica: racionalidades da gestão de ONGs. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

VIDAL, F. A. B.; MENEZES, M. I. C. B. B. de. Gestão de ONGs e desenvolvimento social: paradoxos e desafios da administração no terceiro setor. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2004, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.

VIEIRA, R. F. **Gestão de resíduos sólidos no contexto da gestão ambiental municipal em Varginha:** desafios e potencialidades. 2008. 185 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 5, p. 1067-1089, out. 2009.

VILLELA, L. E.; SOARES, L. C. Gestão participativa, informação e acesso a financiamentos no Banco do Brasil S/A, na percepção de atores locais e de empresários de micro e pequenas empresas dos APLs de Cabo Frio, RJ e Nova Friburgo, RJ. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, MG, v. 1, n. 3, p. 56-75, jul./set. 2009.

_____. Redes empresariais como germe da gestão social e do desenvolvimento local: o caso de Nova Friburgo, RJ. In: CANÇADO, A. C. et al. (Ed.). **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas: Provisão, 2008. p. 351-372.

VOUGA, C. A democracia ao sul da América: uma visão tocquevilleana. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 117-128, 2001.

WANDERLEY, L. S. O.; LIMA, S. M. da S.; PASA, C. Liberdades instrumentais do amartya Sen na gestão social de territórios. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2006. 1 CD-ROM.

WANDERLEY, M. B. Sistema de informação em gestão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 149-160, abr. 2006.

ZANI, F. B. et al. O papel de mediadores da participação em uma experiência de ensino. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 4., 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: INCUBACOOOP, 2010. 1 CD-ROM.